

ORGANIZADORAS

Natália Bolfarini Tognoli

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

DECOLONIZAÇÃO, OS ARQUIVOS E AS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

volume **2** ARQUIVO, CULTURA
E JUSTIÇA SOCIAL



ORGANIZADORAS

Natália Bolfarini Tognoli

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

DECOLONIZAÇÃO, OS ARQUIVOS E AS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

volume **2** ARQUIVO, CULTURA
E JUSTIÇA SOCIAL



I São Paulo I 2026 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D296

Decolonização, os arquivos e as instituições de memória /
Organização Natália Bolfarini Tognoli, Lúcia Maria Velloso
de Oliveira. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-606-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7

1. Instituições de memória. 2. Cultura. 3. Justiça social.
4. Estudos decoloniais. 5. Arquivos comunitários. I. Tognoli,
Natália Bolfarini (Org.). II. Oliveira, Lúcia Maria Velloso de
(Org.). III. Título.

CDD 025.04

Índice para catálogo sistemático:

I. Arquivos

II. Instituições de memória

Simone Sales - Bibliotecária - CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patrícia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patrícia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	freepik, vikasuh, LadadiArt - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Alternate Gothic Compressed ATF, Acumin Variable Concept, Rockwell Nova
Revisão	Os organizadores
Organizadoras	Natália Bolfarini Tognoli Lúcia Maria Velloso de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Faustidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuelo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



COMITÊ CIENTÍFICO DESTA OBRA

Avaliadores e avaliadoras

Dra. Aline Lopes Lacerda
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Dra. Bianca Panisset
Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

Dr. Carlos Guardado
Universidade de Lisboa, Portugal – UL

Dra. Carla Maria Almeida
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dra. Clarissa Schmidt
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dra. Eliete Correia
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Dra. Giulia Crippa
Universidade de Bologna – UNIBO

Dra. Lúcia Maria Velloso de Oliveira
Universidade Federal Fluminense – UFF e Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

Dra. Maria Cristina Vieira de Freitas
Universidade de Coimbra

Dra. Maria Teresa Mattos
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Dra. Marta Lucia Giraldo Lopera
Universidad de Antioquia, Colombia.

Dra. Monica Tenaglia
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dr. Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dr. Renato Venâncio
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Dra. Roberta Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande – FURG



SUMÁRIO

Apresentação15

CAPÍTULO 1

Geoffrey Yeo

**Revisiting colonialist archives:
then and now17**

CAPÍTULO 2

Geoffrey Yeo

**Revisitando os arquivos colonialistas:
ontem e hoje43**

CAPÍTULO 3

Maíra Fernandes Alencar

**Corazonando a teoria
e a prática arquivística:
tecendo caminhos decoloniais com
as discussões sobre temporalidades68**

CAPÍTULO 4

Lucia Maria Velloso de Oliveira

**Em busca de uma reconstrução
do papel social dos Arquivos Públicos.....79**

CAPÍTULO 5

Gabriel Andrade Magalhães do Vabo

Kíssila da Silva Rangel

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

**Por uma proposta de diagnóstico
em arquivos comunitários:
desenvolvimento e perspectivas de aplicação.....97**

CAPÍTULO 6

Natália Bolfarini Tognoli

**Sobre o que falamos quando falamos
de decolonizar os arquivos? 129**

CAPÍTULO 7

Jairo Jacques dos Passos Júnior

Mônica Tenaglia

**A centralização da memória histórica
e o deslocamento dos arquivos
da ditadura militar paraense:
facilidade de acesso ou reforço de um modelo colonial? 143**

CAPÍTULO 8

Diovani Favoreto

Renato Pinto Venancio

**Arquivos permanentes da Igreja Católica:
ressignificação dos registros paroquiais 156**

CAPÍTULO 9

Ana Carolina Miotti

Wagner Ramos Ridolphi

**Os anos de chumbo na perspectiva
do Arquivo Central da Universidade
Federal do Rio de Janeiro:
relato de uma exposição documental..... 168**

CAPÍTULO 10

Daine Fudal Ribeiro

Lucas Ribeiro Aal Sant Ana

André Vieira de Freitas Araújo

**Os arquivos do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
na perspectiva da justiça social:
um estudo preliminar 186**

CAPÍTULO 11

Ana Cláudia Cruz Córdula

Carla Maria Almeida

Jefferson Higino da Silva

Vitor Hugo Teixeira

Muita gente sem terra, muita terra sem gente:

a constituição do acervo digital do Memorial
das Ligas e Lutas Camponesas, na Paraíba..... 203

CAPÍTULO 12

Vitor Serejo Ferreira Batista

Robin Hood às avessas:

a questão da ética em objetos coloniais..... 225

CAPÍTULO 13

Jefferson Higino da Silva

Luciane Paula Vital

História oral:

um encontro nos arquivos de comunidades marginalizadas 241

CAPÍTULO 14

Adriane Gomes Rodrigues Batata

Juliana Cunha Oliveira

Juliane de Jesus Evangelista da Silva

Vitória Bispo Carvalho

A experiência Glam do Museu

da Capitania de Ilhéus:

difusão de acervo e repatriação da história do território 255

CAPÍTULO 15

Andresa Paula Leal Antonio

Cintia da Silva Ribeiro

José Antonio da Silva

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Racismo religioso no Brasil:

reflexões sobre desinformação e preservação
da cultura afrodescendente.....278

CAPÍTULO 16

Gabriela Garcia Londres

Eliete Correia dos Santos

Resgate da memória eleitoral:

o Projeto Origens e a preservação

do acervo do TRE-PB (1932-1937) 297

CAPÍTULO 17

Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Maria Meriane Vieira Rocha

Heliton Santana e a militância social:

do arquivo privado pessoal ao memorial 318

CAPÍTULO 18

Anderson Berbesi

Natália Tognoli

Ondas de poder na Arquivologia Crítica:

o lugar dos arquivos comunitários..... 340

CAPÍTULO 19

Nelson Alfredo Salomão Neto

Angélica Alves da Cunha Marques

Colonialidade nos Arquivos:

um panorama crítico da literatura..... 353

CAPÍTULO 20

Mateus Sonegheti do Nascimento

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Arquivos de etnomusicologia

e justiça social:

o arquivo do Grupo Musicultura como instrumento

de autorrepresentação comunitária 373

CAPÍTULO 21

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Camilla Campoi de Sobral

Laura Juliani Mollo

Não se nasce pesquisadora, torna-se:

a abordagem contextual no arquivo de Ruth Cardoso 389

CAPÍTULO 22

Ana Carolina Reyes

Luciana Quillet Heymann

Acervos privados no Arquivo Nacional:

reflexões a partir do acervo *Memória*

do Movimento Estudantil 410

CAPÍTULO 23

Anderson Berbesi

José Jesús Rafael López-Salazar

**Entre o arquivo comunitário
e o arquivo comunal:**

uma reflexão crítica comparativa..... 432

Sobre as organizadoras..... 449

Sobre os autores e as autoras..... 450

Índice remissivo..... 464

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o segundo volume da série Arquivo, Cultura e Justiça Social, intitulado *Decolonização, os arquivos e as instituições de memória*, que reúne parte significativa das reflexões e debates desenvolvidos no II Encontro Arquivo, Cultura e Justiça Social, realizado entre os dias 24 e 26 de junho de 2025, na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. O evento, organizado em parceria entre a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional e o Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da própria Fundação, contou ainda com a promoção dos grupos de pesquisa “Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento” e “Arquivos, Acesso e Informação”.

A obra reúne conferências de autores e autoras internacionais que se consolidaram como referências no debate contemporâneo sobre arquivos, cultura e justiça social, além de trabalhos apresentados por pesquisadores e pesquisadoras vinculados a programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e instituições de memória do Brasil e do exterior. Trata-se, portanto, de um registro da pluralidade de vozes que, naquele encontro, se debruçaram sobre um tema urgente e necessário: a decolonialidade nas práticas arquivísticas e institucionais.

A discussão em torno da decolonialidade nos arquivos evidencia a necessidade de crítica e desconstrução dos paradigmas tradicionais da Arquivologia, que ao longo da história contribuíram para o silenciamento de narrativas indígenas, afrodescendentes, LGBTQIA+ e de outras comunidades subalternizadas. O desafio proposto por este livro é justamente repensar esses paradigmas e

colocar em evidência as múltiplas experiências e identidades que constituem a memória social.

Mais do que preservar documentos, a perspectiva decolonial implica reinterpretar acervos e práticas, garantindo que as histórias marginalizadas sejam recuperadas, ressignificadas e reconhecidas como parte essencial do patrimônio coletivo. Esse movimento demanda das instituições de custódia uma revisão de seus mecanismos de funcionamento e de sua relação com a sociedade, promovendo uma gestão participativa em que as comunidades tenham voz ativa na construção e na manutenção de seus próprios acervos.

Assim, os arquivos e demais instituições de memória assumem um papel transformador: tornam-se espaços de resistência, afirmação cultural e justiça social, comprometidos não apenas com a preservação, mas também com a produção de sentidos e de pertencimento.

Esperamos que este volume contribua para ampliar os horizontes do debate acadêmico e profissional, inspirando novas práticas e reafirmando o compromisso da Arquivologia e das instituições de memória com a inclusão, a diversidade e a justiça social.

Por fim, registra-se aqui um agradecimento aos autores dos textos, aos membros da Comissão Científica e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio.

As organizadoras

1

Geoffrey Yeo

REVISITING COLONIALIST ARCHIVES: THEN AND NOW

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.1

INTRODUCTION

I must express my gratitude to the organisers of the *II Encontro de Arquivos, Cultura e Justiça Social* for giving me the opportunity to share some thoughts about colonialist archives. When their invitation reached me, I was both delighted and – I should probably also admit – a little surprised. The decolonising of archives is not a topic on which I have written, and there are many other speakers whom they could have asked, and whose credentials in this area may seem more plausible than mine.

In the recent North American book *Decolonial Archival Futures*, for example, its co-authors go to considerable trouble to establish their positionality. One is of indigenous descent in the Mohawk nation; the other has an extensive history of working with survivors of the Canadian residential school system where indigenous children were abused and forcibly assimilated over a period of a hundred years or more. The authors claim that their experiences and connections make them ideal candidates to study archival decolonisation and explore decolonial methodologies.¹

I freely admit that I do not rate a billing of this kind. If lived experience is a requirement for discussing decolonial topics, then I cannot lay claim to it. I am, I suppose, an indigenous person. My ancestors, as far as I know, lived and died in Britain over innumerable generations. But unless we assume that my distant forebears suffered under the Roman occupation or the Anglo-Saxon invasion of Britain more than fifteen hundred years ago, I and they have not been victims of colonial oppression. As working folk, my more recent ancestors doubtless experienced the inequities of living in a society where wealth was concentrated in the hands of a few elite individuals, but I would not want to describe these inequities as colonial. On

1 Review of Krista McCracken and Skylee-Storm Hogan-Stacey, *Decolonial Archival Futures* (ALA Neal-Schuman, 2023), in *Archivaria* 98 (2024), pp. 194-6, at p. 195.

the contrary, it can be argued that even working folk in Britain eventually came to be beneficiaries of colonialism, through the growing prosperity that the British Empire brought to the English nation at the expense of others. But neither I nor my parents were directly involved in the day-to-day management of the empire or its exploitation of its subject peoples. And, as I will explain later in this paper, my most sustained interaction with the archival legacy of the empire seems to open up more questions than answers.

I perhaps have one credential that may entitle me to speak about inclusivity and the rejection of colonialist values. My university in London was the first English university to admit students irrespective of their religion and to seek to build a diverse body of scholars. Our provost has recently reaffirmed the university's commitment to pluralism in a world where such commitments are increasingly under attack. I will try to reflect some elements of his vision in this paper.

When I received the invitation, I asked myself what I could say on this topic that would not merely repeat what many others have already said. I decided that I would begin by attempting to look at the subject from a historical perspective, and to discuss some aspects of colonialism that feature in my book *Record-Making and Record-Keeping in Early Societies* (Yeo, 2021). In this paper, therefore, I will first make a brief journey into archival history, and then I will try to build on these historical explorations to contribute some thoughts about decolonising archives today.

COLONISATION: AN HISTORICAL EXCURSION

The words 'colony' and 'colonisation' have a long pedigree, they derive from the Latin word *colonia*, which the ancient Romans

used to describe a colony of settlers. Two thousand years ago, across Europe, Rome established many such colonies, the settlers often being veterans discharged from the army. Each *colonia* was a city on the Roman model. We know that the keeping of records came into play: a newly founded *colonia* was expected to appoint a scribe to maintain its financial accounts. Scribes were required to swear oaths that they would keep the accounts accurately, those who failed to swear were not allowed to make entries in the civic archives (Crawford, 1996; González, 1986).

Today, however, the word 'colonisation' can bear a spectrum of meanings, ranging from the despatch of settlers to occupy previously uninhabited territory (as in, for example, the Portuguese colonisation of Madeira in the 1420s) to one nation or people obtaining political and economic domination over another (like the British in India in the 18th and 19th centuries) to episodes of violent conquest that included the killing or enslavement of all the previous inhabitants of the land (as in, for example, the colonisation of the Chatham Islands, east of New Zealand, by a group of Maori in 1835).

In researching my book, I identified early examples of colonisation at various points on this spectrum. Some episodes involved the planting of settlements; others entailed forcible military subjugation. Many had elements of both. Some, such as the Elamite colonies 5000 years ago in what is now Iran, were relatively short-lived; the Elamites exported their administrative procedures and record-keeping practices to their colonies, but the colonies were abandoned after a century or two, and in each locality written record-keeping ceased when the colonists left. In other cases, conquered lands and peoples were reduced to what we would now call a colonial status over an extended period. The Roman occupation of Spain, for example, lasted for more than 600 years.

Scholars whose work follows the footsteps of Claude Lévi-Strauss and Michel Foucault have often associated the use of written

records and archives with oppressive practices and the exploitation of subject peoples.² To a considerable extent, my study of record-keeping in early societies confirms this. For example, the economy of the Aztec empire in Mexico was based on tribute: the compulsory regular transmission of goods from the peoples whom the Aztecs had conquered. The collection of this tribute was underpinned by records written in pictographic script, which set out in detail the payments due from, or made by, each community. All the revenue was brought to the Aztec capital, where the accounting records were checked and verified (Yeo, 2021). After the Spanish invasion the tables were turned; Spanish officials used written records to facilitate the exaction of tribute or taxes from the conquered Aztecs, in much the same way as the Aztecs had used them to impose taxation on their own subject peoples.

Besides written forms of record-keeping, my book also looked at non-written forms. Archaeologists believe that, several thousand years before writing emerged, our distant ancestors started to use features of the external environment, as well as songs, dances, and ritual ceremonies, as aids to memory. People in many parts of the world also discovered, for example, that marks made on animal bones or wooden sticks could be used as memory devices. Another such device known to have been used in the past is the knotted cord or string. Simple knotted strings have been found on the west coast of the American continent from Alaska to Chile, as well as in parts of Asia and Africa. When people herded animals or stored foodstuffs, adding a knot to a string or a notch to a bone tally could signify the addition of a further animal to the flock, or the movement of a sack of cereal into a communal granary (Yeo, 2021).

2 The *locus classicus* for writing as an instrument of control is Claude Lévi-Strauss, *Tristes tropiques* (Librairie Plon, Paris, 1955 p. 344): 'From Egypt to China, at the moment when writing makes its debut, it seems to favour the exploitation of human beings. ... If my hypothesis is right, ... the primary function of written communication is to facilitate enslavement'. Cf. D. P. Pattanayak, 'Literacy: an instrument of oppression', in David R. Olson and Nancy Torrance, eds., *Literacy and Orality* (Cambridge University Press, 1991).

In the English language, knotted strings and bone tallies would probably not be called 'documents' or 'registers,' but I think it is appropriate to describe them in English as 'records.' Did they serve as instruments of coercion or exploitation? In my book, I argued that their initial use was driven, not by the desire of one group of people to dominate or oppress another, but simply by a need to help people to remember details that might otherwise be forgotten, and perhaps to provide evidence of transactions in case of dispute.

Gradually, however, individuals in positions of authority who used records to counteract forgetfulness discovered that record-keeping could also underpin structures of power. In particular, records could be used to ensure that individuals of lower rank were held accountable for goods they were obliged to supply or tasks they undertook. In this way, records became control instruments that allowed rulers and officials to monitor the performance of obligations by those of lesser status.

In ancient Mesopotamia, Egypt, China, and elsewhere, writing techniques emerged at a time when centralised states were being formed. These states were characterised by social divisions and the appropriation of resources by ruling elites. Superficially, it is easy to gain the impression that writing was the force that transmuted records into control mechanisms through which the leaders of these states were able to consolidate their supremacy. But in some localities the practice of using records to underpin structures of authority began before writing emerged; unwritten records, too, had almost certainly been used to control subordinates and enforce accountability in the administration of resources.

Nevertheless, devices such as tallies and simple knotted strings are only able to encode a limited number of variables. Rulers wanted more knowledge of the production and movement of goods than older methods of record-keeping could provide, and the emergence of writing provided the intensified level of control that they

sought. Because writing allowed the creation of more precise and more detailed records, it became an ideal tool for advancing the power of the elite. In every part of the world where it was adopted, it enabled state institutions or ruling groups to monitor large numbers of economic units.

In Mesopotamia, as Assyriologist Mogens Larsen has noted, a single written document 'could regulate transactions involving tens of thousands of persons, and at the same time the loss of half a pound of wool ... would be discovered and accounted for' (Larsen, 1988). In China, under the Han emperors, the state used written documents on a vast scale to regulate the conscription of individuals for compulsory labour (Barbieri-Low; Yates, 2015).

In the Inka empire in Peru, very similar outcomes were achieved without the use of writing. Inka record-keeping used knotted cords known as *quipus*, which were much more intricate than the simple knotted strings used elsewhere. *Quipus* were employed to record land measurements, censuses, and – above all – assessments and assignments of labour tribute. The Inka state used rigorous accounting mechanisms to manage the levying of tribute from its subject peoples, and *quipus* played a key role in these mechanisms, encoding data that ascended or descended through a hierarchy of administration (Urton; Brezine, 2007). *Quipu* record-keeping demonstrates that records can function as instruments of power and oppression even when writing is absent. It played a central role in sustaining and formalising the economic and political power of the Inka rulers.

Over time, however, in most of the societies that I studied, others besides the ruling elite eventually found ways to benefit from record-keeping. In Mesopotamia and Egypt, merchants and agriculturalists began to keep letters and accounts that supported the expansion of their business, and householders kept title deeds that safeguarded their claims to the property they owned. Record-keeping can be an instrument of hegemony and domination; but when its

use became more extensive, it also helped citizens to maintain their rights and gave at least some of them a degree of security they would otherwise have lacked.

Written record-keeping almost certainly remained inaccessible to the poorest and least educated. But its benefits were not always restricted to state institutions or narrow elites. In Mesopotamia in the first millennium BC, many people of modest means kept records of their own (Larsen, 1989).

At other periods of history, we find much the same. In medieval Europe, for example, we know that freed serfs were able to use written records to prove their free status (Rio, 2009). Nevertheless, most records and archives in the Middle Ages were the preserve of aristocratic elites. The prevailing association between records and the privileges of the elite was demonstrated in episodes of popular rebellion, such as the so-called “Peasants’ Revolt” in England in 1381, when rebel leaders orchestrated the burning of records that symbolised subjugation and servitude (Mauntel, 2015).

Another well-known exemplar of the historic exclusivity of records and archives can be found in 18th-century France, where individuals known as *feudistes* specialised in organising and arranging archives with the specific aim of enabling landowners to assert their feudal rights against their tenants and rivals (Friedrich, 2016). At the French Revolution, the new leaders of France initially set out to destroy records of the feudal past, only later coming to recognise that the records had a continuing cultural value (Kingston, 2011; Panitch, 1996).

We should also note that, even in societies where written records seemed to predominate, many people outside the elite continued to make records using non-written methods. Oral traditions thrived almost everywhere. Farmers, craft workers, and vendors of goods in many European countries used tallies as recently as the 19th and 20th centuries (Baxter, 1994; Menninger, 1969; Stone, 1975).

In Peru, many indigenous people continued to construct khipus after the Spanish conquest; their use survived until the 20th century in rural villages (Hyland, 2016; Salomon, 2004). The increasing deployment of writing did not wholly supersede more traditional ways of testifying and remembering.

Nevertheless, it is arguable that, at every period of history between the 13th and 20th centuries, most records were in written form, were created by or for members of an elite, and served the interests of governments and persons in authority. This is certainly true of the records that found their way into formal archival repositories. Some of these records underpinned colonial enterprise; most, if not all of them, can be seen as perpetuating the dynamics of power.

COLONIALISM AND COLONIALIST ARCHIVES TODAY

When we look at archives today, we can see that their elite bias is not a new phenomenon. What is new in the 21st century is an explicit acknowledgement of this bias and a determination on the part of many archivists to redress its inequities. To take just one of many instances, the President of the Association of Canadian Archivists recently wrote that:

As archival professionals, we acknowledge that our archival practices have perpetuated ... colonial ideology. ... I witness this ... within my own archives, which privilege the accomplishments and voices of ... Eurocentric settler society at the expense of First Nations, Inuit and Métis voices (Hollow, 2024).

Her reference to First Nations and Inuit peoples demonstrates that this example is from a Canadian setting, but similar affirmations

and lines of thought are now widely found elsewhere in the world. Archivists in many countries recognise that indigenous people are often excluded from written records produced by the colonisers; or if the colonised are included, they are rarely allowed to use their own voices. They may appear in formal archives in the context of their relationship with the colonial state, but these appearances generally reduce these individuals to problems or drains on the state's resources, denying them their own agency and personhood. Moreover, systems for keeping and giving access to archives are designed from the perspective of the colonisers and take no account of indigenous ways of knowing and accessing knowledge.

Observations of this kind have become familiar in literature from Canada and the United States, and to some extent in literature from Australia where the issues and concerns are very similar. Some commentators note that record creators and archivists have often worked in cultural contexts where exclusionary practices were unthinkingly accepted as the norm; others go further and remind us that record creators or archivists have sometimes made deliberate decisions to eliminate evidence of indigenous people or other marginalised communities. Either way, commentators agree that indigenous people have been confined to the margins as a consequence of colonisation, and that action to address this is now urgently needed (Ghaddar; Caswell, 2019).

In Britain, as I have suggested, the position of indigenous people is rather different, and scholarly perspectives vary accordingly. One could say that, as British power expanded in the 18th and 19th centuries, indigenous Britons were the colonisers, not the colonised. Analysts of British society would rightly point out that this is an over-simplification of a much more complex reality, but it nevertheless contains an element of truth.

Of course, I do not mean to imply that Britain is somehow exempt from concerns about marginalisation. On the contrary, Britain

has a long history of oppressing people who were not members of the elite. As in almost every literate society over the past 5000 years, non-elite workers in Britain have been exploited, sometimes horrendously, and their voices have largely been excluded from the archival record. Written records have been principally produced by capitalists, landowners, and state authorities. Until recently, relatively few written records have been produced by non-elite groups. Racism and marginalisation are as prevalent in Britain as in other countries. But those who suffer these abuses in Britain are very diverse; I would argue that they are not exclusively or even primarily victims of colonialism. Their disadvantaged status arises from a range of other prejudices and inequities in contemporary British society.

Some critics now advocate an expanded definition of colonialism that embraces all forms of abuse of disadvantaged people, but I prefer to use the word 'colonialism' in a more traditional way, because I think it helps us to understand why the archival decolonisation issues encountered in Britain often seem different from those described by Canadian or Australian activists. A century ago, Britain possessed a vast overseas empire, and Britain still possesses innumerable archives of people and institutions that were deeply implicated in colonial enterprise. But Britain's imperial past has left other legacies too. For example, Britain was responsible for establishing government record repositories in territories across its empire (Yeo, 2022). Record-keeping modelled on the British Public Record Office was imposed, for better or worse, on people whose native cultures were very different.

We also have to contend with the presence in Britain of archives that document the histories of, and were sometimes removed from, former colonial territories. The British government has often been accused of intransigence because of its refusal to repatriate these archives, or at least its refusal to repatriate them on the scale that activist historians or national leaders have demanded.

MAKING COMMITMENTS: RESPONSES TO COLONIALISM

Across the globe, then, the issues relating to colonialism – past and present – are many and various. As archivists, how should we respond to them? This is a big question, and within the bounds of this paper I can do no more than suggest a few pointers, based in part on my own professional experiences and my historical studies.

There are archivists, particularly in the United States, who will tell us that a commitment to decolonisation involves a commitment to, for example, the defunding or abolition of prisons and policing. It is certainly true that the records of police and prison authorities are created from institutional perspectives and give little voice to the worldviews of suspects or prisoners, and that – even in democratic countries – persons who are imprisoned are almost certainly deprived of ready access to archival materials. Whether our responses to these concerns should lie in reimagining archives in ways that are ‘grounded in abolitionist values’ (Clemens; Farrell, 2025) as a recent American book has claimed, opens up a huge field of political and ethical controversy that lies beyond the scope of this paper.

But whatever our view of policing and judicial systems – a view that will presumably be determined at least in part by our own experiences of those systems in the particular kind of society in which each of us lives – the work of archivists who support their abolition undoubtedly serves as a further reminder of two uncomfortable truths: that archives as they are currently constituted do not serve all human beings equally, and that attempts to redress this imbalance can sometimes lead us to questions of how we understand criminality and the role of law, questions that are highly contested in many societies today. In this paper, however, rather than using ‘decolonisation’ as a code-word for action against perceived injustices and social

inequities of every kind, I propose to focus on a core understanding of the term as a response to colonial survivals from imperial pasts.

In this regard, I think we should note that the picture is rarely as monochromatic as it is often presented. Typically, it seems to me, writings about decolonisation – or least about archival decolonisation – carry unstated assumptions about a simple dichotomy. The story, it is assumed, is one of perpetrators and victims; a clear line can be drawn between the perpetrators and the victims, and the behaviour of perpetrators can be universally and uniformly condemned. The word ‘victims’ is disliked because it suggests passivity, and is commonly replaced in literature by the word ‘survivors’, although it is evident that many victims did not in fact survive the mistreatment that was meted out to them.

Let me offer a tale that is set in South America. In the early part of 2025, I had the good fortune to hear a presentation by a scholar who has researched the Welsh settlements in Patagonia. The outline of the story is well known: in 1865, emigrants from Wales sailed to Argentina and set up a colony in the Patagonian wastelands. The colony flourished and, perhaps unusually, the colonists succeeded in maintaining good relations both with the neighbouring indigenous peoples and with the Argentine government in Buenos Aires (Taylor, 2025). Whose territory were the Welsh colonising? The indigenous peoples were not displaced. They might be seen as the victims of this colonisation episode, but when suffering eventually came to them it came, not at the hands of the Welsh, but through the actions of the Argentine state. Both the colony and the lands of the indigenous peoples lay within territory claimed by Argentina, although the Argentine government initially paid as little attention to the Welsh colonists as it paid to indigenous land rights. Yet only fifty years before, Argentina too had been a colony; it had won its freedom from Spain only in 1816.

The story, then, is a complex one. The Welsh settlers were colonisers, but Wales itself had a long history of oppression and

colonisation by the English, and the Patagonian venture has been widely seen both as an escape from colonial conditions at home and as an exemplar of an overseas colony that was largely benign rather than oppressive. In the case both of the Welsh and of the Argentinians, the colonisers had also been the colonised. The picture that emerges is a poor fit to the kinds of decolonial narrative that posit a clear divide between perpetrators and victims (Taylor, 2025).

Let me now tell another story. This second story is based on my own experience and is set in a very different part of the world. But it, too, suggests that a monochromatic picture of oppression by the colonisers and suffering by the colonised is an over-simplification of a more complex reality. In the 1990s, I worked for the International Records Management Trust on a project to overhaul the records systems at a hospital in The Gambia. This was the largest institution of its kind in The Gambia and was called the Royal Victoria Hospital: I can hardly conceive of a name more redolent of colonialism. Although The Gambia was by this time an independent state, the retention of the title of a British queen in the hospital's name was not the only visible relic of colonial practice. On the contrary: before The Gambia won its independence, every aspect of the hospital's functioning had been modelled on British precedent, and in 1994 the entire institution still resembled a British hospital of the 1950s. Its business was conducted in English, not in any of the native languages of The Gambia, and the healthcare that it offered to its patients was based wholly on European medicine, not on native African methods of healing.

The records systems that were intended to support the care of patients had also been designed on a British model. These systems, however, had collapsed, and by 1994 the records were in a state of chaos. When a patient re-attended the hospital, it was almost always impossible to locate any record of their previous diagnosis and treatment. With the benefit of external funding, our project aimed to help the hospital staff to regain control of these records. And it was largely successful: a new repository was built and equipped, the

records were put in order and indexed, new templates for the creation of future records were designed, and training was provided for the staff. After two years of work, the hospital's records systems were able to resume their role in the delivery of healthcare (Danso, 1995; International Records Management Trust, 1996).

Once again, however, the solutions that the project adopted were westernised. Practically the only concessions to local conditions were the decision not to digitise the records because of a lack of computing infrastructure in The Gambia, and a recognition that in a country where levels of literacy were low the records systems would need to accommodate large numbers of patients who could not spell their names or did not know their date of birth. In every other respect, the records – like the medical practices they were intended to sustain – closely followed European models, and no concessions were made to indigenous ways of knowing and remembering. From a decolonialist perspective, one could argue that by reinforcing westernised modes of record-keeping the project simply perpetuated colonial practices and methods of behaviour.

And yet, I cannot bring myself to condemn the work that we did. I still remember a conversation that I had with the head of the paediatric unit, a Gambian doctor. Her biggest problem, she told me, was that mothers of sick children in rural communities almost always went first to local healers and only brought their children to the hospital when the healers had been unable to effect a cure and the illness had become much worse. Many children died because they only reached the hospital when it was too late; if the mothers could be persuaded to bring their children promptly to the hospital, she said, she would be able to save many more lives. Her words should give pause for thought. Recalling them, I find it impossible to accept that the encouragement or imposition of alien practices, and of the alien records systems that support these practices and help to render them more effective, must always be deemed unwelcome.

At the same time, I think it is important to emphasise that those of us who are schooled in western modes of thinking do not have grounds for complacency. When we turn from medicine to matters of collective memory, identity, and culture, records often start to appear in a very different light. As I found in my study of early societies, the keeping of records can undoubtedly bring practical benefits to non-elite individuals and sometimes even to the poorest and most marginalised; but all too often, over time, its predominant function has been to buttress the authority of those in positions of power. Across the world, societal elites have been able to record their version of history, exclude other narratives, and control the preservation, retrieval, and use of archives. Non-elite voices have often been distorted or suppressed. Even in a hospital context, as sociologists of medicine have frequently noted, the records report the voices of doctors and nurses, not the voices of patients. And in colonial settings, in much the same way, the voices of the colonised are almost always subordinated to the voices of the colonisers.

In considering our responses to these challenges, I think it can be helpful to distinguish strategies for the archives of the future from the measures we can take with regard to records inherited from the past. We can start by examining protocols for records created today and tomorrow, and for future collection and curation of archival materials. One promising strategy is to encourage organisations and government agencies to create records that are more responsive to the needs and perspectives of a diverse range of people; my colleagues at University College London have addressed precisely this issue in a recent project, which seeks to convince organisations involved in the care of children to create records that accommodate multiple voices including those of the children themselves.³

For those seeking to decolonise archival institutions, a widely used approach is to expand collecting policies to embrace materials

3

See University College London, *The MIRRA Project* (c.2022), <https://blogs.ucl.ac.uk/mirra/about/>.

produced by, or at least a broader range of materials relating to, victims of colonialism. Very often, the institutional remit is enlarged to include materials of a kind not traditionally considered archival; the institution may set out, for example, to capture or transcribe oral traditions and verbal reminiscences of the past. In addition to promoting the creation and preservation of more diverse and multivocal records, it is widely recognised that decolonising archives may also require archival institutions to re-evaluate their access mechanisms and their relations with depositors and users, adopting new approaches that are participatory and inclusive.

Despite these and other measures that archival institutions may take, non-elite communities and victims of colonialism are often reluctant to house their records in these institutions. Lack of trust, perceptions of a loss of control over their own histories, and difficult relationships with the formal sector may all mean that members of these communities prefer to preserve their own materials and establish what are often called 'community archives.' Archival scholars also increasingly recognise that non-western indigenous communities possess their own distinctive methods of preserving memory and constructing identity – methods to which western-style archival institutions seem ill-matched. In the light of all this, many archivists now seek to encourage and support alternative forms of curation and preservation beyond the walls of institutional custody.

While it may seem relatively straightforward to underpin decolonisation initiatives by working towards the preservation of a range of present-day materials that reflect the diversity of present-day society, things undoubtedly become more complex when we seek to apply inclusive or decolonial perspectives to records from earlier times. It is not so easy to see how archival institutions can redress imbalances relating to the 16th century or the Middle Ages by collecting – or encouraging others to collect – alternative archival materials from these periods, because such materials generally do not exist. Plenty of written documents produced by landowners and

state authorities survive from past centuries; but the further we go back into history, the less feasible it becomes to locate or capture non-elite writings, oral traditions, or verbal reminiscences. There may be rare exceptions, but in most instances, archives created by the powerful are the only kind of archive that is available for us or anyone else to collect.

Of course, we are not obliged to – and in practice we are rarely able to – accept everything that is offered to us. For better or for worse, archivists appraise the materials that are on offer and select those they wish to preserve. Many recent commentators have argued that we need to adopt inclusive approaches to appraisal and selection, and that these should include giving priority to materials that in one way or another give voice to the colonised and the marginalised. Such arguments are well-intentioned and often persuasive. But when they are applied to archives created long ago, they can give rise to a dilemma. Much of today's thinking demands archives that are representative of all aspects of the past and do not simply reflect the predominant record-creating interests of previous eras. But it also possible to construct an argument that archives should be representative of the records that were created in the past, and that if the bulk of those records mirrored an unequalitarian ordering of life then the bulk of the archive too should be unequalitarian; we should not try to pretend that the balance of records creation in the past matched today's conceptions of a society in which everyone is represented equally.

I think there is a real difficulty here. At a conference a few years ago, one of our American colleagues spoke about the need to ensure that archives collect materials that 'reflect a comprehensive, inclusive past.'⁴ But however much we want to be inclusive in serving our audiences today, we face the problem that neither the cultural

4

Society of Ohio Archivists, 'SOA 2019 Annual Conference' (2021), https://ohioarchivists.org/annual_conference/soa-annual-conference-2019/.

attitudes nor the record-keeping practices of the past were comprehensive or inclusive.

This, I think, should lead us to ask: if conventional archives are inescapably one-sided, how can we present them sympathetically to users from diverse backgrounds? Again, access systems come into play, and particularly the shape of finding aids. In recent years, archivists have rightly devoted much effort to eliminating offensive language from the finding aids offered to users. Some archivists have also advocated creating finding aids that highlight any references to disadvantaged persons that can be found in the materials being described. This latter approach is well-meant, but I think it can take us into problematic territory. It raises questions of representativeness that are very similar to those that arise in connection with appraisal. Some archivists will argue that the function of a finding aid is not to give prominence to selected highlights in archival materials but to present a description that is representative of the entire scope and contents of the materials concerned; others will claim that the need to redress the imbalances of colonialism overshadows every other consideration.

It is also possible to assert that decolonisation requires us to problematise the finding aid itself. Interestingly, there is no evidence that finding aids were used in any of the early societies that I studied in my book. This may lead us to ask whether the concept of a finding aid is purely a construction of colonial – or at least modern western – culture. Might the requirement to use finding aids to gain access to archives be a tactic that excludes non-western people or reinforces their relegation to a position of marginality? But if the finding aid proves to be an obstacle to the decolonisation of archives, what – if anything – should we replace it with? These questions do not allow any easy answers.

Some activists go further, and argue that the ideas and concepts that have been perceived as the theoretical foundations

of archival work – and especially the principle of provenance – are merely further means of privileging colonial values and denying a voice to colonised peoples.⁵ Where provenance is concerned, some archivists increasingly share this view, but others, I suspect, may find it disturbing.

Undoubtedly, the principle of provenance emerged from archival experience in western cultures, but archivists have widely differing opinions on what it means and how it should be interpreted. If we think that respect for provenance requires us to present archives in ways that permit only a single access route to a rigidly fixed aggregation of documents constructed on a western or Eurocentric model, then it is perfectly possible to make an argument that it excludes or marginalises alternative ways of approaching and comprehending archives. But it seems to me that those who argue in this way take a view of provenance that is outdated and much too narrow.

Like many archival scholars today, I prefer to take a broader view; I see the principle of provenance as a means of emphasising that archives can never be adequately understood unless we have appropriate knowledge of their contexts of creation and accumulation. From this starting point, we can then explore ways in which knowledge of those contexts can be safeguarded while facilitating a variety of access routes and taking full account of the roles, needs, and perspectives of a variety of stakeholders (Yeo, 2015; 2017). I would argue that a rich understanding of the principle of provenance encourages us to do precisely this.

In my book on early societies, I found no examples of archives whose context is irrelevant to their comprehension, and I cannot believe that any such archives exist in the contemporary world. Archives are always shaped by their contexts. Sometimes these

5

See, for example, J. J. Ghaddar and Michelle Caswell, "'To Go Beyond': Towards a Decolonial Archival Praxis', *Archival Science* 19 no.2 (2019), pp.71-85, at pp.78-9.

may be contexts of oppressive rule, sometimes also of resistance to oppression. Archival contexts are multifaceted, and different people will see them in different ways, but their complexity does not diminish their importance. Even commentators whose understandings of archives lead them to foreground orality, or to redefine archives to embrace every aspect of cultural knowledge, should recognise that archives are always contingent on the historical circumstances in which they were developed. To my mind, this understanding is crucial; assaults on the principle of provenance, I would argue, are misguided if they endanger it.

CONCLUSION: ALONG AND AGAINST THE GRAIN

The literature on colonialism and decolonisation constantly grows larger. By far the greater part of this writing is generated outside the discipline of archives, and I cannot claim to have read all or even most of it. But I would like to conclude by drawing attention to the work that speaks to me most powerfully on these subjects. I am thinking of a book by Ann Laura Stoler, entitled *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*, which was published in 2009 and was partly prefigured in an article she wrote for the journal *Archival Science* in 2002.

Stoler is an anthropologist who has studied relations between indigenous people and the colonial state in the former Dutch East Indies, now known as Indonesia. Both in her book and in her article, she notes that, in the political climate that has prevailed since the 1980s or 1990s, almost all scholars in her field have wanted to write histories that give a voice to colonised people in the face of the state's desire to subjugate or efface them. To do this, she says, most scholars

have sought to read the archives of colonial states 'against the grain'. The expression 'against the grain' indicates a resistance to these archives and the worldviews they represent. Scholars, Stoler implies, have believed that colonialist archives must be read in this way in order to rebalance their inherent biases, prejudices, and distortions.

She also argues that these scholars have treated colonialist archives as a resource, a 'site of knowledge retrieval', from which they hope to extract nuggets of information that show indigenous people, not as passive 'objects of colonial discipline', but as active agents who were able to make their own choices and critiques even under colonial rule. She describes this as a 'mining for treasures' and argues that, while the overarching aim of these scholars is commendable, their methodology is unsatisfactory (Stoler, 2002; 2009).

Stoler's preference is for what she calls 'immersement' and reading 'along the grain' of the archive. Reading 'along the grain', she tells us, 'draws our sensibilities to the archive's granular ... texture, to the rough surface that mottles its hue and shapes its form' (Stoler, 2009, p. 53). How, she asks, can students

turn to readings "against the grain" without moving along the grain first? ... How can we compare colonialisms without knowing the circuits ... in which they operated? We need not only to brush against the archive's received categories. We need to read for its regularities, ... its logic of recall, ... its consistencies of misinformation, omission, and mistake – *along* the archival grain. ... To understand an archive one needs to understand the institutions that it served (Stoler, 2002, p. 100-107).

Like many scholars who work in this field, Stoler uses language in ways that are not always easy to grasp at a first reading. But what I think she is saying is that users of archives, even those who are fully committed to decolonisation, must seek to understand why the archive is the way it is, why it uses the vocabulary it employs, and what perceptions, practices, structures, and mind-sets underlie its

construction. They need to comprehend what she calls 'the power in the production of the archive itself' (Stoler, 2002, p. 101). Both for users of archives and for archivists, then, decolonisation does not mean pretending that the colonial archive is something that it is not, or attempting to convert it into something that it is not; rather it must mean understanding it in the contexts in which it developed and grew.

Historian Elizabeth Yale makes this point very succinctly: 'to read them [archives] well,' she says, 'we need to be alert to the ... language, protocols, and customs of their creators. ... Attention ... to the ... context in which the documents are situated can help us to ... recover what we can of non-elite voices' (Yale, 2020, p. 138).

We cannot remove all traces of colonialism from the archives we have inherited from the past, nor can we simply replace them with something more politically acceptable. Nor do I believe that we should attempt to censor them or conceal parts of them from view. As Canadian archivist Greg Bak has observed, rather than trying to remove or suppress what we or others may find offensive, we must acknowledge 'the importance of keeping intact the racism, the colonialism, ... even though it's going to be unsettling, uncomfortable, painful for people to encounter them' (Froger *et al.*, 2024, p. 191). It is one of the paradoxes of decolonisation, Bak argues, that its advocates in the archival profession must continue to provide access to colonialist archives, in order 'to enable the kind[s] of evidence, accountability, and knowledge that [are] essential to decolonize ... society itself' (p. 191).

I believe that Bak is correct. The archives of those who were powerful in the past may often seem repugnant, but they can also serve as a crucial evidence base with which to fight authoritarianism. Like the leaders of the French Revolution, we may need to overcome our initial instinct to try to purge the traces of the *ancien régime*, and accept that there can be real value in preserving the records of tyranny and oppression, without such preservation implying any kind of

acceptance of the regime's values. Where circumstances permit, we can also seek to identify and promote alternative spaces that reflect other worldviews – alternatives that will sit alongside rather than replace colonial archives. We can certainly work towards presenting colonial archives in ways that contextualise them and facilitate their understanding; and we can incorporate ethical and decolonial sensibilities into their management and their modes of access. The way ahead must lie in new and positive actions we can take in future, rather than in trying to erase or rewrite the archival legacy we have inherited from the past.

REFERENCES

- BARBIERI-LOW, A. J.; YATES, R. D. S. **Law, state and society in early imperial China**. v. 2. Leiden: Brill, 2015.
- BAXTER, W. T. Early accounting: the tally and the checker-board. *In*: PARKER, R. H.; YAMEY, B. S. (ed.). **Accounting history**. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- CLEMENS, A.; FARRELL, J. (ed.). **Archivist actions, abolitionist futures**: reimagining archival practice against incarceration. Alexandria: Council on Library and Information Resources, 2025.
- CRAWFORD, M. H. **Roman Statutes**. v. 1. London: Institute of Classical Studies, 1996.
- DANSO, S. B. New records centre opens at Royal Victoria Hospital. **Gambia Daily Observer**, Banjul, 16 Feb. 1995.
- FRIEDRICH, M. The rise of archival consciousness in provincial France: French feudal records and eighteenth-century seigneurial society. **Past & Present**, Oxford, v. 230, suppl. 11, p. 49–70, 2016.
- FROGNER, R.; FRASER, C. G.; BAK, G.; WEBER, G. A conversation about the reconciliation framework. **Archivaria**, [S. l.], n. 97, p. 178–202, 2024.
- GHADDAR, J. J.; CASWELL, M. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. **Archival Science**, Dordrecht, v. 19, n. 2, p. 71–85, 2019.

GONZÁLEZ, J. The *Lex Irnitana*: a new copy of the Flavian municipal law. **Journal of Roman Studies**, Cambridge, v. 76, p. 147–243, 1986.

HOLLOW, A. G. President's message. **Scope and Content**: Monthly ACA Newsletter, [S. l.], v. 5, n. 10, out. 2024. Available in: https://archivists.ca/resources/EmailTemplates/!SC_2024_10%20ACA%20Scope%20and%20Content%20Volume%205,%20Issue%2010%20October%202024/index_preview.html. Access in: 14 Dec. 2025.

HYLAND, S. How khipus indicated labour contributions in an Andean village: An explanation of colour banding, seriation and ethnocategories. **Journal of Material Culture**, London, v. 21, n. 4, p. 490–509, 2016.

INTERNATIONAL RECORDS MANAGEMENT TRUST. **Hospital records 1994–1996**: images of the Trust's work at the Royal Victoria Hospital, Banjul. London: IRMT, 1996.

KINGSTON, R. The French Revolution and the materiality of the modern archive. **Libraries & the Cultural Record**, Austin, v. 46, n. 1, p. 1–25, 2011.

LARSEN, M. T. Introduction: literacy and social complexity. *In*: GLEDHILL, J.; BENDER, B.; LARSEN, M. T. (ed.). **State and society**: the emergence and development of social hierarchy and political centralization. London: Unwin Hyman, 1988.

LARSEN, M. T. What they wrote on clay. *In*: SCHOUSBOE, K.; LARSEN, M. T. (ed.). **Literacy and society**. Copenhagen: Akademisk, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Paris: Librairie Plon, 1955.

MAUNTEL, C. Charters, pitchforks, and green seals: written documents between text and materiality in late medieval revolts. *In*: ENDERWITZ, S.; SAUER, R. (ed.). **Communication and materiality**: written and unwritten communication in pre-modern societies. Berlin: De Gruyter, 2015.

MCCRACKEN, K.; HOGAN-STACEY, S.-S. Decolonial archival futures. Chicago: ALA Neal-Schuman, 2023. Resenha publicada em: **Archivaria**, [S. l.], n. 98, p. 194–196, 2024.

MENNINGER, K. **Number words and number symbols**: a cultural history of numbers. Cambridge: MIT Press, 1969.

PANITCH, J. M. Liberty, equality, posterity? Some archival lessons from the case of the French Revolution. **The American Archivist**, Chicago, v. 59, n. 1, p. 30–47, 1996.

PATTANAYAK, D. P. Literacy: an instrument of oppression. *In*: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (ed.). **Literacy and orality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RIO, A. **Legal practice and the written word in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SALOMON, F. **The cord keepers**: khipus and cultural life in a Peruvian village. Durham: Duke University Press, 2004.

STOLER, A. L. **Alongside the archival grain**: epistemic anxieties and colonial commonsense. Princeton: Princeton University Press, 2009.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. **Archival Science**, vol. 2, p. 87-109.

STONE, W. E. The tally: an ancient accounting instrument. **Abacus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 49-57, 1975.

TAYLOR, L. **Global politics of Welsh Patagonia**: settler colonialism from the margins. Cardiff: University of Wales Press, 2025.

URTON, G.; BREZINE, C. J. Information control in the palace of Puruchuco: an accounting hierarchy in a Khipu archive from coastal Peru. *In*: BURGER, R. L.; MORRIS, C.; MATOS MENDIETA, R. (ed.). **Variations in the expression of Inka power**. Washington, DC: Dumbarton Oaks Research Library, 2007.

YALE, E. Archives and paperwork. *In*: ELIOT, S.; ROSE, J. (ed.). **Companion to the history of the book**. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2020.

YEO, G. Contexts, original orders, and item-level orientation: responding creatively to users' needs and technological change. **Journal of Archival Organization**, London, v. 12, n. 3-4, p. 170-185, 2015.

YEO, G. Continuing debates about description. *In*: MACNEIL, H.; EASTWOOD, T. (ed.). **Currents of archival thinking**. 2. ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017.

YEO, G. **Record-Making and Record-Keeping in Early Societies**. Nova York: Routledge, 2021.

YEO, G. "Let us see what is meant by the word record": concepts of record from the Middle Ages to the early twentieth century. **Archivaria**, [S. l.], n. 93, p. 6-41, 2022.

2

Geoffrey Yeo

REVISITANDO OS ARQUIVOS COLONIALISTAS: ONTEM E HOJE¹

1

Tradução e revisão: Lúcia Maria Velloso de Oliveira e Natália Bolfarini Tognoli.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.2

INTRODUÇÃO

Gostaria de expressar minha gratidão aos organizadores do II Encontro de Arquivos, Cultura e Justiça Social por me concederem a oportunidade de compartilhar algumas reflexões sobre os arquivos colonialistas. Quando recebi o convite, senti-me tanto encantado quanto — devo admitir — um pouco surpreso. A descolonização dos arquivos não é um tema sobre o qual eu tenha escrito, e existem muitos outros especialistas que poderiam ter sido convidados e cujas credenciais nessa área pareceriam mais adequadas do que as minhas.

No recente livro norte-americano *Decolonial Archival Futures* organizado por Krista McCracken e Skylee-Storm Hogan-Stacey, por exemplo, seus coautores se empenham em apresentar cuidadosamente suas posições e identidades. Um deles é de ascendência indígena da nação Mohawk; o outro possui longa trajetória de trabalho com sobreviventes do sistema canadense de escolas residenciais, onde crianças indígenas foram abusadas e forçadas à assimilação ao longo de mais de um século. Os autores afirmam que suas experiências e conexões pessoais os tornam candidatos ideais para estudar a descolonização arquivística e explorar metodologias decoloniais.

Reconheço abertamente que não tenho um perfil semelhante. Se a experiência vivida fosse requisito indispensável para discutir temas decoloniais, eu não poderia reivindicar tal condição. Sou, de certo modo, uma pessoa “indígena” — no sentido de ser nativo de onde nasci. Meus antepassados, até onde sei, viveram e morreram na Grã-Bretanha ao longo de incontáveis gerações. Mas, a menos que se admita que meus ancestrais remotos tenham sofrido sob a ocupação romana ou sob a invasão anglo-saxônica há mais de mil e quinhentos anos, nem eu nem eles fomos vítimas de opressão colonial.

Como integrantes da classe trabalhadora, meus ancestrais mais próximos certamente experimentaram as desigualdades de viver em uma sociedade onde a riqueza se concentrava nas mãos de poucos indivíduos da elite, mas eu não descreveria essas desigualdades como coloniais. Pelo contrário, pode-se argumentar que até mesmo os trabalhadores britânicos acabaram se tornando beneficiários do colonialismo, por meio da prosperidade que o Império Britânico trouxe à nação inglesa às custas de outros povos.

Nem eu nem meus pais, contudo, estivemos diretamente envolvidos na administração cotidiana do império ou na exploração de seus povos submetidos. E, como explicarei mais adiante neste texto, minha interação mais intensa com o legado arquivístico do império levantou mais perguntas do que respostas.

Talvez eu possua uma única credencial que me permita falar sobre inclusão e rejeição de valores colonialistas. A universidade em que trabalho, em Londres, foi a primeira universidade inglesa a admitir estudantes independentemente de sua religião e a buscar a constituição de um corpo docente e discente diverso. Nosso reitor reafirmou recentemente o compromisso institucional com o pluralismo, em um mundo no qual tais compromissos têm sido cada vez mais atacados. Procurarei refletir, neste texto, alguns elementos dessa visão.

Quando recebi o convite, perguntei-me o que poderia dizer sobre o tema sem simplesmente repetir o que tantos outros já disseram. Decidi, então, que começaria examinando o assunto sob uma perspectiva histórica, discutindo alguns aspectos do colonialismo que aparecem em meu livro *Record-Making and Record-Keeping in Early Societies* (Yeo, 2021).

Assim, neste artigo, farei primeiramente uma breve incursão pela história dos arquivos e, em seguida, buscarei construir, a partir dessas explorações históricas, algumas reflexões sobre a descolonização dos arquivos na atualidade.

COLONIZAÇÃO: UMA EXCURSÃO HISTÓRICA

As palavras *colônia* e *colonização* têm longa trajetória histórica. Ambas derivam do termo latino *colonia*, utilizado pelos antigos romanos para designar um assentamento de colonos. Há dois mil anos, em toda a Europa, Roma fundou muitas dessas colônias — frequentemente formadas por veteranos dispensados do exército. Cada *colonia* era estruturada como uma cidade-modelo romana.

Sabe-se que a produção de registros fazia parte desse processo: cada nova colônia deveria designar um escriba encarregado de manter suas contas financeiras. Esses escribas eram obrigados a prestar juramento de que manteriam os registros com exatidão; aqueles que se recusassem a jurar eram impedidos de fazer anotações nos arquivos cívicos (Crawford, 1996; González, 1986).

Hoje, entretanto, o termo “colonização” abrange uma gama muito mais ampla de significados, que vão desde o envio de colonos para ocupar territórios desabitados (como na colonização portuguesa da Madeira na década de 1420) até situações em que uma nação impõe domínio político e econômico sobre outra (como o fez a Grã-Bretanha na Índia nos séculos XVIII e XIX), chegando a episódios de conquista violenta, com extermínio ou escravização dos habitantes originais (como na colonização das Ilhas Chatham, a leste da Nova Zelândia, por um grupo maori em 1835).

Em minha pesquisa para o livro citado, identifiquei exemplos antigos de colonização distribuídos ao longo desse espectro. Alguns episódios envolviam o estabelecimento de assentamentos, enquanto outros implicavam subjugação militar forçada — e muitos combinavam ambos os elementos. Alguns casos, como as colônias elamitas de cinco mil anos atrás, em território hoje correspondente ao Irã, foram relativamente efêmeros: os elamitas exportaram para essas

colônias seus procedimentos administrativos e práticas de gestão de registros, mas as colônias foram abandonadas após um ou dois séculos, e a escrita administrativa cessou com a partida dos colonos (Yeo, 2021). Em outros casos, os povos conquistados permaneceram sob condição colonial por longos períodos — o domínio romano na Espanha, por exemplo, durou mais de seiscentos anos.

Pesquisadores que seguem as trilhas de Claude Lévi-Strauss e Michel Foucault frequentemente associaram o uso de registros escritos e arquivos a práticas de opressão e exploração de povos subjugados. Em grande medida, meu estudo sobre a produção e manutenção de documentos em sociedades antigas confirma essa associação. O Império Asteca, por exemplo, baseava sua economia no tributo — a transferência obrigatória e regular de bens das comunidades conquistadas. A arrecadação desse tributo era sustentada por registros pictográficos, que detalhavam os pagamentos devidos e realizados por cada comunidade. Todos os produtos arrecadados eram levados à capital asteca, onde os registros contábeis eram verificados e conferidos (Yeo, 2021). Após a invasão espanhola, a situação se inverteu: os oficiais espanhóis passaram a usar registros escritos para facilitar a cobrança de tributos dos astecas conquistados — da mesma forma que os próprios astecas haviam usado registros para impor tributos a seus povos dominados.

Além das formas escritas de registro, meu livro também examinou práticas não escritas. Arqueólogos acreditam que, milhares de anos antes do surgimento da escrita, nossos ancestrais já utilizavam elementos do ambiente, canções, danças e rituais como instrumentos de memória. Em diversas regiões, descobriram-se formas rudimentares de contagem — como marcas em ossos ou bastões de madeira — que serviam para registrar quantidades. Outro dispositivo muito difundido era o cordão com nós (*kipu*), encontrado em diferentes continentes, do Alasca ao Chile, e também em partes da Ásia e da África. Para criadores de gado ou agricultores, adicionar um nó

a um cordão podia significar o acréscimo de um animal ao rebanho ou a entrada de um saco de cereal no armazém coletivo.

Em inglês, tais cordões ou bastões não seriam normalmente chamados de *documents* ou *registers*, mas considero apropriado descrevê-los como registros (*records*). Serviam como instrumentos de memória e evidência, não necessariamente de coerção. Argumentei, no livro, que seu uso inicial não se originou do desejo de um grupo dominar outro, mas da necessidade de lembrar informações e comprovar transações em caso de disputas. Com o tempo, contudo, indivíduos em posições de autoridade perceberam que o registro podia também sustentar estruturas de poder: permitia monitorar obrigações e cobrar responsabilidades daqueles em posição inferior. Assim, os registros se tornaram instrumentos de controle, que possibilitavam aos governantes e administradores vigiar o cumprimento das tarefas e dos tributos.

Em sociedades como a Mesopotâmia, o Egito e a China, as técnicas de escrita emergiram justamente quando se formavam Estados centralizados, caracterizados por divisões sociais e apropriação de recursos pelas elites. Superficialmente, pode parecer que a escrita foi o elemento que transformou os registros em mecanismos de dominação. Contudo, em algumas regiões, o uso de registros como base de autoridade antecedeu o surgimento da escrita; registros não escritos também foram utilizados para controlar subordinados e administrar recursos (Larsen, 1988).

Dispositivos como bastões entalhados ou cordões com nós, porém, codificavam apenas um número limitado de variáveis. Os governantes desejavam informações mais detalhadas sobre a produção e circulação de bens, e o advento da escrita proporcionou o nível de controle desejado. Por permitir registros mais precisos e detalhados, a escrita tornou-se um instrumento de poder das elites. Em todas as regiões onde foi adotada, ela permitiu aos Estados monitorar amplos conjuntos de atividades econômicas.

Na Mesopotâmia, como observou o assiriólogo Mogens Larsen, um único documento escrito podia “regular transações envolvendo dezenas de milhares de pessoas” (Larsen, 1988, p. 139). Na China, sob os imperadores Han, o Estado empregava registros escritos em grande escala para organizar a conscrição de trabalhadores para o serviço obrigatório (Barbieri-Low; Yates, 2015).

No Império Inca, resultados semelhantes foram obtidos sem o uso da escrita. Os incas desenvolveram os *quipus*, cordões com nós intrincados utilizados para registrar medições de terra, censos e, sobretudo, tributos em trabalho. O Estado inca empregava rigorosos sistemas contábeis para gerir a cobrança desses tributos, e os *quipus* desempenhavam papel central nesse processo, armazenando informações que circulavam por toda a hierarquia administrativa (Urton; Brezine, 2007). Os *quipus* demonstram que os registros podem funcionar como instrumentos de poder e opressão mesmo sem a escrita — sustentando e formalizando a autoridade dos governantes.

Com o passar do tempo, porém, em muitas sociedades analisadas, outros grupos além das elites passaram a perceber as vantagens da produção documental. Na Mesopotâmia e Egito, comerciantes e agricultores começaram a manter cartas e contas que favoreciam o crescimento de seus negócios, e famílias guardavam títulos de propriedade para proteger seus bens. A manutenção de registros, embora instrumento de hegemonia, também podia oferecer segurança e garantia de direitos aos cidadãos comuns.

Ainda assim, os registros escritos permaneceram inacessíveis aos mais pobres e menos instruídos. Na Europa medieval, por exemplo, apenas membros da aristocracia controlavam arquivos. Essa associação entre registro e privilégio se evidenciou em revoltas populares, como a revolta dos camponeses na Inglaterra (1381), quando líderes insurgentes promoveram a queima de documentos que simbolizavam servidão e subjugação (Mauntel, 2015).

Outro exemplo da exclusividade dos registros pode ser observado na França do século XVIII, onde profissionais conhecidos como feudistas organizavam arquivos com o propósito de fortalecer os direitos feudais dos senhores contra seus camponeses e rivais (Friedrich, 2016). Durante a Revolução Francesa, os novos dirigentes inicialmente buscaram destruir os registros do passado feudal, reconhecendo apenas mais tarde seu valor cultural e histórico (Kingston, 2011; Panitch, 1996).

Mesmo em sociedades dominadas pela escrita, práticas não escritas de registro e memória persistiram. Tradições orais floresceram em quase todas as regiões, agricultores e comerciantes europeus continuaram a usar bastões de contagem até os séculos XIX e XX (Baxter, 1994; Menninger, 1969; Stone, 1975). No Peru, comunidades indígenas mantiveram o uso dos *quipus* até o século XX (Hyland, 2016; Salomon, 2004). O avanço da escrita, portanto, não eliminou por completo outras formas de testemunho e lembrança.

Entretanto, é possível afirmar que, entre os séculos XIII e XX, a maioria dos registros era escrita, produzida por ou para membros da elite, e servia aos interesses do **Estado** e das **autoridades**. Isso é particularmente verdadeiro para os documentos que chegaram aos **arquivos institucionais formais** — muitos dos quais sustentaram empreendimentos coloniais e perpetuaram **dinâmicas de poder** (Yeo, 2022, grifo nosso).

COLONIALISMO E ARQUIVOS COLONIALISTAS HOJE

Ao observarmos os arquivos atuais, percebemos que seu viés elitista não é um fenômeno novo. O que se torna inédito no século XXI é o reconhecimento explícito dessa parcialidade e o esforço

deliberado de muitos arquivistas para corrigir as desigualdades que ela perpetuou ao longo do tempo.

Um exemplo recente pode ser encontrado na declaração da presidente da Associação Canadense de Arquivistas, que afirmou:

Enquanto profissionais de arquivo, reconhecemos que nossas práticas arquivísticas têm perpetuado uma ideologia colonial. Percebo isso em meu próprio arquivo, que privilegia as conquistas e as vozes da sociedade eurocêntrica colonizadora, em detrimento das vozes das Primeiras Nações, dos inuítes e dos métiis (Hollow, 2024).

Embora a referência diga respeito ao contexto canadense, reflexões semelhantes se multiplicam em outras partes do mundo. Arquivistas de diferentes países reconhecem que, nos registros escritos produzidos pelos colonizadores, os povos indígenas e os grupos subalternos quase nunca aparecem com suas próprias vozes. Quando aparecem, é normalmente a partir da perspectiva do Estado colonial — retratados como “problemas”, “ameaças” ou “fardos” para os recursos públicos, negando-lhes agência e humanidade. Além disso, os sistemas de organização e acesso aos arquivos foram desenhados segundo a lógica dos colonizadores, ignorando completamente as formas indígenas de conhecimento e de acesso à memória.

Essas observações se tornaram recorrentes na literatura do Canadá e dos Estados Unidos, e também têm sido discutidas na Austrália, onde as preocupações e os desafios são muito semelhantes. Alguns autores observam que criadores de registros e arquivistas trabalharam historicamente em contextos culturais excludentes, aceitando como “naturais” as práticas discriminatórias. Outros vão além e lembram que, em certas circunstâncias, arquivistas e agentes do Estado tomaram decisões deliberadas para eliminar evidências relativas a povos indígenas ou a outras comunidades marginalizadas. De um modo ou de outro, há consenso de que os povos colonizados foram empurrados para as margens do registro histórico,

e que ações reparadoras se tornaram urgentemente necessárias (Ghaddar; Caswell, 2019).

Na Grã-Bretanha, o cenário é distinto, e as perspectivas acadêmicas variam de acordo com esse contexto. Pode-se argumentar que, nos séculos XVIII e XIX, os britânicos foram os colonizadores, não os colonizados. Embora essa formulação simplifique uma realidade mais complexa, há nela um fundo de verdade. Isso não significa que o país esteja isento de problemas de marginalização ou desigualdade. Pelo contrário: a história britânica é repleta de opressões internas — econômicas, raciais e sociais — contra grupos não pertencentes às elites. Como em quase todas as sociedades letradas dos últimos cinco mil anos, os trabalhadores e as classes populares foram explorados e excluídos dos registros arquivísticos. Os documentos escritos foram produzidos majoritariamente por capitalistas, proprietários de terras e autoridades do Estado. Até tempos recentes, poucos registros eram criados por grupos subalternos. Assim, embora o racismo e a marginalização sejam reais na Grã-Bretanha, Yeo (2022) argumenta que as vítimas dessas desigualdades não são necessariamente vítimas do colonialismo, mas de outras formas de preconceito e de injustiça estrutural.

Alguns críticos defendem hoje uma ampliação do conceito de colonialismo, de modo a incluir toda forma de abuso ou dominação sobre grupos desfavorecidos. Yeo, no entanto, prefere manter o uso tradicional do termo, restrito à relação entre colonizadores e colonizados, pois considera que isso ajuda a compreender por que as questões de descolonização arquivística na Grã-Bretanha se diferenciam das abordagens canadenses e australianas.

Um século atrás, o Império Britânico possuía um vasto conjunto de territórios ultramarinos — e conserva, até hoje, inúmeros arquivos de pessoas e instituições que participaram ativamente do empreendimento colonial. O legado do império, porém, não se limita a esses documentos. A Grã-Bretanha também foi responsável por

implantar sistemas de registro governamental em diversas colônias, inspirados no modelo do *Public Record Office*. Essa estrutura foi imposta — “para o bem ou para o mal”, nas palavras de Yeo — a povos cujas culturas nativas eram profundamente diferentes (Yeo, 2015).

Além disso, o país ainda guarda em seus arquivos inúmeros documentos originários de ex-colônias, muitos dos quais foram transferidos ou removidos de seus territórios de origem. O governo britânico é frequentemente acusado de intransigência por se recusar a repatriar esses acervos, ou por fazê-lo de modo muito mais restrito do que reivindicam historiadores e líderes nacionais de antigas colônias.

ASSUMINDO COMPROMISSOS: RESPOSTAS AO COLONIALISMO

Em escala global, as questões relacionadas ao colonialismo — passado e presente — são múltiplas e diversas. Diante desse cenário, cabe-nos perguntar: como devem os arquivistas responder a esses desafios? A amplitude da pergunta é enorme e, dentro dos limites deste texto, só é possível indicar alguns caminhos, baseados em parte nas experiências profissionais e nos estudos históricos do autor.

Alguns arquivistas, especialmente nos Estados Unidos, afirmam que o compromisso com a descolonização implica também um compromisso com a abolição de prisões e do policiamento. Argumenta-se que os registros criados por instituições policiais e penitenciárias expressam quase exclusivamente a perspectiva institucional, silenciando completamente as vozes de suspeitos e detentos. Mesmo em sociedades democráticas, pessoas encarceradas são privadas do acesso pleno aos registros sobre si mesmas e às evidências de sua própria história. A partir dessa constatação,

alguns autores propõem reimaginar os arquivos com base em valores abolicionistas, como afirmam Clemens e Farrell (2025), para que as práticas arquivísticas contribuam para reparar estruturas de violência e exclusão.

Trata-se, evidentemente, de um terreno político e ético complexo, que ultrapassa o escopo deste artigo. Mas, qualquer que seja nossa visão sobre os sistemas de justiça e segurança — visão que, inevitavelmente, dependerá das experiências concretas de cada sociedade —, o trabalho de arquivistas comprometidos com a abolição revela duas verdades incômodas: (1) os arquivos, tal como estão estruturados hoje, não servem igualmente a todos os seres humanos; e (2) os esforços para corrigir esse desequilíbrio nos conduzem a debates profundos sobre o conceito de criminalidade, o papel da lei e a função da memória institucional (Yeo, 2022).

Neste texto, contudo, proponho compreendermos “descolonização” não como um rótulo genérico de resistência a todas as injustiças sociais, mas como um processo de enfrentamento dos resquícios coloniais herdados dos impérios do passado. Sob essa ótica, chamo a atenção para um equívoco recorrente: os discursos sobre descolonização costumam assumir uma narrativa dicotômica e simplificada — de um lado, os perpetradores; de outro, as vítimas. Supõe-se que uma linha clara separa opressores e oprimidos, e que o comportamento dos primeiros pode ser universalmente condenado. O termo “vítimas” é muitas vezes substituído por “sobreviventes”, em busca de uma conotação de resistência; mas o fato é que muitos dos vitimados não sobreviveram ao sofrimento imposto (Yeo, 2022).

Para ilustrar a complexidade dessas relações, apresento um exemplo da América do Sul. Em 1865, um grupo de emigrantes galeses navegou até a Patagônia argentina e fundou uma colônia em uma região então considerada inóspita. A colônia prosperou e, segundo diversos relatos, os colonos conseguiram manter boas relações tanto com os povos indígenas vizinhos quanto com o governo argentino

(Taylor, 2025). De quem, afinal, era o território colonizado? Os povos indígenas não foram deslocados, e o sofrimento que posteriormente recaiu sobre eles não resultou da ação dos galeses, mas da intervenção do Estado argentino, que passou a reivindicar a soberania sobre toda a região. Importa lembrar que a Argentina havia sido, ela própria, uma colônia espanhola até 1816, apenas cinquenta anos antes da chegada dos galeses.

A história, portanto, não se enquadra facilmente nas narrativas binárias de colonizadores e colonizados. Os colonos galeses foram, de certo modo, colonizadores, mas o País de Gales também havia sofrido dominação inglesa por séculos. Assim, a migração patagônica pode ser interpretada simultaneamente como fuga de uma condição colonial e como empreendimento colonizador, ainda que relativamente benigno. Nesse contexto, os papéis de opressor e oprimido se entrelaçam, e o exemplo mostra que as categorias rígidas da análise decolonial nem sempre dão conta da realidade histórica (Taylor, 2025).

Conto, então, um segundo episódio, baseado em minha própria experiência profissional em outro continente, que reforça a ideia de que a relação entre colonizador e colonizado é frequentemente ambígua e multifacetada. Na década de 1990, trabalhei para o *International Records Management Trust* (IRMT) em um projeto de modernização dos sistemas de registro de um hospital na Gâmbia — o *Royal Victoria Hospital*. O nome, já por si só, evocava o passado colonial. Embora o país fosse independente, a instituição mantinha modelos administrativos e médicos herdados da Grã-Bretanha: o idioma oficial de trabalho era o inglês, e os cuidados de saúde seguiam exclusivamente a medicina europeia, sem incorporar práticas tradicionais africanas (Danso, 1995; IRMT, 1996).

O sistema de registros hospitalares — também concebido segundo o padrão britânico — havia entrado em colapso. Em 1994, era praticamente impossível localizar o histórico médico de um paciente

em consultas subsequentes. Com financiamento externo, o projeto buscou restabelecer a organização dos registros: construiu-se um novo repositório, os documentos foram ordenados e indexados, criaram-se novos modelos para registros futuros, e a equipe local recebeu treinamento. Em dois anos, o sistema documental foi restaurado e voltou a servir ao atendimento médico (Danso, 1995; IRMT, 1996).

Apesar do êxito, as soluções adotadas eram completamente ocidentalizadas. As únicas concessões às condições locais foram: (1) a decisão de não digitalizar os arquivos, devido à falta de infraestrutura tecnológica; e (2) o reconhecimento de que, em um país de baixo índice de alfabetização, seria necessário adaptar os formulários para pacientes que não sabiam escrever o próprio nome ou informar a data de nascimento. Em todos os demais aspectos, os registros — assim como os métodos clínicos — seguiram o modelo europeu, sem incorporar formas africanas de memória e documentação. Do ponto de vista de uma crítica decolonial, poder-se-ia afirmar que o projeto reproduziu práticas colonialistas, perpetuando modos de gestão e registro ocidentais.

Contudo, resisto a uma condenação simplista. Recordo uma conversa marcante com a chefe da unidade pediátrica, uma médica gambiana. Ela me relatou que as mães de crianças doentes, nas zonas rurais, procuravam primeiro os curandeiros locais e só levavam os filhos ao hospital quando o quadro se agravava — muitas vezes tarde demais. “Se as mães trouxessem as crianças logo ao hospital”, disse ela, “poderíamos salvar muito mais vidas”. Diante disso, concluí que a imposição de práticas externas, por mais “colonial” que parecesse sob o prisma cultural, não era necessariamente negativa: nesse caso, poderia significar a diferença entre a vida e a morte.

Essa experiência deve nos fazer refletir. Nem toda intervenção de origem ocidental deve ser automaticamente rejeitada; ao mesmo tempo, aqueles formados no pensamento ocidental não têm motivo para complacência. Quando se trata de memória, identidade

e cultura, os registros frequentemente assumem significados muito diferentes. A produção de documentos pode trazer benefícios concretos a indivíduos marginalizados, mas, ao longo da história, sua função predominante tem sido reforçar o poder das elites. Em todas as partes do mundo, as classes dominantes conseguiram registrar suas próprias versões da história, excluir narrativas alternativas e controlar a preservação e o acesso aos arquivos. As vozes subalternas foram frequentemente distorcidas ou silenciadas (Yeo, 2021).

Mesmo em contextos hospitalares, os registros documentam a voz dos médicos e enfermeiros, não dos pacientes. E, da mesma forma, em contextos coloniais, as vozes dos colonizados quase sempre aparecem subordinadas às dos colonizadores.

Em nossas respostas a esses desafios, considero útil distinguir as estratégias aplicáveis aos arquivos do presente e do futuro daquelas que podemos empregar em relação aos registros herdados do passado.

Podemos começar examinando os protocolos que orientam a criação de documentos hoje e também os processos de coleta e curadoria de materiais arquivísticos contemporâneos.

Uma estratégia promissora é incentivar organizações e órgãos públicos a criar registros que refletem perspectivas diversas e consideram os sujeitos documentados não apenas como objetos de registro, mas como coautores de suas próprias narrativas. Meus colegas na *University College London*, por exemplo, trabalharam recentemente em um projeto que procurou convencer instituições envolvidas no cuidado de crianças a produzir registros que incorporassem múltiplas vozes — incluindo as das próprias crianças — e não apenas a visão dos profissionais encarregados delas (UCL, 2022).

Para quem busca descolonizar instituições arquivísticas, uma abordagem amplamente utilizada tem sido ampliar as políticas de coleta, de modo a incluir materiais produzidos por — ou sobre —

as vítimas do colonialismo. Com frequência, o escopo institucional é expandido para abarcar novos tipos de material, nem sempre reconhecidos como arquivísticos em sentido tradicional. Muitas instituições têm procurado registrar ou transcrever tradições orais, relatos verbais e memórias vivas do passado, entendendo que essas vozes complementam — e às vezes corrigem — as lacunas deixadas pelos arquivos coloniais.

Além de promover a diversificação da produção e da preservação documental, a descolonização dos arquivos também requer revisões nas formas de acesso, nas relações entre instituições, depositantes e comunidades usuárias. Cada vez mais, reconhece-se a importância de abordagens participativas e inclusivas, nas quais os sujeitos documentados têm voz ativa na representação de si mesmos.

Ainda assim, mesmo com todas essas iniciativas, percebo que muitas comunidades não elitizadas ou vítimas do colonialismo continuam relutantes em confiar seus acervos às instituições formais. A falta de confiança, o receio de perder o controle sobre suas histórias e as relações tensas com o setor institucional levam essas comunidades a preservarem seus próprios materiais, fundando o que chamamos de arquivos comunitários. Esses arquivos representam não apenas um gesto de autonomia, mas também um ato político de resistência à hegemonia institucional. Cresce, inclusive, o reconhecimento de que muitas comunidades indígenas ou não ocidentais possuem formas próprias de preservar a memória e construir identidade — formas que não se adequam aos modelos arquivísticos ocidentais. Por isso, muitos arquivistas hoje procuram estimular e apoiar alternativas de curadoria e preservação fora dos muros das instituições tradicionais.²

Pode parecer relativamente simples sustentar a descolonização por meio da preservação de materiais contemporâneos, que já refletem a diversidade de nossa sociedade atual. Mas a situação

2 Ver J. J. Ghaddar and Michelle Caswell, "'To Go Beyond': Towards a Decolonial Archival Praxis," *Archival Science* 19 no.2 (2019), pp. 71-85, at pp. 78-9.

torna-se muito mais complexa quando tentamos aplicar perspectivas inclusivas e decoloniais a registros de épocas anteriores. Não é fácil imaginar como as instituições arquivísticas poderiam “corrigir” os desequilíbrios documentais do século XVI ou da Idade Média, por exemplo, coletando novos testemunhos — pois tais materiais simplesmente não existem. Abundam documentos produzidos por proprietários de terras, elites e Estados, mas quanto mais recuamos no tempo, menos viável se torna encontrar registros de grupos não elitizados, de tradições orais ou de memórias marginais (Yeo, 2021).

Há, evidentemente, raras exceções — mas, na maioria dos casos, os arquivos criados pelos poderosos são os únicos disponíveis para estudo e preservação. Isso nos coloca diante de um dilema: devemos tentar “equilibrar” artificialmente o passado, produzindo uma representação que jamais existiu, ou devemos preservar a desigualdade documental como parte da verdade histórica?

Como arquivistas, não somos obrigados — nem mesmo capazes — de guardar tudo o que nos é oferecido. Seleccionamos, avaliamos, decidimos o que merece ser preservado. Muitos autores recentes têm defendido uma avaliação inclusiva, priorizando materiais que amplifiquem vozes marginalizadas. A proposta é generosa e, em muitos contextos, extremamente valiosa. No entanto, quando aplicada a arquivos muito antigos, ela cria tensões. Grande parte do pensamento contemporâneo exige que os arquivos sejam representativos de toda a experiência humana, e não apenas dos grupos dominantes. Mas, ao mesmo tempo, é possível argumentar que os arquivos devem refletir fielmente o universo documental que existiu — e que, se esse universo foi desigual, os arquivos também o serão. Não se trata, portanto, de “corrigir” o passado, mas de compreendê-lo criticamente.

Em um congresso há alguns anos, ouvi uma colega norte-americana defender a necessidade de reunir documentos que “reflitam um passado abrangente e inclusivo”. Concordo com a intenção,

mas lembro que nem as atitudes culturais nem as práticas documentais do passado foram inclusivas ou abrangentes. Devemos, sim, buscar uma interpretação plural, mas sem distorcer o que os arquivos realmente são.

Essa reflexão me conduz a uma pergunta prática: se os arquivos são inevitavelmente parciais e assimétricos, como podemos apresentá-los de modo empático e significativo para públicos diversos?

Os sistemas de acesso e, em especial, os instrumentos de descrição têm papel central nesse desafio. Nos últimos anos, nós, arquivistas, temos nos empenhado em eliminar termos ofensivos e discriminatórios dos instrumentos de pesquisa. Alguns colegas também propuseram realçar, nas descrições, todas as referências a pessoas ou grupos marginalizados. Essa abordagem é bem-intencionada, mas traz seus próprios dilemas. Até que ponto devemos ressaltar certos fragmentos do acervo? A função do instrumento de descrição é representar o conjunto do acervo ou compensar lacunas históricas? Alguns defendem a primeira posição; outros acreditam que o dever ético de corrigir as injustiças coloniais deve prevalecer sobre qualquer neutralidade descritiva.

Há quem vá ainda mais longe e argumente que a própria ideia de instrumento de pesquisa é um produto do pensamento colonial ocidental. De fato, em meus estudos sobre sociedades antigas (Yeo, 2021), não encontrei evidências de uso de instrumentos de busca. Isso nos leva a questionar: o conceito de guia ou inventário seria uma construção da cultura moderna eurocêntrica? O uso obrigatório de instrumentos de descrição poderia, em certos contextos, excluir grupos não ocidentais, reforçando sua marginalização? E, se isso for verdade, o que poderíamos colocar em seu lugar? Essas perguntas não têm respostas fáceis — mas são fundamentais se quisermos repensar os modos de acesso e mediação.

Alguns ativistas vão além, propondo que os próprios fundamentos teóricos da arquivologia, especialmente o princípio da

proveniência, são mecanismos de reprodução de valores coloniais. Confesso que essa visão é desconfortável para muitos de nós. É inegável que o princípio da proveniência nasceu de experiências ocidentais, mas isso não significa que devamos rejeitá-lo. O problema está na interpretação restritiva que, por muito tempo, dominou a teoria arquivística: a ideia de que respeitar a proveniência significa apenas preservar uma estrutura rígida de origem única e linear. Essa leitura estreita realmente pode excluir formas alternativas de compreender os arquivos, principalmente aquelas que valorizam relações múltiplas, memórias coletivas e autoria compartilhada.

Mas eu — como muitos arquivistas contemporâneos — prefiro uma visão ampliada da proveniência. Para mim, o princípio não serve para restringir o acesso, e sim para garantir a compreensão contextual dos arquivos. É a partir do conhecimento de seus contextos de criação e acumulação que podemos interpretar corretamente os documentos, sem impor-lhes significados arbitrários. Isso não impede que se construam múltiplos caminhos de acesso, nem que se considerem as necessidades e perspectivas de diferentes comunidades. Pelo contrário, uma compreensão profunda da proveniência nos permite abrir o arquivo ao diálogo, sem perder de vista sua historicidade (Yeo, 2015; Yeo, 2017).

Em meus estudos sobre sociedades antigas, nunca encontrei um arquivo cujo contexto fosse irrelevante para sua compreensão — e duvido que existam exemplos assim no mundo contemporâneo. Os arquivos são sempre modelados por seus contextos de criação: contextos de poder, de resistência, de opressão ou de sobrevivência. Esses contextos são complexos e variáveis, mas nunca deixam de ser essenciais. Mesmo as perspectivas mais radicais, que buscam redefinir os arquivos como práticas culturais amplas ou orais, precisam reconhecer que todo arquivo é condicionado por suas circunstâncias históricas. Por isso, acredito que atacar o princípio da proveniência sem distinguir sua dimensão contextual e crítica é um equívoco que ameaça a própria compreensão dos arquivos.

CONCLUSÃO: A FAVOR E CONTRA O GRÃO

A literatura sobre colonialismo e descolonização cresce continuamente. Grande parte desse corpo teórico é produzida fora do campo da arquivologia, e eu não poderia afirmar que tenha lido tudo — ou sequer a maior parte. Ainda assim, gostaria de encerrar este texto chamando a atenção para uma autora cuja obra me parece especialmente iluminadora: a antropóloga Ann Laura Stoler.

Refiro-me em particular ao livro *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (2009) e ao artigo anterior, publicado na revista *Archival Science*, intitulado *Colonial Archives and the Arts of Governance* (2002). Stoler estudou as relações entre os povos indígenas e o Estado colonial nas antigas Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia).

Ela observa que, desde as décadas de 1980 e 1990, a maioria dos estudiosos do colonialismo tem procurado escrever histórias que devolvam voz aos povos colonizados, em oposição ao desejo do Estado de silenciá-los ou apagá-los. Para isso, tais estudiosos se dedicam a “ler os arquivos coloniais contra o grão” (*against the grain*), expressão que designa uma leitura crítica e resistente: trata-se de enfrentar o arquivo e o sentido de mundo que ele encarna, buscando revelar o que ele tenta ocultar (Stoler, 2002).

Segundo Stoler, essa prática implica tratar os arquivos coloniais como recursos — “lugares de extração de conhecimento” — dos quais se busca retirar fragmentos que evidenciem a agência dos colonizados, mostrando-os não como “objetos da disciplina colonial”, mas como sujeitos históricos capazes de agir, resistir e criticar. Ela descreve esse processo como uma “mineração de tesouros” e, embora reconheça o mérito político dessa postura, considera sua metodologia insatisfatória (Stoler, 2009).

Stoler propõe, em vez disso, o que chama de “imersão” e de leitura “a favor do grão” (*along the grain*). Ler “a favor do grão,” escreve ela, nos leva a perceber a textura granular do arquivo, a rugosidade que lhe dá forma e cor. Como podemos, pergunta Stoler, “ler contra o grão sem antes mover-nos ao longo dele?” Para compreender os colonialismos, diz ela, é preciso conhecer os circuitos de funcionamento dos arquivos, suas lógicas de lembrança e esquecimento, suas regularidades e inconsistências — suas “constâncias de desinformação, omissão e erro” (Stoler, 2009, p. 47-48). Em suma: para entender o arquivo, é preciso entender as instituições que o serviram.

Reconheço que Stoler escreve de modo denso e, às vezes, difícil de decifrar à primeira leitura. Mas creio que sua proposta é profundamente relevante para nós, arquivistas. Ela nos lembra que, mesmo quando comprometidos com a descolonização, devemos buscar compreender por que o arquivo é o que é, por que utiliza determinada linguagem, quais estruturas e mentalidades sustentam sua produção e que formas de poder se exercem em sua construção. Devemos reconhecer o que Stoler chama de “o poder na própria produção do arquivo” (Stoler, 2002, p. 101).

Para mim, isso significa que a descolonização não consiste em fingir que o arquivo colonial não é colonial, nem em tentar transformá-lo em algo que ele nunca foi. Significa, antes, entendê-lo dentro de seus contextos de formação e operação e interpretá-lo criticamente à luz desses contextos.

A historiadora Elizabeth Yale expressa essa ideia com clareza admirável ao afirmar que, para “ler bem os arquivos”, é preciso estar atento à linguagem, aos protocolos e aos costumes de seus criadores — pois essa atenção nos ajuda a recuperar, tanto quanto possível, as vozes não elitizadas (Yale, 2020).

Não podemos eliminar todos os vestígios do colonialismo dos arquivos que herdamos, nem os substituir por algo “politicamente

mais aceitável". Tampouco acredito que devamos censurá-los ou ocultá-los. Como argumenta o arquivista canadense Greg Bak, precisamos reconhecer "a importância de manter intactos o racismo, o colonialismo e outros aspectos perturbadores desses acervos, mesmo que isso cause desconforto e dor a quem os encontra" (Frogner *et al.*, 2024, p. 191). É um dos paradoxos da descolonização: para que possamos realmente descolonizar a sociedade, precisamos manter o acesso aos arquivos colonialistas, pois é neles que residem as evidências, as responsabilidades e os conhecimentos necessários à transformação.

Concordo inteiramente com essa posição. Os arquivos dos poderosos podem nos parecer repulsivos, mas constituem também instrumentos essenciais de prova e responsabilização. Como os líderes da Revolução Francesa acabaram reconhecendo, há valor histórico e moral em preservar os registros da tirania, desde que essa preservação não signifique concordância com os valores do regime. Devemos, sempre que possível, contextualizar os arquivos colonialistas, apresentá-los criticamente e integrar princípios éticos e decoloniais em sua gestão e em seus modos de acesso.

Acredito que o caminho para a descolonização não passa por apagar o passado, mas por agir de forma nova e positiva no presente. Devemos construir alternativas — espaços de memória que expressem outros modos de ver e narrar o mundo, que coexistam com os arquivos colonialistas sem serem dominados por eles. Descolonizar, em última instância, não é destruir o arquivo, mas compreendê-lo, expô-lo e transformá-lo em ferramenta de justiça e reflexão.

REFERÊNCIAS

BARBIERI-LOW, A. J.; YATES, R. D. S. **Law, state and society in early imperial China**. v. 2. Leiden: Brill, 2015.

BAXTER, W. T. Early accounting: the tally and the checker-board. *In*: PARKER, R. H.; YAMEY, B. S. (ed.). **Accounting history**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

CLEMENS, A.; FARRELL, J. (ed.). **Archivist actions, abolitionist futures**: reimagining archival practice against incarceration. Alexandria: Council on Library and Information Resources, 2025.

CRAWFORD, M. H. **Roman Statutes**. v. 1. London: Institute of Classical Studies, 1996.

DANSO, S. B. New records centre opens at Royal Victoria Hospital. **Gambia Daily Observer**, Banjul, 16 fev. 1995.

FRIEDRICH, M. The rise of archival consciousness in provincial France: French feudal records and eighteenth-century seigneurial society. **Past & Present**, Oxford, v. 230, suppl. 11, p. 49–70, 2016.

FROGNER, R.; FRASER, C. G.; BAK, G.; WEBER, G. A conversation about the reconciliation framework. **Archivaria**, [S. l.], n. 97, p. 178–202, 2024.

GHADDAR, J. J.; CASWELL, M. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. **Archival Science**, Dordrecht, v. 19, n. 2, p. 71–85, 2019.

GONZÁLEZ, J. The *Lex Iritana*: a new copy of the Flavian municipal law. **Journal of Roman Studies**, Cambridge, v. 76, p. 147–243, 1986.

HOLLOW, A. G. President's message. **Scope and Content**: Monthly ACA Newsletter, [S. l.], v. 5, n. 10, out. 2024. Disponível em: https://archivists.ca/resources/EmailTemplates/!SC_2024_10%20ACA%20Scope%20and%20Content%20Volume%205,%20Issue%2010%20October%202024/index_preview.html. Acesso em: 14 dez. 2025.

HYLAND, S. How khipus indicated labour contributions in an Andean village: An explanation of colour banding, seriation and ethnocategories. **Journal of Material Culture**, London, v. 21, n. 4, p. 490–509, 2016.

INTERNATIONAL RECORDS MANAGEMENT TRUST. **Hospital records 1994–1996**: images of the Trust's work at the Royal Victoria Hospital, Banjul. London: IRMT, 1996.

KINGSTON, R. The French Revolution and the materiality of the modern archive. **Libraries & the Cultural Record**, Austin, v. 46, n. 1, p. 1–25, 2011.

LARSEN, M. T. Introduction: literacy and social complexity. In: GLEDHILL, J.; BENDER, B.; LARSEN, M. T. (ed.). **State and society**: the emergence and development of social hierarchy and political centralization. London: Unwin Hyman, 1988.

LARSEN, M. T. What they wrote on clay. In: SCHOUSBOE, K.; LARSEN, M. T. (ed.). **Literacy and society**. Copenhagen: Akademisk, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Paris: Librairie Plon, 1955.

MAUNTEL, C. Charters, pitchforks, and green seals: written documents between text and materiality in late medieval revolts. In: ENDERWITZ, S.; SAUER, R. (ed.). **Communication and materiality**: written and unwritten communication in pre-modern societies. Berlin: De Gruyter, 2015.

MCCRACKEN, K.; HOGAN-STACEY, S.-S. **Decolonial archival futures**. Chicago: ALA Neal-Schuman, 2023. Resenha publicada em: **Archivaria**, [S. l.], n. 98, p. 194-196, 2024.

MENNINGER, K. **Number words and number symbols**: a cultural history of numbers. Cambridge: MIT Press, 1969.

PANITCH, J. M. Liberty, equality, posterity? Some archival lessons from the case of the French Revolution. **The American Archivist**, Chicago, v. 59, n. 1, p. 30-47, 1996.

PATTANAYAK, D. P. Literacy: an instrument of oppression. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (ed.). **Literacy and orality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RIO, A. **Legal practice and the written word in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SALOMON, F. **The cord keepers**: khipus and cultural life in a Peruvian village. Durham: Duke University Press, 2004.

STOLER, A. L. **Alongside the archival grain**: epistemic anxieties and colonial commonsense. Princeton: Princeton University Press, 2009.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. **Archival Science**, vol. 2, p. 87-109.

STONE, W. E. The tally: an ancient accounting instrument. **Abacus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 49-57, 1975.

TAYLOR, L. **Global politics of Welsh Patagonia:** settler colonialism from the margins. Cardiff: University of Wales Press, 2025.

URTON, G.; BREZINE, C. J. Information control in the palace of Puruchuco: an accounting hierarchy in a Khipu archive from coastal Peru. *In*: BURGER, R. L.; MORRIS, C.; MATOS MENDIETA, R. (ed.). **Variations in the expression of Inka power.** Washington, DC: Dumbarton Oaks Research Library, 2007.

YALE, E. Archives and paperwork. *In*: ELIOT, S.; ROSE, J. (ed.). **Companion to the history of the book.** 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2020.

YEO, G. Contexts, original orders, and item-level orientation: responding creatively to users' needs and technological change. **Journal of Archival Organization**, London, v. 12, n. 3–4, p. 170–185, 2015.

YEO, G. Continuing debates about description. *In*: MACNEIL, H.; EASTWOOD, T. (ed.). **Currents of archival thinking.** 2. ed. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2017.

YEO, G. **Record-Making and Record-Keeping in Early Societies.** Nova York: Routledge, 2021.

YEO, G. "Let us see what is meant by the word record": concepts of record from the Middle Ages to the early twentieth century. **Archivaria**, [S. l.], n. 93, p. 6–41, 2022.

3

Maíra Fernandes Alencar

CORAZONANDO A TEORIA E A PRÁTICA ARQUIVÍSTICA:

**TECENDO CAMINHOS DECOLONIAIS COM
AS DISCUSSÕES SOBRE TEMPORALIDADES**

“CORAZONANDO” ARCHIVAL THEORY AND PRACTICE:

***DECOLONIAL ASPECTS WITH
DISCUSSIONS ON TEMPORALITIES***

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.3

RESUMO

O tema geral que permeia esse trabalho é o das temporalidades arquivísticas. Pensar a categoria “tempo” implica organizar o mundo de determinada maneira. Na teoria arquivística, talvez, esse debate não esteja tão explícito, mas as diferentes formas de concepção do tempo têm consequências diretas para pensar os registros/arquivos. Tanto a visão clássica quanto crítica da área terão entendimentos diferentes sobre o tempo, o que implica diretamente na concepção diversa de registros e arquivos. Um exemplo são os diferentes modelos de gestão documental: ciclo vital e *records continuum*. Pensando nesse contexto, esse trabalho, parte da seguinte questão: como os estudos arquivísticos críticos têm pensado o tempo? E essa maneira pode ser compreendida enquanto uma dimensão decolonial? Trata-se de uma metodologia exploratória e descritiva a partir da literatura. Os resultados revelam que ao olharmos para a categoria “tempo”, podemos situar diferentes sentidos de mudança, o que já pode ser considerado de uma dimensão decolonial. Nesse aspecto apresentamos as concepções de *corazonar* que visam ampliar a dimensão do tempo, e também dos estudos arquivísticos críticos com Caswell sobre o trabalho de memória libertadora, além do conceito de *autonomia temporal*. Ainda que esse seja um trabalho inicial, ponderamos que tais discussões ainda são recentes na literatura nacional, precisamos avançar nesses estudos a fim de ampliarmos tais debates.

Palavras-chave: estudos arquivísticos críticos; estudos decoloniais; temporalidades; *corazonar*; autonomia temporal; trabalho de memória libertadora.

ABSTRACT

*The general theme that underpins this work is archival temporalities. Thinking about the category of "time" implies organizing the world in a certain way. In archival theory, perhaps, this debate is not so explicit, but the different conceptions of time have direct consequences for thinking about records/archives. Both classical and critical perspectives in the field have different understandings of time, which directly influences the various conceptions of records and archives. One example is the different models of document management: the life cycle and the records continuum. In this context, this work starts with the following question: How have critical archival studies considered time? And can this approach be understood as a decolonial dimension? This is an exploratory and descriptive methodology based on literature. The results reveal that by looking at the category of "time," we can identify different senses of change, which can already be considered a decolonial dimension. In this regard, we present the concept of *corazonar*, which aims to expand the dimension of time, and also the work of critical archival studies, with Caswell on the work of liberating memory, as well as the concept of temporal autonomy. Although this is an initial work, we believe that such discussions are still recent in the national literature, and we need to advance in these studies in order to expand these debates.*

Keywords: *critical archival studies; decolonial studies; temporalities; corazonar; temporal autonomy; liberating memory work.*

INTRODUÇÃO

*Nesta invocação do tempo ancestral, vejo um grupo de sete ou oito meninos remando numa canoa: Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: "Nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente". Eu achei tão bonito que aqueles meninos ansiassem por alguma coisa que os seus antepassados haviam ensinado, e tão belo quanto que a valorizassem no instante presente. Esses meninos que vejo em minha memória **não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum outro canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui**, neste lugar ancestral que é seu território, dentro dos rios (Krenak, 2022, p. 4, grifo nosso).*

Não devemos confiar em algum futuro que talvez nunca venha para uso arquivístico, devemos acionar os documentos sob nossos cuidados no presente (Caswell, 2023, p. 22).

A categoria tempo é um debate presente em diferentes áreas do conhecimento. Ao tratarmos da dimensão decolonial, de mudanças epistêmicas e sociais, é necessário pautar a centralidade do debate na dimensão temporal enquanto um elemento que tem implicações para a nossa forma de subjetividade de pertencimento e de preservação da memória.

Uma das características que costumamos situar enquanto consequência das tecnologias de informação e comunicação é a dimensão da aceleração, isto é, estamos acelerados, nos falta tempo, tudo é muito rápido, não se concentra o suficiente, pois, a cada nova rolagem nos *reels* de diferentes redes sociais, somos jogados em uma enxurrada de informações, que são quase sempre muito rápidas. Fora isso, também aceleramos os áudios, entre tantas outras ações.

Nesses debates da aceleração do tempo, o que não nos falta são pesquisadores/as refletindo a respeito desse tópico.

Certamente, o tempo é uma categoria que permeia muitas dimensões de análises da sociedade, no entanto, nosso foco aqui centra-se na relação do tempo enquanto uma lógica que pode ser de poder. Vivemos acelerados. Mas o que isso tem a ver com a teoria arquivística? Quais são as implicações do entendimento de tempo e espaço para as teorias arquivísticas? Em específico, é possível pensar um outro tempo e espaço dentro do entendimento arquivístico que seja emancipador?

A forma como pensamos o tempo tem consequências para o tipo de ação empregada, e estas podem ser libertadoras ou não.

Na história da teoria arquivística o tempo ocupa um lugar fundamental. Temos a teoria das três idades, a separação de cada ação arquivística em um tempo determinado. Quando vemos o conceito de multiverso arquivístico, há uma ruptura com o pensar o tempo e o espaço.

Situadas tais dimensões acima, é importante frisar que o tema geral que permeia esse trabalho é o das temporalidades. Pensar a categoria “tempo” implica organizar o mundo de determinada maneira. Na teoria arquivística talvez esse debate não esteja tão explícito, mas as diferentes formas de concepção do tempo têm consequências diretas para pensar os registros. Tanto a visão clássica quanto a crítica da área terão entendimento sobre o tempo, que implica diretamente na concepção de registros e arquivos. Um exemplo são os dois diferentes modelos de gestão documental: ciclo vital e *records continuum*.

Pensando nesse contexto, esse trabalho parte da seguinte questão: como os estudos arquivísticos críticos têm pensado o tempo? E essa maneira pode ser compreendida enquanto uma dimensão decolonial? Trata-se de uma metodologia exploratória e descritiva a partir da literatura nacional e internacional.

Os resultados revelam que ao olharmos para a categoria “tempo”, podemos situar diferentes sentidos de mudança. Nesse aspecto apresentamos as concepções de *corazonar* que visam ampliar a dimensão do tempo e também os estudos arquivísticos críticos com Caswell sobre o conceito de memória libertadora e de autonomia temporal. Ainda que esse seja um trabalho inicial, ponderamos que tais discussões ainda são recentes na literatura nacional; precisamos avançar nesses estudos a fim de ampliarmos tais debates.

O QUE É O *CORAZONAR* NOS ESTUDOS DECOLONIAIS?

Nos estudos decoloniais, Maldonado-Torres (2020, p. 564, tradução nossa) define a decolonialidade enquanto “a produção de mundo novo e de uma nova noção e prática de ser humano”. Para dar materialidade a essa definição, esse mesmo autor argumenta a respeito da atitude decolonial “que encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder.” (Maldonado-Torres, 2016, p. 88).

Situados nesse contexto, temos o conceito de *corazonar* que é uma proposta dos povos Kitu Kara. Trata-se de uma proposta espiritual e política. O antropólogo Guerrero Arias ajudou (e continua) a dar visibilidade a esse conceito andino em suas pesquisas. Sua tese teve esse título e outras pesquisas. Para ele:

Corazonar busca reintegrar a dimensão da totalidade da condição humana, pois nossa humanidade se baseia tanto na dimensão da afetividade quanto na da razão. Em *Corazonar*, não há centro; há um descentramento do centro hegemônico marcado pela razão. O que *Corazonar* faz é descentrar, deslocar e fraturar a hegemonia da razão, colocando em primeiro lugar algo que

o poder negou: o coração, e dando à razão afetividade. *Corazonar*, portanto, não exclui ou invisibiliza a razão; ao contrário, *Corazonar* a nutre com afetividade, de modo que descoloniza o caráter perverso, conquistador e colonial que historicamente teve (Guerrero Arias, 2010, p. 41, tradução nossa, "grifo nosso").

Ainda que essa proposta seja mais extensa, fazemos um recorte aqui para situar que o *corazonar* também é sobre "pensar nosso patrimônio desde a afetividade" (Guerrero Arias, 2010, p. 30, tradução nossa) e que, nosso entendimento, isso gera uma outra relação com a concepção de tempo.

Guerrero Arias (2012) cita, por exemplo, que nas sabedorias andinas há o princípio da totalidade, espacialidade, sentido, reciprocidade e temporalidades. Justamente nessa última, reside nosso foco nesse trabalho.

Uma perspectiva diacrônica permite começar a considerar a existência de outras temporalidades, de diversas historicidades fronteiriças, de tempos não marcados pela linearidade evolucionária e historicista do Ocidente, mas sim temporalidades cíclicas, espirais, que têm uma visão diferente do tempo, em que o passado não está atrás de nós como no Ocidente e o futuro à nossa frente. **Em vez disso, o passado, como na sabedoria andina, está à nossa frente, porque é um tempo vivido e conhecido e, portanto, nos permite construir memória**, e o futuro está atrás de nós, em nossas costas, porque é um tempo que ainda não nasceu (Guerrero Arias, 2012, p. 219, tradução nossa e "grifo nosso").

Podemos notar que justamente por essa concepção mais ampla do tempo, o tempo vivido é conhecido e situa-se à frente, e não atrás. Ora, essa visão coaduna diretamente com nossa visão arquivística de preservar o passado/as memórias vividas registradas em diferentes suportes, desde as oralidades até, por exemplo, uma dança. Nos estudos arquivísticos críticos já existe essa discussão, como veremos em seguida.

UM CAMINHO DECOLONIAL: AS TEMPORALIDADES NÃO LINEARES

Caswell (2021), em sua proposta sobre o trabalho da memória libertadora, agrupa três diferentes aspectos, de que precisamos acionar documentos para a autonomia temporal; para o autocohecimento das comunidades minoritárias; e para a redistribuição de recursos. Vamos focar no primeiro aspecto, tema de nosso trabalho aqui. De forma ampla, ela contextualiza criticando a teoria arquivística ocidental:

Para nos libertarmos da opressão, devemos primeiro nos libertar e libertar nossas práticas arquivísticas das construções dominantes que veem o tempo como uma progressão linear. A teoria arquivística ocidental dominante se baseia na linearidade cristã e nas narrativas de progresso do Iluminismo. Nesta teoria, por exemplo, “o documento” registra um momento fixo no tempo, o passado, em que os arquivistas intervêm no presente, para preservar para o futuro. O passado aconteceu, acabou, o presente é agora, o futuro ainda está por vir. Em uma linha. Isto também, não por coincidência, mapeia as formas dominantes de falar sobre o progresso social, pelo menos nos EUA. O passado aconteceu com suas injustiças, a escravidão aconteceu, por exemplo, as coisas melhoraram progressivamente com o movimento de direitos civis, elas irão melhorar ainda mais no futuro, à medida que o inevitável desdobramento da promessa americana for cumprido. Em uma linha, certo? Uma progressão linear (Caswell, 2023, p. 19-20).

Na visão da autora, a autonomia temporal significa que precisamos ir além dessa fixidez dos documentos, aspecto tão central quando analisamos a teoria do ciclo vital que divide essa lógica em aspectos como se fossem uma linha reta. É na ampliação, isto é, ir além da lógica linear, que reside essa visão decolonial. Significa que precisamos reconhecer que as histórias se repetem, por exemplo, ela argumenta que é preciso que “reconheçam como as histórias de

violência se repetem, e construir arquivos que reflitam noções não lineares de tempo, refletindo o que eu chamo de autonomia crono-lógica (*chrono-autonomy*)" (Caswell, 2023, p. 22, "grifos do autor").

Outro conceito central nas discussões sobre temporalidades arquivísticas encontra-se nos arquivos comunitários. Tais arquivos têm, em si, uma concepção mais ampla, já que são definidos enquanto "organizações de memória independentes que surgem e se unem em torno de comunidades vulneráveis, passadas e presentes" (UCLA, Community Archives Lab, 2024, tradução nossa).

Decorrentes dessas características, por serem centrais à designação para grupos socialmente marginalizados, e tais carregarem a luta enquanto fator central, Caswell (2023, p. 21) argumenta que para esses arquivos comunitários "[...] impor uma narrativa linear de progresso à imaginação do tempo e dos documentos dessas comunidades seria uma forma do que eu chamo de crono-violência (*chronoviolence*).” Para tanto, é necessário lembrar que “já estivemos aqui antes, já sobrevivemos a isto antes, já resistimos antes”, afirmam os documentos corolários, “aqui está como”. E ao fazê-los, tem-se a ativação de documentos corolários.

De forma resumida, para Caswell (2023, p. 21) “[...] os usuários dos arquivos comunitários estão construindo uma nova concepção de tempo na qual os arquivos têm o potencial de interromper e mudar os ciclos de opressão se forem catalisados no agora”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PRECISAMOS DESACELERAR O TEMPO (A DIMENSÃO SLOW)

Devemos reconhecer que essas discussões sobre as diferentes temporalidades arquivísticas, em específico, das dimensões

mais amplas (críticas/decoloniais) podem ser difíceis de compreensão e prática, uma vez que se trata de uma nova maneira de olhar a área e suas ações. No entanto, é preciso também situar que por se tratar de uma nova cultura estamos ainda engatinhando nessas discussões. No campo da pesquisa, isso fica evidente. Portanto, uma das maneiras de seguirmos com tais debates é levá-los aos estudos de pesquisas que aprofundem e compreendam aspectos pouco compreendidos.

Um dos aspectos que pode ser de grande ajuda, é considerarmos a dimensão *slow* como parte também desses debates de temporalidades arquivísticas decoloniais.

Tal ênfase cai sobre o que está sendo conhecido por “arquivos lentos”:

Nossa ênfase está em um modo de processos descolonizadores que insistem em uma estrutura temporal diferente: os arquivos lentos. Desacelerar cria um espaço necessário para enfatizar como o conhecimento é produzido, circulado, contextualizado e trocado por meio de uma série de relações. Desacelerar significa focar de forma diferente, ouvir atentamente e agir eticamente (Christen; Anderson, 2019, p. 90, tradução nossa).

É importante destacar que a caracterização do *slow*/lento não implica, por exemplo, demorar para atender algumas atividades no campo arquivístico. Trata-se de desacelerar (ir com mais atenção) para melhorar a qualidade do tempo, isto é, implica aqui reconhecer e agir mediante uma atenção focada no que se pretende, para não atender ao imediatismo do que a lógica da aceleração solicita.

Por fim, é importante ressaltar que esse trabalho, ainda em estágios iniciais, tem como foco dar visibilidade a esses debates existentes e situar que tais discussões necessitam de pesquisas e análises para continuar. Na América Latina, em especial, no Brasil, é urgente que tais questões sejam pautadas.

REFERÊNCIAS

- CASWELL, M. **Urgent Archives**: Enacting liberatory memory work. London: Routledge Press, 2021.
- CASWELL, M. Arquivos Comunitários e o trabalho da memória libertadora. *In*: TOGNOLI, N. B.; SOUZA, J. C. C. E.; OLIVEIRA, L. M. V.; MATTOS, R. (orgs.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: ELEETELE, 2023.
- CHRISTEN, K.; ANDERSON, J. Toward slow archives. **Archival Science**, v. 19, n. 2, p. 87-116, 2019.
- UNIVERSITY OF CALIFORNIA. **Community Archives Lab**, 2026. Disponível em: <https://communityarchiveslab.ucla.edu/>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- GUERRERO ARIAS, P. **Corazonar**: uma antropologia comprometida com la vida. Quito, EC: Abya Yala, 2010.
- GUERRERO ARIAS, P. Corazonar desde el calor de las sabidurías insurgentes, la frialdad de la teoría y la metodología. **Sophia: Colección de Filosofía de la Educación**. Cuenca, n. 13, p. 199-228, 2012.
- GUERRERO ARIAS, P. Corazonando sobre cultura, patrimonio y memoria. *In*: CARBONELL YONFÁ, E. (coord.). **Patrimonio inmaterial en el Ecuador**: una construcción colectiva [online]. Quito: Editorial Abya-Yala, 2020, p. 27-34.
- KRENAK, A. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

4

Lucia Maria Velloso de Oliveira

EM BUSCA DE UMA RECONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

***TOWARD A RECONSTRUCTION OF THE
SOCIAL ROLE OF PUBLIC ARCHIVES***

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.4

RESUMO

O texto propõe uma reflexão crítica sobre o papel social dos arquivos públicos na sociedade contemporânea, marcada pela valorização da diversidade, do direito à memória e do acesso à cultura. Partindo da compreensão de arquivos, bibliotecas e museus como equipamentos culturais, o trabalho destaca a responsabilidade do Estado na preservação e difusão de registros capazes de garantir aos cidadãos a possibilidade de identificação, pertencimento e exercício da cidadania. Discute-se a ampliação do conceito de patrimônio cultural, que passa a incorporar dimensões imateriais e humanas, associadas à memória cultural e às identidades coletivas. Argumenta-se que os arquivos públicos, historicamente orientados pela lógica administrativa e probatória, privilegiaram a custódia de documentos produzidos por instituições estatais e por elites políticas, científicas e culturais, resultando em narrativas parciais da sociedade. Diante das transformações sociais, do fortalecimento das pautas democráticas e do impacto das tecnologias da informação e comunicação, esses arquivos são convocados a revisar suas práticas de aquisição, preservação, acesso e difusão, de modo a incluir outras formas de produção documental e memórias de grupos historicamente marginalizados. A análise das missões institucionais de arquivos nacionais evidencia diferentes graus de compromisso com a memória, a cultura e a diversidade. Conclui-se que a reconstrução do papel social dos arquivos públicos exige uma agenda mais propositiva, capaz de ampliar sua capilaridade social sem comprometer sua autoridade arquivística.

Palavras-chave: arquivos públicos; patrimônio cultural; cidadania.

ABSTRACT

This paper offers a critical reflection on the social role of public archives in contemporary society, particularly in the context of growing demands for diversity, cultural rights, and access to memory. Grounded in the understanding of archives, libraries, and museums as cultural institutions, the study emphasizes the State's responsibility to preserve and provide access to records that enable citizens to construct identity, belonging, and citizenship. The discussion addresses the expansion of the concept of cultural heritage, incorporating immaterial and human dimensions closely linked to cultural memory and collective identities. The paper argues that public archives have historically prioritized administrative and evidential records produced by state institutions and social elites, resulting in partial and exclusionary narratives of society. In light of social transformations, democratic movements, and the profound impact of information and communication technologies, public archives are increasingly challenged to reassess their acquisition, preservation, access, and dissemination practices in order to include diverse documentary forms and the memories of historically marginalized groups. An analysis of the institutional missions of selected national archives reveals varying levels of commitment to memory, culture, and social inclusion. The paper concludes that redefining the social role of public archives requires a more proactive agenda aimed at broadening social engagement while preserving archival authority and professional principles.

Keywords: public archives; cultural memory; citizenship.

INTRODUÇÃO

O texto a seguir pretende suscitar uma reflexão crítica no que se refere ao papel dos arquivos públicos em uma sociedade contemporânea a princípio preocupada com o reconhecimento e o acolhimento das diferenças entre os indivíduos, assim como com os direitos que devem ser assegurados ao cidadão, como o direito à sua cultura e à sua memória. Para navegarmos nessas águas, será necessário estabelecermos conceitos estruturantes, como arquivos, memória, cultura e arquivos públicos. É importante declarar que o trabalho resulta de pesquisas sobre os lugares dos arquivos públicos em uma concepção pela qual cabe ao Estado a preservação de registros de uma sociedade, em movimento no tempo histórico, de forma que gerações futuras possam se conectar com um passado e com segmentos sociais de forma específica e, mesmo que de forma contraditória, abrangente.

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Arquivos, bibliotecas e museus são reconhecidos como equipamentos de cultura e tradicionalmente responsáveis pela preservação de patrimônio cultural.

Os equipamentos culturais são entendidos, assim, como espaços que oferecem acesso a bens e serviços culturais, atuando na preservação e disponibilização de acervos e na realização de atividades de fruição, produção e difusão cultural abertas ao público (NIC.BR, 2024, p. 30).

Para fins da pesquisa, foram considerados equipamentos culturais: arquivos, bens tombados, bibliotecas, cinemas, museus, pontos de cultura e teatros. E foram considerados os arquivos

“registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)” (NIC.BR, 2024, p. 31).

O trabalho a seguir faz uso da definição do autor americano Pearce-Moses para o termo *arquivo*, citada no *Multilingual Archival Terminology* (MAT): “Uma organização que capta arquivos de indivíduos, famílias ou outras organizações [...]” (International Council on Archives, 2015, tradução nossa)) complementada por outra definição identificada na mesma base de dados “Uma agência ou instituição responsável pela preservação e comunicação de documentos selecionados para preservação permanente” (2015) . Em síntese, o arquivo como instituição é uma organização que capta arquivos de indivíduos, famílias ou outras organizações para fins de preservação e difusão dos arquivos permanentes. Entendemos que há uma complementariedade entre as duas definições, na medida que Pearce-Moses reconhece o processo de captação dessas instituições e, por outro lado, a definição do Interpares reforça o compromisso com a preservação e a fruição dos acervos selecionados para uma institucionalização em instituição própria para arquivos.

Quanto aos museus, seguiremos com a nova definição aprovada pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM Brasil, 2022).

Entendemos que a definição de biblioteca pública estabelecida no Manifesto da Biblioteca Pública da IFLA-UNESCO 2022 está em harmonia com a nossa análise:

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação. Ela fornece um espaço de acesso público para a produção de conhecimento, compartilhamento e troca de informações e cultura, como também a promoção do engajamento cívico (IFLA-UNESCO 2022).

Os três equipamentos culturais são responsáveis pela aquisição, preservação e acesso aos acervos que estão sob sua custódia, e parte de suas funções se volta para a fruição desses arquivos e coleções. Cumprem procedimentos específicos para cada etapa necessária, de modo a oferecer à sociedade adequadas representações das ações de diferentes segmentos sociais, das artes, das políticas, do modo de viver etc. Por isso, entendemos que cabe ao Estado assegurar essa possibilidade ao indivíduo: a de conhecer suas raízes, se identificar e criar condições para que possa se vincular com a sua história. Paulatinamente, ao compasso das transformações sociais, esses equipamentos foram se adaptando às novas demandas sociais que traduziam uma perspectiva abrangente, inclusiva, sem perder a especificidade, transparente e identitária. Tudo isso associado a inúmeras mudanças tecnológicas e de comunicação que não se acomodavam ao baixo prestígio político dessas instituições e aos poucos recursos.

CULTURA, MEMÓRIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

No processo de formação do conceito de patrimônio e de sua preservação, percebemos uma evidente preocupação com os bens

materiais, como monumentos e obras de arte. A inclusão dos documentos arquivísticos e bibliográficos ocorre mais tarde, se compararmos aos museus. É perceptível que ocorre igualmente uma alteração relevante, que é a humanização dos processos de proteção patrimonial, com o alargamento do que deve ser preservado, na medida que a proteção passa a ser reconhecida como importante veículo de identificação, pertencimento e promotora de culturas, inclusive em sua imaterialidade.

A partir desse ponto, muitas questões já se colocam para os arquivos, como a imaterialidade.

O patrimônio cultural serve de contraponto ao processo acelerado de desterritorialização e patrimonização cultural. A proteção desse patrimônio cultural, ao seu turno, deve ser tratada numa dimensão humana. Ao incidir sobre bens culturais, materiais ou imateriais, as medidas acautelatórias e de preservação são fundamentadas pelo poder de referência desses bens para a identidade dos seres humanos, por seus valores e sua capacidade de transmitir testemunho ou despertar sentimento. Essa perspectiva antropocêntrica afasta a compreensão de um patrimônio cultural divorciado dos sentidos e do sentimento das pessoas. Como referência de identidade, o patrimônio cultural não é mera expressão de carga valorativa herdada, mas sobretudo a carga valorativa que lhe é atribuída no processo identitário e de fruição (Pires, 2019, p. 73-74).

Nos arquivos públicos, predominantemente encontramos os documentos produzidos no âmbito de instituições públicas e que foram identificados como de interesse para o Estado e para a história. Majoritariamente, arquivam-se os de valor probatório, que traduzem as ações do poder público ou as relações dos indivíduos com as instituições, como, por exemplo, os arquivos notariais. Os documentos privados, por sua vez, são custodiados nos arquivos públicos apenas quando identificados como de interesse público. Seu ingresso nesses arquivos está vinculado a um mapeamento externo ao processo de gestão documental, ou seja, a uma identificação de

um valor para o coletivo a partir do perfil do produtor do arquivo e de suas funções sociais.

É importante observar as narrativas que são oferecidas pelos arquivos públicos, dando pouco destaque aos arquivos com o potencial de traduzir a expressão artística. Há a predominância de documentos produzidos por rotinas administrativas, jurídicas e legislativas. Contudo, os documentos produzidos na vida privada de pessoas que desenvolvem atividades artísticas ou os arquivos de indivíduos com relevância em diferentes áreas que são transversais às artes e literatura podem ser considerados de interesse coletivo. E é desse modo, de transformação do individual para o coletivo, que podemos encontrar a força da memória cultural.

Memória cultural é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural. Halbwachs, todavia, o inventor do termo “memória coletiva”, foi cuidadoso em manter seu conceito de memória coletiva à parte do campo das tradições, transmissões e transferências, que nós propomos incluir no termo “memória cultural”. Preservamos a distinção de Halbwachs, dividindo esse conceito de memória coletiva em “memória comunicativa” e “memória cultural”, mas insistimos em incluir a esfera cultural, que ele excluiu, no estudo da memória. Não estamos, por isso, argumentando em prol da substituição de sua ideia de “memória coletiva” pela de “memória cultural”; em vez disso, caracterizamos ambas as formas como *modimemorandi*, dois diferentes modos de lembrar (Assman, 2016, p. 118).

Em tempos em que a conexão com a cultura e a história, em que a vinculação com tradições e o passado tornaram-se fundamentais para se fundamentar uma identificação, os arquivos públicos precisam revisitar o seu lugar nesse processo que fortalece a cidadania, a democracia e as diferenças. A concepção de um lugar de preservação e acesso, e de nutrição de usuários já frequentadores dos serviços arquivísticos, deixa de ser suficiente.

Sendo a identidade aquilo que, nos seres humanos, indica o pertencimento, ela também é algo que se transforma constantemente, e cada uma das suas transformações indica mudanças e rupturas. Essa dinâmica de enlaces e rupturas aponta uma relativa flexibilidade: tanto a identificação como a diferenciação fazem, com efeito, parte da identidade cultural (Cureau, 2019, p. 114).

Esse novo lugar desloca o arquivo público da posição tradicional, fechada, impermeável que sustentou em sua trajetória histórica, e obriga que sejam estudados novos métodos de trabalho, maior capilaridade e investimentos em tecnologias. Quando pensamos todas essas mudanças que se anunciam em uma perspectiva de incluir e traduzir os processos relacionados à cultura, tudo ganha maior complexidade devido à capilaridade e transversalidade da cultura e de seu fazer.

No processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de ambiguidades. Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por função de representar memórias e identidades. [...] Desse modo, o trabalho de construção de identidades e de memórias coletivas *não* está evidentemente condenado ao sucesso (Gonçalves, 2007, p. 246-247, grifos do autor).

O pensamento do autor traz à superfície uma questão que assombra a arquivologia. Não podemos guardar tudo, não podemos assegurar acionar a memória coletiva integral, as representações que construímos são parciais, e o que preservamos ao final é um extrato. Nos arquivos de instituições e de pessoas, lidamos com a necessidade de memória e de prova de um indivíduo e de uma organização, e essas memórias podem significar a possibilidade de memória coletiva. Em nossa sociedade fragmentada, muitos segmentos perdem essa possibilidade. Os arquivos públicos enfrentam o desafio de não poderem mais se restringir ao Estado

e ao mundo administrativo e probatório; não há a possibilidade de manter à margem arquivos que representam minorias, por exemplo. Está na hora de analisar o lugar que podem ocupar sem perder sua autoridade arquivística.

ARQUIVOS PÚBLICOS: O PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO À POSSIBILIDADE DE MEMÓRIA

Em nosso texto, entendemos os arquivos públicos como as instituições arquivísticas públicas (arquivos nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal), e incluímos, a partir de uma perspectiva mais ampla, as instituições públicas que possuem em sua missão institucional as funções de preservar e dar acesso aos acervos com relevância para a história e cultura do País. Focamos nesses arquivos públicos por compreendemos que estão sendo mais desafiados na sociedade contemporânea em face da expectativa de uma reconstrução do papel social dos arquivos.

Historicamente, a própria área se constituiu, teoricamente e em termos sociais, a partir das necessidades de manutenção de registros administrativos e jurídicos de impacto para a sustentação de sistemas de governos em diferentes períodos históricos, em diferentes espaços geopolíticos e para comprovação de direitos. E são exatamente esses documentos aqueles prioritariamente recolhidos a esses arquivos. Os arquivos públicos se moldam a partir da necessidade de informação sobre atos públicos que precisam ser comprovados e também rememorados. Nos séculos XVIII e XIX, os arquivos de pessoas e de famílias passaram a despertar o interesse de sociedades históricas em diferentes países, quando os documentos de personagens que se sobressaíram no contexto social em que

viveram e/ou oriundos de famílias de grande poder político são identificados como fontes para uma compreensão mais ampla da história.

O ingresso, nos arquivos públicos, dos documentos produzidos na vida privada foi tardio e vinculado à sua relevância para a identidade dos países e de suas localidades. Circunstâncias mais específicas – como guerras, deslocamento de população e domínio de uma cultura sobre a outra – demonstram que esses arquivos são também uma possibilidade de identificação para o indivíduo. É por meio do acúmulo de registros que retratam a trajetória política e histórica de um grupo social que se torna possível conhecer o passado. Assim, além dos arquivos úteis para governos, outros arquivos com natureza e contextos diversos passam a ser objeto do poder público, que amplia o seu escopo de captação em nome do interesse da história, da cultura e da população por seu passado. Gradativamente, os arquivos privados ganham espaço nos depósitos públicos, principalmente no século XX, com as duas Grandes Guerras assombrando a preservação de referências significativas para a arte e a história das sociedades. A ideia de patrimônio e de sua preservação ganha força principalmente com a atuação da UNESCO, ao assegurar que arquivos, bibliotecas e museus ganhem maior espaço político nas nações.

Arquivos de cientistas, políticos, escritores, pensadores e outros ganham espaço não só em instituições privadas, mas também nos arquivos públicos. Massivamente produzidos por famílias eminentes, como falamos antes. A representação da sociedade oferecida pelos arquivos públicos é, ainda nos dias atuais, a de uma “sociedade e sua elite”. Grandes nomes de cientistas, artistas, escritores, políticos – em maioria homens e brancos – têm seus acervos institucionalizados em nome da preservação de um tempo histórico e do funcionamento social e cultural. As pesquisas já nascem forjadas dessa forma. A narrativa acaba sendo comprometida, tornando um grande desafio para o pesquisador encontrar fontes para subsidiar o pensamento crítico sobre as sociedades ao longo dos séculos.

Não só as pesquisas partem de um lugar onde as fontes são afetadas pelos processos de manutenção, custódia, conservação, fragmentação e, por fim, aquisição (aqui ressalto que não estamos analisando a ideia de “arquivar tudo”, uma vez que é impossível), mas também o pensamento arquivístico e as funções sociais desses arquivos públicos foram influenciados.

Uma grande mudança na sociedade marcada pelo uso de tecnologias de informação e comunicação provocou a criação de novas representações de atos, ações, afetos e processos políticos, sociais e econômicos. Aubin, em 1999, na virada do século, chama atenção para as grandes mudanças, dando uma adequada dimensão dos desafios que serão enfrentados nos anos vindouros.

No final deste século, todos nós somos afetados pelo fenômeno da globalização e pela presença das tecnologias de informação e comunicação, que se fazem sentir no nosso dia a dia e na maioria das áreas de especialização. A rede de informação da Internet, a comunicação eletrônica e a digitalização são o ponto de viragem do milênio. Ninguém pode negar que esta grande transformação se irá acelerar a um ritmo vertiginoso; o desenvolvimento tecnológico modificou e evoluiu o nosso modo de vida e continuará a fazê-lo. Por si só, está a surgir uma nova forma de estrutura. Atualmente, todas as organizações estão ligadas em redes, sem distinção ou hierarquia. A facilidade e a rapidez com que uma mensagem pode ser transmitida são quase mágicas, independentemente de onde se esteja no mundo. A mega-rede da Internet simplifica a troca de informação sem restrições de tempo ou espaço e revitaliza a necessidade fundamental de partilhar conhecimento (Aubin, 1999, p. 8, tradução nossa).

A autora destaca duas funções como as mais afetadas por esses processos que desafiam a arquivologia:

O século XXI terá de assumir o legado do século que o precedeu. Este é, de fato, o contraponto da formidável transformação que vivenciamos ao longo do último século

e do movimento histórico de transição entre os modos tradicionais e eletrônicos de disseminação. A prática arquivística evoluiu com as mudanças, a legislação e as necessidades. Desenvolveu estruturas e padrões que são parte integrante da disciplina. De fato, a relativa homogeneidade nos métodos de descrição de acervos facilitou o acesso à informação, fomentou o intercâmbio entre instituições e aproximou disciplinas como biblioteconomia, ciência da computação e direito. Os arquivistas estão plenamente conscientes de que devem acompanhar as novas tecnologias e aproveitar seus benefícios para se posicionarem no contexto da globalização. Duas funções importantes da prática arquivística serão afetadas principalmente por essa nova realidade: o acesso à informação e a disseminação. Essas funções se interligam quando o guia de pesquisa se torna a ferramenta de referência para o conteúdo e o componente essencial para a disseminação e promoção (Aubin, 1999, p. 10, tradução nossa).

As mudanças sociais em decorrência de todo um movimento social e histórico que amplia a comunicação, a visibilidade e propicia a conexão entre os indivíduos acaba por provocar o fortalecimento da democracia, ao incluir, nas pautas da sociedade, questões que viviam à margem ou mesmo apagadas. A nova sociedade marcada pela mundialização busca a inclusão, a diversidade, a conexão e a fruição da cultura. A partir desse movimento, a cultura se “humaniza”, pois passa a buscar conexões e representações abrangentes, inclusivas e diversificadas. Esse movimento nas relações, nas demandas, no exercício do direito se plasma na produção dos documentos, em seus significados, reúsos e na sua institucionalização, seja em arquivos públicos ou na construção de outras formas de preservar e permitir a fruição.

A fim de observarmos como os arquivos públicos estão se colocando nesse movimento de deslocamento, de forma a permitir diferentes representações da sociedade, sua cultura e sua história, analisamos a missão de alguns arquivos nacionais.

Quadro 1- Arquivos Públicos Nacionais e suas missões

Instituição/País	Missão	Link
NARA/Estados Unidos	Promovemos a transparência, cultivamos a participação pública e fortalecemos a democracia de nossa nação por meio do acesso público equitativo a registros governamentais de grande importância. Nossa missão é proporcionar acesso público equitativo aos registros do governo federal sob nossa custódia e controle. O acesso equitativo aos registros governamentais fortalece a democracia, permitindo que todos os americanos, independentemente de sua origem, reivindiquem seus direitos de cidadania, responsabilizem seu governo e compreendam sua história para que possam participar plenamente de seu governo (tradução nossa).	https://www.archives.gov/files/about/plans-reports/strategic-plan/nara-2022-2026-strategic-plan-march-2022.pdf
Arquivo Nacional da França	Sua missão é coletar, classificar, inventariar, preservar, restaurar, disponibilizar e promover arquivos públicos de departamentos do governo central, arquivos de notários parisienses e coleções particulares de interesse nacional (tradução nossa).	https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/missions-et-organisation
Arquivo Nacional do Reino Unido	Ao longo deste período de mudanças, nossa missão histórica permanece inabalável: coletar e preservar o registro histórico, usar nossa experiência e conhecimento para conectar as pessoas com sua história por meio de nossas coleções incomparáveis e liderar, colaborar e apoiar arquivos no país e no mundo. Nosso compromisso com essa missão é inabalável e continuamos a abraçar a obrigação que ela acarreta: conectar-nos com o público mais amplo e diversificado possível, da maneira mais inovadora que pudermos (tradução nossa).	https://www.nationalarchives.gov.uk/about/our-role/plans-policies-performance-and-projects/our-plans/archives-for-everyone/

Archivo General de la Nación do Mexico	El Archivo General de la Nación es la entidad especializada que promueve la organización, conservación, administración y preservación homogénea de los archivos de los Sujetos Obligados de la Ley General de Archivos; y contribuye a la protección y divulgación del patrimonio documental de la Nación para propiciar el buen gobierno, la digitalización de la gestión pública, la reconciliación de la identidad cultural y la proyección del derecho a la memoria del país.	https://www.gob.mx/agn/que-hacemos
Archivo General de la Nación- Argentina	Nuestra finalidad es reunir, ordenar y conservar la documentación que la ley le confía, para difundir el conocimiento de las fuentes de la historia Argentina.	https://www.argentina.gob.ar/interior/archivo-general/misiones-y-funciones
Arquivo Nacional da Colômbia	El Archivo General de la Nación es un establecimiento público del orden nacional encargado de liderar la Política de archivo y gestión documental, coordinar el Sistema Nacional de Archivos, la Red Nacional de Archivos, conservando el patrimonio documental, salvaguardando los derechos ciudadanos y el acceso a la información pública; así como el mejoramiento en la eficiencia de la gestión y la lucha contra la corrupción.	https://www.archivogeneral.gov.co/quienes-somos
Arquivo Nacional do Brasil	Garantir à sociedade e ao Estado o direito constitucional à informação, por meio de acesso aos documentos da ADF, contribuindo para a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.	https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/estrategia-1/copy_of_planejamento-estrategico-2024-2027

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações retiradas dos sites institucionais (Acesso em 7 de dez. 2025).

Essa amostragem nos permite concluir que os arquivos da América Latina pontuados demarcam em sua missão a forte importância dos arquivos para a transparência, o fim da corrupção, a preservação do patrimônio e o acesso à “memória”. Nota-se que o Arquivo Nacional do Brasil se distingue dessas diretrizes, concentrando-se na expressão “acesso à informação”, e não mencionando termos como *memória*, *história* ou *patrimônio*. Chamamos atenção para o recente Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, que altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (que regulamenta a Lei 8.159/91) e menciona ações específicas que incluem os arquivos comunitários, a saber, no art. 2º, que trata das competências do Conselho Nacional de Arquivos, como: identificar, analisar, reconhecer e propor ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos a declaração de interesse público e social de arquivos privados e comunitários.

Por outro lado, considerando os arquivos nacionais de países com tradição na arquivologia e com grandes contribuições para a formulação do pensamento arquivístico, apenas o do Reino Unido explicita que pretende se conectar “com o público mais amplo e diversificado possível, da maneira mais inovadora que pudermos” (tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, as mudanças sociais iniciadas no século XX convocam os arquivos públicos à reflexão. Muito forte foi o movimento de acesso à informação, que trouxe uma mudança de cultura em relação aos arquivos públicos, que são impactados pela urgência de oferecerem acesso, muitas vezes sem terem condições ou infraestrutura para tal. Como consequência, precisam se organizar para ações de reparação que carregam outro nível de urgência: a

emocional. Os arquivos precisaram criar e rever procedimentos para acolher as demandas. Igualmente, os arquivos privados de organizações não governamentais com vínculos na cultura e tradições passam a se organizar; os registros precisam ser preservados.

Nos parece que há ainda uma certa timidez na elaboração de uma agenda que permita uma efetiva aproximação dos arquivos públicos com públicos ainda não identificados como usuários ou produtores de arquivo que não se incluem naqueles identificados como tradicionais no campo da arquivologia. Há muito a se construir e postular nesse processo em que arquivos públicos se voltam para outros segmentos sociais sem que percam sua autoridade arquivística. Fato é que parte dessa história precisa ser contada para gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. *In*: ERLI, A.; NÜNNING, A. (eds.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008.

AUBIN, D. La mondialisation et la diffusion des archives: entre continuité et rupture. **Archives**, Québec, v. 31, n. 3, p. 7-19, 1999.

CUREAU, S. Dimensões das práticas culturais e direitos humanos. *In*: SOARES, I. V. P.; CUREAU, S. (orgs.). **Bens culturais e direitos humanos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições SESC, 2019.

GONÇALVES, J. R. S. Os limites do patrimônio. *In*: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ICOM BRASIL. **Icom aprova nova definição de museu**. ICOM BRASIL, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/icom-aprova-nova-definicao-de-museu/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

IFLA-UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública**. 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/4851ec2e-12af-4ada-8652-a58f85c7d373/content>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual archival terminology**. Verbete: [archives]. Disponível em: <https://www.ciscra.org/mat/mat/termlist/I/English>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NIC.BR. **TIC Cultura 2024**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt-br/20251107185333/tic_cultura_2024_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

PIRES, M. C. S. A proteção do patrimônio cultural como contraponto à desterritorialização. *In*: SOARES, I. V. P.; CUREAU, S. (orgs.). **Bens culturais e direitos humanos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições SESC, 2019.

5

*Gabriel Andrade Magalhães do Vabo
Kíssila da Silva Rangel
Bianca Therezinha Carvalho Panisset*

POR UMA PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO EM ARQUIVOS COMUNITÁRIOS:

DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO

***A PROPOSAL FOR DIAGNOSING
COMMUNITY ARCHIVES:***

DEVELOPMENT AND APPLICATION PERSPECTIVES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.5

RESUMO

A natureza diversa dos arquivos comunitários, bem como sua vocação para a justiça social e a representação de minorias sociais, oferece à ciência arquivística possibilidades de revisitar teorias e empreender metodologias. A partir do desdobramento das atividades de pesquisa de projeto do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da Fundação Casa de Rui Barbosa, intitulado *Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular*, identificou-se a oportunidade de desenvolver um diagnóstico pautado nas funções arquivísticas tendo como premissa reconhecer quais funções arquivísticas são comuns aos arquivos comunitários. Este artigo tem como objetivo apresentar o percurso desenvolvido para concepção de uma proposta de diagnóstico, bem como a aplicação desse diagnóstico em duas instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa, de cunho bibliográfico e abordagem qualitativa, utiliza a revisão de literatura e a aplicação de entrevistas estruturadas como procedimentos. Apresenta como resultado um instrumento para reconhecimento de arquivos comunitários ante a heterogeneidade de instituições, grupos sociais e pessoas que vocacionam a representação de suas histórias por intermédio dos documentos. Conclui que o instrumento proposto identifica as funções arquivísticas comuns às iniciativas comunitárias de preservação de documentos e, por isso, pode ser utilizado para reconhecer um acervo comunitário.

Palavras-chave: arquivos comunitários; teoria arquivística; funções arquivísticas.

ABSTRACT

The diverse nature of community archives, as well as their commitment to social justice and the representation of social minorities, offers Archival Science opportunities to revisit theories and develop methodologies. Arising from the research activities of the project funded by the Program for the Incentive to the Production of Technical and Scientific Knowledge in the Field of Culture (PIPC) of the Casa de Rui Barbosa Foundation, entitled Community Archives and Public Custodial Institutions: Towards the Construction of Acquisition and Dissemination Methodologies Emphasizing Popular Participation, an opportunity was identified to develop a diagnostic tool grounded in archival functions, based on the premise of identifying which archival functions are common to community archives. This article aims to present the pathway undertaken in the conception of a diagnostic proposal, as well as the application of this diagnostic in two institutions located in the city of Rio de Janeiro. The research, bibliographic in nature and qualitative in approach, employs a literature review and the application of structured interviews as methodological procedures. As a result, it presents an instrument for recognizing community archives in the face of the heterogeneity of institutions, social groups, and individuals who seek to represent their histories through documents. It concludes that the proposed instrument identifies the archival functions common to community-based document preservation initiatives and, therefore, can be used to recognize a community archival collection.

Keywords: community archives; archival theory; archival functions.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado das atividades desenvolvidas no escopo do projeto intitulado *Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular*, pertencente ao Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da Fundação Casa de Rui Barbosa. O referido projeto de pesquisa, para além de um estudo teórico e metodológico sobre os arquivos comunitários, tem também como um de seus objetivos conhecer a realidade dos arquivos comunitários no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, um dos primeiros movimentos para o desenvolvimento de contatos e a aproximação com instituições que detêm arquivos comunitários foi a participação na realização e na organização do *I Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa no ano de 2024¹. Naquela ocasião, como resultado do percurso de pesquisa desenvolvido no projeto, apresentamos a comunicação *Arquivos comunitários no Brasil: contornos e perspectivas*, na qual determinamos critérios que identificam os arquivos comunitários, os quais serão apresentados como parte do referencial teórico da presente pesquisa.

Em sua primeira edição, o evento contou com uma mesa composta por representantes de sete instituições distintas, que apresentaram seus históricos, características dos acervos, tipos de trabalhos desenvolvidos e ações realizadas junto às comunidades. Naquela

1 Conforme o *site* do evento (disponível em: <https://www.even3.com.br/ii-encontro-de-arquivo-cultura-e-justica-social-2025/> e acessado em: 28 ago. 2025), o *Encontro Arquivo, Cultura e Justiça Social* "é uma iniciativa da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) em parceria com o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional e com o Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da FCRB. O evento é promovido pelos grupos de pesquisa do CNPq: Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento e Arquivos, Acesso e Informação".

ocasião, ao percebermos a diversidade dos arquivos comunitários que ali estavam representados, surgiu nossa pergunta de partida para a presente investigação: “É possível identificar uma linearidade na gestão e uso dos documentos ante toda diversidade que permeia a criação e a atuação das instituições que possuem um arquivo comunitário?”

A partir dessa questão, buscamos na teoria arquivística as bases para desenvolvermos uma proposta que, em nosso entendimento, pudesse abarcar a diversidade dos arquivos comunitários. Nesse contexto, identificamos que o estudo das funções arquivísticas forneceria os subsídios necessários para empreendermos uma metodologia de identificação de arquivos comunitários.

Isso porque as funções arquivísticas, conforme delineadas por Couture (1999), estruturam-se como atividades fundamentais e interdependentes, orientadas pelos princípios da arquivologia. Por meio delas, viabilizam-se a organização, o controle e a continuidade da preservação documental ao longo de todo o ciclo de vida dos documentos.

Assim, a presente pesquisa desenvolve um questionário que tem como objetivo analisar a instituição e a gestão dos acervos comunitários à luz das funções arquivísticas, com o intuito de identificar linearidades na forma como essas instituições atuam em relação aos seus acervos.

A adoção do referencial teórico de Couture e Rousseau justifica-se pela solidez conceitual de sua abordagem, na qual as funções arquivísticas – avaliação, aquisição, descrição, classificação e preservação – são concebidas como fundamentos teóricos e operacionais centrais da gestão documental. A partir desse referencial teórico, desenvolvemos um questionário com o intuito de conhecer a instituição e seu papel na comunidade, além de mapear as ações e os procedimentos aplicados aos seus documentos sob a perspectiva das funções arquivísticas, ainda que aplicados de forma tácita ou informal, e as atividades oferecidas à comunidade.

A presente pesquisa apresenta uma versão atualizada do questionário. Tal atualização se deu a partir da ida a campo, em que percebemos que era necessário realizar alguns ajustes de modo que o questionário preconizasse a compreensão da instituição dos acervos comunitários e não uma espécie de lista de verificação. Nesse momento inicial, realizamos a aplicação do questionário, seguida de visita presencial ao Centro de Memória Domingos Félix do Nascimento e ao Centro de Memória Dra. Sebastiana Arruda, cujos resultados apontam para pontos de convergência no contexto de criação dos espaços, no arquivo como processo e não como produto, no apoio/fomento via editais, na relação da comunidade com o acervo, na formação dos profissionais e adaptabilidade, na prática arquivística como resistência, na relação com as funções arquivísticas e no uso dos acervos por pesquisa acadêmica.

Compreendemos que esta investigação contribuirá para a área da arquivologia ao fornecer um diagnóstico sobre a realidade de acervos comunitários, um tipo de acervo que, embora de grande importância social e cultural, é pouco explorado pela literatura especializada. Ressaltamos que a pesquisa não busca criticar qualquer tipo de falta de tratamento técnico arquivístico, mas, principalmente, entender as lógicas de gestão que operam nesses espaços. Os resultados poderão subsidiar a elaboração de diretrizes adequadas à realidade dessas instituições, auxiliando-as na gestão, salvaguarda e difusão de seu patrimônio documental com vistas a possibilitar que estes acervos representem a identidade desses grupos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem natureza aplicada, em razão de ter como objetivo final gerar conhecimento a respeito de um contexto prático. Em nosso caso, a atuação de instituições que possuam

acervos comunitários. Em relação aos seus objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois buscamos descrever as características da constituição dos acervos comunitários, e exploratória, visto que se propõe a estudar um tema ainda pouco abordado (Gil, 2002) na literatura: a gestão de acervos comunitários a partir de uma perspectiva arquivística.

A pesquisa é qualitativa, na medida em que, ao optarmos pelo uso de questionários com perguntas abertas e a análise da teoria (no caso, as funções arquivísticas de Couture e Rousseau) para interpretar seus resultados, prezamos por uma abordagem que se concentra na compreensão aprofundada do contexto analisado. Quanto aos procedimentos metodológicos, optamos pelas pesquisas bibliográfica (revisão de literatura) e de campo (coleta de dados via questionário).

Utilizamos a revisão de literatura como norteadora de nossas reflexões, em especial a obra dos arquivistas Carol Couture e Yves Rosseau (1999). Além disso, buscamos por produções científicas que dialogassem com a temática dos arquivos comunitários, bem como das funções arquivísticas, utilizando os termos: arquivo comunitário, acervo comunitário e função arquivística. As palavras de busca foram flexionadas para o plural e, quando realizamos a pesquisa em bases internacionais, estas foram traduzidas para o inglês. Ademais, consideramos a recorrência das palavras no campo título e/ou resumo para que a produção científica fosse selecionada. Convém ressaltar que não houve resultados quando realizamos a busca com operador booleano "AND" para a *query*: "funções arquivísticas" AND "comunitários".

Nosso levantamento bibliográfico foi realizado no período compreendido entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, na base *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no repositório de comunicações do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB).

O questionário foi construído a partir do referencial teórico elencado a seguir e está dividido em 3 (três) etapas:

- Etapa I: História e o papel da instituição;
- Etapa II: Desenvolvimento de funções arquivísticas; e
- Etapa III: Atividades oferecidas à comunidade pela instituição.

Na seção de resultados, apresentamos o questionário na íntegra, acompanhado de observações sobre cada etapa selecionada e as perguntas correspondentes. Esse instrumento é fruto não apenas do esforço teórico – sustentado pela revisita à teoria arquivística e pela aproximação à temática dos arquivos comunitários –, mas também da pesquisa de campo realizada presencialmente junto às instituições que custodiam acervos comunitários: o Centro de Memória Domingos Félix do Nascimento e o Centro de Memória Dra. Sebastiana Arruda. A escolha pelo formato presencial, em detrimento de alternativas virtuais, deve-se à compreensão de que o contato direto possibilita uma interação mais rica e espontânea, favorecendo a observação do espaço físico, a leitura de elementos não verbais e a construção de confiança mútua; aspectos muitas vezes atenuados ou inviabilizados em encontros *online*.

REFERENCIAL TEÓRICO: ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Os arquivos comunitários podem ser compreendidos como o conjunto de documentos gerados e reunidos por um grupo específico, desempenhando papel central na organização interna, no registro de suas ações, na representação e no acesso às memórias e narrativas que o caracterizam.

A singularidade desse tipo de acervo reside na atuação direta de seus integrantes, que participam ativamente da criação, gestão e disponibilização dos registros. Em estudo anterior, identificamos que tais arquivos funcionam como ativos representacionais de coletividades historicamente marginalizadas, cuja exclusão é sustentada por estruturas discriminatórias enraizadas no *status quo* da sociedade (Vabo; Rangel; Panisset, 2024).

Com base sobretudo nas contribuições de Michelle Caswell (2014), Michelle Caswell *et al.* (2016), Andrew Flinn (2007) e Andrew Flinn e Stevens (2009), é possível compreender que os arquivos comunitários vêm sendo reconhecidos como ferramentas estratégicas de fortalecimento social e político, especialmente para comunidades historicamente marginalizadas.

Caswell (2014) observa que instituições hegemônicas tendem, com frequência, a silenciar ou distorcer as narrativas dessas minorias. Em contraponto, os arquivos comunitários promovem o que a autora denomina de pertencimento representacional (*representational belonging*), conferindo às comunidades a capacidade de gerir suas próprias narrativas, valorizar sua trajetória e afirmar sua identidade com base em parâmetros estabelecidos por elas mesmas (Caswell; Cifor; Ramirez, 2016).

Na perspectiva de Flinn e Stevens (2015), o princípio do faça você mesmo (DIY) caracteriza-se pela adoção de práticas participativas de gestão documental que rompem com a centralidade das versões históricas dominantes, permitindo a difusão de outras interpretações e experiências. Esse aspecto, como o próprio autor reconhece, encontra respaldo nas tecnologias da informação e comunicação, que não apenas viabilizam a digitalização de acervos, mas também ampliam o alcance e a visibilidade das narrativas comunitárias, favorecendo o desenvolvimento de ações colaborativas. Nogueira e Gracioso (2023) reforçam essa perspectiva ao sublinhar o papel das ferramentas digitais no estímulo ao diálogo

entre comunidades e suas memórias, assim como na promoção de maior engajamento social.

Outro ponto relevante é a abordagem da decolonialidade apresentada por Alencar, Cervantes e Barité (2023), que interpretam os arquivos comunitários como dispositivos de reparação histórica. Para esses autores, tais acervos constituem “espaços de resistência”, capazes de preservar vozes marginalizadas e confrontar práticas arquivísticas excludentes e perpetuadoras de silenciamentos.

No contexto brasileiro, Menezes, Rodrigues e Carvalho (2022) situam o surgimento e a consolidação de arquivos comunitários em cenários marcados pela opressão política, como o período da ditadura militar, ressaltando seu papel na defesa de direitos humanos e na manutenção de memórias de resistência. Essa análise reforça o vínculo intrínseco entre memória, justiça social e ativismo político. A partir dessa revisão e das reflexões apresentadas na comunicação *Arquivos comunitários no Brasil: contornos e perspectivas para identificá-los*, apresentamos, em 2024, durante o I Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social, elementos que entendemos como essenciais para a compreensão do conceito de arquivos comunitários, sendo eles:

1. Representação comunitária: acervos que representem grupos identificados pela fé, origem, identidade ou interesses compartilhados;
2. Participação comunitária: o envolvimento ativo da comunidade na construção do acervo, na gestão e nas atividades de processamento da documentação;
3. Produção e aquisição com foco local: a ênfase na coleta e preservação de documentos e materiais que representem a história e a cultura da comunidade local, ou, ainda, a produção de documentos que tenham como intenção preliminar o registro histórico da comunidade (iniciativas de história oral, por exemplo);

4. Acesso e divulgação: o compromisso com a disponibilização dos acervos para a comunidade e/ou ao público em geral;
5. Diversidade de tipos de acervos: a presença de uma variedade de materiais, incluindo documentos escritos, fotografias, gravações audiovisuais, objetos e outras formas de registro cultural;
6. Uso do acervo para comprovação e garantia de direitos: os documentos arquivísticos (ainda que reunidos artificialmente) cumprem sua função de prova junto aos órgãos competentes para garantia de direitos.

Entendemos que, dentre os critérios acima elencados, a *representação comunitária* (1); a *participação comunitária* (2); a *produção e aquisição com foco local* (3); e o *uso do acervo para comprovação e garantia de direitos* (6) são essenciais para identificação de um acervo enquanto comunitário.

Quanto ao critério *acesso e divulgação* (4), destacamos que a avaliação dessa dimensão nos arquivos comunitários requer sensibilidade para reconhecer e legitimar modos diferenciados de mediação, de forma a assegurar que as práticas de preservação e disponibilização estejam em consonância com os direitos culturais e a autonomia das comunidades envolvidas.

Nos arquivos institucionais de instituições públicas, em geral, os princípios de acesso e divulgação são compreendidos em alinhamento com valores consolidados na sociedade civil, como a democratização da informação e a transparência dos processos. Entretanto, no âmbito dos arquivos comunitários, tais noções podem assumir significados particulares, vinculados diretamente às práticas culturais e sociais de cada grupo. Em comunidades tradicionais, por exemplo, a disponibilização de acervos não necessariamente se pauta pelo acesso irrestrito, podendo estar condicionada a hierarquias internas, concepção de sagrado/espiritual, vínculos de pertencimento ou regras próprias de transmissão do conhecimento.

Nesses contextos, o respeito à privacidade, à circulação restrita de saberes e à preservação de valores simbólicos deve prevalecer sobre concepções universalizantes de acesso.

Cabe ressaltar que nem todas as instituições que mantêm acervos comunitários utilizam em sua denominação a expressão “arquivo comunitário” ou sequer se identificam desta forma. Na prática, tais instituições costumam desenvolver uma ampla variedade de projetos e iniciativas. Conforme observa Flinn, “muitos indivíduos que trabalham em projetos comunitários não os reconhecerão de todo como arquivos comunitários, mas utilizam muitos outros nomes, incluindo projetos de patrimônio comunitário, sociedades de história local e projetos de história oral” (Flinn, 2007, p. 154).

Nesse contexto, nossa proposta busca identificar os elementos propriamente arquivísticos presentes nesses acervos. Entendemos, ainda, que o termo “arquivo” pode ser substituído por “acervo” sem prejuízo de significado, partindo do pressuposto de que o arquivo comunitário se refere ao conjunto documental em si, e não necessariamente à instituição que o abriga – ainda que, por convenções linguísticas, os termos sejam empregados como sinônimos.

As funções arquivísticas foram inicialmente sistematizadas por Rousseau e Couture em *Os fundamentos da disciplina arquivística* (1998), em que os autores apenas mencionam as sete funções arquivísticas – produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão – sem, contudo, desenvolver uma análise detalhada de cada uma delas. Esse aprofundamento ocorre posteriormente em *Les fonctions de l'archivistique contemporaine* (1999), de Carol Couture, no qual as funções são apresentadas como um conjunto articulado de operações que estruturam e dão sentido ao trabalho arquivístico em todas as etapas de processamento, acesso e difusão dos documentos. O quadro a seguir sistematiza os principais aspectos relacionados a cada uma das funções abordadas na obra supra:

Quadro 1 – Sistematização das funções arquivísticas

Aquisição	Conjunto de ações que visam aumentar o número de fundos ou conjuntos documentais sob a guarda de uma instituição. Deve estar adequada às políticas institucionais de acervos; não se limita ao simples recebimento físico de arquivos, abrangendo planejamento, seleção e incorporação de documentos no acervo de diferentes origens e suportes. A aquisição garante que documentos com valor para a memória administrativa, jurídica, informacional e histórica sejam corretamente recolhidos e preservados. Os autores ressaltam a necessidade de planejamento e controle para receber, organizar e tornar acessíveis os documentos adquiridos e ainda a importância de evitar perdas e dispersões documentais (preservando a integridade e a organicidade dos conjuntos documentais). São formas de aquisição de acervos: recolhimento, doação e compra. É orientada por instrumentos normativos e diretrizes de aquisição que precisam ser formalizados explicitando os critérios que orientem quais fundos adquirir.
Produção	Marca o primeiro momento do ciclo documental, onde são gerados documentos com valor administrativo, legal, informativo, histórico, cultural, entre outros. É uma função essencial para garantir a qualidade, a validade e a permanência das informações. Sistemas de produção de documentos, criação de formulários, procedimentos, diretrizes e modelos de documentos que orientam para a produção documental adequada à gestão, uso futuro e preservação. Requer abordagem multidisciplinar e colaborativa entre arquivistas, profissionais de TI, áreas jurídicas e administrativas. A produção documental adequada promove a transparência e facilita auditorias e prestação de contas.
Classificação	É uma operação intelectual, não apenas de organização material dos documentos, baseando-se na estrutura funcional e nas atividades desempenhadas pelo produtor dos documentos. É compatível com a legislação e políticas institucionais. Objetivos da classificação: identificar os fundos de arquivos; manter a ordem original dos documentos; respeitar a proveniência e a organicidade dos fundos; servir como primeiro instrumento da avaliação documental. As vantagens da classificação consistem em: operacionalizar o acesso, apoiar a avaliação, controlar a produção documental e promover o uso eficiente dos espaços e recursos. Serve ainda de embasamento para as funções da avaliação, descrição e difusão.

Avaliação	A avaliação determina o valor e o destino dos documentos de arquivo ao longo do seu ciclo de vida. Nesta função, identificam-se os valores primário e secundário dos documentos. Seu instrumento é a tabela de temporalidade. Pressupostos da avaliação: os arquivos devem representar todas as atividades da sociedade; o julgamento do arquivista precisa considerar uma escala de valores atualizada e crítica; deve-se equilibrar as finalidades administrativas e patrimoniais. A avaliação requer entendimento tanto do contexto de produção dos arquivos como dos usos e usuários. Os critérios devem considerar as funções do arquivo e a relevância para a memória e para a prova jurídica.
Descrição	É a representação estruturada dos conjuntos documentais para torná-los identificáveis, acessíveis e compreensíveis. Torna visível e clara a relação entre os documentos e seu contexto de produção, entre os conteúdos e as funções ou atividades do produtor. A descrição é orientada por normas. Prevê também a elaboração de instrumentos de pesquisa (guias, inventários), assim como o controle e padronização do vocabulário para representar corretamente o documento e oportunizar o atendimento de demandas de usuários das áreas administrativas, culturais, científicas, entre outras.
Difusão	Conjunto de operações para tornar o acervo acessível e visível para diferentes tipos de usuários. Atende às demandas administrativas e culturais. Amplia a visibilidade e o entendimento das funções e dos acervos. Torna possível e eficaz o diálogo entre o arquivo e a sociedade. Nesta função, há o estabelecimento de normas para consulta e uso dos arquivos, a identificação das necessidades do usuário, a promoção e formação de público e o desenvolvimento de uma base de usuários de pesquisa. Considera direitos e restrições legais (privacidade, direitos autorais e sigilo) e os interesses dos diferentes tipos de público (pesquisa acadêmica, cidadania, memória, administração). Contribui para a visibilidade do acervo e do arquivo e o entendimento e a valorização social e institucional dos documentos. Promove maior visibilidade e legitimidade do arquivo junto à sociedade e às instituições.

Preservação	É uma função arquivística integral, que visa garantir a longevidade e acessibilidade de documentos para as gerações presentes e futuras.
	Exige uma abordagem interdisciplinar.
	Considera o suporte, fatores ambientais (temperatura, umidade, iluminação, pragas e roedores).
	Seu planejamento e operacionalização devem estar alinhados com as políticas e normas institucionais, embasados em diagnóstico, avaliação sistemática das condições e riscos, definição clara de prioridades e responsabilidades, acompanhamento e atualizações contínuas.

Fonte: elaborado pelos autores (2025) com base em Couture (1999).

Sob essa perspectiva, a produção diz respeito à criação de documentos no curso das atividades institucionais, devendo assegurar autenticidade e pertinência; a avaliação constitui a função estratégica que determina o valor documental e orienta sua guarda temporária ou permanente; a aquisição corresponde à incorporação de documentos às instituições de custódia, garantindo a preservação do patrimônio de interesse coletivo; a conservação compreende medidas preventivas e corretivas voltadas à integridade e longevidade dos acervos; a classificação organiza os documentos segundo suas funções e atividades de origem, preservando a lógica orgânica e o princípio da proveniência; a descrição possibilita a identificação e contextualização dos documentos e, ainda, a produção de instrumentos de pesquisa; e, por fim, a difusão se refere à disponibilização ativa dos acervos, mediante consultas, ações educativas e culturais, reafirmando o papel social dos arquivos na democratização do acesso e no fortalecimento da memória coletiva.

Nesse sentido, o diagnóstico proposto sob a perspectiva das funções arquivísticas aplica-se por entendermos que elas abrangem e integram o conjunto das práticas da área, constituindo parâmetro essencial para analisar a aplicabilidade e, sobretudo, a adaptabilidade – ou não – das teorias e metodologias arquivísticas consagradas aos contextos específicos dos acervos comunitários.

RESULTADO: PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO DE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Como resultado de nossa reflexão, desenvolvemos o questionário a seguir, que tem como objetivo funcionar enquanto instrumento de compreensão de arquivos comunitários. Ele tem como objetivo identificar a relação entre a teoria estudada e a realidade prática sob a perspectiva arquivística e ainda acerca das particularidades oriundas das realidades institucionais observadas.

Para tanto, distribuímos as perguntas que o compõem nas etapas que mencionamos na seção de metodologia, as quais aprofundaremos nesse momento a partir da apresentação destas em quadros, seguidos da descrição dos objetivos relativos a cada etapa apresentada.

Quadro 2 – História e papel da instituição (Etapa I)

Objetivo: Contextualizar a origem da instituição, seus fundamentos sócio-históricos, sua missão e visão e seu posicionamento enquanto arquivo comunitário.	
Eixo	Perguntas
1.1) História e Origem	1.1.1) Qual foi o contexto de criação/fundação da instituição e do setor responsável pelo acervo? Quando e por quem a instituição foi fundada? Houve participação comunitária? Gostaria de destacar alguns/outros atores importantes durante a fundação?
	1.1.2) Há algum registro que detalhe a fundação e os primeiros anos de funcionamento?
1.2) Missão e Visão	1.2.1) Existe uma missão/objetivo declarado da instituição? A missão e os objetivos da instituição foram definidos com a participação da comunidade?
1.3) Estrutura organizacional	1.3.1) A instituição possui uma estrutura de gestão? Se sim, como ela funciona (formal ou informalmente)? Há algum acordo ou instrumento que oriente o funcionamento?

	1.3.2) Os colaboradores da instituição são remunerados ou voluntários? Quais funções exercem e qual formação possuem?
	1.3.3) A instituição enfrenta desafios financeiros ou estruturais?
1.4) Planejamento	1.4.1) Há planejamento de atividades a serem desenvolvidas ao longo de um determinado período (orientações, plano museológico etc.)?
	1.4.2) Há registro/relatório das atividades realizadas ao longo de um determinado período? Se sim, a qual setor esse registro é apresentado?
	1.4.3) Existe intenção de ampliar ou melhorar o desenvolvimento das atividades oferecidas pelo(a) <i>(indicar setor responsável pelo acervo)</i> ?
	1.4.4) Há disponibilização de recursos para o desenvolvimento e/ou melhoria das atividades do(a) <i>(indicar setor responsável pelo acervo)</i> ? Quais são as principais fontes de financiamento e apoio?

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A estruturação da Etapa I do nosso instrumento pretende identificar um panorama completo da instituição, orientando a sua história e origem, sem desconsiderar aspectos como missão, estrutura organizacional e planejamento. Acreditamos que, dessa forma, é possível compreender como a própria instituição se vê, como se organiza e como projeta seu futuro.

As perguntas sobre “contexto de criação” (da instituição e do setor/grupo responsável pelo acervo) e “atores importantes” (1.1.1) são essenciais para identificarmos as motivações por trás da iniciativa. A pergunta sobre instrumentos que regulam o funcionamento (1.3.1) também segue essa linha, ajudando a identificar de que maneira a instituição opera.

As perguntas sobre colaboradores (1.3.2) e desafios financeiros ou estruturais (1.3.3 e 1.4.4) tocam em aspectos práticos da sustentabilidade da instituição, revelando se a equipe é voluntária ou remunerada, e quais são as fontes de financiamento. Isso ajuda a entender a resiliência e as vulnerabilidades da instituição no longo prazo.

Diante do panorama institucional que abrange a fundação da instituição e a iniciativa de constituir um acervo comunitário, desenvolvemos a Etapa II, na qual buscamos identificar quais (e se) funções arquivísticas são desenvolvidas no âmbito das iniciativas de acervo comunitário.

Quadro 3 – Desenvolvimento de funções arquivísticas (Etapa II)

Objetivo: Identificar o desenvolvimento de funções arquivísticas. Nesta etapa, a análise é guiada pelas sete funções arquivísticas (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão).	
Eixo	Perguntas
2.1) Produção/ criação	2.1.1) A comunidade participa da produção/criação dos acervos do <i>(incluir nome do setor entrevistado responsável pelo acervo)</i> ? <i>(Indicar campanhas de doação ou consultas à comunidade)</i> .
	2.1.2) Como os documentos do/da <i>(incluir nome do setor entrevistado responsável pelo acervo)</i> são produzidos? Existe algum modelo/formulário? É possível informar qual a finalidade de cada documento produzido?
	2.1.3) Há algum sistema próprio para a produção dos documentos?
	2.1.4) Há algum grau interação entre o <i>(incluir nome do setor entrevistado responsável pelo acervo)</i> e os outros setores da instituição no que se refere à produção de documentos?
	2.1.5) Qual o suporte em que os documentos são produzidos? <i>(explicar os tipos de suporte)</i> Utilizam algum <i>software</i> ? O local de produção e as técnicas e tecnologias são suficientes?
2.2) Avaliação	2.2.1) Como é realizada a escolha dos documentos que atualmente compõem o acervo? Há participação comunitária?
	2.2.2) Quais documentos produzidos no dia a dia da instituição deveriam ser guardados de maneira permanente? Há algum tipo de escolha/avaliação dos documentos que são produzidos dentro/pela instituição para que eles também possam compor o acervo do <i>(incluir nome do setor entrevistado responsável pelo acervo)</i> ?
	2.2.3) Como <i>(incluir nome do setor responsável pelo acervo)</i> identifica quais documentos devem ser guardados e quais poderiam ser descartados? Já houve algum tipo de descarte de documento? Se sim, saberia informar se há registro do descarte ou/e o critério utilizado?

	2.2.4) Há algum registro dos critérios das escolhas realizadas pelo (<i>incluir nome do setor responsável pelo acervo</i>) que expressem diretrizes de avaliação/aquisição ou tempo de permanência de algum documento no acervo?
	2.2.5) Existe algum instrumento que indique por quanto tempo o documento permanecerá no acervo?
2.3) Classificação	2.3.1) Os documentos são organizados/classificados? Se sim, de que maneira (tipo, data, função, código)?
	2.3.2) Como vocês se articulam para organizar o acervo e quais são os maiores desafios enfrentados nessa organização?
2.4) Descrição	2.4.1) A instituição possui algum instrumento que identifique o acervo e auxilie no processo de busca dos seus documentos? Por exemplo, bases de dados, instrumentos próprios como planilhas, tabelas e listas, quadro de arranjo?
	2.4.2) É realizada a descrição do acervo? Caso faça descrição do acervo, identificar se alguma norma é utilizada e o nível da descrição (explicar o que é fundo, série, subsérie e item).
	2.4.3) Há profissionais responsáveis pela identificação do acervo e produção de instrumentos descritivos? Se sim, qual a formação deles?
2.5) Difusão	2.5.1) Como (<i>incluir nome do setor responsável pelo acervo</i>) organiza o atendimento ao público ou pesquisas no acervo? Tem orientação aos usuários (regras, e-mail de contato)?
	2.5.2) Em termos quantitativos, vocês teriam algum registro ou controle do atendimento de acesso/uso do acervo documental?
	2.5.3) Vocês conseguem identificar quais são os principais perfis de usuários do acervo comunitário?
	2.5.4) A instituição possui alguma atividade na internet que difunda o seu acervo ou a própria instituição para a sociedade? Tem algum retorno da comunidade e do público sobre isso? Há digitalização de documentos com vistas à difusão do acervo comunitário?
	2.5.5) Há ferramentas ou sistemas para o acesso aos documentos da instituição? Se sim, quais? Presencial ou remoto?
	2.5.6) A documentação armazenada/adquirida é ou já foi utilizada para comprovação de direitos (garantia de posse, por exemplo)?

	2.5.7) Há documentos com restrição de acesso? Se sim, quais restrições? Quem é o responsável por atribuir a restrição de acesso? Há algum instrumento que identifique os documentos com restrição de acesso? Caso existam, há algum tipo de revisão das restrições de acesso?
	2.5.8) Há algum tratamento para as informações pessoais existentes nos documentos do acervo?
2.6) Preservação	2.6.1) Como é a área de guarda dos documentos (físicos e digitais)? O espaço é adequado (identificar se a área de armazenamento dos documentos é exclusiva para este fim, bem como as condições de climatização e segurança etc.)?
	2.6.2) Há práticas de preservação preventiva (uso de EPI para manusear os documentos, rotinas de limpeza do chão e das estantes, dedetização, manutenção de aparelhos de climatização)?
	2.6.3) Como é realizado o acondicionamento/guarda dos documentos? () Caixa arquivo papelão () Pasta AZ () Pastas de plástico () Arquivo deslizante () Caixa arquivo plástico () Pastas suspensas () Pacotes/amarrados () Estantes () Armário de aço () Armário de madeira () Gaveteiro de aço () Mapoteca () Arquivo deslizante () Pasta suspensa () HD externo () HD interno de computador em uso () CD () <i>Pen drive</i> () Armazenamento em nuvem (DSpace, Google Drive, One Drive etc.) () Outros: _____
	2.6.4) Há algum registro sobre o estado de conservação dos documentos (<i>pergunta de opinião</i>)? Já foi realizada alguma intervenção de restauro?

2.7) Aquisição	2.7.1) Existe política ou alguma diretriz ou procedimento para o recebimento de acervos? Quais acervos costumam ser incorporados ao acervo da instituição e por quê (perfil de acervos adquiridos)?
	2.7.2) Quem, se houver, é o responsável por identificar os acervos relevantes para serem doados à instituição? Qual a formação e cargo desse profissional?
	2.7.3) De que forma se dá a entrada de novos documentos no acervo? () Doação () Compra () Recolhimento () Outros
	2.7.4) Como acontece a identificação da documentação que foi recebida? São elaborados documentos que registrem a incorporação de novos documentos ao acervo?
	2.7.5) A totalidade dos documentos recebidos é mantida no acervo ou alguma parte permanece com os membros da comunidade ou do produtor?

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A construção da Etapa II do questionário busca identificar não somente a existência das funções arquivísticas, mas também o modo como elas se manifestam em um contexto no qual a participação comunitária é um fator central. As perguntas relacionadas à produção/criação dos documentos buscam compreender como os documentos surgem no âmbito daquele contexto institucional. Destacamos que a questão 2.1.1, em especial, foca na identificação da participação da comunidade. Entendemos que a participação da comunidade é elemento que distingue um arquivo comunitário de outros tipos de instituição/acervos. As perguntas seguintes (2.1.2 a 2.1.5) detalham os processos de produção, suportes e tecnologias, o que é fundamental para compreendermos o grau de formalidade e a capacidade técnica da instituição. A pergunta 2.1.4, sobre a interação entre setores, nos ajuda a mapear os fluxos documentais internos, um conceito-chave na arquivística.

Consideramos a avaliação como um processo político e social e, por isso, desenvolvemos questões que pudessem capturar

esse entendimento. As questões 2.2.1 e 2.2.2 abordam diretamente a participação comunitária na avaliação, o que é um diferencial. Em arquivos tradicionais, a avaliação é feita por especialistas, enquanto, nessas instituições, a comunidade pode ter um papel ativo na definição de sua própria memória. A pergunta 2.2.3 busca evidências de descarte, o que é vital para compreender os critérios de seleção e transparência do processo. Por fim, as questões 2.2.4 e 2.2.5 indagam sobre a existência de instrumentos formais (critérios, tabelas de temporalidade). A ausência desses instrumentos pode ser um indicativo de práticas mais intuitivas ou baseadas no consenso comunitário, em oposição às metodologias técnicas padrão.

Em relação à classificação, as perguntas aqui são diretas e buscam identificar se há alguma metodologia de organização. A questão sobre desafios enfrentados (2.3.2), em nossa concepção, é particularmente relevante, pois, muitas vezes, a falta de recursos ou de conhecimento técnico pode ser um obstáculo para uma classificação em arquivos comunitários. Ao mesmo tempo, também pode revelar práticas de classificação que sejam capazes de representar outras formas de organização que façam sentido aos usuários do acervo comunitário.

No que se refere à função arquivística da descrição, buscamos elaborar perguntas que extrapolassem a identificação a respeito da existência de instrumentos de pesquisa (bases de dados, listas) e a adoção de normas arquivísticas. Ao compreendermos que a presença de arquivistas ou profissionais capacitados pode ser um fator decisivo na descrição do acervo, identificamos a formação dos profissionais envolvidos, por meio da pergunta 2.4.1. Também procuramos exemplificar o que é fundo, série etc., para garantir que a resposta seja compreensível e precisa, mesmo para quem não é da área.

A função arquivística da difusão é essencial para o entendimento do acervo comunitário, uma vez que é por intermédio da

difusão que a memória é socializada. As perguntas elaboradas sobre acesso, perfis de usuários e atividades na internet (2.5.1 a 2.5.5) demonstram nosso intuito de entender quem usa o acervo e como ele se conecta com a sociedade. A questão 2.5.6, sobre a utilização para comprovação de direitos, é fundamental, pois ressalta o papel social e prático que esses acervos podem ter para a comunidade. As perguntas 2.5.7 e 2.5.8, sobre restrições de acesso e tratamento de informações pessoais, intencionam compreender aspectos de conformidade da instituição com a privacidade dos indivíduos.

As perguntas sobre preservação (2.6.1 a 2.6.3) são detalhadas e abordam tanto a infraestrutura (área de guarda, climatização) quanto as práticas preventivas e de acondicionamento. A inclusão de uma lista de itens de acondicionamento é um método prático para obter respostas precisas sobre a realidade física do acervo. As questões sobre estado de conservação e restauro complementam o entendimento sobre o nível de cuidado e profissionalização das ações de preservação.

Por fim, as perguntas sobre aquisição buscam identificar se há uma política de aquisição formal (2.7.1) e qual o perfil dos acervos incorporados. A questão sobre a identificação dos responsáveis pela aquisição (2.7.2) ajuda a entender se o processo é feito por profissionais ou por membros da comunidade. As perguntas sobre os procedimentos de entrada (2.7.3) e a permanência dos documentos são essenciais ao entendimento das dinâmicas de construção do acervo.

A estrutura das perguntas da Etapa II foi elaborada à luz das funções arquivísticas, mas com uma abordagem flexível o suficiente para capturar as particularidades de um contexto comunitário. Elas demonstram compreensão das funções arquivísticas aplicadas ao acervo da instituição, ao mesmo tempo que buscam evidências da participação e do protagonismo da comunidade, que são os elementos distintivos desses arquivos.

Quadro 4 – Atividades oferecidas à comunidade pela instituição (Etapa III)

Objetivo: Mapear as atividades oferecidas à comunidade pela instituição. Aqui, o foco recai sobre as iniciativas educativas, culturais e sociais promovidas pela instituição, bem como suas parcerias e impacto na comunidade. Busca-se identificar as ações de inclusão comunitária e as formas pelas quais a instituição reforça o vínculo com o público e como (e se) ela se posiciona como um agente transformador no contexto local.	
Eixo	Perguntas
3.1) Atividades Educativas e Culturais	3.1.1) A instituição realiza atividades educativas e/ou culturais que utilizem seus acervos e sejam voltadas à comunidade? Se sim, que tipo de ações são promovidas (exposições, oficinas, palestras etc.)?
	3.1.2) De que forma a comunidade participa das atividades da instituição que se relacionam com os acervos? Há iniciativas que incentivem a comunidade a contribuir com o acervo?
3.2) Parcerias	3.2.1) Existe interação com escolas, universidades ou outras organizações locais?
	3.2.2) A instituição colabora com outras organizações (governamentais, ONGs, privadas)?
	3.2.3) Essas parcerias são formais ou informais? Como elas contribuem para as atividades?
	3.2.4) Em relação à parceria, vocês identificam como a Casa de Rui Barbosa poderia contribuir para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao acervo?
3.3) Visibilidade Social	3.3.1) É possível identificar os impactos das atividades desenvolvidas pela instituição na comunidade representada pelo acervo?
	3.3.2) A comunidade reconhece e valoriza a instituição como referência de memória e identidade? Como isso é percebido?
	3.3.3) Há algum canal de comunicação onde podem ser recebidas críticas, sugestões e avaliações? Vocês realizam alguma pesquisa de satisfação ou coleta de <i>feedback</i> formal após as atividades para avaliar a percepção da comunidade?

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Além do contexto sócio-histórico da instituição e das funções arquivísticas, o questionário, em sua Etapa III, inclui perguntas sobre a contribuição da comunidade na construção e uso do acervo, além

do impacto social, o que demonstra que a pesquisa está focada em aspectos que são centrais para a definição de um arquivo comunitário.

A pergunta 3.1.2, que aborda a participação da comunidade na produção do acervo, é relevante, pois novamente podemos diferenciar o arquivo/acervo comunitário de outros tipos de acervos/instituições tradicionais. Com intuito de identificarmos o alcance da rede de apoio do arquivo, elaboramos as questões do eixo parceria e destacamos que a inclusão da pergunta 3.2.3 sobre a Casa de Rui Barbosa é estratégica, buscando *insights* sobre as necessidades e o potencial de colaboração.

Por último, a visibilidade social é identificada por meio das perguntas 3.3.1 e 3.3.2, que investigam se o trabalho do arquivo é reconhecido e valorizado pela comunidade. A inclusão da questão sobre o *feedback* formal (3.3.3) adiciona um nível de análise sobre a transparência e a capacidade de autoavaliação da instituição.

A proposta de diagnóstico apoiou o processo de coleta de dados e a compreensão das instituições identificadas para sua aplicação, minimizando possíveis desgastes para os participantes, bem como buscou qualidade e a completude nas informações a serem obtidas. A seguir, apresentaremos os resultados obtidos da aplicação do instrumento de diagnóstico proposto na presente pesquisa.

APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A aplicação do questionário, seguida de visita presencial, foi realizada no Centro de Memória Domingos Félix do Nascimento e no Centro de Memória Dra. Sebastiana Arruda, pertencentes ao Grêmio Recreativo Cacique de Ramos² e ao Renascença Clube³,

2 Ver Centro de Memória do Cacique de Ramos em <https://cmcaciquederamos.com.br/>

3 Ver Renascença Clube em: <https://acervovirtual.renascencaclube.org.br/>.

respectivamente. Destacamos que a escolha do Centro de Memória Domingos Félix do Nascimento se deu a partir da sua participação no *I Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social*, realizado, em 2024, na Fundação Casa de Rui Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha da segunda instituição surgiu de elementos capturados nas entrevistas junto ao coordenador-geral de pesquisa do Centro de Memória Domingos Félix do Nascimento, Walter Pereira, que, em diversos momentos, mencionou iniciativas do Centro de Memória Dra. Sebastiana Arruda, no Renascença Clube – ora se referindo a práticas que inspiram as do seu Centro, ora citando a museóloga Emanuelle Ferraz, que atuou em ambos os acervos.

Essa informação despertou uma reflexão sobre a solidariedade entre instituições e as confluências entre comunidades que, em determinados aspectos, podem ser vistas como uma só, quando observadas a partir de suas similaridades culturais, sociais e políticas. Isto se coaduna com as categorias de solidariedade propostas por Andrew Flinn (2007), na medida que ambas as instituições têm relevância para a preservação da memória de pessoas negras e suburbanas. Os arquivos comunitários não são apenas depósitos de documentos, mas sim ferramentas ativas de empoderamento, autoafirmação e coesão social, gerando diferentes níveis de solidariedade que ajudam as comunidades a resistir à marginalização e a construir seu próprio futuro.

A escolha das instituições para aplicação do questionário justifica-se pela relevância social, cultural e histórica no cenário carioca e nacional, pois ambas apresentam espaços destinados à preservação da memória e da identidade de comunidades específicas. As histórias dessas instituições são atravessadas por resistências e busca por sociabilidades, seja no empreendimento de uma nova tecnologia no modo de se fazer samba (como o caso do Cacique de Ramos, na figura de seus fundadores) ou na criação, por pessoas negras de classe média, de um clube de convivência

em resposta à exclusão racial empreendida por outros clubes, no caso do Clube Renascença.

As visitas de campo realizadas para aplicação do questionário sucederam de forma presencial e foram gravadas e transcritas.

Após análise, identificamos 8 (oito) pontos de convergência entre os acervos, os quais destacamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Pontos de convergência entre os acervos analisados

Pontos de convergência	Considerações
1) Contexto de criação dos espaços	A constituição dos acervos não nasce de uma política institucional, mas de uma demanda simbólica e identitária, marcada pelo pertencimento e pela ancestralidade. Aqui, o conhecimento técnico não é desprezado, mas reconfigurado a partir das práticas locais. Esse enraizamento afetivo escapa das metodologias arquivísticas clássicas, mas é essencial para compreender a potência social do arquivo comunitário.
2) Arquivo como processo e não como produto	As instituições não são espaços prontos ou estabilizados, mas projetos em constante construção. A fluidez das fronteiras entre o pessoal e o institucional, o formal e o informal, mostra que os arquivos não devem ser compreendidos como repositórios fechados de documentos. Ao contrário, eles constituem um processo contínuo de mobilização de memórias e sentidos sociais. Como observa Cook (1997), os arquivos estão sempre sujeitos a (re)interpretações, sendo construídos a partir de escolhas, contextos e relações de poder que os transformam em espaços vivos de memória.
3) Apoio via editais	O fortalecimento dos arquivos comunitários tem ocorrido sobretudo via editais de fomento cultural. Esses editais, no entanto, não são comumente direcionados para arquivos – o que demanda dos seus responsáveis uma articulação criativa para enquadrar projetos de preservação da memória em formatos originalmente destinados à produção cultural. O caso do edital “Cultura do Carnaval Carioca” ilustra essa realidade: por meio dele, durante a pandemia, o Centro de Memória do Cacique de Ramos pôde desenvolver uma exposição virtual que mobilizou as alas do bloco e permitiu o registro de memórias até então dispersas. Esses mecanismos de apoio revelam tanto a potência quanto a precariedade institucional desses arquivos, cujas existências dependem da articulação pessoal, voluntarismo e sensibilidade de seus membros.

4) Relação da comunidade com o acervo	A relação entre a comunidade e os acervos não se dá prioritariamente por meio da pesquisa ou da consulta direta aos documentos. Essa relação se expressa principalmente por meio de produtos culturais e ações comemorativas. Apesar de guardar registros significativos da trajetória das instituições e das famílias envolvidas, ainda não é muito frequentado como espaço de consulta pela comunidade local ou pelas alas. Isso reflete um desafio comum nos arquivos comunitários: construir estratégias de mediação que articulem o acervo com o cotidiano e os afetos da comunidade.
5) Formação dos profissionais e adaptabilidade	Os profissionais que atuam nos acervos comunitários são oriundos de áreas como a História, Museologia, Arquivologia e Conservação. Contudo, há a indicação de que suas formações acadêmicas não contemplaram os desafios e especificidades dos arquivos comunitários. Assim, há um movimento de ressignificação prática do saber técnico, adaptado à realidade de acervos heterogêneos, fragmentados e com escassez de recursos. Esse processo revela uma práxis decolonial, na qual o conhecimento acadêmico é colocado a serviço da memória social e afetiva da comunidade, e não o contrário. Outro ponto crucial é o papel central do voluntariado para a manutenção do arquivo. Embora se reconheça a potência do trabalho colaborativo e afetivo, a sustentação por meio do trabalho não remunerado impõe limites à continuidade, à regularidade e à formação de memória institucional.
6) Prática arquivística como resistência	A prática arquivística é compreendida por seus agentes como um ato de resistência cultural. Preservar documentos, fotografias, fantasias, troféus e registros orais é garantir a existência e continuidade de memórias invisibilizadas nas estruturas oficiais.
7) Relação com as funções arquivísticas	Os arquivos comunitários não se articulam completamente com todas as funções arquivísticas. É percebida a inexistência de uma gestão de documentos formalizada. Entretanto, foi possível identificar práticas arquivísticas relacionadas às funções de descrição (com elaboração de quadros de arranjos e inventários) e de aquisição (com a instituição de critérios e políticas que orientam a aquisição de acervos). Muito embora o desenvolvimento dessas funções seja realizado por intermédio de adaptabilidades, que incluem a escuta da comunidade.
8) Uso do acervo por pesquisa acadêmica	Segundo os representantes das instituições, seus acervos são, em grande parte, consultados por pesquisadores vinculados ao meio acadêmico. Nesse sentido, a articulação entre universidades e arquivos comunitários poderia estimular a construção de dinâmicas colaborativas que transformem esses acervos em espaços não apenas de pesquisa, mas também de prática profissional e formação, especialmente para estudantes e egressos de cursos cujas áreas de conhecimento dialoguem com essa temática.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nesse sentido, retornamos à nossa pergunta de partida: É possível identificar uma linearidade na gestão e uso dos documentos ante toda a diversidade que permeia a criação e a atuação das instituições que possuem um arquivo comunitário? E a nossa resposta pressupõe uma constatação: identificou-se que estas instituições possuem duas linhas de acervo: uma institucional, que abrange os documentos produzidos para dar conta do funcionamento e das atividades dos centros de memória entrevistados; e outra, um conjunto documental adquirido por doação voluntária de familiares de personagens proeminentes entre o grupo ou por provocação aos membros da comunidade. O que se percebeu é que não há linearidade na gestão e no uso dos acervos. Entretanto, há mecanismos de organização, classificação e acesso aos documentos, moldados em alguma medida pelas demandas de editais de fomento. Já com os acervos representativos do grupo – como arquivos de pessoas, fotografias, materiais como fantasias de carnaval –, estes são orientados pelo escopo do próprio grupo que o produziu, oportunizando pertencimento e o fortalecimento das identidades. Percebemos que o pessoal atuante, embora em sua maioria voluntário, possui formação acadêmica e vínculo com a comunidade.

As entrevistas realizadas nos oportunizaram a aproximação da teoria estudada com a realidade de duas instituições que reconhecemos como arquivos comunitários e cujas práticas e significados junto aos documentos arquivísticos nos permitiram vivenciar o uso dos documentos para representação, pertencimento e identificação.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os arquivos comunitários têm despertado crescente interesse de pesquisa na arquivologia, configurando-se como campo profícuo para compreender, de um lado, as relações entre documentos

e seus produtores em escala local e, de outro, a interação mais ampla entre arquivo e sociedade. Nesse âmbito, os vínculos entre acervos, identidades e práticas sociais se revelam particularmente estreitos, conferindo a esses arquivos um caráter singular.

Neste artigo, buscamos contextualizar as escolhas que orientaram nossa metodologia e apresentar à comunidade científica uma proposta de diagnóstico para arquivos comunitários com ênfase nas funções arquivísticas. O objetivo foi refletir sobre a aplicabilidade – ou não – de aspectos formais da arquivologia em contextos diferenciados daqueles para os quais foram inicialmente concebidos.

A análise das visitas e entrevistas realizadas nos centros de memória Domingos Félix do Nascimento e Sebastiana Arruda evidencia que, embora atuem em cenários distintos e com acervos de naturezas diversas, ambos compartilham desafios estruturais e práticas de resistência que reafirmam o papel vital dos arquivos comunitários na preservação de memórias historicamente marginalizadas. Observamos que a força dessas iniciativas não se encontra na adesão rígida a modelos consagrados, mas na capacidade de articular afetos, identidades e práticas culturais em seus modos próprios de gerir documentos e memórias. Isso não implica ausência de planejamento ou de estruturação de processos, mas, sim, uma adaptabilidade criativa aos seus contextos histórico-sociais e à especificidade de seus acervos.

Diante disso, compreendemos que apoiar e fortalecer tais espaços demanda políticas públicas específicas, formação técnica sensível às suas realidades e o fomento a redes de solidariedade entre instituições. Apenas assim será possível assegurar que suas memórias permaneçam vivas, plurais e acessíveis para as gerações futuras.

A continuidade desta pesquisa, com a aplicação do diagnóstico proposto em outros arquivos comunitários, permitirá ampliar a análise comparativa e aprofundar o entendimento sobre suas

especificidades. Essa etapa será fundamental para construir um panorama mais abrangente não apenas de seus acervos, mas também das práticas sociais e culturais que lhes dão sentido.

Por fim, reafirmamos que a diversidade constitutiva dos arquivos comunitários, bem como sua vocação para a justiça social e a representação de minorias, oferece à arquivística a oportunidade de revisitar teorias, experimentar metodologias e renovar seu compromisso com a sociedade. A apresentação do modelo de diagnóstico em eventos científicos e em publicações especializadas não apenas possibilitará sua apreciação pelos pares, como também reforçará a relevância do tema para a área e estimulará a reflexão sobre as responsabilidades das instituições de custódia na interlocução com os grupos e acervos comunitários.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, [s. l.], v. 3, n. 19, p. 55-77, 2023.
- CASWELL, M. Seeing Yourself in History: Community Archives and the Fight Against Symbolic Annihilation. **The Public Historian**, Berkeley, v. 36, n. 4, p. 26-37, 2014.
- CASWELL, M.; CIFOR, M.; RAMIREZ, M. H. "To Suddenly Discover Yourself Existing": Uncovering the Impact of Community Archives. **The American Archivist**, v. 79, n. 1, p. 56-81, 2016.
- COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17-63, 1997.
- COUTURE, C. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. 1st ed. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.
- FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream. *In*: BASTIAN, J. A.; ALEXANDER, B. (orgs.). **Community Archives: The Shaping of Memory. Principles and Practice in Records Management and Archives**. Londres: Facet Publishing, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, C. S.; RODRIGUES, G. M.; CARVALHO, S. K. P. O acervo arquivístico do ponto de memória da cidade estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo de resistência e instrumento dos direitos humanos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, n.3, p. 913-927, 2022.

NOGUEIRA, F.P.de. M.; GRACIOSO, L. de. S. Arquivos Comunitários no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional: agentes de Globalização Solidária e inovação decolonial. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 52, n. 1, 2023.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VABO, G.; RANGEL, K.; PANISSET, B. Arquivos comunitários: aspectos conceituais e novas possibilidades de atuação da Fundação Casa de Rui Barbosa. *In*: SILVA, C. Guardado da; REVEZ, J.; CORUJO, L. (orgs.). **Diálogos na Ciência da Informação – Atas do XIV Encontro EDICIC**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos; Edições Colibri; EDICIC, 2024.

6

Natália Bolfarini Tognoli

**SOBRE O QUE FALAMOS
QUANDO FALAMOS DE
DECOLONIZAR OS ARQUIVOS?**

***WHAT DO WE MEAN WHEN WE TALK
ABOUT DECOLONIZING ARCHIVES?***

RESUMO

O artigo discute o significado e os alcances da decolonização dos arquivos, compreendendo-a não como uma revisão terminológica ou uma inclusão pontual de vozes marginalizadas, mas como um processo profundo de enfrentamento das estruturas coloniais que historicamente organizam a produção, a guarda e o acesso à memória. Parte-se de uma reflexão teórica sobre os estudos decoloniais, distinguindo os termos descolonial e decolonial, e mobilizando autores como Quijano, Maldonado-Torres, Fanon, Said e Spivak para evidenciar como a colonialidade do poder, do saber e do ser atravessa as instituições arquivísticas. O texto argumenta que os arquivos, longe de serem neutros, funcionam como dispositivos políticos que participam da produção de silenciamentos, hierarquizações e apagamentos ontológicos. Nesse contexto, a crítica à neutralidade técnica, à centralidade do Estado-nação e à concepção tradicional de proveniência revela a necessidade de reconfigurar os fundamentos epistemológicos e éticos da arquivística. A partir dessas reflexões, o artigo apresenta os arquivos comunitários como práticas decoloniais, entendidas como iniciativas de resistência e reexistência nas quais comunidades historicamente marginalizadas assumem o protagonismo na construção, na gestão e na difusão de suas próprias memórias. Por fim, reconhece-se a existência de críticas e tensões em torno da proposta decolonial, defendendo-se, contudo, sua relevância para complexificar e transformar o campo arquivístico contemporâneo.

Palavras-chave: decolonialidade; estudos arquivísticos críticos; arquivos comunitários.

ABSTRACT

This paper discusses the meaning and scope of decolonizing archives, understanding it not as a terminological revision or a token inclusion of marginalized voices, but as a profound process of confronting the colonial structures that have historically shaped the production, custody, and access to memory. The discussion begins with a theoretical reflection on decolonial studies, distinguishing between the terms decolonial and decolonizing, and drawing on authors such as Quijano, Maldonado-Torres, Fanon, Said, and Spivak to demonstrate how the colonality of power, knowledge, and being permeates archival institutions. The article argues that archives, far from being neutral, operate as political devices that participate in the production of silences, hierarchies, and ontological erasures. In this context, the critique of technical neutrality, the centrality of the nation-state, and traditional notions of provenance reveals the need to reconfigure the epistemological and ethical foundations of Archival Science. Building on these reflections, the article presents community archives as decolonial practices, understood as forms of resistance and re-existence in which historically marginalized communities assume protagonism in the construction, management, and dissemination of their own memories. Finally, the paper acknowledges existing critiques and tensions surrounding decolonial approaches, while reaffirming their relevance for complexifying and transforming the contemporary archival field.

Keywords: decoloniality; critical archival studies; community archives.

INTRODUÇÃO

Quando falamos de decolonizar os arquivos, não estamos simplesmente propondo uma revisão terminológica ou uma inclusão cosmética de vozes marginalizadas em instituições oficiais. Falamos, na verdade, de um processo profundo de enfrentamento das estruturas coloniais que ainda organizam a forma como se produz, se guarda e se acessa o conhecimento e a memória. Arquivar, longe de ser uma ação neutra, é um ato político — e, muitas vezes, colonial. Decolonizar, então, não é embelezar o que existe. É questionar o que foi naturalizado. É romper com lógicas que transformaram o arquivo em instrumento de exclusão, silenciamento e controle.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões iniciais sobre o tema da decolonialidade nos arquivos. Para tanto, parte-se de uma discussão não exaustiva sobre os estudos decoloniais com base em referenciais teóricos consolidados (Fanon, Spivak, Said, Quijano e Maldonado Torres) para, em seguida, apresentar os arquivos comunitários como exemplos de iniciativas decoloniais nos estudos arquivísticos. Ao final, são apresentados alguns contrapontos críticos à visão decolonial, mas que não anulam a urgência de uma crítica decolonial nos estudos arquivísticos, e sim a complexificam.

O DE(S)COLONIAL E OS ARQUIVOS

Antes de adentrarmos nas discussões sobre a decolonialidade nos arquivos, cabe esclarecer a escolha pelo uso dos termos decolonial e decolonialidade ao invés de descolonial. A diferença entre “descolonial” e “decolonial” está tanto no plano teórico quanto no político. O termo descolonial refere-se à oposição ao *colonialismo*, entendido como a dominação formal exercida

pelas potências europeias e cujo fim está associado aos processos históricos de independência e formação dos Estados-nação (Castro-Gómez; Grosfogel, 2007; Walsh, 2009). Já o termo decolonial aponta para a crítica à *colonialidade*, isto é, à permanência de estruturas de poder, saber e ser que seguem operando mesmo após a descolonização formal, sustentadas por práticas de racialização, eurocentrismo e pela hegemonia do Estado-nação periférico (Quijano, 1992). Assim, enquanto o descolonial remete à superação institucional do colonialismo, o decolonial propõe um movimento teórico-político de enfrentamento às lógicas coloniais que seguem vivas nas sociedades pós-coloniais.

Portanto, segundo Santos (2018), o descolonial, em seu significado de desfazer o colonial, encontraria maior sentido como contraposição ao colonialismo e não à colonialidade. Assim, considerando que a ideia aqui é discutir a decolonização dos arquivos, entendemos que esse movimento reflete não apenas a superação de práticas herdadas do período colonial, mas, sobretudo, a crítica às estruturas de poder e de saber que permanecem atuando nas instituições de memória. A decolonização dos arquivos, nesse sentido, implica questionar formas de organização e acesso que reproduzem exclusões históricas, abrindo espaço para perspectivas plurais e para o reconhecimento de saberes marginalizados.

O movimento decolonial tem origem na América Latina, no final da década de 1990, como posição epistêmica emergente (Santos, 2018) em contraposição ao argumento pós-colonial no continente que, segundo Mignolo (2008), não conseguiu romper com os autores eurocêntricos. Esse movimento ficou conhecido como “giro decolonial” e teve como precursor o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C).

Apesar de críticos aos estudos pós-coloniais, notadamente pela falha desses em romper totalmente com o pensamento eurocêntrico – ao incorporar os estudos pós-estruturalistas, ou utilizar o termo “subalterno” de empréstimo de Gramsci, por exemplo – o

movimento decolonial reconhece a importância dos estudos pós-coloniais, em especial de seus autores fundantes, a saber, Franz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, a chamada “tríade francesa”, Edward Said, Ranajit Guha – com o movimento do Grupo de Estudos Subalternos – e Gayatri Chakrabarty Spivak. Segundo Ballestrin (2013), os autores do movimento decolonial, sobretudo os vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade, estabelecem um diálogo seletivo com nomes clássicos das ciências sociais e da filosofia, destacando, em geral, as limitações desses referenciais quanto à ausência de atenção ao elemento colonial, justamente em um contexto que exigia sua problematização.

Nessa tônica, entendemos que, assim como os estudos decoloniais, a teoria pós-colonial também pode nos oferecer as ferramentas conceituais para entender a profundidade do desafio de romper as lógicas de exclusão e silenciamento nos arquivos. Frantz Fanon, por exemplo, nos alerta que a descolonização é um fenômeno que implica ruptura, “um programa de desordem absoluta” (Fanon, 1968, p. 27). No campo arquivístico, isso significa que não se trata apenas de inserir documentos de sujeitos historicamente silenciados, trata-se de reconfigurar completamente as estruturas e lógicas que definem o que pode ser lembrado e o que será esquecido. É uma substituição radical de um mundo por outro.

Edward Said também nos ajuda nesse caminho ao demonstrar como o colonialismo não foi apenas militar ou econômico, mas também profundamente simbólico e cultural. Para o autor, o orientalismo constitui-se como um sistema de pensamento que “constrói o Oriente como inferior, para dominá-lo, reestruturá-lo e exercer autoridade sobre ele” (Said, 2007, p. 25). Os arquivos, nesse sentido, foram um braço do projeto imperial: ferramentas de classificação e controle dos saberes e dos corpos colonizados.

E quando Gayatri Spivak nos pergunta se o subalterno pode falar, ela está, ao mesmo tempo, nos mostrando que a resposta já

está embutida na forma como os arquivos foram construídos: eles são registros do poder sobre o outro — e não com o outro. Como resume a própria autora: “a subalterna não pode falar. Não existe valor algum atribuído à sua fala, fora das estruturas do poder e do saber” (Spivak, 2010, p. 126).

Partindo dos estudos decoloniais, talvez uma das contribuições mais decisivas para essa discussão venha de Nelson Maldonado-Torres. Quando o autor formula o conceito de “colonialidade do ser”, ele nos oferece uma chave para compreender como o arquivo é mais do que um instrumento epistemológico — ele é também um dispositivo ontológico. A colonialidade, segundo Maldonado-Torres (2007), é a herança estrutural do colonialismo, que segue viva mesmo após a descolonização formal dos territórios. Ela opera criando uma “linha ontológica” que separa quem é plenamente humano de quem é visto como sub-humano ou nem humano. Essa linha é operada, muitas vezes, por meio de instituições como o arquivo, que decide quais vidas são registradas, quais experiências são legíveis e quais são tratadas como ruído.

Essa colonialidade do ser se materializa nos acervos institucionais, quando as vozes de povos indígenas, negros, comunidades LGBTQIA+, ou populações periféricas aparecem apenas como objetos de documentação — raramente como sujeitos arquivantes. A própria estrutura arquivística moderna, com suas categorias de proveniência, sua obsessão pela ordem original, sua linguagem técnica e burocrática, é profundamente marcada por esse legado. A descrição arquivística, longe de ser neutra, carrega os valores de quem a executa. E quando quem descreve é herdeiro do colonizador, o silenciamento se perpetua.

Como afirma Michelle Caswell (2014), os arquivos hegemônicos operam como “máquinas de apagamento”, reforçando a opressão estrutural por meio da invisibilização de corpos racializados e marginalizados. Caswell nos convida a pensar em uma prática arquivística

orientada não apenas pela neutralidade, mas pelo compromisso ético e político com a justiça social, com atenção às relações de poder que moldam as escolhas documentais e os regimes de acesso.

Jamila Ghaddar, por sua vez, propõe um enfrentamento direto à ideia de que a técnica arquivística pode ser dissociada de sua história colonial. Para a autora, os fundamentos da arquivística moderna — como a proveniência, a classificação e a descrição — não são neutros, mas constituem-se historicamente no interior de projetos imperiais e coloniais associados à consolidação do Estado-nação. Ao revisitar criticamente a narrativa eurocêntrica da disciplina, Ghaddar (2021) demonstra que a centralidade da proveniência na arquivística moderna esteve profundamente vinculada à produção da soberania colonial e à organização jurídica e territorial do poder. Nesse sentido, qualquer projeto de descolonização que não passe pela reconfiguração radical dos próprios princípios disciplinares corre o risco de reproduzir, sob novas roupagens, as mesmas estruturas opressivas que historicamente moldaram os arquivos.

Podemos ampliar o debate a partir de Bastian (2006), que também propõe uma leitura crítica da proveniência a partir dos arquivos coloniais. Para a autora, o que tradicionalmente se entende como “origem” dos documentos tende a ocultar os contextos de dominação, violência e expropriação nos quais esses registros foram produzidos, uma vez que os arquivos coloniais refletem prioritariamente as narrativas dos vencedores e das estruturas de poder que os criaram. Ao defender a ampliação do conceito de proveniência para além do criador institucional imediato, Bastian (2006) argumenta que os documentos devem ser compreendidos em relação às comunidades, aos espaços e às relações sociais que lhes dão sentido, reconhecendo que a proveniência é simultaneamente social, cultural e relacional. Nessa perspectiva, torna-se fundamental perguntar de onde vem o documento, quem o produziu e em que contexto de poder foi gerado, de modo a tornar visíveis as vozes historicamente silenciadas pelos regimes coloniais de produção documental.

À luz dessas contribuições, torna-se evidente que a crítica decolonial aos arquivos não se limita à revisão conceitual ou terminológica da disciplina, mas incide diretamente sobre seus fundamentos epistemológicos, ontológicos e políticos. Ao revelar o arquivo como dispositivo historicamente implicado na colonialidade do poder, do saber e do ser, os autores aqui mobilizados evidenciam que a descolonização dos arquivos exige mais do que a inclusão de novos sujeitos ou narrativas: demanda a reconfiguração das próprias lógicas que estruturam a produção, a organização, a descrição e o acesso aos documentos. Nesse sentido, a crítica à neutralidade arquivística, à proveniência restrita ao criador institucional e à centralidade do Estado-nação abre espaço para a emergência de outras práticas arquivísticas, orientadas por epistemologias situadas, relações de cuidado e compromissos ético-políticos com sujeitos historicamente silenciados. É precisamente nesse horizonte que se inscrevem os arquivos comunitários, compreendidos não apenas como alternativas aos arquivos hegemônicos, mas como práticas concretas de resistência e reexistência, nas quais comunidades assumem o protagonismo na construção, na gestão e na difusão de suas próprias memórias.

OS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS COMO PRÁTICAS DECOLONIAIS

Diante do cenário exposto, se apresentam os arquivos comunitários, compreendidos não apenas como alternativas aos arquivos hegemônicos, mas como práticas concretas de resistência e reexistência, nas quais comunidades assumem o protagonismo na construção, na gestão e na difusão de suas próprias memórias.

Esses arquivos emergem como expressões privilegiadas de práticas decoloniais no campo arquivístico. Eles não são apenas

complementos aos arquivos oficiais. São alternativas epistêmicas e políticas. São espaços onde comunidades historicamente marginalizadas reivindicam o direito de contar suas histórias com suas próprias vozes, com seus próprios critérios e a partir de seus próprios valores. Em vez de buscar legitimação em instituições estatais, os arquivos comunitários se afirmam como lugares de memória autônoma, onde a relação com o passado não passa por uma mediação colonial.

Os arquivos comunitários são, em muitos casos, arquivos da reexistência. Povos quilombolas organizando acervos orais de seus mais velhos. Mulheres negras construindo arquivos afetivos baseados na oralidade, nos rituais, nos gestos. Arquivos indígenas com protocolos próprios de acesso, respeitando saberes sagrados e formas de transmissão não ocidentais. Arquivos LGBTQIA+ que documentam afetos, resistências e vidas que nunca tiveram lugar nas narrativas oficiais. Em todos esses casos, o que está em jogo é mais do que a memória: é o direito ao ser.

Esses arquivos operam por outras epistemologias. O que é um documento? Pode ser uma fotografia, mas também uma música, um altar, uma receita, uma carta de amor. A validade não se mede pela técnica, mas pela relação. A descrição não é uma operação burocrática, mas um ato de cuidado coletivo. E o acesso não é regulado pela lógica da transparência estatal, mas pela ética da responsabilidade: quem pode acessar? Em que contexto? Com que finalidade?

Nesse sentido, os arquivos comunitários desmontam a noção de neutralidade arquivística e evidenciam que decolonizar os arquivos é mais do que revisar vocabulários ou ampliar a representação documental: trata-se de reconstruir os próprios fundamentos da arquivística. Como argumentam Evans *et al.* (2015), não se trata de integrar comunidades aos arquivos já existentes, mas de reconhecer seu direito à autodeterminação no campo da memória, assegurando-lhes controle efetivo sobre os processos de produção, organização, descrição e acesso aos registros que dizem respeito às

suas próprias histórias. Para os autores, a *archival autonomy* corresponde à capacidade de indivíduos e comunidades “participarem da memória social com sua própria voz” (Evans *et al.*, 2015, p. 346–347), tornando-se agentes ativos da prática arquivística, e não meros objetos de documentação. Nessa perspectiva, o papel das instituições arquivísticas, quando envolvidas, deve ser o de escutar, apoiar e compartilhar o poder decisório, evitando práticas tutelares ou centralizadoras que reproduzem, sob novas formas, as lógicas coloniais de gestão da memória.

Decolonizar os arquivos, portanto, é um gesto radical. É recusar a continuidade da violência simbólica que se expressa nos acervos. É interromper o fluxo da colonialidade que se perpetua sob a máscara da técnica. É construir, junto com os sujeitos historicamente silenciados, novas formas de lembrar, de registrar, de cuidar da memória. Como afirma Maldonado-Torres, descolonizar é mais do que reformar o sistema. É interromper o ciclo da morte e afirmar o ser.

Se o arquivo é um campo de poder, ele também pode ser um campo de transformação. Um espaço onde outras histórias, outras vozes e outros futuros sejam possíveis. A decolonização não é um gesto simbólico: é uma mudança de regime. E ela já começou — nas margens, nas comunidades, nos arquivos que não cabem nas estantes do Estado. Cabe a nós escutá-los, reconhecê-los e aprender com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecer que, embora a proposta de decolonizar os arquivos aponte para transformações fundamentais na forma como compreendemos, produzimos e acessamos a memória, ela também enfrenta críticas e resistências, algumas legítimas, outras reativas.

Um dos principais contrapontos críticos levantados por estudiosos da arquivística tradicional diz respeito à viabilidade prática da descolonização plena. Há quem argumente que, ao propor a substituição radical das estruturas epistemológicas da arquivística moderna, o pensamento decolonial corre o risco de desestabilizar consensos técnicos fundamentais para a preservação e a integridade dos acervos, como a proveniência, a ordem original e a autenticidade documental. Segundo essa visão, a técnica arquivística não seria em si colonial, mas uma ferramenta que pode ser usada com diferentes propósitos, inclusive para fins reparatórios. O desafio, portanto, não seria romper com a disciplina, mas ampliá-la.

Outro ponto de tensão diz respeito à noção de relativismo epistemológico. Para alguns críticos, ao legitimar todas as formas de produção e organização de memória como igualmente válidas, o decolonialismo pode acabar esvaziando critérios de avaliação, dificultando a construção de parâmetros comuns, especialmente em arquivos de acesso público. Essa crítica aponta que a valorização irrestrita de epistemologias locais, embora justa, não pode ignorar a necessidade de diálogo entre sistemas de conhecimento. Afinal, a descolonização não é isolamento, mas negociação.

Há ainda quem questione o risco de uma certa idealização das comunidades, como se todas fossem homogêneas, harmônicas ou politicamente coerentes. Arquivos comunitários também estão atravessados por disputas internas, silenciamentos locais e hierarquias de poder. Reconhecer isso é fundamental para evitar uma romantização que enfraqueça a crítica à colonialidade institucional.

Por fim, há uma inquietação com o uso do termo “decolonial” como uma marca discursiva cada vez mais difusa, apropriada inclusive por instituições que continuam operando sob lógicas excludentes. Nesse sentido, alguns estudiosos advertem para a performatividade da decolonização: o risco de que ela se torne uma prática simbólica, descolada das transformações materiais que de fato exigiria.

Esses contrapontos não anulam a urgência da crítica decolonial, mas a complexificam. E talvez essa seja a contribuição mais importante que podemos levar deste debate: compreender que os arquivos, como qualquer campo da vida social, estão em disputa. E que descolonizar não é um ponto de chegada, mas um processo tenso, contínuo, necessariamente contraditório.

Se é verdade que os arquivos carregam o passado, também é verdade que são feitos no presente e moldam o futuro. Nesse presente, temos a chance e a responsabilidade de reimaginar os arquivos não como espelhos do poder, mas como ferramentas de justiça e reexistência. Mas essa reimaginação precisa caminhar junto com o rigor, o diálogo e a disposição de encarar as contradições históricas e estruturais que moldam os arquivos, inclusive aquelas que atravessam nossas próprias práticas e posicionamentos.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013.

BASTIAN, J. A. Reading colonial records through an archival lens: the provenance of place, space and creation. **Archival Science**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 267–284, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CASWELL, M. Seeing yourself in history: community archives and the fight against symbolic annihilation. **The Public Historian**, Berkeley, v. 36, n. 4, p. 26–37, 2014.

EVANS, J.; MCKEMMISH, S.; DANIELS, E.; MCCARTHY, G. Self-determination and archival autonomy: advocating activism. **Archival Science**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 337–368, 2015.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GHADDAR, J. J. **Provenance in place:** archives, settler colonialism and the making of a global order. Tese (Doutorado em Information Studies). University of Toronto, Toronto, 2021.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, [S. l.], v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MIGNOLO, W. D. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colômbia, n. 8, p. 243-282, 2008. <https://doi.org/10.25058/20112742.331>

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. *In*: BONILLA, H. (org.). **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992.

SAID, E. W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo:** A afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

7

*Jairo Jacques dos Passos Júnior
Mônica Tenaglia*

A CENTRALIZAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA E O DESLOCAMENTO DOS ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR PARAENSE:

FACILIDADE DE ACESSO OU REFORÇO DE UM MODELO COLONIAL?

***THE CENTRALIZATION OF HISTORICAL MEMORY
AND THE DISPLACEMENT OF PARA'S MILITARY
DICTATORSHIP ARCHIVES:***

EASE OF ACCESS OR REINFORCEMENT OF A COLONIAL MODEL?

RESUMO

O trabalho examina o deslocamento dos arquivos da ditadura militar paraense (1964-1985), produzidos pelo Poder Executivo Federal, ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e as implicações para a memória histórica e o reforço de um modelo colonial. Com base em autores como Paul Ricoeur, Michel Foucault e Boaventura de Sousa Santos, discute como essa transferência pode refletir dinâmicas de poder que centralizam vertentes interpretativas e dificultam o acesso à verdade histórica. A metodologia é qualitativa e exploratória. Conclui que a centralização desses arquivos pode reforçar desigualdades geopolíticas e limitar o acesso local, sugerindo descentralização e criação de arquivos comunitários.

Palavras-chave: arquivos da repressão; ditadura militar; memória; justiça social; Pará.

ABSTRACT

This paper examines the displacement of the archives of the military dictatorship in Pará (1964-1985), produced by the Federal Executive Power, to the National Archives in Rio de Janeiro, and the implications for historical memory and the reinforcement of a colonial model. Based on authors such as Paul Ricoeur, Michel Foucault, and Boaventura de Sousa Santos, it discusses how this transfer may reflect power dynamics that centralize interpretative perspectives and hinder access to historical truth. The methodology is qualitative and exploratory. It concludes that the centralization of these archives may reinforce geopolitical inequalities and limit local access, suggesting decentralization and the creation of community archives.

Keywords: repression archives; military dictatorship; memory; social justice; Pará.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a ditadura militar (1964-1985) deixou um legado de repressão e de violação de direitos humanos cujas evidências, embora registradas, ainda permanecem, muitas vezes, marginalizadas ou de difícil acesso. No Pará, a violência foi intensa e inúmeras vítimas tiveram suas histórias silenciadas (Barata, 2004; Petit; Cuéllar, 2012).

Sobre o registro dessas violações, foi criado, em 2009, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas¹, com o propósito de organizar, preservar e divulgar a documentação produzida em diversas partes do território nacional sobre o período ditatorial. Em 2012, entrou em vigência a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a finalidade de esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o período de 1946 a 1988, compreendendo o período da ditadura militar. Essas iniciativas, entre outras, fomentaram a identificação e recolhimento de arquivos sobre o período ditatorial, incluindo, a transferência de acervos produzidos pelo Poder Executivo Federal ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro². A centralização dos documentos físicos, produzidos em diversas partes do Brasil, em grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro, levanta questionamentos sobre o possível impacto dessas iniciativas na memória histórica local e no acesso à verdade, especialmente, em regiões como o estado do Pará.

- 1 A iniciativa foi criada com o objetivo de ser um espaço de convergência e difusão de documentos e informações produzidos ou acumulados sobre o regime militar (Brasil, 2009). Com foco na ditadura militar, o projeto visa incentivar a organização de acervos e pesquisas, promover eventos e debates, realizar concursos monográficos e facilitar o acesso às informações por meio de uma rede articulada, composta inicialmente por 24 órgãos e entidades públicas e privadas (Stampa, Santana; Rodrigues, 2014), e que, em 2019, expandiu para 138 integrantes (Stampa; Rodrigues, 2020).
- 2 De acordo com a Lei nº 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos: “Art. 18 - Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos” (Brasil, 1991).

Em sua dissertação de mestrado, Passos Júnior (2023) identificou que parte dos arquivos da repressão, sob custódia da UFPA, foi transferida para o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, para integrar o Projeto Memórias Reveladas. A centralização desses arquivos em locais distantes levantou preocupações sobre o acesso e controle da documentação, dificultando o acesso pela comunidade afetada, obscurecendo as particularidades regionais da repressão e impedindo a reconstrução da memória histórica local. Diante disso, surge a seguinte questão: a centralização dos acervos facilita o acesso ou reforça um modelo de memória colonial que desconsidera as realidades locais?

Embora não disponhamos de dados específicos para responder a essa questão, é clara a escassez de estudos aprofundados sobre os impactos dessa transferência. Assim, este trabalho busca analisar esse deslocamento com base em teóricos como Paul Ricoeur e Michel Foucault, que discutem memória, poder e controle da informação. Partindo do pressuposto de que os arquivos são dispositivos políticos, o objetivo é refletir sobre o impacto do recolhimento dos arquivos da repressão em lugares distantes da sua produção, considerando a reconstrução da memória coletiva, o acesso aos documentos e o reforço de modelos coloniais que invisibilizam realidades locais, inserindo-se no debate sobre o papel dos arquivos na democratização da informação e na reparação histórica de comunidades afetadas por regimes autoritários.

Para tanto, este estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva, com base na revisão crítica de literatura. A abordagem exploratória investiga aspectos pouco discutidos, enquanto a abordagem descritiva caracteriza os fenômenos observados e descreve as implicações sociais e políticas dessa transferência. Conforme destaca Minayo (2000), a revisão crítica é essencial para a construção do referencial teórico, pois permite uma análise das relações entre os estudos, metodologias empregadas e perspectivas teóricas

adotadas. Assim, a revisão crítica que fundamentou essa pesquisa³, integrou os referenciais teóricos de Ricoeur (2007), Foucault (1969) e Santos (2018), com foco nas dinâmicas de poder para refletir sobre o recolhimento de acervos e as possíveis implicações para a centralização de vertentes interpretativas sobre períodos históricos.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: ARQUIVOS COMO NARRATIVAS EM DISPUTA

Embora fundamentado na legislação nacional, o deslocamento dos arquivos da ditadura militar paraense ao Arquivo Nacional articula dinâmicas de poder, memória e colonialidade. O estudo baseia-se em teóricos que discutem os arquivos como dispositivos de controle, a memória como construção social e o acesso à informação como base para a justiça cognitiva. Ricoeur (2007) argumenta que a memória é uma construção social, marcada por disputas políticas, e que o esquecimento institucionalizado, como a ausência de documentos, apaga violências históricas. No caso dos arquivos paraenses, sua transferência fragiliza a memória local e dificulta o acesso a narrativas essenciais à história do Pará. Assmann (2011) complementa ao afirmar que os arquivos, ao serem transferidos para uma instituição centralizada, podem se tornar “memórias silenciadas”, especialmente para as comunidades diretamente afetadas pela repressão.

Por outro lado, Foucault (1969), define os arquivos não apenas como repositórios de informações, mas sistemas de controle

3 Foram utilizadas fontes bibliográficas disponíveis em plataformas como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e o Google Acadêmico. Esse procedimento permitiu a coleta e organização de documentos de diferentes abordagens sobre o tema, consolidando o corpo de conhecimento necessário para embasar a pesquisa.

que regulam o que pode ser dito, por quem e como. Para o autor, a organização e a localização dos arquivos refletem relações de poder que moldam as narrativas históricas. No contexto analisado, a transferência dos documentos paraenses para o Rio de Janeiro reforça uma lógica centralizadora, típica de Estados autoritários, onde a concentração de arquivos em instituições nacionais pode servir ao apagamento de memórias regionais e à manutenção de hierarquias geopolíticas.

Derrida (2001) afirma que o poder de “arquivar” está ligado à decisão sobre o que deve ser lembrado ou esquecido. O deslocamento dos arquivos da ditadura paraense não é um fenômeno neutro, mas uma ação política que pode invisibilizar violências específicas da Amazônia, privilegiando narrativas hegemônicas do Sul-Sudeste. Esse processo revela como a centralização do poder sobre os arquivos e o controle das memórias coletivas reforçam desigualdades no acesso à verdade histórica, dificultando a capacidade das comunidades locais de reivindicarem sua história e reparação. Santos (2018) argumenta que a justiça social exige, além da redistribuição de recursos materiais, a justiça cognitiva, que reconhece e valoriza saberes marginalizados. Essa justiça cognitiva, diretamente relacionada à democratização da informação, implica garantir o acesso aos documentos necessários para compreender os abusos sofridos e promover a reparação. No caso da ditadura militar paraense e do acesso aos arquivos, a justiça cognitiva implica garantir que vítimas, comunidades e pesquisadores tenham acesso aos documentos que possibilitem compreender os abusos sofridos e promover a reparação.

Por fim, para Santos (2018), a plena realização da justiça social requer a transformação do campo do saber, assegurando que vozes e experiências diversas sejam integradas às narrativas oficiais, removendo barreiras ao conhecimento, como a centralização dos arquivos e as dificuldades de acesso às fontes históricas. Nesse contexto, Arendt (1990) já alertava que a manipulação da verdade histórica é uma estratégia de regimes autoritários para minar a democracia.

Portanto, garantir o acesso descentralizado aos arquivos da ditadura não é apenas uma questão acadêmica, mas um imperativo ético para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão das implicações sociais, políticas e culturais do recolhimento e da centralização de acervos da repressão no Brasil. Sobre isso, o caráter exploratório permitiu investigar aspectos pouco abordados sobre a transferência de arquivos, por outro lado, o caráter descritivo também possibilitou caracterizar os fenômenos observados e suas consequências para a memória histórica local.

Sendo assim, o universo investigativo compreendeu documentos, relatórios, publicações e registros relacionados à atuação do Projeto Memórias Reveladas, da CNV e de instituições acadêmicas e de memória que preservam acervos da ditadura militar, especialmente no contexto paraense. A população-alvo incluiu textos e materiais que registram a transferência de arquivos e sua disponibilização em centros nacionais, bem como análises críticas sobre os efeitos dessa centralização.

A coleta de dados ocorreu por meio de leitura analítica e sistemática das fontes, com registro estruturado das informações mais relevantes. Foram utilizados protocolos de verificação e roteiros de análise, garantindo a organização e a rastreabilidade das informações obtidas. Quando aplicável, observou-se a utilização de termos de consentimento para materiais de acesso restrito ou previamente autorizados.

Por fim, a análise dos dados consistiu na categorização temática e na interpretação crítica das informações coletadas. Dessa

forma, o enfoque da análise recaiu sobre as relações de poder implícitas no recolhimento e na centralização dos arquivos, os efeitos sobre a reconstrução da memória histórica local, e a forma como tais práticas podem reforçar modelos interpretativos centralizados, marginalizando as particularidades regionais.

A COLONIALIDADE DOS ARQUIVOS E O IMPACTO DO DESLOCAMENTO DOCUMENTAL

A centralização dos arquivos no Arquivo Nacional, especialmente, no Rio de Janeiro, visível a partir do recolhimento dos documentos da repressão a partir da criação do Projeto Memórias Reveladas, destaca uma estrutura de poder concentrada, “onde as decisões sobre o acesso à memória histórica são tomadas por instituições externas ao contexto local” (González-Ruibal, 2016, tradução nossa).

Assim, esse processo não apenas implica a mudança física dos documentos, mas também um movimento simbólico de controle sobre o passado, o que pode resultar no apagamento das especificidades regionais e limitar a autonomia das comunidades afetadas. Nesse sentido, a colonialidade dos arquivos, conforme discutido por Ghaddar (2016), González-Ruibal (2016) e Caswell e Cifor (2016), vai além da centralização física dos documentos e envolve, também, um controle epistemológico que filtra as narrativas históricas segundo uma ótica hegemônica e centralizadora.

Além da revisão do modelo centralizador de acervos, com base na legislação nacional, emerge a hipótese de valorização de arquivos comunitários, reconhecendo que diferentes comunidades

possuem direitos, responsabilidades e perspectivas sobre a produção do documento. Essa perspectiva poderia amenizar os impactos do modelo de centralização dos acervos e promover a inclusão em práticas de gestão de documentos e tratamento documental.

Gilliland e McKemmish (2014) definem os arquivos comunitários como espaços negociados, nos quais a administração dos documentos é compartilhada, respeitando as crenças e necessidades locais. Além de promover maior controle local sobre a memória coletiva, essa prática configura-se como resistência à colonialidade dos arquivos, permitindo que comunidades afetadas pela repressão reinterpretem e compartilhem suas histórias de maneira autônoma, sem a mediação de instituições distantes, e garantindo o acesso democrático à memória histórica.

Dessa forma, a democratização do acesso à memória histórica, ao possibilitar a inclusão das múltiplas vozes e experiências das populações afetadas pela ditadura militar, não apenas ampliaria as oportunidades para a reconstrução do passado, mas também, ao conferir maior controle local sobre a memória histórica, poderia contribuir para a justiça cognitiva, conforme as reflexões de Foucault (1969), Ricoeur (2007) e Santos (2018). Tais autores argumentam que a centralização dos arquivos, em vez de facilitar o acesso, perpetua um modelo de memória que exclui as realidades locais, infringindo princípios fundamentais de justiça social e cognitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslocamento dos arquivos da ditadura militar paraense para o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, revela-se uma prática que transcende a mera gestão de documentos, configurando-se como um mecanismo de controle da memória e de reprodução de

desigualdades geopolíticas. A análise desenvolvida neste estudo, fundamentada em referenciais teóricos como Michel Foucault, Paul Ricoeur e Boaventura de Sousa Santos, permitiu identificar que a transferência desses documentos pode, não apenas, centralizar o poder sobre as vertentes narrativas sobre períodos históricos, mas, também, dificultar o acesso de comunidades locais à verdade e à reparação.

A centralização dos arquivos no Rio de Janeiro reflete uma lógica de exclusão que silencia vozes regionais e marginaliza memórias essenciais para a reconstrução da história, no caso desse trabalho, do estado do Pará. Essa dinâmica também pode violar o princípio da justiça cognitiva, que pressupõe o direito de todas as comunidades a acessar e produzir conhecimento sobre sua própria história. Além disso, a distância geográfica e burocrática imposta pelo deslocamento de parte dessa documentação cria barreiras para pesquisadores, ativistas e familiares de vítimas, impedindo que a memória da ditadura militar seja, plenamente, resgatada e que as violações de direitos humanos sejam, devidamente, reparadas.

Esse trabalho aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam a descentralização dos acervos e a promoção de arquivos participativos e comunitários, garantindo que comunidades locais possam acessar e preservar suas próprias histórias. Assim, a revisão do modelo de recolhimento e centralização de acervos em grandes centros urbanos, aliada ao envolvimento das comunidades na gestão desses acervos, seria um passo fundamental para reverter a lógica de exclusão perpetuada pelo deslocamento dos documentos arquivísticos. Além disso, o acesso pleno à informação, previsto na Lei nº 12.527/2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação”, é essencial para assegurar que os arquivos cumpram seu papel como instrumentos de justiça e de defesa da democracia.

Por fim, esse trabalho reforça a importância de compreender os arquivos não apenas como repositórios do passado, mas como

ferramentas políticas que moldam o presente e o futuro. A luta pelo acesso à memória e o combate às práticas coloniais é, também, uma luta por justiça social e por uma sociedade mais democrática e inclusiva. O caso paraense pode servir como um exemplo de desafios que ainda precisam ser superados no Brasil, onde a centralização de acervos e a falta de transparência continuam a impedir o pleno resgate da memória e a reparação histórica.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo** 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARATA, R. A. História de raça e pirraça nas terras do Grão Pará. In: NUNES, A. C. *et al.* **1964 – Relatos Subversivos**: os estudantes e golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 jan. 1991. Retificado em 28 jan. 1991.

BRASIL. **Portaria n.º 204, de 13 de maio de 2009**. Casa Civil da Presidência da República. Cria o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1822/1/PRT_CS_2009_204.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

CASWELL, M.; CIFOR, M. From human rights to feminist ethics: radical empathy in the archives. **Archivaria**, v. 81, n. 1, p. 23-43, 2016.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

GHADDAR, J. J. The spectre in the archive: Truth, reconciliation, and indigenous archival memory. **Archivaria**, v. 82, n. 1, p. 3-26, 2016.

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S. The role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation and recovery. **Atlanti**, v. 24, p. 78-88, 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Land of amnesia: power, predation, and heritage in Central Africa. *In*: STARZMANN, M. T.; ROBY, J. R. (eds.). **Excavating Memory: Sites of Remembering and Forgetting**. Gainesville: University Press of Florida, 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

PASSOS JÚNIOR, J. J. **As contribuições da lei de acesso à informação ao acesso aos arquivos da ditadura militar no Pará**: experiências a partir das Comissões da Verdade. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

PETIT, P.; CUÉLLAR, J. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, 2012.

RICOEUR, P. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. 1ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

STAMPA, I.; SANTANA, M. A.; RODRIGUES, V. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. *In*: THIESEN, I. (org.).

Documentos sensíveis: Informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. A. C. Arquivos da ditadura: o Centro de Referência Memórias Reveladas no âmbito da justiça de transição no Brasil. *In*: STAMPA, I.; ASSUMPCÃO, S. R.; HOLLANDA, C. B. (org.). **Arquivos, democracia e ditadura**: reflexões a partir dos 10 anos do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Curitiba: Appris, 2020.

8

*Diovani Favoreto
Renato Pinto Venancio*

**ARQUIVOS PERMANENTES
DA IGREJA CATÓLICA:
RESSIGNIFICAÇÃO DOS REGISTROS PAROQUIAIS**

***HISTORICAL ARCHIVES OF
THE CATHOLIC CHURCH:
RESIGNIFICATION OF PARISH RECORDS***

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.8

RESUMO

Os arquivos da Igreja Católica, originados no contexto colonial brasileiro, são fontes essenciais para estudos históricos e demográficos na recuperação do passado dos povos originários. Porém, para isso ser possível, é necessário que os instrumentos de pesquisa adotem uma perspectiva decolonial. Metodologicamente, a presente proposta baseia-se em repensar a descrição arquivística sob essa última perspectiva. A partir das possibilidades abertas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística, sublinha-se a necessidade de se considerar os dados étnicos como elementos da descrição. Conclui-se que os arquivos eclesiásticos possibilitam novas abordagens, resignificando os dados à luz de perspectivas decoloniais e transdisciplinares.

Palavras-chave: história da igreja; arquivos eclesiásticos; registros paroquiais; demografia; arquivística.

ABSTRACT

The archives of the Catholic Church, originating in the Brazilian colonial context, are essential sources for historical and demographic studies on the past of Indigenous peoples. However, for this to be possible, research tools must adopt a decolonial perspective. Methodologically, this proposal is based on rethinking archival description from that perspective. Drawing on the possibilities offered by the Norma Brasileira de Descrição Arquivística, it highlights the need to consider ethnic data as descriptive elements. It concludes that ecclesiastical archives enable new approaches, reframing data in light of decolonial and transdisciplinary perspectives, contributing to broader historical understanding.

Keywords: church history; ecclesiastical archives; parish records; demography; archival science.

INTRODUÇÃO

Os documentos brasileiros sob a guarda dos arquivos permanentes da Igreja Católica Apostólica Romana foram produzidos, entre os anos de 1500 e 1889, dentro de um contexto de prolongamento das instituições europeias. Arquivos acumulados pela Igreja foram gerados sob o regime do padroado, datado do século XVI, em comum acordo com a Coroa portuguesa e, posteriormente, com o Império brasileiro. Nos primeiros séculos de ocupação colonial do território brasileiro, os sacerdotes católicos desempenharam o papel de mandatários do rei português e produziram uma grande quantidade de documentos oficiais e extraoficiais. Isso ocorria porque “o homem vinha ao mundo pela Igreja, formava família com seu aval e era sepultado em suas terras” (Rosada, 2010, p. 34).

Desde a Proclamação da República, em 1889, e o fim do padroado, esse acordo entre as duas principais organizações sociais, Igreja e Estado, foi rompido. A ação burocrática desempenhada pelos sacerdotes, em nome do rei e imperador, cessou desde que o Código Civil Brasileiro de 1916 extinguiu a aplicabilidade do Código Filipino de 1603.

Devido a essa ação burocrática, o período colonial deixou um legado de documentos e informações sociais, políticas, econômicas e arquivísticas amplamente explorado por pesquisadores, e que, hoje, passa por uma ressignificação disruptiva e decolonialista. Atualmente, algumas linhas de pesquisa historiográficas se voltam para os acervos arquivísticos sobre as populações e comunidades diretamente impactadas pela expansão europeia-portuguesa com uma abordagem mais apurada.

Nesse processo de ressignificação, as populações indígenas e escravizadas podem se tornar protagonistas da escrita de suas próprias histórias. Para tanto, recorre-se aos documentos produzidos

pelo próprio colonizador, particularmente, no âmbito das instituições eclesiais, subvertendo seu uso original.

O foco de pesquisa deste artigo está em consonância com a proposta do *II Encontro de Arquivos, Cultura e Justiça Social*, uma vez que se propõe a lançar um olhar sobre os arquivos da instituição milenar, denominada 'Igreja Católica', sob a perspectiva de novas abordagens. O presente texto tem como proposta explicar sobre a potencialidade dos documentos acumulados por esta instituição, na "preservação de acervo e que oferecem a possibilidade de revisitação e de resignificação na perspectiva decolonial". Na fala de Ivo Porto de Menezes:

A documentação existente nas igrejas e capelas, nem sempre lembrada, torna-se importante fonte de estudos e pesquisas. O arquivo diocesano, arquivo paroquial, o arquivo das Ordens Terceiras e Irmandades são preciosos repositórios de informações as mais diversas, abrangendo uma gama de interesses, de trazer luz a inúmeras passagens da própria história da Igreja no Brasil (Menezes, 2006, p. 80).

Trata-se, portanto, de desenvolver procedimentos de descrição arquivística que levem em conta a presença indígena nos documentos. Nesse sentido, os campos de contextualização, de conteúdo e de indexação, previstos na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), podem desempenhar um papel crucial na organização e recuperação de informações. Tais elementos garantem que os documentos possam ser localizados com mais eficiência, beneficiando tanto arquivistas quanto pesquisadores, assim como grupos indígenas em busca de documentos que revelem seu passado para fins memoriais ou para comprovação de direitos. Eis um exemplo de descrição arquivística segundo a NOBRADE (Conselho Nacional de Arquivos, 2006), realizado junto ao acervo arquivado no Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória-ES:

1. Identificação

Código de referência: BR.CMV.SRM.BAT.L.001

Título: Livro de Registros de Batismos celebrados na Paróquia da Epifania do Senhor aos Reis Magos entre os anos de 1844 e 1856

Data(s): 1844 e 1856

Nível de descrição: Item documental

Dimensão e suporte: 01 livro manuscrito, 50 páginas, papelão encapado com papel e com tecido na lombada.

2. Contextualização

Nome(s) do(s) produtor(es): Paróquia da Epifania do Senhor aos Reis Magos

História arquivística: Em 2005, foi inaugurado o CEDAVES - “Centro de Documentação e Informação Dom Luís Gonzaga Fernandes”, um espaço destinado à guarda e organização de documentos eclesiásticos, históricos e arquivísticos. Os livros do Arquivo Permanente da Arquidiocese de Vitória foram automaticamente recolhidos para o Centro de Documentação. Entre o conjunto de códices de maior representatividade pertencente ao acervo cartorial, podemos citar os livros de batismos, crismas, casamentos e óbitos. Estes livros englobam documentos pertencentes às diversas cidades do Espírito Santo, a partir do início do século XIX (Livro de registro de Batismo de Viana – 1821) até a década de 90, incluindo nesse acervo registros de escravos, indígenas e de filhos dos migrantes e imigrantes que ajudaram a constituir grupo étnico capixaba. Além desses, o acervo apresenta diversos outros documentos administrativos, num universo

de, aproximadamente, 255 volumes identificados, datados do início do século XIX (Livro da Irmandade São Benedito do Rosário de Vitória – 1833) até a década de 1950.

3. **Conteúdo e estrutura**

Âmbito e conteúdo: Contém registros de sacramentos de batismos, crismas, casamentos e óbitos ocorridos na Prelazia do Espírito Santo (...-1895), Diocese do Espírito Santo (1895-1957) e Arquidiocese de Vitória (1958-atual). Registros de correspondências expedidas e recebidas, Livros Tombo de diversas paróquias, Livro Caixa, provisões, protocolos e atas produzidos pela administração da Cúria de Vitória ou por suas paróquias e associações religiosas.

4. **Condições de acesso e uso**

Condições de acesso: Acesso irrestrito.

Condições de reprodução: Reprodução com autorização do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória (CEDAVES) e/ou Chancelaria da Arquidiocese de Vitória.

5. **Pontos de Acesso (Termos de Indexação)**

Nomes: Igreja Católica, Prelazia do Espírito Santo (BR), Paróquia da Epifania do Senhor aos Reis Magos, Aldeamento de Nova Almeida (ES), Tupiniquim.

Assuntos: Batismo, Registros paroquiais, Etnias Indígenas, Catequização, Missões Jesuíticas.

Lugares: Nova Almeida (ES), Serra (ES), Território Tupiniquim, Aldeia dos Reis Magos, Brasil, Rio Reis Magos.

6. Controle da Descrição

Elaborador da descrição: Adriana Martinelli Sipolatti, Danielle Silva dos Santos, Lucimar dos Santos Lino, Rachel da Silva Alves e Vivian Celin Piassi.

Data da descrição: 2012.

Um levantamento nos instrumentos de pesquisa disponíveis, na Arquidiocese de Vitória-ES (Favoreto; Valfré, 2014), revela que tais procedimentos foram adotados e, embora descritos sumariamente, os documentos tornaram-se acessíveis aos pesquisadores através da mediação arquivística do Centro de Documentação e seus profissionais interdisciplinares.

DESENVOLVIMENTO

Desde o surgimento dos primeiros pergaminhos, os arquivos, públicos e privados, leais depositários dos saberes do tempo passado, guardam informações e memórias dos diversos povos e sociedades. Considerados ambientes de pesquisa aliados dos historiadores, os arquivos, museus e bibliotecas ganham, cada vez mais, espaço junto às ciências humanas e às ciências sociais aplicadas.

As informações registradas nos assentamentos individuais de nascimento, casamento e óbito constituem uma espécie documental denominada como “registro paroquial” ou “registros civis”. Esses registros apresentam dados estáveis em suas estruturas ou formulários preestabelecidos na legislação.

No caso dos arquivos da Igreja Católica, os livros de registros paroquiais (batismo, matrimônio, sepultamento) são objeto de análise de historiadores, demógrafos, antropólogos e genealogistas, pois disponibilizam informações demográficas sobre as populações

passadas. Tais registros consistem em assentamentos anotados por párocos e outros religiosos durante a execução de suas atribuições, competências, funções ou atividades junto à Coroa portuguesa e o Império brasileiro. Esses documentos, quando analisados como fonte de dados (padronizados e passíveis de tabulação), contribuem para o enriquecimento da memória social.

Ao longo das últimas décadas, houve grande demanda da comunidade de pesquisadores e cientistas por informações registradas nos livros paroquiais ou atas paroquiais, devido à abrangência, territorialidade e longevidade desses acervos (Marcílio, 2004). Além disso, e mais importante ainda, tais registros se prestam à escrita da histórica focada nos povos originários, subvertendo o uso primário do documento paroquial, ou seja, o de controle das populações indígenas, fazendo dele um instrumento de reforço ou de recuperação das identidades dessas etnias.

A interação entre arquivística e demografia histórica representa um diálogo transdisciplinar que enriquece o campo da pesquisa científica. No contexto aqui analisado, defende-se que a arquivística se beneficiará do reconhecimento das necessidades de descrição, levando em conta as informações étnicas contidas nos registros paroquiais. Esta abordagem permite aos arquivistas não apenas organizar e preservar documentos, mas, também, tratá-los à luz das novas correntes historiográficas e lutas por direitos humanos. Assim, a arquivística adquire uma dimensão analítica e social mais profunda, contribuindo para a recuperação da memória e de direitos de povos indígenas.

No caso dos acervos eclesiásticos, o trabalho arquivístico deve observar as atividades, executadas por autoridade devidamente instituída, que levaram à produção do registro paroquial. Essa autoridade, personificada na figura dos párocos, tinha suas competências normatizadas pelos formulários de preenchimento dos assentamentos, determinados pela legislação canônica, resultando na padronização dos dados produzidos, como:

- Nome: nome do indivíduo;
- Data de nascimento: data completa;
- Filiação: nome completo dos pais do indivíduo;
- Ministro: autoridade devidamente instituída;
- Naturalidade: cidade e estado onde o indivíduo nasceu;
- Padrinhos: testemunhas devidamente instituídas.

É possível aplicar essa metodologia, conforme o manual publicado sob o título “Técnicas de análise em Demografia Histórica”, de Louis Henry (1977).

A utilização dos dados vitais extraídos dos registros paroquiais ou civis permite obter uma primeira série de resultados que são de grande interesse para o historiador. Tais resultados preliminares referem-se ao movimento anual ou decenal de nascimentos, casamentos e falecimentos, mortalidade infantil, movimentos sazonais de concepções, casamentos e óbitos, idade e estado civil dos falecidos, idade média dos recém-casados, frequência de nascimentos de ilegítimos, de batismos de enjeitados, de recasamentos, de nomes e sobrenomes, de ocorrência de assinaturas nas atas, distribuição da população ativa por grupos de profissões e outras características (Henry, 1977, p. 51-52).

Sob esse prisma, tal acervo documental deve ser visto como referencial para o saber científico. Trata-se de uma fonte de informação inesgotável, que, inclusive, abrange os povos originários tocados pela ação evangelizadora.

A partir das informações contidas nos assentamentos paroquiais, podem ser elaboradas bases de dados que alimentam diferentes análises, interligando os indivíduos com seus parentes consanguíneos e afins, subsidiando a construção de suas árvores genealógicas. Além das relações familiares, também é possível visualizar as inter-relações, desenvolvidas entre os membros de diferentes comunidades e suas diferentes etnias.

Além da recuperação do passado indígena, os arquivos paroquiais facultam a análise do apagamento desse passado. Um exemplo disso seria ao se analisar os registros paroquiais da Vila de Nova Almeida, Serra-ES, arquivados no Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória. Nesse caso, percebe-se a gradual invisibilidade imposta aos indígenas, infligida pelos religiosos. Segundo Tatiana Oliveira (2020), em 1846, o vigário classificava como “pardo” ou “preto” apenas os indivíduos agrupados junto ao grupo de libertos e escravos. Estabelecia-se, assim, uma correlação entre cor e cativo, classificando “brancos” e “índios” como livres. Já nos registros subsequentes, constata-se a inserção do termo “de cor” que unifica os grupos indígenas aos libertos. A partir de então, o mapa estatístico que possuía diferentes classificações passa agora a ter apenas duas disposições: “livre” ou “escravo” (Oliveira, 2020).

Esse apagamento dos indivíduos de origem indígena nos registros paroquiais deslegitimava a posse das terras dos povos originários e concedia ainda mais poder à população identificada como branca. Esse exemplo ilustra a importância da descrição arquivística de fundos de instituições eclesiais, como no caso das paróquias, levando em conta a existência dos dados étnicos nos referidos documentos, considerando-os no momento de elaboração dos instrumentos de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os registros paroquiais são considerados fontes essenciais para a reconstrução histórica e social. São utilizados pela demografia histórica, assim como por muitas outras correntes e ciências sociais, como uma importante ferramenta de reconstrução da memória coletiva. Eles são explorados como fonte para a reconstituição da realidade brasileira, com a qual a Igreja Católica estava profundamente

envolvida, como mencionou Ana Maria Camargo (2003, p. 12-13) “fazendo com que o arquivo seja capaz de espelhar não apenas o modo como funcionou, mas também, por extensão, as realidades com as quais, de um modo ou de outro, se envolveu”

Tendo em vista o acima apresentado, é fundamental que os instrumentos de pesquisa com a descrição dos documentos eclesiásticos levem em conta os dados étnicos, permitindo uma pesquisa e escrita decolonial da história e potencializando o acesso aos direitos dos povos originários.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A.M. A. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, Rio Claro, n. 01, p. 11-17, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. **NOBRADE**: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

FAVORETO, D.; VALFRÉ, G. **Catálogo de Livros Eclesiásticos da Arquidiocese de Vitória-ES**: 1821-2002. Vitória: Empório Capixaba, 2014.

HENRY, L. **Técnicas de Análise em Demografia Histórica**. Curitiba: UFPR, 1977.

MARCÍLIO, M. L. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Revista Varia História**, n. 31, p. 13-20, 2004.

MENEZES, I.P. **Bens culturais da Igreja**. Ed. Loyola: São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, T. G. **Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

ROSADA, M. **Sob o signo da cruz**: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

9

*Ana Carolina Miotti
Wagner Ramos Ridolphi*

**OS ANOS DE CHUMBO NA PERSPECTIVA
DO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO:
RELATO DE UMA EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL**

***THE YEARS OF LEAD FROM THE PERSPECTIVE
OF THE CENTRAL ARCHIVE OF THE FEDERAL
UNIVERSITY OF RIO DE JANEIRO:***

REPORT OF A DOCUMENTARY EXHIBITION

RESUMO

Para refletir sobre os sessenta anos do golpe militar no Brasil, o Arquivo Central, órgão do Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Divisão de Arquivo Permanente – responsável pelos documentos arquivísticos de guarda definitiva – decide organizar, ainda em 2024, uma exposição documental baseada em seu acervo a fim de apresentar reflexos do período em unidades acadêmicas da maior universidade federal brasileira. Relata-se a experiência em questão, desde a concepção da ideia até a execução do projeto, considerando etapas arquivísticas fundamentais tais como levantamento, identificação e seleção dos documentos. Ressalta-se a iniciativa de divulgar acontecimentos em âmbito universitário sob a perspectiva dos arquivos da administração, de modo a consolidar sua função social no tocante à preservação da memória, bem como na disseminação da informação, demonstrando sua importância como instrumento para defesa da democracia.

Palavras-chave: Universidade Federal do Rio de Janeiro; arquivo permanente; ditadura militar; memória; divulgação.

ABSTRACT

By reflecting on the sixtieth anniversary of the military coup in Brazil, the Central Archives, a department of the Archives System of the Federal University of Rio de Janeiro, through Archives Division – responsible for historical documents – has decided to organize, in 2024, a documentary exhibition based on its collection to present reflections of the period in academic units of Brazil's largest federal university. The experience in question is recounted, from conception to project execution, considering fundamental archival stages such as document collection, identification, and selection. The initiative to disseminate events within the university context from the perspective of administrative archives is highlighted, thus consolidating their social function in preserving memory and disseminating information, demonstrating their importance as an instrument for defending democracy.

Keywords: Federal University of Rio de Janeiro; archives; military dictatorship; memory; propagation.

INTRODUÇÃO

Em 2024, completaram-se seis décadas da eclosão do golpe militar no Brasil. Considerando tal efeméride, surgiu a proposta de exposição intitulada “O Arquivo Central nos anos de chumbo: recortes documentais da UFRJ durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, baseando-se nos reflexos gerados em algumas unidades acadêmicas da então Universidade do Brasil — posteriormente denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — decorrentes daquele momento político que se instaurava no País.

A mostra em questão foi uma iniciativa da Divisão de Arquivo Permanente (DAP), integrante do Arquivo Central — órgão principal do Sistema de Arquivos (SIARQ) — em parceria com o Gabinete da Reitoria da UFRJ, ao qual está subordinado. Para tanto, foi selecionada uma parte da documentação que compõe o acervo da divisão supracitada, a retratar episódios que reverberaram em meio acadêmico, conforme observado em registros que revelam um cenário antidemocrático no tocante à autonomia universitária.

Tratando-se de um capítulo marcante na história do Brasil que ainda ressoa nos dias de hoje, tornou-se imprescindível a participação do Arquivo Central através da DAP, cuja atribuição é zelar pelos documentos da administração de guarda definitiva, a fim de divulgar acontecimentos ambientados em meio universitário que constam nos processos administrativos, bem como nas atas do Conselho Universitário (CONSUNI) que estão sob a sua custódia.

Logo, este trabalho pretende relatar a primeira experiência da DAP na organização de um evento expositivo, desde a concepção até a execução do projeto, com o objetivo de disseminar informações e dar acesso a uma parcela significativa dos documentos arquivísticos institucionais não somente para a comunidade acadêmica, mas também para os cidadãos em geral, evidenciando

os desdobramentos de atos relacionados aos anos de chumbo dentro da universidade.

Diante de um tema ainda muito discutido, nota-se a relevância de apresentar aspectos do regime militar na perspectiva dos arquivos universitários que são, muitas vezes, desconhecidos. Ademais, referindo-se à primeira e maior universidade federal brasileira, eventos dessa natureza visam a contribuir para a importância da preservação da memória e história institucionais e, sobretudo, proporcionar reflexões a partir de instrumentos primordiais para a construção de uma sociedade justa, democrática e conhecedora da própria história, cujos principais representantes são os arquivos.

EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL: MATERIALIZAÇÃO DA IDEIA

É preciso dizer, em primeiro lugar, que a função principal dos documentos de arquivo é comprovar ações neles encerradas. Nesse contexto, Camargo e Goulart (2015, p. 27) detalham que “o termo documento é designativo comum de todo e qualquer registro suscetível de valor de prova”, sendo a organicidade sua principal qualidade, já que retrata a estrutura, as funções e atividades ligadas aos arquivos na esfera institucional.

Entretanto, existem aqueles que, tendo cumprido seu ciclo vital, são preservados em razão de seu valor informativo para fins de pesquisa científica, herança cultural e testemunho social. Este é o caso dos arquivos permanentes – também denominados arquivos de terceira idade ou, simplesmente, arquivos históricos. Aliás, atribui-se a essa qualidade de testemunhos a justificativa de tratamento desses arquivos, de forma a permitir a reconstituição de

fatos diante da realidade na qual estão inseridos (Bellotto, 2014; Rousseau; Couture, 1998).

Quanto ao uso dos documentos permanentes, Rousseau e Couture afirmam que:

[...] a utilização dos documentos de arquivos definitivos para os mais diversos fins e, por consequência, justifica-se plenamente que se invista na organização e na conservação destas fontes de informação que constituem, pelos testemunhos privilegiados e objetivos que encerram, uma das respostas mais adequadas às necessidades dos especialistas de várias disciplinas (Rousseau; Couture, 1998, p. 125).

Sabe-se que a universidade é uma instituição detentora de conhecimento em sua forma mais pura. Sendo os documentos de valor permanente formadores da memória da universidade, é factível que esses tragam testemunhos que preservem não só a história do ensino superior, mas também salientem aspectos relevantes à conjuntura à qual estão atrelados (Bellotto, 2014). Não obstante, a autora ressalta a importância de um sistema de arquivo nessas instituições, reunindo conjuntos documentais oriundos das atividades-meio e das atividades-fim dessas instituições, isto é, acadêmicas e administrativas.

Um dos objetivos da arquivologia é a disseminação da informação. Tendo em vista o panorama dos arquivos universitários, estes correspondem não somente a unidades de armazenamento, processamento e transferência da informação, mas também a testemunhos e agentes de concretização da atividade acadêmica (Bellotto, 2014).

Diante deste quadro, ainda em 2023, uma das arquivistas da DAP, que é também historiadora de formação, teve a ideia de conceber uma exposição que abordasse o regime militar no Brasil e, em particular, suas repercussões no âmbito da UFRJ, considerando a efeméride dos 60 anos. De fato, refletir sobre a importância deste

momento se faz, todavia, bastante presente. A partir da afirmação de Reis, Ridenti e Motta (2014, p. 03), entende-se que “[...] o melhor é não “virar a página” no que se refere ao período da ditadura. Escolha mais adequada é empreender uma apropriação crítica desse passado político recente, tanto para consolidar nossa frágil cidadania quanto para entender a realidade em que vivemos [...]”.

A propósito, tinha-se ciência de que na DAP havia documentos relacionados à temática que, conseqüentemente, deveriam ser divulgados. Logo, com a anuência de sua direção, bem como da coordenação do Arquivo Central, a proposta foi formalizada e aprovada a fim de que se iniciassem as atividades.

Deste modo, estabeleceu-se a pesquisa documental no acervo da referida divisão, que é composto basicamente por processos administrativos de guarda permanente advindos das atividades meio e fim assim como pelos livros de atas do CONSUNI, consistindo no levantamento documental bem como na identificação e seleção de acontecimentos considerados relevantes, de acordo com o momento cronológico concernente.

SOBRE A PESQUISA DOCUMENTAL

Com o objetivo de mostrar um panorama do período, a destacar os anos de forte repressão aos que contestaram o regime, delimitou-se o recorte temporal da pesquisa a partir dos anos iniciais da década de 1960 para ilustrar a conflagração política que levaria ao golpe, estendendo-se até o ano de 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia que proporcionou a reabertura política.

O acervo do Arquivo Central pode ser pesquisado através do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), que é utilizado para acompanhar o andamento dos

processos administrativos e auxiliar a gestão arquivística de documentos da UFRJ. Em seu módulo Serviços Administrativos (SERAD), a principal funcionalidade é a busca pelo número do processo para saber sua localização física e a unidade onde está localizado. No campo “assunto”, o sistema condiciona a busca por um rol de assuntos predeterminados que nem sempre são esclarecedores. Somente após escolher um assunto e especificar a data de autuação do processo, é possível acessar o campo “resumo”, de livre preenchimento, embora sujeito a descrições arbitrárias de autuação na época do registro, que sequer explicitavam o que havia de mais relevante em seu conteúdo.

Assim sendo, ao considerar a pesquisa por documentos relacionados à repressão política tendo estudantes e servidores como alvo principal, chegou-se aos seguintes assuntos como filtro para busca: abaixo-assinado; abandono de cargo ou emprego; advertência ou penalidade; comissão de inquérito; demissão; denúncia; eleição; exoneração; inquérito; notificação; processo administrativo; processo administrativo disciplinar; sindicância e suspensão. Nessa primeira etapa, obteve-se como resultado um total de 507 processos entre 1960 e 1979. Desses, foi realizada uma nova busca no campo “resumo” para identificar aqueles que pudessem ter relação direta com a ditadura civil-militar, chegando-se ao recorte de 23 processos. Concluída essa etapa no SIGAD, fez-se o desarquivamento dos respectivos processos, procedendo-se à pesquisa nestes para selecionar os documentos que seriam usados na exposição. Além de documentos textuais de variadas tipologias documentais, constavam fotografias de uma comissão de inquérito e três faixas de tecido — cada uma de três metros de comprimento, aproximadamente — com palavras de ordem usadas pelos estudantes em um dos episódios de protesto contra a repressão no *campus* da universidade.

Em paralelo aos processos administrativos, foram consultadas as atas do CONSUNI, a ressaltar o período entre 1961 e 1967

que está distribuído entre o 16.º e o 17.º livros. Para tal finalidade, fez-se o levantamento de registros que abordavam toda a atmosfera de tensão e violação de direitos nas unidades acadêmicas. Em seguida, procedeu-se à análise, bem como à seleção destes. Dentre as assembleias identificadas, foram destacados alguns trechos que complementavam a documentação anteriormente selecionada, além de outras evidências que envolviam a mobilização de estudantes e, principalmente, o cerceamento da autonomia universitária.

Cabe destacar o impacto que o período pós-1964 teve no âmbito universitário, pois o novo regime buscou “reformular” as instituições universitárias, para isso promulgando o Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais, determinando medidas como a unidade das funções de ensino e pesquisa e não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, além de definir que cada universidade federal elaborasse seu plano de reestruturação, revisando seu estatuto. Houve também o Decreto-Lei n.º 252, de 28 de fevereiro de 1968, que estabeleceu normas complementares ao Decreto-Lei de 1966, instituindo os departamentos, subunidades universitárias.

Além dessas reestruturações, a própria denominação da universidade precisou ser alterada, já que após a promulgação da Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965, que uniformizava a denominação das universidades e escolas técnicas federais, a então Universidade do Brasil (UB) passou a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apesar dos dispositivos legais e das medidas de repressão evidenciadas pelos documentos selecionados para exposição, Favero salienta que:

[...] não podemos esquecer que, durante o regime militar, a gravidade do que aconteceu em relação à universidade não está expressa muitas vezes nos dispositivos legais, mas ocorre fora dessas normas: a universidade, como a sociedade, foi submetida a um regime de silêncio e até mesmo de terror (Favero, 2010, p. 112).

Reitera-se que, até a eclosão da ditadura no País, o quadro de crise política e econômica era alarmante. Conforme apontado por Luna e Klein (2014, p. 93), “em abril de 1964, após uma forte turbulência política, ocorreu o golpe militar que derrubou o governo Goulart e implantou uma ditadura que se manteve no poder por 21 anos (...)”. Nesta perspectiva, em face da conjuntura apresentada na documentação existente na DAP, a pesquisa considerou elementos advindos antes e depois do golpe a fim de contextualizar o cenário vivido pela UFRJ e, desta forma, divulgá-lo por meio de seus documentos.

DIVULGAÇÃO/DIFUSÃO EM ARQUIVOS

O arquivo tem como um de seus pressupostos o acesso à informação, seja com o intuito de garantia de direitos aos cidadãos ou de testemunho da memória de um povo, cabendo aos arquivistas assegurarem através do correto tratamento técnico que o arquivo esteja preparado para cumprir sua função. Conforme estabelecido por Couture (1999, p. 22; *apud* Couture, 2015, p. 153), “o objetivo final do arquivista é tornar acessíveis e preparar [os documentos] para divulgação [...] [Eles] só poderão desempenhar plenamente o seu papel se forem adequadamente divulgados”.

Apesar do trabalho de divulgação do acervo de um arquivo ser um dos objetivos do arquivista, a difusão em arquivos ainda carece de conceituação. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) não apresenta o termo “difusão”, sendo o termo “divulgação” mais apropriado ao uso que será trabalhado nesta abordagem, a saber: “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (Arquivo Nacional, 2005, p. 72).

A autora Heloísa Bellotto, ao abordar ações nos campos editorial, cultural e educativo relacionados à difusão em arquivos, trata

da importância e repercussão da realização de uma exposição que divulgue os documentos de arquivo:

A repercussão de uma exposição na imprensa escrita e falada é fator de disseminação da ideia de arquivo: seu alcance é muito grande. Não importa que seja mínima a parcela da comunidade que realmente veja o material exposto. O primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia o cidadão aparece, por curiosidade ou por outro motivo qualquer. Fez-se mais uma conquista. O arquivo tem mais um amigo (Bellotto, 2007, p. 229).

Para Menezes e Cavalcante (2022, p. 14), exposições em arquivos promovem mediação cultural “na medida em que estimulamos usuários a olhar o passado, instigando a reflexão e a compreensão sobre seu grau de familiaridade com cada registro divulgado, assim como ao perceber as influências que afetam a sociedade e ao motivar o conhecimento”.

Divulgar os arquivos é uma atividade necessária e, em particular no campo dos arquivos permanentes, torna-se mais essencial, em virtude dos testemunhos a serem oferecidos. Por essa razão, exposições são fundamentais para aproximar o universo arquivístico dos cidadãos em geral e, no caso de acervos administrativos, é ainda mais eminente, a considerar o próprio caráter da documentação, de modo a estabelecer relações entre o patrimônio institucional e a sociedade.

Ressalta-se que, no caso específico, a exposição realizada pela DAP chama a atenção para um momento grave da história nacional, cujo impacto na UFRJ torna ainda mais evidente a necessidade dos arquivos para o exercício da reflexão histórica, principalmente no contexto atual em que a sociedade valoriza o efêmero, levando ao esquecimento, conforme analisado por Alberch e Fugueras *et al.* (2001).

Os autores em questão destacam que os arquivos, assim como as bibliotecas e os museus, são depositários da memória coletiva e são essenciais para recuperar e manter a identidade e fortalecer a consciência histórica dos cidadãos. As exposições correspondem ao meio mais eficaz e lúdico de tornar um acervo visível a um amplo segmento da sociedade, cabendo aos arquivos abandonarem o estereótipo de lugares obscuros, empoeirados e de difícil acesso. Para isso, devem enaltecer temas que despertem o interesse das pessoas, podendo contemplar a comemoração de uma data histórica, desde que de forma atual e conectada à realidade a fim de promover reflexão e enriquecimento cultural do público que irá visitar.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A exposição “O Arquivo Central nos anos de chumbo: recortes documentais da UFRJ durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)” organizada pelo Arquivo Central através da DAP em parceria com o Gabinete da Reitoria, ocorreu entre os dias 13 e 27 de novembro de 2024, no *hall* do prédio da Reitoria da UFRJ, localizado no *campus* situado na Cidade Universitária, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Além do mais, contou com o apoio das seguintes unidades: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Decania do Centro de Tecnologia (CT), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ) e Superintendência-Geral de Comunicação Social (SGCOM).

Não obstante as circunstâncias adversas alheias à organização – a exemplo da interrupção no fornecimento de energia elétrica no dia da abertura em razão da ausência de pagamento à concessionária responsável – a exposição alcançou público expressivo, de acordo com o número de assinaturas no livro de presença, tendo sido prestigiada pelo reitor e pela vice-reitora. Devido à relevância e

atualidade do tema, outro fator positivo foi a curiosidade de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, que realizaram perguntas sobre o acervo, despertando interesse para consulta à documentação e agendamento de visitas à DAP.

Apesar do curto período em cartaz, o evento teve ampla divulgação tanto na página institucional quanto nas redes sociais da UFRJ, além de reportagens publicadas no Jornal do SINTUFRJ e na página da SGCOM.

Figura 1 – Montagem da exposição



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 2 – Visão geral da exposição



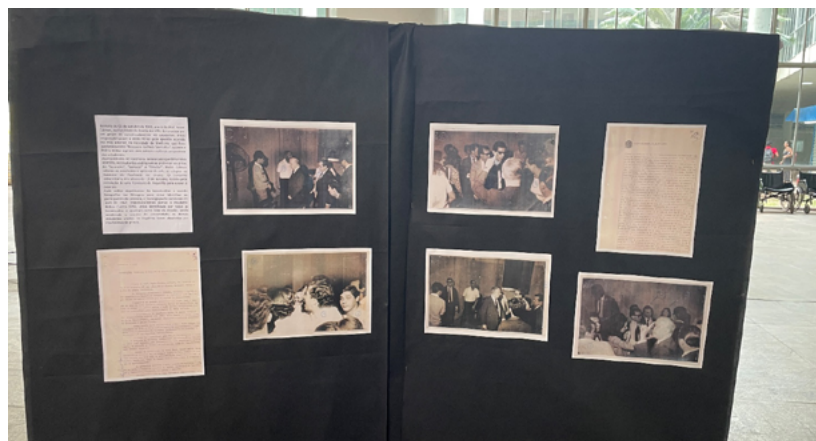
Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 3 – Visão geral da exposição



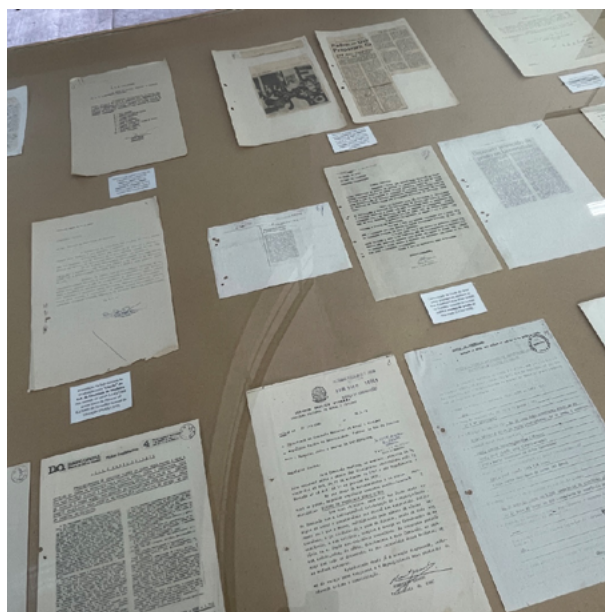
Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 4 – Painel com fotografias e reproduções de documentos



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 5 – Expositor com documentos



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 6 – Equipe DAP/SIARQ



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se da primeira experiência na organização de um evento expositivo, o Arquivo Central através da DAP cumpriu seu objetivo no que tange à divulgação de testemunhos relevantes na esfera dos arquivos públicos institucionais. A propósito, em virtude da efeméride dos 60 anos do início da ditadura civil-militar, é inadmissível não mencionar as universidades, onde ocorreram focos de agitação e consequências autoritárias impostas pelo regime – a destacar a UFRJ, tendo em vista o seu histórico, bem como o simbolismo desta instituição que é tão representativa não somente para o Rio de Janeiro, mas também para o Brasil.

Além do mais, a exposição foi essencial para apresentar o Arquivo Central e, principalmente, trazer visibilidade à DAP assim como ao acervo sob a sua custódia. Muitas vezes, os arquivos universitários são ignorados por puro desconhecimento, sendo necessárias iniciativas como essa a fim de aproximar a comunidade acadêmica dos arquivos da administração e mostrar seu potencial para pesquisas e descobertas.

Diante de tantas adversidades que acometem a UFRJ atualmente, era urgente ilustrar, mesmo que de forma muito breve, um dos capítulos mais tenebrosos da história do País, denunciando acontecimentos em âmbito universitário nos quais os arquivos permanentes são indispensáveis. De fato, tal medida assevera a importância da preservação documental e, sobretudo, demonstra a necessidade de acesso a uma parcela significativa de documentos à espera de divulgação.

Cabe ressaltar que a universidade faz parte da sociedade e os documentos arquivísticos constituem-se em um dos pilares da memória institucional. Apesar de desconhecidos, na maioria das vezes, os acervos da administração têm seu valor para a instituição detentora e, particularmente, apresentam diferentes elementos para a história. Portanto, iniciativas assim são eminentes para consolidar e, acima de tudo, reconhecer a função social dos arquivos.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. *et al.* **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Madrid: Trea, 2001.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

COUTURE, C. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, 2015.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. São Paulo: Zahar, 2014.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENEZES, P. L.; CAVALCANTE, L. F. B. As exposições em arquivos como forma de mediação cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. /], v. 18, n. 2, p. 1-18, 2022.

REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. São Paulo: Zahar, 2014.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

10

*Daine Fudal Ribeiro
Lucas Ribeiro Aal Sant Ana
André Vieira de Freitas Araújo*

OS ARQUIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIAL:

UM ESTUDO PRELIMINAR

***THE ARCHIVES OF THE NATIONAL INSTITUTE OF
COLONIZATION AND AGRARIAN REFORM (INCRA)
IN TERMS OF PROMOTING SOCIAL JUSTICE:***

A PRELIMINARY STUDY

RESUMO

A presente pesquisa aborda os arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sob a perspectiva da justiça social. Tem como objetivo identificar aspectos de justiça social presentes nos documentos de arquivos da autarquia, investigando tensões entre agentes sociais e potenciais relacionados a aplicação de políticas públicas. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando métodos bibliográficos e documentais. Os resultados indicam que os arquivos da instituição se configuram em ferramentas pertinentes para a promoção da justiça social e reconhecimento de direitos de cidadãos no campo, porém, apresentam contradições e limitações como descentralização e limitações de acesso.

Palavras-chave: justiça social; justiça social em arquivos; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); arquivos do INCRA.

ABSTRACT

This research examines the archives of the National Institute for Colonization and Agrarian Reform from the perspective of social justice. The aim is to analyze the representation of aspects of social justice present in the municipality's archival documents, investigating the tensions between social agents and the potential implications for the implementation of public policies. The research adopts a qualitative approach, employing bibliographic and documentary methods. The results indicate that the institution's archives serve as pertinent tools for social inclusion practices and the recognition of citizens' rights in the rural areas. However, they also reveal contradictions and limitations, such as decentralization and restricted access.

Keywords: *social justice; social justice in archives; National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Incra); archives of Incra.*

INTRODUÇÃO

A relação entre arquivos e justiça social tem se tornado um tema notoriamente relevante no campo do estudo da arquivologia, uma vez que ela pode promover direitos sociais fundamentais. O presente trabalho¹ buscou identificar elementos de justiça social presentes nos documentos do INCRA, descortinando tensões e conflitos entre agentes sociais e potencialidades relacionadas à aplicação de políticas públicas voltadas ao campo.

O INCRA foi criado em 1970, pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, e, a partir desse momento, o órgão passou a ser responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas e programas voltados para a Reforma Agrária e para a realização do ordenamento fundiário no Brasil (INCRA, 2024b).

Diante disso, não há dúvidas de que o INCRA possui características relacionadas à justiça social, uma vez que sua missão prioritária é executar a Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável (INCRA, 2024b). O próprio INCRA reconhece que atua de acordo com princípios de justiça social, no entanto, essa mesma compreensão não se reflete necessariamente no âmbito da justiça social e seus arquivos, uma vez que as questões relacionadas à documentação e ao acesso à informação nesse contexto ainda não foram exploradas nem reconhecidas pela instituição.

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa e adotou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, em que se buscou compreender os conceitos básicos de justiça social em

1 Esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGGI) da Universidade Federal do Paraná.

arquivos, para estabelecer uma conexão entre arquivos e promoção da justiça social a partir dos documentos produzidos e acumulados pelo INCRA no desenvolvimento de suas atividades fins. Visando contribuir com a pesquisa, também foi realizado um breve mapeamento dos documentos produzidos pelo INCRA, permitindo, assim, identificar os seus objetivos em relação à elaboração de políticas públicas que possibilitam a justiça e a participação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

ARQUIVOS E DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Os termos “arquivo” e “documentos de arquivo” são frequentemente associados ao campo da arquivologia. Eles estão atrelados à produção e guarda de registros por entidades coletivas, públicas ou privadas, de pessoas ou famílias, no desempenho de suas funções, independentemente da natureza do suporte (Arquivo Nacional, 2005). Além disso, os documentos de arquivo, especialmente aqueles que possuem caráter oficial, estão vinculados a uma autoridade, que pode ser proveniente tanto do poder público quanto de entidades de direito privado. Esses documentos têm a capacidade de produzir efeitos jurídicos que comprovam um fato, funcionando assim como informação e prova (Arquivo Nacional, 2005).

Neste contexto, Bernardes (1998) define “documentos de arquivo” como todo registro de informação original, único e autêntico que surge da acumulação natural realizada por uma entidade produtora no exercício de suas competências e atividades, sem importar o suporte utilizado, seja papel, filme, fita magnética, disco óptico ou outro. A autora também destaca que os “documentos de arquivo” apresentam características próprias, pois são “produzidos, recebidos

ou acumulados organicamente no exercício de funções e atividades de um órgão público ou empresa privada” (Bernardes, 1998, p. 22), e, portanto, já nascem com valor probatório. Primeiramente, porque testemunham a realização de uma função ou atividade e, em segundo lugar, porque podem assegurar direitos individuais ou coletivos (Bernardes; Delatorre, 2008).

Assim, a definição de “arquivo” e “documento de arquivo” apresenta-se de forma bem definida. Isso nos permite estabelecer um paralelo destes conceitos com a pesquisa de Siqueira (2011) que, ao realizar uma análise terminológica destes termos, descreveu que a noção de “documento” pode ser abordada por:

[...] três perspectivas complementares: a objetiva, a subjetiva e a social. Na primeira, o documento é visto como um objeto material, com função de suporte ou meio portador de uma mensagem informativa. Na perspectiva subjetiva, considera-se o papel do documento em representar um conteúdo informativo que apenas é ativado quando um sujeito lhe atribui sentido, destacando-se aí a intenção comunicativa do sujeito. E na última, destaca-se a função social do documento, marcada pelo acesso e preservação do conhecimento, bem como o fato dele servir como meio para as relações sociais. Além disso, considerando que o documento é utilizado na comunicação em um espaço e tempo determinados, sua existência está intimamente vinculada ao sujeito e ao contexto em que foi criado (Siqueira, 2011, p. 110, grifo nosso).

Corroborando a esse entendimento, se torna relevante a afirmação Prado, que atesta que “o arquivo, quando bem organizado, transmite ordens [...], revela o que está para ser feito, o que já foi feito e os resultados obtidos. Constitui fonte de pesquisa para todos os ramos administrativos e auxilia o administrador na tomada de decisões” (Prado, 1985, p. 4). Essas múltiplas dimensões ajudam a contextualizar e compreender em parte o escopo do presente trabalho.

A JUSTIÇA SOCIAL EM ARQUIVOS

É importante ressaltar que a bibliografia que se debruça sobre o conceito de “justiça social” ou “justiça social em arquivos” está atrelada a diferentes abordagens e batalhas sociais, o que torna mais complexa a sua definição.

O filósofo John Rawls (1997) aponta que as instituições da sociedade favorecem certos pontos de partida mais do que outros, em uma dinâmica determinada por critérios sociais e econômicos. A essas desigualdades, profundas e pretensamente inevitáveis, segundo o autor, que a justiça social deve ser aplicada em primeira instância. A justiça de um esquema social dependeria da maneira como se atribuem direitos e deveres fundamentais e das oportunidades econômicas e contexto sociais em diversos setores da sociedade (Rawls, 1997).

Ampliando a discussão, Minussi e Ramos (2021) apontam que a justiça social não é apresentada como um estado final a ser alcançado. Esse entendimento é compreendido pelas pesquisadoras como dinâmico e em constante evolução, com o objetivo de assegurar condições de vida equitativas para todos os integrantes da sociedade. Segundo as autoras, existem três dimensões principais da justiça social, que são conhecidas como “os três erres”, sendo eles: redistribuição, reconhecimento e representação (Minussi; Ramos, 2021).

“Redistribuição” refere-se à justa divisão de bens e recursos materiais, culturais e capacidades para corrigir desigualdades sociais, considerando princípios como justiça igualitária, segundo a necessidade e segundo o mérito. Já “reconhecimento” envolve a legitimação das identidades e culturas das minorias, valorizando a diversidade e as lutas por igualdade. Por fim, “representação” diz respeito à participação dos indivíduos nas decisões que impactam suas

vidas, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas em processos políticos e sociais (Minussi; Ramos, 2021).

Em consonância com essas perspectivas apresentadas, Belmonte e Opotow (2017) abordam três dimensões análogas dentro de um debate de arquivos e justiça social: justiça procedural, distributiva e de inclusão. A primeira refere-se à justiça dos processos, regras e procedimentos que regem o funcionamento do arquivo. A segunda refere-se à distribuição justa de recursos, o acesso à informação e a conexão simbólica dos arquivos com o público. Por fim, a terceira refere-se a quem tem “direito” à justiça e, portanto, é merecedor de representação, voz e acesso aos recursos mantidos pelo arquivo (Belmonte; Opotow, 2017).

Essas dimensões da justiça social aplicadas ao contexto dos arquivos, direcionam o debate para uma perspectiva de um papel cada vez mais ativo dos profissionais de arquivo. Jimerson (2008) coloca que o papel do arquivista está intrinsecamente ligado à política. Os arquivistas pós-modernos, ao rejeitarem as concepções tradicionais considerando-as antiquadas e potencialmente perigosas na sociedade contemporânea, compreendem que os arquivos não são espaços de neutralidade e passividade, mas sim locais de ativa participação e responsabilidade social (Jimerson, 2008).

Ao afirmar que os “arquivos não apenas conduzem líderes públicos à responsabilidade, eles também permitem que todos os cidadãos conheçam o passado” (Jimerson, 2008, p. 39), o autor destaca que enquanto os arquivos podem servir aos interesses das autoridades estabelecidas, eles também têm o potencial de empoderar grupos marginalizados na sociedade. Jimerson ainda ressalta que os arquivistas têm a capacidade de empregar o poder dos arquivos como um meio para incentivar a responsabilização, a transparência nas governanças, a diversidade e a justiça social. Ele acrescenta que, em uma sociedade democrática, esses profissionais assumem uma

responsabilidade perante todos os cidadãos, pois são os responsáveis pela preservação dos arquivos que documentam a sociedade e defendem os direitos da população (Jimerson, 2008).

Nesse contexto, Tognoli e Rocha (2021), constataram que o conceito de justiça social foi ampliado a partir do século XX, distanciando-se da ética cristã e da esfera econômica, que tradicionalmente avaliava a distribuição de renda e riqueza, para se aproximar das discussões sobre igualdade de gênero e direitos das minorias. Essa corrente também foi identificada em relação aos arquivos, que são instituições dinâmicas e que capturam as transformações e movimentos sociais. Dessa forma, as discussões teóricas e práticas no campo arquivístico sobre justiça social começam a ganhar relevância, promovidas por uma comunidade discursiva comprometida em amplificar as vozes das comunidades marginalizadas (Tognoli; Rocha, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, cuja análise fundamentou-se na análise de documentos arquivísticos do INCRA, bem como em revisão bibliográfica de autores que discutem Justiça Social e arquivos. Complementarmente, foram utilizados procedimentos quantitativos, como contagem e classificação dos tipos de documentos fundiários do INCRA, facilitando a elaboração de um panorama das atividades do órgão e das lacunas existentes na gestão arquivística. Dessa forma, os procedimentos metodológicos permitiram uma compreensão integrada dos aspectos sociais, institucionais e técnicos envolvidos na temática de justiça social nos arquivos do INCRA.

RESULTADOS ESPERADOS OU ALÇANCADOS

A JUSTIÇA SOCIAL NOS ARQUIVOS DO INCRA

As políticas públicas refletidas nos arquivos do INCRA foram, em grande medida, provocadas por movimentos e atores sociais em vulnerabilidade dentro de um contexto de reivindicação de direitos, diminuição da desigualdade e promoção de maior justiça social (Santos; Silva; Dias, 2023). Para compreender a dinâmica do INCRA, é necessário considerar o contexto histórico e social em que ele esteve inserido.

A criação do órgão se deu nos anos 70, durante o governo militar. Neste período, mais do que a ênfase em reforma agrária, o governo priorizou a colonização da Amazônia e incentivou o deslocamento de famílias para áreas isoladas do País. Foi nesse contexto também surgiram os primeiros movimentos dos sem-terra², enquanto o INCRA atuava para promover o desenvolvimento rural, oferecendo assistência técnica, treinamento agrícola e apoio ao cooperativismo (INCRA, 2011).

Já nos anos 1980, o contexto social e político do País se refletiu na intensificação da luta pela posse da terra, levando ao surgimento de movimentos sociais de luta pela terra em várias regiões. Como consequência, aumentaram os conflitos no campo, enquanto o INCRA atuava principalmente na fiscalização da função social das propriedades rurais (INCRA, 2011).

2 Em 1975, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, mais de 46 mil moradores da região tiveram suas propriedades desapropriadas. No ano seguinte, em 1976, trabalhadores rurais que ocupavam áreas alagadas, acampados às margens das estradas nas regiões oeste e sudoeste do estado, fundaram o Mastro (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste do Paraná).

Nos anos 1990, embora o Brasil tenha iniciado um período de estabilidade econômica, essa conquista não foi suficiente para reverter a concentração de renda no País nem para pôr fim aos conflitos sociais, especialmente no campo. Nesse período, o INCRA buscou dar um novo impulso à sua atuação, transformando as terras adquiridas em projetos de assentamento. Para o governo, a Reforma Agrária só estaria completa quando os assentados alcançassem a condição de agricultores familiares e pudessem se inserir de forma competitiva no mercado. Para isso, esses assentados receberiam, assim como os demais agricultores familiares brasileiros, os benefícios provenientes das políticas públicas, visando a efetiva integração e desenvolvimento de seus territórios (INCRA, 2011).

O início dos anos 2000 foi marcado por um INCRA inserido no contexto do desenvolvimento sustentável, uma vez que a questão ambiental começou a ganhar maior destaque na agenda nacional. O governo, de modo geral, passou a atuar de forma mais integrada para viabilizar soluções que contemplassem tanto a Reforma Agrária quanto a preservação ambiental, promovendo uma abordagem mais holística e sustentável dessas políticas (INCRA, 2011).

Atualmente, o INCRA é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e está presente em todo o território brasileiro, através de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Administrativamente, a estrutura organizacional do INCRA foi projetada para apoiar as diversas funções da autarquia, que abarcam o ordenamento territorial, regularização da estrutura fundiária e na execução da Reforma Agrária. Dentre as principais diretorias, destacam-se o Gabinete da Presidência do INCRA (GAB), a Diretoria de Governança da Terra (DF), a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável (DD), a Diretoria de Obtenção de Terras (DT), a Diretoria de Territórios Quilombolas (DQ), a Diretoria de Gestão Estratégica (DE), a Diretoria de Gestão Administrativa (DA), suas divisões e as superintendências regionais e suas unidades avançadas (INCRA, 2024b).

Subordinado à Divisão de Gestão de Informação (DDA-2), está o Serviço de Gestão de Arquivo (DDA-2.1), que é o responsável por promover a gestão de documentos arquivísticos, independente do suporte físico ou digital. Essa divisão também coordena as atividades referentes ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)³ e o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) (INCRA, 2024b). No entanto, é importante ressaltar que, a despeito da existência dessa Divisão, o INCRA possui uma estrutura descentralizada de arquivos.

A composição dos arquivos do INCRA abrange documentos processuais, cartográficos, legais, administrativos e registros dos mais variados suportes que, distribuídos por todas as superintendências e unidades avançadas, refletem diretamente a multiplicidade e a complexidade de ações e políticas aplicadas pela instituição. Os arquivos concernentes à Reforma Agrária, por exemplo, se caracterizam pelo registro, comprovação e memória da ocupação de lotes e territórios por cidadãos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), bem como protocolam a concessão de crédito e fomento concedidos pelo Estado à Projetos de Assentamentos (PAs). Esses arquivos mantêm registro das ações de aquisição de terras e implantação de PAs, além de oficializar a implementação de programas educacionais e de capacitação técnica no campo, como o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA)⁴ e o programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES)⁵ dentre outras políticas que, seja em âmbito regional ou nacional, impactam diretamente a população beneficiária da Reforma Agrária no Brasil.

- 3 O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é a ferramenta de gerenciamento documental do INCRA, onde todos os documentos e processos, tanto digitais quanto digitalizados, são gerados e circulam.
- 4 O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) oferece e subsidia iniciativas educacionais direcionadas à promoção do desenvolvimento nas regiões de reforma agrária (INCRA, 2024a).
- 5 O programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) tem como objetivo aumentar a capacidade de organização social e produtiva dos assentamentos, valorizando as questões ambientais. (MOURA; FERREIRA NETO, 2011).

No que se refere ao ordenamento territorial e à regularização fundiária, os arquivos do INCRA abrangem registros de títulos de terra, demarcações de lotes, comprovações de ocupação territorial, documentação cartográfica de medições e delimitações de terras, registros de ocupação de terra de quilombos. Essas documentações comprobatórias impactam diametralmente em toda a gestão territorial brasileira, no direito à terra e nas garantias legais sobre a propriedade (INCRA, 2020a).

O INCRA tem como missão prioritária a execução da Reforma Agrária e o ordenamento fundiário nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável. Bergold (2010) destaca a importância de que essa reforma seja realizada de forma célere e reforça o papel do INCRA na fiscalização, na promoção de transformação social e na preservação ambiental, evidenciando assim a relevância dessa missão. Além disso, o autor afirma que “a reforma agrária é uma política de ajuste social, reconhecendo seu papel na redução de desigualdades e na promoção de um desenvolvimento sustentável” (Bergold, 2010, p. 200).

Diante desse contexto, os arquivos do INCRA se mostram como uma consequência das políticas públicas de promoção de igualdade e justiça social no campo. Eles as refletem, registram e formalizam de maneira direta e indireta. Contudo, se faz necessário pontuar brevemente algumas contradições e nuances envolvidas nesta conjuntura.

A gestão (descentralizada), a organização e as práticas de acesso a esses documentos se dão em uma circunstância de um tensionamento e disputa política e simbólica pelo controle das questões agrárias. É nesse sentido que, retornando às ideias centrais de “redistribuição”, “reconhecimento” e “representação” propostas por Minussi e Ramos (2021), a análise dos arquivos do INCRA pode e lucidar não apenas a justiça social promovida pela autarquia, como também as contradições entre as práticas promovidas por quem

detém o controle sobre esse arquivo e a população que é impactada diretamente por ele.

Em complementação a esse entendimento, a reflexão sobre a relação dos arquivos do INCRA com a gestão e o acesso à informação, proposta de Belmonte e Opotow (2017), podemos entender que a dimensão da “justiça procedural” sugere que os procedimentos e regras de organização e preservação dos arquivos do INCRA devem ser transparentes e justos, garantindo que todos os interessados tenham acesso às informações de forma ética e democrática. Já a dimensão da “justiça distributiva” aponta para a importância de assegurar que os recursos informacionais existentes nesses arquivos, como documentos relacionados à Reforma Agrária, territorialidade, e políticas públicas, sejam acessíveis de maneira equitativa às comunidades e grupos que deles dependem, especialmente aqueles historicamente marginalizados. E, por fim, a “justiça de inclusão” enfatiza a necessidade de que esses grupos tenham seu direito à representação reconhecido, podendo exercer sua voz e participar ativamente das decisões relacionadas aos arquivos, promovendo uma gestão que respeite suas identidades, lutas e interesses.

Este último também é corroborado por Tognoli e Rocha (2021), uma vez que uma gestão comprometida com a justiça social, como é o caso do INCRA, deve buscar não somente uma organização eficiente dos documentos, mas também a valorização das comunidades rurais e minorias, contribuindo para a preservação de uma memória equitativa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os arquivos não são meramente espaços de documentos neutros, mas também de responsabilidade social e

política, indo além da conservação, visto que conceitos como redistribuição, reconhecimento e representação de Minussi e Ramos (2021), e de justiça procedural, distributiva e de inclusão, de Belmonte e Opotow (2017), contribuem para que os processos sejam mais transparentes, participativos e democráticos.

No caso dos arquivos do INCRA, é possível perceber uma grande variedade documental da instituição que revela o potencial dela em desempenhar um papel significativo na promoção da justiça social e no fortalecimento de políticas públicas, alinhando-se com sua missão e diretrizes estratégicas (INCRA, 2020b). Observa-se que esses arquivos têm um potencial considerável para contribuir para a inclusão e o reconhecimento dos direitos das populações rurais, potencializando uma relação intrínseca com uma já vulnerabilizada população habitante do campo.

No entanto, existem desafios e contradições a serem enfrentados, uma vez que o acesso aos documentos pode apresentar circunscrições que comprometem os objetivos da instituição. Junto a isso, a descentralização dos arquivos se configura como um grave risco ao desenvolvimento das ações do órgão, bem como pode acarretar danos e atrasos para uma promoção de justiça social.

Por fim, é necessário reconhecer que a justiça social em arquivos não é um estado final, mas um processo em constante transformação, que demanda reflexão contínua, inovação e compromisso social por parte dos profissionais e das instituições envolvidas.

REFERÊNCIAS

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. Q. A justiça social na arquivologia: uma revisão de literatura. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELMONTE, K.; OPOTOW, S. Archivists on archives and social justice. **Qualitative Psychology**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 58-72, 2017.

BERGOLD, R. C. **Poder e orgulho**: a missão constitucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010, p. 199-216. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/parte_3_2_raul.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

INCRA. **A Política de Reforma Agrária**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 28 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>. Acesso em: 26 mar. 2025.

INCRA. **O Incra**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 28 jan. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 26 mar. 2025.

INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Educação. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao>. Acesso em: 26 mar. 2025.

INCRA. **Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Incra. Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/regimento_interno_2025.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Incra. **Incra Paraná**: Quatro décadas de história. Publicação especial da Superintendência Regional do Incra no Paraná. Curitiba: Superintendência Regional, 2011.

JIMERSON, R. C. Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 27-44, 2008.

MINUSSI, V. P.; RAMOS, N. V. Justiça social: uma trajetória conceitual. **Revista Teias**, v. 22, n. 64, p. 300-315, 2021.

MOURA, R. A.; FERREIRA NETO, J. A. O programa de ATEs e sua efetividade como política pública. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 553-574, 2011.

PRADO, H. de A. **A técnica de arquivar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, A.; SILVA, D. P.; DIAS, M. A. H. Questão Agrária no Brasil: Políticas Públicas e Desdobramentos Sociais. *In*: NUNES, Í.; ORTIZ, L. C. V.; DIAS, M. A. H. (orgs.). **INCRA e IF Goiano**: pesquisas e histórias. Goiânia: Instituto Federal Goiano, 2023.

SIQUEIRA, J.C. **As noções de documento e informação**: uma abordagem terminológica. Dissertação de Mestrado em Informação – Escola de Comunicações e Artes da USP, Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 147. 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-15122011-235031/publico/DISSERTACAO_JESSICA_SIQUEIRA.pdf. Acesso em: 28/03/2025.

11

Ana Cláudia Cruz Córdula

Carla Maria Almeida

Jefferson Higino da Silva

Vitor Hugo Teixeira

MUITA GENTE SEM TERRA, MUITA TERRA SEM GENTE:

**A CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DIGITAL DO MEMORIAL
DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS, NA PARAÍBA**

MANY PEOPLE WITHOUT LAND, MUCH LAND WITHOUT PEOPLE:

***UNDERSTANDING THE DIGITAL COLLECTION OF THE MEMORIAL
OF THE PEASANT LEAGUES AND STRUGGLES, IN PARAÍBA***

RESUMO

Este artigo investiga o acervo digital do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, na Paraíba, com o objetivo de compreender sua origem e organização. Pauta-se na literatura da área, compreendendo a memória e o arquivo como um campo de poder, com disputas políticas e sociais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva, qualitativa, bibliográfica e documental, cuja análise se deu a partir dos conteúdos disponíveis no *website* do Memorial. Os resultados indicam que o acervo foi construído de forma colaborativa, mediante diversas fontes e atores, refletindo um movimento político que contribui para a justiça social por meio da preservação da memória das lutas dos trabalhadores rurais. Conclui-se que o Memorial pode ser entendido enquanto arquivo comunitário, e que essa conotação, além de fomentar a categoria teórico-conceitual no campo da arquivologia, deve refletir sobre como a área pode aproximar-se das comunidades que, mediante saberes e narrativas legítimos, lidam com seus documentos.

Palavras-chave: memória; justiça social; arquivo digital; Ligas Camponesas; arquivos comunitários.

ABSTRACT

This article investigates the digital collection of the Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (Memorial of Peasant Leagues and Struggles) in Paraíba, with the aim of understanding its origin and organization. It is based on literature in the field, understanding memory and archives as a field of power, with political and social disputes. Methodologically, it is an applied, descriptive, qualitative, bibliographic, and documentary research, whose analysis was based on the content available on the Memorial's website. The results indicate that the collection was built collaboratively, through various sources and actors, reflecting a political movement that contributes to social justice by preserving the memory of rural workers' struggles. It is concluded that the Memorial can be understood as a community archive, and that this connotation, in addition to promoting the theoretical-conceptual category in the field of Archival Science, should reflect on how the area can approach communities that, through legitimate knowledge and narratives, deal with their documents.

Keywords: *memory; social justice; digital archive; Peasant Leagues; community archives.*

INTRODUÇÃO

Compreende-se que investigar a relação dos grupos sociais com os documentos possibilita ampliar a reflexão sobre a função social dos arquivos, valorizando experiências e memórias diversas, sobretudo aquelas ligadas à justiça social. Como fruto dessa inquietação, chega-se ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), ONG fundada em 2006, na zona rural do município de Sapé-PB, voltada à preservação da memória da luta pela terra.

Mediante observação empírica realizada no MLLC, percebeu-se que o seu acervo digital, disponível na internet por meio de um *website*, adota uma organização que vai além das abordagens arquivísticas tradicionais, priorizando os aspectos sociais na estruturação dos documentos. Com isso, chegou-se ao objetivo de compreender o contexto de criação e organização desse acervo.

Cientificamente, a pesquisa pode ser justificada pela necessidade de abordagens metodológicas aplicadas acerca dos arquivos comunitários, enquanto categoria teórico-conceitual incipiente no campo da arquivologia brasileira. Socialmente, justifica-se a iniciativa como uma oportunidade para evidenciar movimentos populares cujos propósitos incluem a preservação da memória. Já sob o ponto de vista pessoal, o estudo se justifica pelo envolvimento das autoras e autores em grupos de pesquisa voltados a arquivos, justiça social, memória e mediação da informação, reforçando o seu intuito de ampliar as discussões nessas áreas, além do seu interesse em fomentar a visibilidade do campo empírico adotado.

PERCURSO METODOLÓGICO

Baseando-se nos pressupostos de Bufrem e Alves (2020), a pesquisa apresenta a seguinte caracterização metodológica: quanto

à natureza dos resultados, é aplicada; quanto à abordagem da realidade, é qualitativa; quanto aos objetivos, é descritiva; quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, é bibliográfica e documental; e quanto à análise dos dados, realiza análise documental.

A pesquisa bibliográfica, realizada em 2025 de modo não sistemático, adotou livros e artigos de periódicos da área da arquivologia e ciência da informação, acerca dos temas “memória coletiva”, “arquivos comunitários” e “justiça social na arquivologia”, bem como uma dissertação de mestrado em direitos humanos publicada em 2014, que teve como objeto o MLLC. Já a pesquisa documental se debruçou sobre documentos disponibilizados no próprio *website* do memorial, a exemplo do seu plano museológico.

A análise dos dados se deu a partir da descrição do *website* do memorial, tanto no que se refere ao conteúdo textual apresentado em cada aba, como aos diferentes documentos disponíveis para leitura na íntegra. Por meio dessa descrição, tornou-se possível discutir a relação do MLLC com os arquivos comunitários enquanto categoria teórico-conceitual arquivística.

Por fim, no que se refere à contextualização do campo empírico da pesquisa, optou-se pela sua descrição em uma seção específica (seção 3, a seguir).

LIGAS E LUTAS CAMPONESAS DE SAPÉ-PB: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E A CONSTRUÇÃO DO MEMORIAL

Diante das precárias condições de vida, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo no Brasil começaram a se organizar

politicamente, especialmente a partir da década de 1940, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Inicialmente, as Ligas Camponesas¹ surgiram como associações civis de caráter assistencialista, mas foi nos anos 1950 que se consolidaram como movimentos de enfrentamento à exploração e de luta por melhores condições no campo. A primeira Liga Camponesa do Nordeste foi fundada em 1955, no Engenho Galiléia, em Pernambuco, e teve grande impacto ao conquistar a desapropriação de terras, incentivando a criação de novos núcleos e fortalecendo a mobilização camponesa (Alves, 2014).

Na Paraíba, especificamente no município de Sapé, surge, no ano de 1958, a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, o que posteriormente será chamada de Liga Camponesa de Sapé, que ganhou destaque nacional e internacional como uma das principais mobilizações de luta pelos direitos sociais no campo e pela Reforma Agrária (Aued, 1986). A Liga Camponesa de Sapé teve como um dos principais líderes João Pedro Teixeira, assassinado por latifundiários vinculados ao Grupo Várzea no dia 2 de abril de 1962, o “cabra marcado para morrer”². Sendo sua esposa, Elizabeth Teixeira³, ícone de resistência e luta camponesa.

- 1 A categoria camponês surge no Brasil no contexto de formação das primeiras Ligas — anos de 1950 (Martins, 1981). O termo “camponês” é aqui adotado em consonância com a terminologia utilizada pelo Memorial das Ligas Camponesas, reconhecendo sua relevância histórica nos movimentos sociais do campo, especialmente nas décadas de 1940 e 1950. Porém, é importante destacar que o conceito tem sido objeto de críticas no campo teórico, tanto por sua polissemia quanto pelo fato de muitos pequenos agricultores não se identificarem com ele — especialmente em regiões como o sertão nordestino. Ainda assim, movimentos como o MST e instituições ligadas à memória das Ligas mantêm a utilização do termo, conferindo-lhe um sentido político e identitário. Sobre esse conceito, Severo (2024) tece uma explanação acerca de sua constituição no campo teórico e sociológico no Brasil e no cenário internacional.
- 2 Referência ao título do filme documentário “Cabra marcado para morrer” (1984), dirigido por Eduardo Coutinho. O filme narra a história de João Pedro Teixeira, cujas gravações foram iniciadas em 1964, mas, devido ao golpe civil-militar deflagrado naquele ano, tiveram que ser interrompidas, sendo retornadas após 1981, quando iniciou-se o processo de redemocratização do Brasil. A obra foi lançada em 1984.
- 3 Em 13 de fevereiro de 2025, Elizabeth Teixeira completou 100 anos de vida, sendo homenageada no Festival Cultural da Memória Camponesa, que aconteceu no município de Sapé-PB, nos dias 13, 14 e 15 de daquele mês.

As Ligas Camponesas foram suprimidas com o golpe militar de 1964, seus e suas integrantes foram violentamente perseguidos(as)⁴ e sua existência foi declarada ilegal, com atuações passando a ser direcionadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Todavia, ainda na década de 1970 e, posteriormente, com o processo de redemocratização, a Liga Camponesa inspirou novas mobilizações e ações de luta, como a criação do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos sindicais no campo (Alves, 2024), mobilizações essas que ampliaram as pautas de luta, como agroecologia e a garantia de direitos trabalhistas (a exemplo de férias, 13º salário e licença maternidade).

Na intenção de manter um espaço onde as memórias das pessoas e das lutas camponesas fossem preservadas, os movimentos e grupos sociais ligados à luta pela terra se organizaram para a constituição de um local que foi criado, no ano de 2006, na região de Sapé, inicialmente denominado Memorial das Ligas Camponesas e, depois, recebendo a designação atual, Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

De acordo com Alves (2014), o Seminário Memória Camponesa, realizado em 2006, juntamente com o lançamento do livro “Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar...”, organizado por Irmã Tony, reforçou a importância da criação de um espaço destinado à preservação das memórias das populações do campo, historicamente invisibilizadas nas instituições oficiais.

O MLLC, sediado na antiga residência de João Pedro Teixeira, abriga um museu e o Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira, onde funciona um arquivo, biblioteca e

4 Sobre as memórias da violência e perseguição, recomenda-se a dissertação de mestrado de Victor Gadelha Pessoa, intitulada “As ligas camponesas na Paraíba: história e memória”, defendida no ano de 2015. O trabalho apresenta depoimentos de militantes camponeses(as), como Elizabeth Teixeira, bem como de seus e suas familiares, colhidos junto à Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória na Paraíba (CEVPM/PB).

espaço de atividades (Figura 1). Com o apoio de voluntários(as), agentes pastorais, militantes, professores(as) e estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Memorial atua na formação agroecológica e na educação popular, promovendo eventos culturais e políticos ligados à memória das lutas camponesas.

Figura 1 – Sede do MLLC



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (2025).

Além disso, o MLLC mantém um sítio eletrônico (www.ligascamponesas.org.br) e um perfil no Instagram (@memorial.ligascamponesas), utilizados para divulgar suas ações e eventos e disponibilizar documentos que integram seu acervo ou tratam da temática camponesa.

O ROMPER DO LATIFÚNDIO DA MEMÓRIA: OUTRAS DINÂMICAS POSSÍVEIS PARA OS ARQUIVOS

Durante muito tempo, a arquivologia esteve restrita aos registros oficiais, aqueles produzidos pelas instituições, e, mais

tarde, passou a reconhecer também os arquivos pessoais. Os primeiros manuais da área refletiam essa visão, centrada nos arquivos na lógica do nacional. Em discussões mais contemporâneas, houve uma quebra nesse entendimento da formação, assim como nos ideais enraizados a partir da Revolução Francesa de 1789, quando os arquivos passaram a ser institucionalizados como instrumentos de autoridade, como analisou Le Goff (2013).

Essa inflexão no modo de conceber os arquivos amplia o debate para além da custódia institucional, permitindo reconhecer que a memória, enquanto construção social, não é inerte, mas atravessada por disputas, conflitos e reinterpretações. Para Napolitano (2015, p. 10), a dinamicidade e a contradição na relação entre sociedade e memória “[...] variam conforme os grupos sociais, culturais e políticos envolvidos no processo, ao mesmo tempo em que conformam novas tradições e identidades destes setores da vida coletiva”. Assim, a memória se configura como um espaço de negociações, em que diferentes sujeitos e coletividades disputam legitimidade e visibilidade, tensionando tanto os arquivos quanto os usos sociais que deles se fazem.

Contudo, o debate na arquivologia ainda não se aprofundou em compreender como a memória permeia a prática arquivística e atravessa suas funções. Embora sempre mencionada, muitas vezes a memória é reduzida a sinônimo de arquivo ou confundida com o próprio arquivo, sem a devida problematização. Bastian (2019) chama atenção para essa lacuna ao propor reflexões sobre a necessidade de entender a memória na prática arquivística em diferentes contextos, desde a cultura organizacional e a memória corporativa até dimensões ligadas à confiança, à evidência, à responsabilização e à justiça social. Afinal, como ressalta a autora, se os documentos são registros de atividades reais, os arquivos podem oferecer respaldo e conferir integridade à memória (Bastian, 2019).

Nesse caminho de repensar a memória, Caswell (2021) propõe o conceito de *liberatory memory work*. Para ela, a memória é uma prática política ativada no presente. Arquivos, a citar, os comunitários, podem romper ciclos de opressão e sustentar lutas por justiça social. A autora critica a ideia linear de progresso e defende visões de tempo mais circulares, inspiradas em tradições indígenas, afro-diaspóricas e *queer*. Nessa análise, a memória não se limita a representar ou preservar. Ela se torna ferramenta de ação coletiva, usada para afirmar identidades, reivindicar reparações, redistribuir recursos e enfrentar estruturas de dominação.

No aspecto da justiça social nas relações com a memória, percebe-se a aproximação com os arquivos e a arquivologia. Tognoli e Rocha (2021) mostram que, se, historicamente, os arquivos funcionaram como instrumentos de poder e de controle, os arquivos comunitários rompem com esse modelo centralizador e permitem que os próprios sujeitos ressignifiquem suas narrativas. Essa inversão, em que o controle estatal dá lugar ao autogerenciamento e à pluralidade, segundo as autoras afirmam, revela o paradoxo de transformar a opressão em instrumento de libertação.

Nessas releituras, os arquivos desafiam o *status quo* e convidam a uma reflexão crítica sobre o futuro da memória, ou das memórias. Por isso, nesses debates, os arquivos comunitários são inseridos como movimentos que nos fazem repensar a memória e sua relação com os arquivos. De modo geral, Flinn (2007) entende os arquivos comunitários como iniciativas de base, nas quais a própria comunidade assume a responsabilidade de documentar e preservar sua herança, reunindo diferentes tipos de registros e garantindo autonomia sobre sua memória.

Portanto, o debate sobre memória e arquivos mostra um campo de disputas políticas e sociais. Ao deslocar o foco da custódia institucional para práticas comunitárias, Bastian (2019), Caswell (2021) e Tognoli e Rocha (2021) apontam que entender a memória

junto aos grupos permite repensar os arquivos como ferramentas de emancipação e justiça social. Romper o “latifúndio da memória” significa, assim, abrir espaço para arquivos vistos como territórios de disputa, de criação e de libertação.

DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O perfil na rede social Instagram (Figura 2) e o *website* do MLLC (Figura 3) se configuram como dispositivos de mediação da informação e de difusão do conhecimento, destinados tanto à divulgação de suas atividades institucionais e eventos quanto à disponibilização de documentos que integram o acervo ou que tratam da temática camponesa.

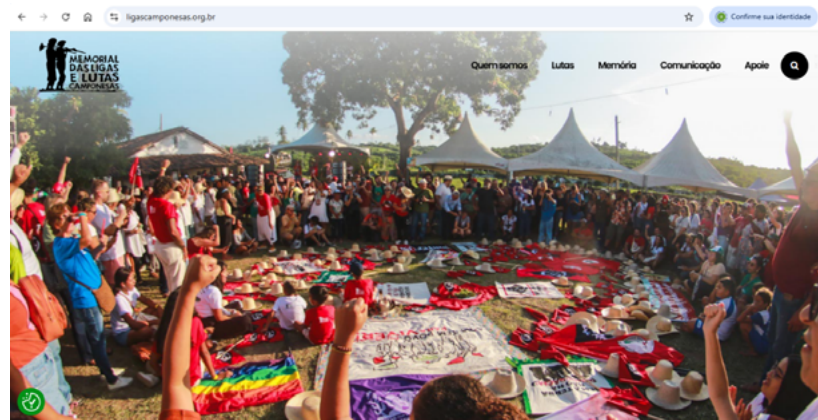
Figura 2 – Página de entrada do perfil do MLLC no Instagram



Fonte: Perfil do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas no Instagram (2025).

O *website* do MLLC, que, de forma geral, está organizado em cinco abas principais (“Quem somos”, “Lutas”, “Memória”, “Comunicação” e “Apoie”), reúne conteúdos sobre sua atuação, história, ações, publicações e formas de apoio.

Figura 3 – Imagem da página de entrada do *website* do MLLC



Fonte: Website do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (2025).

A seção “Quem somos” está subdividida em: O memorial, História das Ligas, Depoimentos, Equipe, Estatuto e Contato. A subseção “O memorial” apresenta a história do memorial, bem como seus objetivos e principais atividades desenvolvidas. Na “História das Ligas”, aborda a história em torno de sua formação e atuação. “Depoimentos” é uma subseção que traz verdadeiros testemunhos memorialísticos e afetivo-políticos, entre eles: o de Elizabeth Altino Teixeira e o do Monsenhor Odilon Pedrosa. O testemunho dela tem caráter intimista, afetivo e familiar, revelando a dimensão pessoal e humana de João Pedro Teixeira. Elizabeth constrói uma narrativa memorial marcada pelo vínculo conjugal, pelo afeto, pela preocupação com os filhos e pela dor da perda, mas também atravessada pela dimensão política e de luta coletiva. Já

o de Odilon Pedrosa tem caráter mais objetivo, descritivo e social, ressaltando a imagem pública de João Pedro Teixeira como líder nato e representante da classe trabalhadora. A fala reforça a sua legitimidade política, a conexão orgânica com o povo e a autenticidade de sua liderança. Na aba “Equipe”, apresenta-se a equipe que compõe o MLLC, incluindo a diretoria, o conselho fiscal e a assessoria jurídica.

A aba “Estatuto Social” apresenta o estatuto descrito no *website*, bem como a sua versão em PDF. E, por fim, a subseção “Contato”, que traz o endereço do espaço físico do memorial, o endereço de *e-mail* e o contato telefônico.

Destarte, a seção “Lutas”, que se ramifica em duas subseções – a primeira, intitulada “Áreas de Atuação”, enfatiza que o MLLC atua na preservação da memória das Ligas, destacando seus fundadores, protagonistas e conquistas e promovendo a educação popular, a pesquisa e o debate sobre trajetórias de lideranças. Suas ações visam sensibilizar trabalhadores e trabalhadoras do campo, sobretudo as novas gerações em acampamentos e assentamentos, fortalecendo o compromisso com a causa camponesa. Entre suas frentes estão: a formação contínua – formal e não formal, como a criação da Escola Família Agrícola em Barra de Antas; a valorização de saberes e práticas de convivência com o semiárido; o incentivo a práticas sustentáveis e solidárias; e o apoio às lutas por direitos dos trabalhadores do campo, das águas e das florestas, sempre em defesa da dignidade da terra e na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa. A segunda: “Ações do MLLC”, nesta subseção apresenta-se as ações: as comemorações anuais de 2 de abril, em que homenageiam João Pedro Teixeira e outras figuras emblemáticas das Ligas Camponesas, assim como todos os lutadores e lutadoras que dedicaram suas vidas à defesa e à promoção da causa camponesa na Paraíba e no Brasil; a luta pela desapropriação de

sete hectares em Barra de Antas, onde fica a casa de João Pedro e Elizabeth Teixeira e seus(suas) filhos(as), ainda aguarda definição jurídica; luta pelo tombamento da referida casa de João Pedro e família; organização e divulgação do acervo sobre as Ligas Camponesas e seus(suas) protagonistas.

Dentre as ações do MLLC, a organização e divulgação do acervo sobre as Ligas Camponesas e seus(suas) protagonistas merecem destaque. As ações que envolvem organizar e divulgar o acervo se dão tanto no meio digital, com o sítio aqui apresentado, quanto pela exposição de seu acervo na sede do Memorial. Os documentos possuem gêneros e proveniências diversas, agrupados e difundidos a partir da compreensão que informam sobre as lutas camponesas na Paraíba, contribuindo para a constituição de sua memória.

A seção “Memória” está subdividida em três: “Plano Museológico”, “Acervo” e “Painel de Mártires”, este último em desenvolvimento.

O plano museológico do MLLC foi elaborado em 2023, de forma coletiva, com participação da equipe do Memorial, da comunidade, especialistas e parceiros como Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC) e Rede de Educadores em Museu da Paraíba (REM/PB). O plano é uma ferramenta estratégica prevista pelo Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/2009) para organizar e sistematizar as atividades museológicas. Financiado pela Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, o plano abrange exposições, educação, pesquisa, gestão de acervos, comunicação e outros programas interdisciplinares, integrando o contexto histórico das lutas camponesas da região e fortalecendo a participação comunitária.

A subseção “Acervo” abriga o acervo digital e está subdividida em *Acervos por coleções* e *Acervos por pastas* (Figura 4).

Figura 4 – Interface do *website* que apresenta o acervo digital do MLLC



Fonte: Website do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (2025).

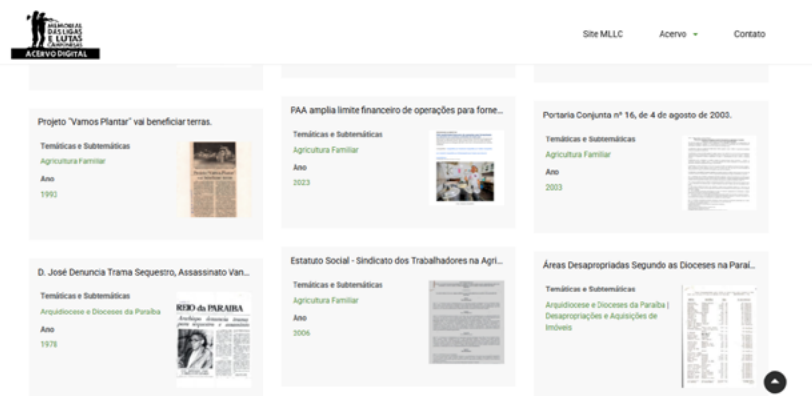
O acervo digital “Memória e Documentação das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba” surgiu como resposta estratégica a um duplo desafio: por um lado, a urgência de preservar registros em risco de deterioração, encontrados na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT); por outro, a necessidade de democratizar o acesso à memória das lutas camponesas, criando-se uma plataforma que visa favorecer a pesquisa, a educação e a memória agrária paraibana. Essas foram as motivações maiores, mas a iniciativa partiu da professora e pesquisadora Emília de Rodat Fernandes Moreira, por meio do projeto “Geografia Agrária e Cartografia Histórica Crítica: refazendo e representando o percurso das lutas sociais no campo paraibano através de um acervo digital das Ligas e Lutas Camponesas”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A proposta, inicialmente individual, rapidamente encontrou eco e adesão entre agentes da CPT, do MLLC e de outras entidades e pessoas comprometidas com a causa camponesa. A participação de voluntários(as), pesquisadores(as), estudantes, agentes pastorais e militantes do campo, sendo um legado construído a muitas mãos, ou, como a própria autora do projeto narrou, “[...] ele se tornou um sonho coletivo” (Moreira, s./d., s./p.).

Dessa forma, os documentos que compõem o acervo digital foram reunidos a partir de diferentes fontes e entidades. Conforme indica Moreira (s./d., s./p.), no texto de apresentação do acervo no *website*, na sede da CPT, em João Pessoa, foram encontrados escarcelas, recortes de jornais, fotografias e registros de sua atuação. No Centro de Documentação Popular da Arquidiocese da Paraíba (CEDOP), foram identificadas cerca de 2 mil fitas VHS contendo registros audiovisuais das lutas camponesas. Após o encerramento das atividades do centro, esse material foi localizado no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa (SINTRICON). Do acervo pessoal de Irmã Albertina Ferreira da Costa, obteve-se aproximadamente 800 fotografias de ocupações de terra e de eventos do movimento. Já o acervo judicial de Louanna Louyse Martins Rodrigues disponibilizou cerca de 5 mil páginas do processo relacionado a Margarida Maria Alves.

Do Jornal do Povo, foi digitalizada uma entrevista com Dom José Maria Pires. Frei Anastácio contribuiu com documentos vinculados à sua trajetória na luta agrária. Foram incorporadas entrevistas com diversas lideranças camponesas, agentes pastorais, militantes e figuras históricas ligadas à luta pela terra na Paraíba. Foram ouvidos representantes da região da Grande Alagamar, integrantes da Pastoral Rural, do MST, da CPT e do Grupo de Promoção Humana, além de religiosos, religiosas, professores(as) e pesquisadores(as) vinculados(as) a diferentes estudos acadêmicos (Moreira, s./d., s./p.).

A etapa de digitalização, de organização e de disponibilização *online* do acervo representou uma fase técnica, optando-se pela utilização da plataforma Tainacan, um sistema livre para a gestão de acervos digitais (Moreira, s./d., s./p.). A Figura 5 ilustra a disposição da página.

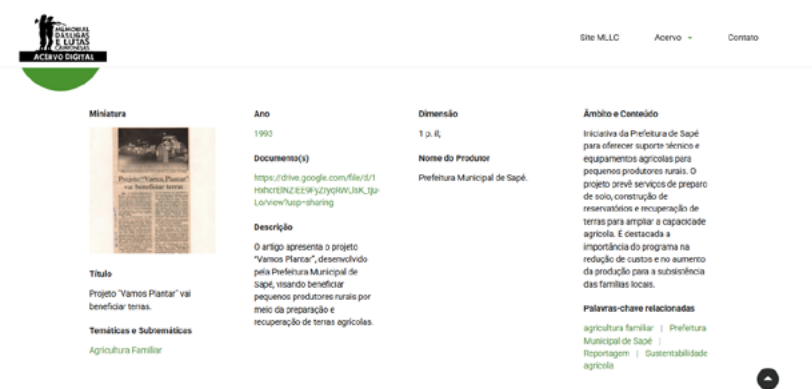
Figura 5 – Interface do *website* do MLLC que apresenta o acervo por coleções



Fonte: Website do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (2025).

Na análise do acervo, observa-se 161 registros, com datas-limite de 1962 a 2024. Cada documento traz, ao ser acessado, os seguintes metadados: miniatura da imagem/documento, título, temáticas e subtemáticas, ano, *link* para o documento em PDF (via Google Drive), descrição do conteúdo, dimensão, nome do produtor e palavras-chave (Figura 6). O acervo digital disponibiliza filtros que auxiliam na busca e organização dos documentos, a saber: ano, temáticas e subtemáticas e palavras-chave relacionadas.

Figura 6 – Interface do *website* do MLLC que apresenta a descrição de um documento



Fonte: Website do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (2025).

Na aba de temáticas, estão listadas 17 categorias, como: Acervo Fotográfico, Agricultura Familiar, Arquidiocese e Dioceses da Paraíba, Classe Patronal, CPT, Greve, Igreja Católica, Liderança Feminista, Pastoral Rural, Políticas Públicas, entre outras. Assim, observa-se que há uma mescla de critérios na categorização, combinando espécies e tipos documentais (como "Acervo Fotográfico", "Artigos" e "Dissertações"), instituições (como "CPT" e "Igreja Católica"), contextos sociais (como "Classe Patronal" e "Assalariados") e temáticas políticas (como "Liderança Feminista").

Ao analisar os documentos, assim como já foi apontado na constituição colaborativa do acervo, confirma-se a diversidade de fontes e de produtores, como arquivos pessoais de pesquisadores(as), de religiosos(as) e de ativistas; de jornalistas e de meios de comunicação, como Correio da Paraíba, O Norte, A União e Diário da Borborema; instituições religiosas como a Arquidiocese da Paraíba, a Pastoral Rural e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); organizações sociais como a CUT e a Comissão dos Trabalhadores da Usina Santa Helena; além de universidades públicas como UFPE, UFPB, UFRRJ, UFF, UNICAMP, entre outras.

Observar a diversidade de produtores – ou as várias proveniências – nos remete ao texto de Cook (2012), quando aponta que devemos atribuir "novas formulações para velhos conceitos", título do texto. Para o autor, a proveniência deve estar "[...] vinculada à função e à atividade em vez da estrutura e o lugar" (Cook, 2012, p. 144). Essa visão, portanto, orienta a redefinição dos princípios arquivísticos para focar, como destaca Silva (2025, p. 31), "[...] no contexto social em que os documentos são gerados", especialmente quando falamos em arquivos comunitários.

Em relação às espécies e tipologias documentais, é possível identificar uma variedade, como notícias de jornais (a maioria), que consistem em recortes físicos e capturas de telas de jornais digitais; textos institucionais, como estatutos, portarias, leis, projetos, boletins

e informes; textos opinativos e acadêmicos, como artigos, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs); materiais de formação, como apostilas, planejamentos, relatórios, folhetos e cartas; e ainda materiais audiovisuais digitalizados, como apresentações, vídeos e documentos datilografados posteriormente convertidos para o formato PDF. Essa diversidade documental reflete os aspectos constitutivos do acervo do MLLC que emergem das múltiplas atuações, práticas e atividades do movimento – tendo como elemento unificador a dimensão social e comunitária de sua luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para os documentos e sua organização no acervo digital das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba se configura como um caminho para compreender, simultaneamente, os contextos sociais, políticos e históricos que lhes deram origem. A análise empreendida, baseada no objetivo de compreender o contexto de criação e organização do acervo digital, permitiu concluir que o MLLC pode ser compreendido como um arquivo comunitário, por ter sido construído de forma colaborativa, a partir da iniciativa de um movimento social comprometido com a preservação da memória camponesa. Sua organização nasce do gesto coletivo de guardar, sistematizar e dar sentido a documentos com base nas experiências vividas, sendo orientada por temáticas ligadas às lutas, aos contextos sociais e às pessoas envolvidas, refletindo a dinâmica do território e das relações que constituem essas memórias.

Conforme se observou, o MLLC se consolida, portanto, como um espaço de preservação da memória camponesa. Ao aliar o acervo analógico à disponibilização digital por meio de seu sítio eletrônico e redes sociais, o MLLC supera os limites geográficos e amplia significativamente o acesso ao seu acervo.

Espera-se que a presente pesquisa, ao analisar um acervo específico sob a ótica dos arquivos comunitários, não sirva apenas à consolidação dessa categoria teórico-conceitual no campo da arquivologia. Que a iniciativa contribua, sobretudo, para reflexões sobre como a arquivologia pode, sem perder a sua identidade, aproximar-se cada vez mais dos diferentes tipos de comunidades que, a partir de seus saberes e narrativas legítimos, acumulam, organizam, utilizam e difundem seus documentos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. M. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- AUED, B. W. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955–64). Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- BASTIAN, J. Pesquisas de memória/pesquisa arquivística. In: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (orgs.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Tradução de A. C. Rodrigues. Salvador: 9 Bravos, 2019.
- BUFREM, L. S.; ALVES, E. C. **A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.
- CASWELL, M. **Urgent archives**: enacting liberatory memory work. Abingdon; New York: Routledge, 2021.
- COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123–148, 2012.
- FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Visita Mediada. **Visite museus**. 2025. Disponível em: <https://visite.museus.gov.br/23-semana-nacional-de-museus/visita-mediada-6/>. Acesso em: 8 set. 2025.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS. Perfil oficial no Instagram. Instagram, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorial.ligascamponesas>. Acesso em 17 fev. 2025.

MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS. Website institucional. 2025. Disponível em: <https://www.ligascamponesas.org.br/>. Acesso em 17 fev. 2025.

MOREIRA, E. R. F. Apresentação. **Acervo Digital MLLC**. Disponível em: <https://www.ligascamponesas.org.br/acervo/>. Acesso em: 8 set. 2025.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp., p. 9–44, 2015.

PESSOA, V. G. **As ligas camponesas da Paraíba**: história e memória. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SEVERO, M. O conceito de camponês no Brasil: usos e críticas. **Sociedade e Estado**, v. 39, n. 1, 2024.

SILVA, J. H. **Convite à (des)construção**: arquivos comunitários e seus diálogos com dinâmicas documentais quilombolas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. Q. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1–23, 2021.

12

Vitor Serejo Ferreira Batista

ROBIN HOOD ÀS AVESSAS:

A QUESTÃO DA ÉTICA EM OBJETOS COLONIAIS

ROBIN HOOD IN REVERSE:

THE QUESTION OF ETHICS IN COLONIAL OBJECTS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.12

RESUMO

A partir de um caso ocorrido no Museu Britânico – uma troca de objeto do século XVII por uma réplica – nos debruçamos acerca da discussão sobre a crítica à objetos, frutos de ações coloniais, em acervos institucionais europeus. Utilizamos de uma análise conceitual e epistemológica para debater questões ligadas à ética, arquivos e sociedade. Os resultados se baseiam na discussão da descentralização da perspectiva europeia frente à guarda de objetos históricos. Nossas considerações finais se baseiam na análise através de uma perspectiva original brasileira que tem a capoeira como um meio de compreensão e reflexão de uma base ética e pedagógica.

Palavras-Chave: ética; arquivística crítica; capoeira; sociedade; Museu Britânico.

ABSTRACT

Based on a situation that occurred at the British Museum – an exchange of a 17th century object for a replica – we focus on the discussion about the criticism of objects, the result of colonial actions, in European institutional collections. We use a conceptual and epistemological analysis to discuss issues related to ethics, archives and society. The results are based on the discussion of the decentralization of the European perspective regarding the storage of historical objects. Our final considerations are based on the analysis through an original Brazilian perspective, which uses capoeira as a means of understanding and reflecting on an ethical and pedagogical basis.

Keywords: *ethics; critical archival science; capoeira; society; British Museum.*

INTRODUÇÃO

Dentro de um espaço pautado por um imaginário popular, é possível nos remeter a uma figura clássica, de cunho ímpar em determinados casos sobre questões ligadas a diferenças sociais. Quando pensamos na existência de um ser, um tanto mítico, que *roubava dos ricos para dar aos pobres*¹, essa frase em destaque poderia nos soar como um mantra infantil, ligada à figura de um herói do povo. Nem de toda verdade, mas de ampla compreensão, quando pensamos em Robin Hood, o que parece prevalecer ali nas aventuras do herói fora da lei é uma aura de justiça.

Justiça feita ou não, Robin Hood teve sua imagem vinculada ao destaque histórico depois das publicações do escritor francês Alexandre Dumas – responsável pelos clássicos *Os três mosqueteiros* (1844) e *O conde de Monte Cristo* (1845) – que por meio da lenda criada aos ouvidos do bosque de Sherwood, em meados do século XIII, nas obras *O príncipe dos ladrões* (1872) e *O proscrito* (1873), nos promove a descrição acerca das aventuras de formação e amadurecimento do mítico herói em meio ao Estado ainda feudal que lhe era vigente.

Da Inglaterra, assim como nosso mencionado personagem real/literário, nos salta aos olhos também a história de um artista plástico brasileiro, formado pela Universidade de São Paulo (USP), Ilê Sartuzi, que promoveu um inusitado momento no Museu Britânico ao tomar posse de uma moeda histórica, datada ainda do século XVII, colocando no seu lugar uma réplica fiel à original. Posteriormente, ainda dentro do museu, o artista se desfez da moeda

1 A famosa frase sobre o herói fora da lei provém das compilações das aventuras deste, sem autoria específica. O escritor Howard Pyle, em 1883, foi um dos responsáveis pela promoção da lenda de Robin Hood, assim como outros autores que têm igual importância literária. Compreende-se, entretanto, que o herói não necessariamente roubava dos ricos, mas sim do governo ou de quem detinha o poder vigente.

ao colocá-la como donativo para o mesmo museu, através de uma caixa voltada para esse fim.

O caso é que junto ao evento promovido pelo artista – e aqui optamos por nos abster de qualquer tipo de opinião frente às perguntas se o que Ilê fez foi um crime ou não, se foi certo ou errado – nós sugerimos a seguinte indagação: o fato cometido pelo paulistano pode ser compreendido como uma ação de provocação ética? E mais, pode ser compreendida como um meio de reflexão sobre questões decoloniais?

Essa pergunta nos é proposta a partir de reflexões que podemos fazer junto à construção, não só do acervo do Museu Britânico, mas também de alguns outros acervos construídos por museus europeus que, como no caso relatado, foram compostos a partir de ações ligadas aos movimentos coloniais que determinaram uma ascensão cultural europeia entre os séculos XV e XX. Esse tipo de ação de política em vigência à época provocou, por assim dizer, o estabelecimento de costumes, pensamentos e ideias acerca da figura do sujeito europeu no mundo, sem mencionar o apagamento e esquecimento que era provocado aos povos explorados por essa política de guerra e ocupação territorial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo por base a literatura de questões ligadas a como ética e a filosofia popular brasileira, entre outros, pautados no debate junto à temática da decolonialidade e da formação de acervos, traçamos uma divagação que busca reflexões provocadas por autores como Baudrillard (2019) acerca do objeto marginal e antigo e seu valor simbólico, Fanon (2020) sobre a exploração do corpo como objeto de memória, Glissant e Obrist (2023) sobre o tremor e a ideia de

errância, assim como o autor brasileiro Rufino (2023), que propõem visões críticas ao pensamento central europeu, procurando uma descentralização do pensamento clássico por uma percepção brasileira sobre as ações ético-pedagógicas em relação ao comportamento de sociedade.

Esse debate tem por objetivo a reflexão sobre os documentos preservados por instituições que se valeram da ocupação colonial como enriquecimento cultural para seu benefício próprio, sobre o valor histórico e identitário das obras que ali se mantiveram, assim como a construção da memória de um país e das pessoas que o compõem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sendo assim, nossa proposta de trabalho se baseia em uma revisão de literatura que busca a análise da compreensão ética vinculada ao caso de Ilê Sartuzi, como um veículo de debate histórico e cultural, que busca a provocação do comportamento colonial ainda vigente em partes do mundo, através da organização e representação de informações por instituições de renome mundial, tais como alguns museus da Europa.

Da mesma forma, trazemos à tona exemplos da própria cultura brasileira, que obtiveram base histórica como representação artística nacional como um elemento de contraste junto à outras obras cânones, presentes em museus de caráter nacional e internacional. Neste caso, trabalhamos com obras de Hélio Oiticica e Lygia Clark, respectivamente os Penetráveis e os Parangolés, assim como a obra Bicho. Nosso objetivo com isso é de trazer não só a provocação que estas obras permitem destacar ao nosso debate, como também questionar os meios de avaliação de uma obra de arte em museus.

RESULTADOS ESPERADOS

Em deferimento de políticas contemporâneas promovidas por museus, a fim de aproximar o público de seu acervo histórico, alguns museus europeus, como o Museu Britânico, promovem não só a exibição de itens pertencentes ao acervo como também permite o manuseio e aproximação dos documentos ali presentes. Em uma exposição promovida pelo Museu Britânico sobre a Guerra Civil Inglesa (1642-1651), a instituição expôs moedas de seu acervo, datadas do ano de 1645, e que detêm valor histórico da época, entre outras razões, que evidenciam um período que culminou no estabelecimento do poder vigente até hoje na ilha europeia, o parlamentar.

Na ocasião desta exposição, Ilê Sartuzi, um estudante de artes brasileiro, vinculado à Goldsmiths College, vinculado à Universidade de Londres, preparou ao longo de um ano uma ação que *a priori* pode soar controversa: “pegar” uma destas moedas e trocá-la por uma réplica. Diz o seguinte no site Select:

Um pouco depois do meio-dia na terça-feira, 18/6, o artista brasileiro Ilê Sartuzi entrou na Sala 68 do Museu Britânico e secretamente substituiu uma moeda de prata, cunhada durante a Guerra Civil Inglesa, por uma réplica. Sartuzi então saiu da Sala 68, desceu as escadas e depositou a moeda verdadeira na caixa de doações do museu. A ação foi a culminação de mais de um ano de preparação, envolvendo consultas legais, estudo de plantas arquitetônicas e dezenas de visitas, tudo condensado em um único e momentâneo *legerdemain* (Sward, 2024).

Depois de uma tentativa falha, o artista brasileiro obteve sucesso em sua empreitada e, por fim, trocou as moedas, de modo a devolver a original no mesmo momento através da caixa de doações do museu. Esse evento, documentado em vídeo por Ilê Sartuzi e certos amigos, promoveu um debate acerca da postura do paulistano em realizar tal ato, além de ter exposto um item histórico

à situação de roubo. Sobre o projeto que Sartuzi propusera, o site Select nos evidencia que:

Intitulado *Sleight of Hand* (expressão para Prestigitação, ou Jogo de Mãos), o projeto faz parte da apresentação do Mestrado em Artes Plásticas de Sartuzi na Goldsmiths College, constituinte da University of London, e esteve em exibição até 16 de julho no Edifício Ben Pimlott da escola. Através de uma instalação de um vídeo em dois canais, um display de museu com duas moedas falsas e um texto, a exibição documenta o roubo e a devolução do objeto (Sward, 2024).

Como resposta às reações promovidas pelo museu, o qual classifica o artista como um “ladrão” (Sward, 2024) em função do ato cometido, o artista brasileiro se defende com base na lei britânica.

Sartuzi baseia sua defesa na Seção 11 da Lei de Roubo de 1968, que afirma que “qualquer pessoa que, sem autorização legal, remover do edifício ou de seus terrenos todo ou parte de qualquer artigo exposto” é culpada de um delito, e nas políticas do Museu Britânico, que afirmam que os visitantes “não devem tocar em nenhum objeto da coleção em exposição aberta, incluindo esculturas ou trabalhos em pedra, exceto como parte de nossos eventos organizados, que incluem passeios de toque e mesas de manuseio de objetos” (Sward, 2024).

Por não se posicionar afirmativamente sobre ter cometido o dito crime, ligado ao manuseio de objetos sem permissão dos responsáveis – no caso, o museu – e nem ter deixado o recinto com o artefato em questão, Sartuzi promove uma reflexão sobre o discurso do museu em relação ao seu histórico de aquisições de peças culturais, pertencentes a outras nações. Cria-se então um debate interessante no qual o artista referencia um aspecto ligado ao jogo de posições éticas, ao dizer que a ação cometida “abre uma discussão sobre roubo e pilhagem tanto em um contexto histórico quanto de uma perspectiva neocolonial dentro das instituições culturais contemporâneas” (Sward, 2024).

A partir de uma compreensão da moeda manuseada como um objeto, para além de um objeto museológico pertencente ao Museu Britânico, também como um item que está inserido no rol do acervo arquivístico deste, nos questionamos sobre a posição arquivística de formação destes conjuntos documentais e patrimônio cultural (Souza; Crippa, 2009). Isso porque a moeda é um documento de valor histórico, uma vez que se insere nas ações e atividades do seu tempo contextualizado, a Guerra Civil Inglesa.

Deste modo, sugerimos a análise desta ocorrência à luz das ideias promovidas pelos estudos da arquivística crítica, os quais surgem ainda no século XX e que detêm consigo um caráter revisionista sobre os métodos arquivísticos adotados desde o pós-revolução francesa (Araújo, 2014). Segundo Alencar, Tognoli e Cervantes (2023), os estudos arquivísticos críticos têm a escola de Frankfurt como base na teoria crítica adotada, proporcionando um debate teórico e prático das ações arquivísticas junto à formação dos arquivos e sua relação com a sociedade, de modo a provocar reflexões como no âmbito das funções arquivísticas e dos seus princípios. Afirmam então que:

Emergem as discussões sobre a análise e operação do poder no contexto de criação dos documentos, nas funções Arquivísticas (especialmente na criação, descrição e avaliação) e nos princípios e conceitos que sustentam a disciplina. Consequentemente, são afetadas as relações com a atuação profissional dos arquivistas, cuja formação deve se pautar, também, em um ensino voltado para a ética e para o cuidado com o outro (Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023, p. 4).

Mesmo que não mencionada, a função aquisição é uma das funções arquivísticas por excelência e diz respeito a uma “ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos” (Camargo; Bellotto, 2012). Essa noção de adquirir determinado item para o acervo de uma instituição é um ato que, mesmo que possa ser interpretado como arquivístico e burocrático, é também um gesto político e de poder.

Afirmamos aqui que não estamos com isso legitimando o roubo como uma prática legal, mas evidenciando a curiosa posição histórica que percebemos existir no momento do posicionamento do museu, que lucra anualmente com seu acervo, não só financeiramente, mas culturalmente. Além do fato de compor junto ao seu público uma imagem de preservador e conservador da memória, o que faz de si um lugar de memória (Nora, 1984; Crippa, 2007).

Porém, como espaço de memória que é, também carrega consigo uma disputa de narrativas que acreditamos ser de importância para esse debate sobre uma reflexão ética do ato de Ilê Sartuzi. Uma dessas percepções na narrativa diz respeito ao objeto em si, a moeda. Ela pode ser compreendida, segundo Baudrillard (2019), como um objeto marginal e antigo. Sendo assim, nos afirma o autor que:

Toda uma categoria de objetos parece escapar ao sistema que acabamos de analisar: são os objetos singulares, barrocos, folclóricos, exóticos e antigos. Parecem contradizer as exigências do cálculo funcional para responder ao propósito de outra ordem: testemunho, lembrança, nostalgia, evasão. Pode-se ser tentado a ver neles uma sobrevivência da ordem tradicional e simbólica (Baudrillard, 2019, p. 81).

A moeda destacada na ação toda é um objeto que traz consigo essas características históricas, e que um dia deteve consigo um valor, por assim dizer, mais administrativo e de ação direta, como um artefato financeiro. Hoje em dia, pode ser visto como um representante na memória de um tempo. De todo modo, Baudrillard nos alerta sobre esse tipo de objeto não ser “nem afuncional nem simplesmente decorativo, tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significa o tempo” (Baudrillard, 2019, p. 82). Do mesmo modo, o mesmo pode ser compreendido a peças que são de guarda do Museu Britânico, mas que podem ser associadas às ações coloniais promovidas pelo Império Britânico em suas ações de conquista territorial do passado. Entre alguns importantes monumentos, citamos estátuas do Mausoléu de Halicarnassus (da atual Bodrum,

na Turquia), o Busto de Ramsés, o Grande e a Pedra de Roseta – a famosa placa gravada com um decreto em duas línguas e três escritas – ambos do Egito.

Fanon (2020), através do seu esquematismo epidérmico racial, nos evidencia o corpo como um objeto de ataque pelo colonialismo, a fim de fazer prevalecer o poder do colonizador, no caso o homem branco europeu. Essa visão que Frantz Fanon projeta a partir de outros pensadores como Aimé Césaire e Maurice Merleau-Ponty, promove a discussão do corpo como um campo de significados trazidos pelo sujeito, dentre outras suas heranças culturais materiais.

Nessa linha de reflexão, um conceito que consideramos válido é o de tremor, trazido por Glissant e Obrist (2023), no qual podemos pensar que o mundo se apresenta em constante movimento em relação aos seus pensamentos sociais, políticos, econômicos etc. Nesse sentido, o poeta martinicano se coloca diante destas ondas de pensamento pungente no mundo, e da mesma forma procura dialogar os momentos passados com contemporâneos. Porém, o encontro destes vários discursos resulta em conflitos de ideias e de posições de diferentes âmbitos, alguns anteriormente mencionados. Mas existem possibilidades e saídas para essa situação.

Glissant e Obrist (2023) carregam consigo o conceito de caos-mundo, que *a priori* pode vir a ser compreendido como algo negativo, uma vez que pensamos na ideia do caos, da desigualdade, um mundo de subjugamento e violência. Todavia, a diversidade existe nesse tipo de mundo, e é isto que os autores buscam valorizar, essa linha de pensamento quando provoca seu leitor com a ideia de caos. Se pensarmos dessa forma, o que de mais interessante se estabelece é o pensamento plural das formas de se compreender o mundo, a arte e como os meios de representação são expostos.

Partindo da análise de que o pensamento trazido por Glissant e Obrist (2023) se aproxima de uma proposta plural contemporânea ligada à diversidade de culturas, realidades sociais diferentes umas

das outras e formas de se compreender a vida (no seu âmbito geral) diferente de linhas eurocêntricas, fazemos a provocação de que o questionamento das obras presentes em certos museus europeus, tais como o Museu Britânico, nos faz crer que para além de um estabelecer sobre o que deve ser compreendido por memória e patrimônio em determinadas instituições, os discursos presentes nos objetos que ali fazem composição para o seu acervo podem ser revistos. Porém, essa forma de revisão não necessariamente é de uma linha radical, mas sim num estado reflexivo, como uma provocação, no qual a ação de Sartuzi se encaixa como um exemplo.

O saqueamento, por assim dizer, destes artefatos e sua guarda junto às instituições oficiais são uma forma de apontar quem detém o poder sobre quem. Porém, com o ato de Sartuzi, uma nova abordagem é evidenciada, uma vez que este promove uma espécie de reflexão decolonial através de um experimento, digamos, com base na brincadeira e no jogo (Rufino, 2023).

Rufino (2019) propõe uma análise de compreensões do comportamento e da sociedade através dos vieses causados pela capoeira e como suas ações implicam numa espécie de ética da ginga. Segundo o autor, essa percepção se dá pelo entendimento da capoeira como uma sabedoria de fresta, que carrega consigo “mandinga, incorporação, ginga, negaça, transe, rolê, efó, amarração, feitiço, terreiro, esquiva, drible [...] marcas que tecem esse inventário assente nos limites do corpo” (Rufino, 2019, p. 68).

Essa associação de Rufino em aproximar a capoeira de uma reflexão ética não é à toa, uma vez que o que lhe parece interessante é a tentativa de causar, tal como na dança capoeira em si, o equilíbrio da roda a ponto da dança não parar, o que acarretaria o término e o desequilíbrio dos movimentos. Diz Rufino (2023) o seguinte:

Os discípulos de Aristóteles ficaram conhecidos como peripatéticos. A palavra, que no grego compreende a noção de itinerante ou ambulante, fazia menção à maneira

como o filósofo ensinava caminhando ao ar livre. A aposta da educação aristotélica tinha alguns princípios, um deles destaca a defesa de que a principal função da educação seria conduzir as pessoas à felicidade. A palavra condução como traço de uma aprendizagem itinerante e o processo educativo como parte de um contínuo movimento que demanda corpo enredam o que ficou famoso na relação entre o filósofo e seus discípulos, as múltiplas formas de educar presentes em outras culturas (Rufino, 2023, p. 78).

Se a obra aristotélica tinha como base a Eudaimonia (Aristóteles, 1991), essa busca pelo equilíbrio ético através do uso da virtude, a proposta de Rufino se faz presente na movimentação do corpo em jogo de capoeira. Do mesmo modo, manter as discussões em pauta é forma de promover a reflexão ética na sociedade. Tal como aponta Sartuzi sobre a abertura de discussões neocoloniais, perceber esse ato através destas perspectivas teóricas nos poderia fornecer um novo embasamento à causa.

O jogo de capoeira pode nos ser de útil metáfora para a compreensão destes dois exemplos brasileiros de arte, que em sua época provocam a discussão do sentido da obra a partir do movimento de um corpo. Esse corpo, que em alguns casos é o corpo humano, também pode ser visto como um objeto de material metálico ou sintético, como na obra de Lygia Clark, *Bicho*, de 1963.

Nesse caso, temos diante de nós um objeto tridimensional, de ponta e formato achatado, que ligados por feixes permitem que a estrutura do objeto bicho seja manejada pelo usuário. Porém, a ideia da artista era de que este objeto fosse manejado no museu. Isso porque apenas com a interação da pessoa com o objeto, o sentido do bicho, assim como seu formato abstrato, teria algum sentido e finalidade. Diz Lygia Clark em seu depoimento sobre a obra:

É o nome que dei às minhas obras desse período, pois seu caráter é fundamentalmente orgânico. Além disso, a dobradiça que une os planos me faz pensar em uma espinha dorsal. A disposição das placas de metal determina

as posições do Bicho, que à primeira vista parecem ilimitadas. Quando me perguntam quantos movimentos o Bicho pode fazer, respondo: 'Eu não sei, você não sabe, mas ele sabe...'. O Bicho não tem avesso. É um organismo vivo, uma obra essencialmente atuante. Entre você e ele se estabelece uma interação total, existencial. Na relação que se estabelece entre você e o Bicho não há passividade, nem sua nem dele (...). Acontece na realidade um diálogo em que o Bicho tem respostas próprias e muito bem definidas ao estímulo de espectador. (...) a conjugação de seu gesto com a resposta imediata do Bicho cria uma relação e isso é possível graças aos movimentos que ele sabe fazer: é a vida própria do Bicho (Clark, 2025).

Nesse sentido, na obra de Lygia Clark se faz necessária a interação com o espectador, o qual pode ser considerado em relação ao sentido e compreensão, mesmo que abstratos da obra, como um elemento vital para uma resolução do ser *Bicho*. Também nesse sentido, obras como *Os Penetráveis* e *Os Parangolés*, de Hélio Oiticica, podem também ser apresentadas como da mesma finalidade do *Bicho* de Clark. Sobre isso, as obras de Oiticica podem ser caracterizadas da seguinte forma:

Os Penetráveis, de Hélio Oiticica, são estruturas em escala humana compostas por tendas e *banners* de diferentes tecidos e placas de madeira pintada ou de outros materiais, que podem ser penetradas, atravessadas e manipuladas por corpos vivos, de modo informal e espontâneo [...]. *Os Parangolés* são capas, faixas e bandeiras construídas com tecidos e plásticos, às vezes com frases políticas ou poéticas. Ao vestir, correr ou dançar com um *Parangolé*, a pessoa deixa de ser um espectador para se tornar parte da obra de arte. É a partir do samba, da dança e da rua que Oiticica rompe definitivamente com as divisões entre artes visuais, música e dança, bem como com as noções de "estilo" e "coerência estética", chegando a sua "descoberta do corpo" (MAM RJ, 2025).

Podemos ver pela descrição trazida pela instituição que os tem por guarda documental, que em *Os Penetráveis*, temos o

elemento caminhar pela obra como de necessária para a experiência do espectador. Compreendidas como obras de um caráter até mesmo arquitetônico, podem ser vistas como instalações para que o espectador possa caminhar e se locomover a ponto de “entrar” na obra, e não somente contemplá-la. Da mesma maneira, o *Parangolé*, que pode ser compreendido como uma roupa ou capa para ser vestido, só encontra movimento quando o espectador dança com o traje.

Consideramos que os exemplos trazidos a pouco permitem um diálogo para com a linha traçada na provocação performance prevista na ação de Sartuzi. Porém, levadas para um caráter reflexivo que transita pela decolonialidade, os aspectos de construção de uma filosofia popular brasileira e outros meios de se compreender uma obra de arte, o que buscamos aqui foi ampliar uma possível discussão que pode ser encerrada a partir de um discurso trazido pela instituição europeia.

Apesar de que essa via seja perfeitamente compreendida, tendo à luz dos direitos e legalidades trazidas pela instituição britânica, a abertura para a errância (Glissant, 2021), assim como a proposta de ginga de Rufino (2023), são capazes de colocar em pauta um discurso de poder eurocêntrico, que não verá *a priori* uma ação como a de Sartuzi como um meio de ampliar o discurso de diversidade no museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, nosso herói Robin Hood é considerado por muitos como um ladrão. Pelo menos no que tange aos furtados da monarquia à época. Para muitos, este é um herói, como todo e bom personagem que no fundo beneficia aos outros através de suas ações. Um ato até mesmo altruísta, se assim o compreendermos. Pois bem, esse

caso trazido do paulista no Museu Britânico pode ser assim encarado por quem o observa: como um ladrão ou um cidadão altruísta.

Dito isso, no que nos foi permitido provocar, coube um apanhado dos meios de reflexão tanto cânones como de filosofia popular, que neste caso se fez presente de forma interessante, uma vez que no que diz respeito ao Robin Hood, o popular é vital. Isso porque seus beneficiários são as pessoas, ou seja, o povo. O quesito às avessas fica por parte do jogo de certo ou errado em que nosso objeto de pesquisa se faz presente.

Deste modo, o que buscamos com essas provocações seria a reflexão acerca da atitude causada pelo artista brasileiro, que através de um ato que podemos dizer caracterizado por um movimento de ginga, expôs uma fraqueza de segurança do Museu Britânico, e ainda abriu um debate sobre as peças de guarda no museu, que podem ser consideradas pertencentes a outras nações.

O fato de o museu tomar frente na acusação sobre Ilê Sartuzi pode ser visto como no mínimo hipócrita, tendo em conta as diversas peças, documentos e obras que o museu detém consigo e não considera roubo. Em detrimento disso, essas peças até podem ser vistas, junto aos museus, como triunfos de um momento histórico controverso. Através desta proposta de trabalho, procuramos expor algumas ideias sobre o modo em que podemos analisar esse evento ocorrido há pouco, assim como buscar perceber o que as ações do artista brasileiro acarretaram dentro de uma perspectiva não europeia, na qual o colonizador não é o agente do discurso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N. B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, n. esp., 2023.

ARAÚJO, C. A. Á. O pensamento crítico na Arquivologia, Biblioteconomia e na Museologia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 27-46, 2014.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. *In: Os pensadores*. 5ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1991.

BAUDRILLARD, J. **O sistema de objetos**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

CAMARGO, A. M.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

CLARK, L. Bicho. **Portal Lygia Clark**. 2025. Disponível em: <https://portal.lygiacklark.org.br/acervo/61443/bicho>. Acesso em: 8 set. 2025.

CRIPPA, G. Os "lugares da memória": dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios. *In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (orgs.). Informação e Contemporaneidade: perspectivas*, Recife: NÉCTAR, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GLISSANT, É. São Paulo: Editora Bazar do Tempo, 2021.

GLISSANT, É.; OBRIST, H. U. **Conversas do arquipélago**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2023.

MAM RJ. Penetráveis, 1961-1980. **Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro**. 2025. Disponível em: <https://mam.rio/obras-de-arte/penetraveis-1961-1980/>. Acesso em: 8 set. 2025.

NORA, P. (org.). **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

RUFINO, L. O que pode Elegbara? Filosofias do corpo e sabedorias de fresta. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, Santa Maria, v. 10, p. 65-82, 2019.

RUFINO, L. **Ponta-cabeça: educação, jogo de corpo e outras mandingas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2023.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, 2009.

SWARD, B. Brazilian Conceptual Artist Steals Historic Coin From the British Museum. **Hyperallergic**, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://hyperallergic.com/933746/brazilian-conceptual-ile-sartuzi-artist-steals-historic-coin-from-the-british-museum/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

13

*Jefferson Higino da Silva
Luciane Paula Vital*

HISTÓRIA ORAL:

**UM ENCONTRO NOS ARQUIVOS
DE COMUNIDADES MARGINALIZADAS**

ORAL HISTORY:

**A MEETING IN THE ARCHIVES
OF MARGINALIZED COMMUNITIES**

RESUMO

A história oral, seja como técnica metodológica, seja como registros oriundos dessa técnica, aparece como protagonista no fortalecimento de arquivos de grupos marginalizados. Por meio de estudos sobre o tema, com discussão teórica e procedimentos técnicos bibliográficos, esta pesquisa debate a relação entre história oral e arquivologia nos arquivos de comunidades marginalizadas. Abre-se espaços, portanto, após a discussão, de que a história oral desafia concepções lineares da memória, transforma relatos pessoais em testemunhos coletivos e atua como instrumento de empoderamento e de autonomia.

Palavras-chave: arquivologia; história oral; arquivos comunitários.

ABSTRACT

Oral history, whether as a methodological technique or as records resulting from this practice, emerges as a central element in strengthening archives of marginalized groups. Through studies on the subject, including theoretical discussions and bibliographic technical procedures, this research examines the relationship between oral history and Archival Science within the archives of marginalized communities. As a result of this discussion, it becomes evident that oral history challenges linear conceptions of memory, transforms personal accounts into collective testimonies, and serves as a tool for empowerment and autonomy, enabling new forms of collaboration, testimony, and the construction of social memory.

Keywords: archival science; oral history; community archives.

INTRODUÇÃO

A arquivologia desenvolveu-se como disciplina em diálogo expressivo com a lógica das instituições e a centralidade do documento escrito. Essa trajetória espelha o constructo epistemológico do século XIX, quando o positivismo e empirismo definiram a noção de verdade científica e conferiram ao registro escrito o estatuto de prova objetiva. O campo, nesse marco, estruturou-se em torno de que a legitimidade documental depende da estabilidade da escrita, visão vinculada à burocracia estatal e orientada por princípios de ordem e de autenticidade.

A palavra escrita, produzida segundo normas do Estado e da burocracia, adquiriu primazia pelo conteúdo e pela forma. Regras de chancela, de protocolo e de carimbo reforçaram a ideia de que o documento escrito encerraria, em si, garantias de autenticidade. A diplomática, desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, forneceu instrumentos para a crítica textual e a verificação formal dos registros, tornando-se base metodológica da arquivologia.

Por não se enquadrar nos critérios de verificabilidade estabelecidos, a tradição da palavra falada passou a ser percebida como instável e efêmera, portanto, menos apta a constituir prova. Esse deslocamento produziu um efeito de exclusão ao privilegiar a escrita, desconsiderando outros modos de produção e de transmissão do testemunho.

O afastamento em relação à história oral reduziu a capacidade de apreender práticas sociais e culturais que também atestam fatos. Como nos fez refletir o malinês Tierno Bokar, “a escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si” (Hampâté Bá, 2010) A partir disso, podemos fazer um trocadilho: “o documento escrito é a fotografia dos fatos, das atividades e dos eventos — não são eles em si”. A história oral, assim, apresenta-se, como recurso apto a preencher

essas ausências ao incorporar vozes e experiências ausentes dos registros oficiais. Sua relevância se acentua, sobretudo, em arquivos de grupos minorizados, nos quais a escassez de registros escritos decorre de processos históricos de exclusão e de silenciamento.

É nesse ponto que a relação entre arquivologia e história oral adquire contornos mais acentuados. Com base em discussão teórica, esta pesquisa realiza uma breve discussão da interseção entre história oral e arquivologia, com foco nos arquivos comunitários.

A escolha do tema deriva da experiência no percurso de uma tese de doutorado, na qual se apresentou a importância da oralidade para a salvaguarda da memória quilombola. Essas comunidades são marcadas pela resistência, pela luta pelo território e pela transmissão intergeracional de saberes. Justifica-se, portanto, a proposta por seu potencial de somar-se aos debates brasileiros, ampliando a compreensão da relação entre história oral e arquivos.

HISTÓRIA ORAL E ARQUIVOLOGIA: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

A história oral constituiu-se como elemento estruturante na transmissão dos saberes humanos. Em períodos anteriores à invenção e difusão da escrita, a oralidade operava como veículo para a circulação de mitos, memórias e tradições, assegurando a continuidade cultural e social de distintos povos. Por meio dela, conhecimentos sobre território, espiritualidade, formas de organização social e práticas cotidianas foram preservados e reinterpretados ao longo das gerações.

Com a consolidação da escrita enquanto instrumento de registro e poder, a oralidade, entendida como prática social de

transmissão de saberes por meio da fala, passou a ser escanteada, principalmente nos contextos oficiais e institucionais. A história oral, como metodologia de pesquisa, parte da oralidade, mas a sistematiza por meio da gravação, transcrição e análise crítica de depoimentos, transformando relatos individuais e coletivos em fontes documentais relevantes para a compreensão histórica. Seu fortalecimento foi impulsionado por transformações sociais e tecnológicas que possibilitaram novas formas de registro e abriram espaço para a valorização de narrativas antes excluídas dos documentos tradicionais. Assim, a história oral afirma-se como ferramenta crítica diante das limitações das fontes convencionais nos estudos históricos (Ferreira, 2002).

Apropriada inicialmente por movimentos sociais, a história oral funcionou como denúncia, resistência e afirmação de identidades coletivas. Ao registrar as experiências de trabalhadores, militantes e grupos marginalizados, tornou-se recurso de visibilização de narrativas ausentes das fontes oficiais.

No meio acadêmico, consolidou-se a partir dos anos 1940 e 1950 nos Estados Unidos, com projetos pioneiros que articularam entrevistas e arquivos. Na década de 1960, expandiu-se para a Itália, incorporando novas abordagens críticas. Na América Latina, ganhou fôlego nos anos 1970, dialogando com os contextos de autoritarismo e repressão política. Já na década de 1980, tornou-se campo internacional consolidado, articulando universidades, associações e arquivos em diversos países (Santos; Silva, 2022).

No Brasil, a introdução da história oral ocorreu em 1973, com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), sob a liderança de Aspásia Camargo e Celina Vargas. O projeto buscava dinamizar os arquivos, ampliar o acesso e preencher lacunas documentais. O apoio da Fundação Ford foi determinante para sua expansão, viabilizando novas leituras da história política nacional e da atuação de múltiplos sujeitos históricos. Camargo (1999), em entrevista com Celina Vargas,

ressaltou que esse movimento ampliou os horizontes de pesquisa ao demonstrar que os arquivos poderiam incluir experiências, memórias e interpretações além da documentação tradicional.

Nesse mesmo horizonte crítico, Alessandro Portelli, em entrevista de 1997, enfatizou que a história oral não se limita à transcrição de depoimentos. Para ele, trata-se de uma prática fluida, subjetiva e dotada de significados, que desafia a concepção de documento como registro puramente factual. A credibilidade das fontes orais, segundo Portelli, é enriquecida pelo modo como os indivíduos atribuem sentido às suas experiências. Silêncios, contradições e desvios não configuram falhas, mas elementos reveladores do processo de construção e constante reinterpretação da memória.

A produção documental da história oral tem sido examinada por diferentes pesquisadores. Freund (2013) destacou que a metodologia gera registros como entrevistas, narrativas de vida, autorrelatos, biografias orais, memórias e registros audiovisuais, ressaltando a função dos arquivistas na preservação desses acervos e os desafios de acesso e manutenção no longo prazo. Já Joutard (1995), ao realizar balanço de 25 anos, assinalou o fortalecimento da institucionalização dos arquivos orais, a intensificação da colaboração entre pesquisadores e arquivistas e a ampliação de seus usos pedagógicos e sociais, sobretudo enquanto instrumentos de preservação da memória coletiva.

No campo arquivístico, a inserção da história oral confronta-se com a questão da autenticidade. Wallot e Fortier (1998) observaram que a resistência dos arquivistas a tais registros reflete dilemas semelhantes aos enfrentados com os documentos digitais. Enquanto registros escritos são concebidos como “provas” estáveis, o documento oral é percebido como “uma peça de testemunho — ou seja, uma opinião — cujo vínculo com os fatos parece muito menos certo” (Wallot; Fortier, 1998, p. 366, tradução nossa). Essa distinção impõe desafios teóricos e práticos à arquivologia.

Macdonald (1995) advertiu que a aplicação rígida de princípios arquivísticos aos registros orais reduz sua complexidade a meras fontes historiográficas, afastando-os do contexto social, cultural e político que lhes dá origem.

Nos Estados Unidos, a institucionalização da história oral nos arquivos ocorreu de forma gradual, iniciando-se em 1948 com a criação do *Oral History Research Office* da Universidade de Columbia. Expandiu-se para bibliotecas universitárias nas décadas de 1950 e 1960 e consolidou-se com as diretrizes da *Society of American Archivists* na década de 1970. Nos anos 1990, a digitalização introduziu novas possibilidades de preservação e acesso, como demonstram iniciativas como o *American Memory* e o *Project Jukebox*, que mostraram o potencial da tecnologia para ampliar o alcance dos arquivos orais (Swain, 2003).

A relevância da história oral é inegável. Enquanto recurso, permite suprir lacunas e enfrentar dilemas epistemológicos que os documentos escritos não conseguem resolver. No Brasil, ainda que inicialmente incorporada de modo complementar, tem potencial para assumir protagonismo e redefinir práticas arquivísticas, sobretudo no diálogo com comunidades e instituições de memória.

A HISTÓRIA ORAL NA CONSTRUÇÃO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

A história oral, enquanto expressão da experiência humana, configura-se como contraponto à rigidez dos registros documentais convencionais. Sua relevância reside na capacidade de questionar concepções lineares e estáticas do documento, como mostrado na seção anterior.

Ao ultrapassar a transcrição factual, a história oral propicia uma compreensão ampliada dos processos de rememoração, em que os arquivos passam a se afirmarem como espaços de diálogo. Assim, apresenta-se que o testemunho é construído dialeticamente, marcado por contradições, tensões e paradoxos derivados da articulação entre o individual e o coletivo.

Com grupos e arquivos comunitários, tais práticas adquirem centralidade, convertendo-se em pilares para o registro e a preservação de memórias silenciadas. Como observou Flinn (2007, p. 160, tradução nossa), os “arquivos comunitários, projetos de história local, história oral e registros audiovisuais dão voz àqueles que geralmente não são ouvidos, [...] lançam luz sobre a vida e as experiências em comunidades raramente mencionadas nos registros oficiais [...]”.

A afirmação do autor mostra a oralidade como recurso para registrar vivências, tradições e lutas ausentes dos documentos oficiais, na medida em que reflete uma realidade construída pela própria comunidade.

O autor continua afirmando que os arquivos comunitários surgem da iniciativa de grupos sociais que assumem a gestão de seus próprios registros, participando ativamente da construção, da organização e da difusão dos acervos. Tais arquivos abrangem materiais heterogêneos, como documentos escritos, fotografias, entrevistas e relatos orais. Em virtude da escassez de documentação escrita, a oralidade assume um espaço decisivo como mecanismo de inscrição das experiências, ao permitir que os grupos narrem suas histórias em seus próprios termos.

Os testemunhos individuais, quando reunidos e preservados, convertem-se em narrativas coletivas. Bastian (2003), ao examinar comunidades caribenhas desprovidas de registros coloniais formais, demonstrou como a tradição oral opera como um arquivo vivo na transmissão intergeracional de memórias e de saberes. Em outra

perspectiva, Cosson (2017), a partir do contexto britânico, analisa que entrevistas orais, autobiografias e reminiscências escritas compõem a memória coletiva, revelando dimensões do cotidiano, transformações sociais e sentidos compartilhados dificilmente apreendidos por registros oficiais.

Durante a pandemia de COVID-19, a história oral assumiu novos contornos, reafirmando sua atualidade. Nos Estados Unidos, moradores e estudantes do bairro do Queens, em Nova York, registraram vivências cotidianas marcadas por dor, desigualdade e resistência, incorporando-as em acervos digitais que documentam o período histórico sob a perspectiva de seus protagonistas (Mondésir; Tummino; Wong, 2021). Tais registros configuram-se como contraponto às narrativas hegemônicas e ampliam a compreensão dos impactos sociais da crise.

De forma análoga, na África do Sul, a história oral constitui fundamento dos chamados “arquivos contra-hegemônicos”. Para Bhebhe e Ngoepe (2022), esse caminho se impõe, em muitos casos, como único meio para que comunidades marginalizadas possam narrar e preservar suas histórias, instituindo acervos de resistências e experiências silenciadas.

No Brasil, a história oral tem sustentado práticas de arquivos comunitários vinculados a movimentos sociais, grupos étnicos e lutas políticas, culturais e territoriais. Filgueiras *et al.* (2023), ao tratar a história oral das comunidades quilombolas como patrimônio cultural imaterial, demonstram como acervos constituídos a partir de entrevistas fortalecem identidades, reafirmam práticas de resistência cultural e promovem o reconhecimento institucional dessas comunidades. Nesse caso, os registros atuam como ferramentas de luta política e afirmação de direitos, integrando-se às reivindicações sociais contemporâneas.

Cumprir observar que práticas de história oral também se integram a bibliotecas, museus e centros culturais, mesmo sem se

autodefinirem como arquivos comunitários. Esse fenômeno aponta para a fluidez das fronteiras institucionais. Gilliland e Flinn (2013, p. 13, tradução nossa) sublinham que “as distinções entre museus, bibliotecas e arquivos enraizadas na história e a elaboração de esferas profissionais de especialização dentro de grande parte do setor de patrimônio convencional fazem muito menos sentido em um contexto baseado na comunidade”. Essa constatação reforça que, na prática comunitária, prevalece menos a separação institucional e mais a capacidade de preservar, de articular e de atribuir sentido às memórias sociais.

Além do enfraquecimento das fronteiras institucionais, a incorporação da dimensão digital constitui um vetor estratégico para ampliar as possibilidades de atuação desses grupos, ao mesmo tempo em que aproxima tais práticas do campo arquivístico. Cook (2013) sustenta que a noção de “comunidade” na arquivologia ainda se encontra em processo de construção, mas já se delineia como uma categoria conceitual flexível e aberta a reconfigurações. Nesse quadro, a internet e os ambientes digitais operam como instâncias privilegiadas de democratização da memória, permitindo que indivíduos e coletividades assumam o papel de produtores e difusores de suas próprias narrativas. A memória coletiva, assim, desvincula-se da centralidade das instituições tradicionais e passa a circular de forma descentralizada, em múltiplos suportes e plataformas, evidenciando novas formas de registro, preservação e partilha.

As ferramentas digitais, ao diversificarem os meios de registro e circulação, ampliam significativamente a visibilidade e a participação social. Plataformas como redes sociais, *blogs*, *websites*, canais no YouTube e *podcasts* configuram-se como novos espaços documentais, nos quais os registros orais alcançam maior alcance, legitimidade e permanência. Por sua natureza interativa e acessível, esses meios favorecem a reinterpretação contínua das narrativas, permitindo que sejam constantemente revisitadas, atualizadas e ressignificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida mostra, brevemente, que a história oral, ao articular-se com a arquivologia, amplia o escopo da compreensão sobre a constituição dos arquivos em comunidades marginalizadas. A história oral revela-se como recurso epistemológico capaz de confrontar concepções tradicionais da memória e de instaurar novas formas de legitimação documental. Os depoimentos individuais, quando sistematizados, transformam-se em testemunhos coletivos que, à maneira de arquivos vivos, preservam, transmitem e atualizam experiências sociais e culturais excluídas dos registros oficiais.

Os exemplos apontados, tanto em contextos internacionais quanto no Brasil, demonstram que os arquivos comunitários sustentados pela história oral se configuram como espaços de resistência e de afirmação identitária, nos quais a memória se converte em instrumento político. O diálogo com autores como Flinn (2007), Bastian (2003), Cosson (2017) e Filgueiras *et al.* (2023) confirma que a oralidade complementa a ausência de documentos escritos e redefine os modos de produção, de gestão e de difusão dos acervos, deslocando o eixo da centralidade institucional para a autonomia comunitária.

Ademais, a incorporação da dimensão digital potencializa esse movimento, ao descentralizar a circulação da memória e ampliar as possibilidades de participação. Como observa Cook (2013), a noção de comunidade no campo arquivístico permanece em construção, mas já aponta para uma estrutura flexível e aberta a reconfigurações. Nesse horizonte, redes sociais, plataformas digitais e espaços virtuais não apenas ampliam o alcance dos registros orais, mas favorecem sua constante reinterpretação e ressignificação.

Neste ensaio, buscou-se problematizar essas questões, a fim de estimular prospecções que permitam enxergar outras camadas e espaços produtores de documentos; documentos que se formam

de maneira independente dos modelos tradicionais e institucionais, superando divisões rígidas entre campos do saber. É um processo de aprendizagem que parte mais das experiências das comunidades em direção à ciência, e não o contrário.

REFERÊNCIAS

HAMPÂTÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **Metodologia e pré-história da África**. 2ª Ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. (História geral da África, 1). p. 167-212.

BASTIAN, J. A. **Owning Memory**: How a Caribbean Community Lost Its Archives and Found Its History. Contributions in Librarianship and Information Science. Westport: Libraries Unlimited, 2003.

BHEBHE, S.; NGOPE, M. Political and socio-economic dynamics on the access to oral sources at national archives in Zimbabwe and South Africa. **Collections: A Journal for Museum and Archives Professionals**, v. 18, n. 2, p. 176-201, 2022.

CAMARGO, A. Como a história oral chegou ao Brasil. [Entrevista concedida a] Maria Celina D'Araujo. **História Oral**, São Paulo, v. 2, p. 167-179, 1999.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, Dordrecht, v. 13, p. 95-120, 2013.

COSSON, F. The small politics of everyday life: local history society archives and the production of public histories. **Archives and Records**, v. 38, n. 1, p. 45-60, 2017.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FILGUEIRAS, F. W. S.; QUEIROZ, P. R. C.; ALEXANDRE, J. F.; MOTA, D. Memória e história oral quilombola: reconhecendo o patrimônio cultural imaterial. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023.

FLINN, A. Community histories, community archives: Some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FREUND, A. História oral como processo gerador de dados. **Tempos Históricos**, v. 17, n. 2, p. 28-62, 2013.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community Archives: what are we really talking about? **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/___data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

JOUTARD, P. História oral: Balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACDONALD, W. **Archival theory and oral history documents**. Dissertação (Mestrado em Estudos Arquivísticos) – University of British Columbia, Vancouver, 1995.

SANTOS, A. S.; SILVA, D. R. História oral e história de vida: aspectos conceituais e históricos. *In*: FINELLI, L. A. C.; SOARES, W. D. (orgs.). **Revisão Bibliográfica: O Uso da Metodologia para a Produção de Textos – Volume 2**. Editora Científica Digital. Guarujá, 2022.

SWAIN, E. Oral history in the archives: Its documentary role in the twenty-first century. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 139-158, 2003.

TUMMINO, A. E.; WONG, J.; MONDÉSIR, O. Uplifting diverse and marginalized voices through community archives and public programming. **Urban Library Journal**, v. 27, n. 2, 2021.

WALLOT, J. P.; FORTIER, N. Archival science and oral sources. *In*: PERKS, R.; THOMSON, A. (orgs.). **The oral history reader**. London; New York: Routledge, 1998.

14

*Adriane Gomes Rodrigues Batata
Juliana Cunha Oliveira
Juliane de Jesus Evangelista da Silva
Vitória Bispo Carvalho*

A EXPERIÊNCIA GLAM DO MUSEU DA CAPITANIA DE ILHÉUS:

**DIFUSÃO DE ACERVO E REPATRIAÇÃO
DA HISTÓRIA DO TERRITÓRIO**

THE GLAM EXPERIENCE OF MUSEU DA CAPITANIA DE ILHÉUS:

**DISSEMINATING THE COLLECTION AND
RECLAIMING THE TERRITORY'S HISTORY**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o potencial das plataformas Wikimedia para a democratização do acesso à documentação da história da cidade de Ilhéus, Bahia, a partir da experiência da iniciativa GLAM do Museu da Capitania de Ilhéus, com foco na repatriação virtual de documentação sobre a capitania resguardada, fisicamente, em Portugal.

Palavras-chave: democratização de acervo; cibermemória; memória coletiva; Capitania de Ilhéus.

ABSTRACT

This article aims to analyze the potential of Wikimedia platforms in democratizing access to documentation on the history of the Capitania de Ilhéus, Bahia, based on the experience of the GLAM initiative at the Museu da Capitania de Ilhéus, with a focus on the virtual repatriation of documentation about the capitana, physically preserved in Portugal.

Keywords: *democratization of collection; cybermemory; collective memory; Capitania de Ilhéus.*

INTRODUÇÃO

As instituições culturais, como museus, arquivos e bibliotecas, são lugares de memória que formam e reproduzem a memória coletiva de determinados povos e grupos. Enquanto a memória histórica se fundamenta em argumentações lógicas que ratificam narrativas lineares e centralizadoras sobre a humanidade, a memória coletiva se refere a um processo constante de reconstituição e ressignificação de um passado que não é registrado continuamente, mas atualizado e configurado pela memória social, que por sua vez define o que será lembrado e o que será esquecido (Halbwachs, 1990).

Por isso, ao longo da história, a memória coletiva sempre esteve ligada à vida social e no cerne da luta das forças sociais pelo poder (Le Goff, 2003). Para Le Goff, a memória coletiva é um instrumento de poder, por isso:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2003, p. 422).

Nesse contexto, a coleção de um museu constitui um ato de resistência ao esquecimento, fortalecendo a memória individual e construindo a memória coletiva. O museu, dentre outros *medium*,

trabalha a memória social, busca armazená-la, quantificá-la, preservar atualizando e contextualizando os fatos, atitudes e valores humanos. É na preservação do que foi, do que é e daquilo que está sendo construído que o museu vem se consolidando com mais solidez na sociedade (Oliveira, 2021, p. 159).

Além disso, o acervo de um museu tem uma função que ultrapassa o limite do resguardo e tange a um compromisso público,

pois possibilita diferentes leituras e perspectivas de determinada realidade. Este escopo pode ser ampliado com o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) associadas à internet, a partir do século XXI, e possibilitou às instituições culturais difundir digitalmente seus acervos, transformando sua relação com seu público (Braga, 2017).

Dentre as diferentes possibilidades de penetração no ambiente virtual, destacam-se aquelas desenvolvidas através de plataformas digitais, como os projetos Wikimedia, que se fundamentam na promoção do conhecimento livre e no uso de licença livre. A Wikipédia, que é o projeto Wikimedia mais conhecido e mais acessado no mundo¹, é uma importante vitrine para os acervos que ali estão hospedados através de parcerias GLAM-Wiki.

No caso brasileiro, onde o apagamento histórico é lugar de disputa narrativa ainda hoje, instituições como o Museu da Capitania de Ilhéus (MCI), localizado no município de Ilhéus, BA, tem assumido um compromisso no combate ao esquecimento da história da cidade através da facilitação de acesso a documentos a partir de uma parceria GLAM com a Wikimedia Brasil² e de ações educativas, com o objetivo de ampliar a difusão de seus acervos no ambiente digital e promover a democratização do conhecimento.

Este artigo tem como objetivo analisar o potencial das plataformas Wikimedia para a democratização do acesso à documentação histórica da cidade de Ilhéus, BA, a partir da experiência do GLAM do MCI. São considerados como objetivos específicos:

- Elencar os acervos do município que guardam documentação histórica e seu grau de facilidade de acesso;

1 Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/top-websites/>. Acesso em 5 set. 2025.

2 A organização é afiliada da Fundação Wikimedia e busca promover o conhecimento livre no território brasileiro. Disponível em: <https://wmnobrasil.org/sobre/>. Acesso em 5 set. 2025.

- Identificar número de acessos ao acervo do museu antes (presencial) e depois (*online*) de seu carregamento nas plataformas Wikimedia;
- Verificar o impacto das oficinas de educação sobre o uso dos acervos *on-line* em sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

A possibilidade de ampliar o acesso e, conseqüentemente, a diversidade de leituras e análises de um mesmo acervo foi potencializada, no início do século XXI, com o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) associadas à internet (Castells, 1999). Durante esse período, também emergem as discussões de Pierre Lévy sobre o ciberespaço e a cibercultura³. O autor já destacava que:

A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século (Lévy, 1999, p. 95).

Essa hipótese se concretizou, e o ciberespaço tem possibilitado amplificar a diversidade cultural e democratizar o conhecimento, atraindo a atenção de instituições culturais por todo o mundo.

Cada vez mais apropriados desta realidade, instituições culturais por todo o Brasil⁴ têm repensado questões de acesso e difusão

3 Ciberespaço definido como “o espaço da comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, p. 92).

4 Lista das 67 instituições culturais parceiras da Wikimedia Brasil que difundem seus acervos através das plataformas Wikimedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Projetos_em_portugu%C3%AAs. Acesso em: 5 set. 2025.

de seus acervos, bem como da construção e/ou fortalecimento de meios para promoção de uma educação museal,

[...] que propõe um modelo de museu argumentativo aberto à reflexão sobre a narrativa e que possibilita deslocamentos em nossa forma de pensar e agir. Essa concepção é chamada de “museu fórum”, em que questões socialmente vivas emergem das narrativas propostas com as coleções das instituições (Braga, 2017, p. 63).

Um dos potenciais caminhos encontrados pelas instituições culturais para promover uma transformação na relação que possuem com o público, está na contínua ampliação da presença que esses museus e seus acervos possuem no ambiente digital. Nesses espaços virtuais, a conservação do patrimônio cultural se alia à promoção de “diálogos, confrontos, deslocamentos e afirmações identitárias” (Braga, 2017, p. 66), pois passa a lidar com uma visita expandida, para além das limitações geográficas ou mesmo de um interesse prévio do visitante por um conteúdo. O conteúdo está no mundo. Tal transformação permite não só aos pesquisadores, mas aos cidadãos comuns, terem a facilidade de acessar dados constitutivos de uma memória comum “num caminho que evidencia a interação entre a tecnologia e o contexto social” (Oliveira, 2021, p. 170).

A presença dessas instituições no ecossistema digital promove a construção daquilo que Oliveira (2021) chama de cibermemória.

A cibermemória – aqui compreendida como todo o contexto histórico-social (individual ou coletivo) armazenado e divulgado em cibermuseus, museus digitais, podcasts, redes sociais, portais, sites e blogs, redes televisivas digitais, no ciberespaço, e que pode estar também domesticamente em Hds, CDs, Apps iOS ou Android, redes sociais e pendrives, pronta para ser compartilhada (...) tem um papel determinante na preservação e na difusão de acontecimentos e testemunhos. Mais precisamente no processo de preservação, armazenamento e atualização, com o objetivo de divulgar

os próprios fatos e objetos testemunhais, acumulando, processando e compartilhando um interminável banco de dados (Oliveira, 2021, p. 164).

Em 2016, o Relatório *Europeana as online cultural information services* já destacava 20 serviços de acervos em rede que difundiam algum tipo de conteúdo cultural, são eles: Europeana, Archives Portal Europe - APE, ARTStore, British Library, Digital Public Library of America - DPLA, DigitalNZ, Google, Google Art's & Culture, Hathi Trust, Internet Archive, JStore, The European Library - TEL, Trove, Wikipédia, Wikimedia Commons, World Digital Library, Smithsonian, Rijksmuseum, EUScreen e Galica. Dentre os quais apenas a Europeana, Wikipédia, Wikimedia Commons, Internet Archive e o Trove forneciam o conteúdo colaborativo (imagens ou textos). A Wikipédia e o Wikimedia Commons se destacavam ainda por apresentar maior popularidade *on-line* (Navarrete, 2016).

A Wikipédia está entre os 10 sites mais acessados no mundo⁵, constituindo-se como um espaço de visibilidade para os acervos que ali estão hospedados através de parcerias GLAM-Wiki.

As iniciativas GLAM (acrônimo em inglês para galerias, bibliotecas, arquivos e museus) são parcerias firmadas com instituições culturais para compartilhamento de acervo dentro do ecossistema Wikimedia. Estas iniciativas fazem parte de um movimento global, do qual participam, entre outros, a *Library of Congress*, a *British Library*, a *Biblioteca Nacional de Portugal*, os *Archives Nationales du Québec* e o *Fallstudie Bundesarchiv*. Em território brasileiro são mais de 60 parcerias, incluindo o Museu do Ipiranga, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Instituto Nacional da Mata Atlântica e o Arquivo Nacional. As mídias sob a guarda do Arquivo Nacional disponibilizadas no contexto da iniciativa GLAM-Wiki, por exemplo, alcançam em média 10 milhões de acessos mensais (Figura 1).

5

Ranking dos Sites Principais em agosto de 2025. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/top-websites/>. Acesso em: 5 set. 2025.

Figura 1 – Dashboard do acervo do Arquivo Nacional nas plataformas Wikimedia



Fonte: GLAM Wiki Dashboard (2025).

O acesso virtual aos acervos permite ainda que atividades educacionais sejam desenvolvidas tanto pela equipe da instituição quanto por outros atores, como ocorreu com o acervo do Museu Paulista. Ao firmar a parceria do projeto GLAM do Museu Paulista com o Grupo de Usuários Wiki Movimento Brasil, atual Wikimedia Brasil, além de difundir seu acervo através do ecossistema Wikimedia, a instituição se beneficiou de tecnologias desenvolvidas no contexto do GLAM-Wiki que serviram de recurso para o desenvolvimento de programas educacionais na Wikipédia durante os anos de 2017 e 2018. Nesse contexto, foram realizadas duas atividades na Faculdade Cásper Líbero e uma no Centro Universitário Belas Artes, ambas em São Paulo, envolvendo 380 estudantes, que resultaram na criação de 130 artigos relacionados ao acervo do museu na Wikipédia e aprimoramento de 1.42, além da produção do wikilivro *As marcas nas fotografias* de Werner Haberkorn (Peschanski, 2021).

No escopo dessa parceria, foi desenvolvido o primeiro livro semântico dos projetos Wikimedia, *As fotografias de Guilherme*

*Gaensly no acervo do Museu Paulista*⁶, e seis aplicativos de curadoria de metadados: *Wiki Museu do Ipiranga: Quantos tem?*⁷, *Wiki Museu do Ipiranga: Com que roupa eu vou?*⁸, *Wiki Museu do Ipiranga: Qual a marca?*⁹, *Wiki Museu do Ipiranga: Para que serve?*¹⁰, *Wiki Museu do Ipiranga: Qual o ornamento?*¹¹ e *Wiki Museu do Ipiranga: O que há no brasão?*¹² (WIKIPÉDIA: GLAM/Museu Paulista/Novidades, 2020) que permitem que o usuário interaja com o acervo.

Também os pequenos museus, como o MCI, têm se beneficiado da parceria GLAM Wiki firmada com a Wikimedia Brasil, através do armazenamento e difusão de seus acervos no ambiente digital. Localizado no município de Ilhéus, BA, o MCI tem assumido um compromisso no combate ao esquecimento da história da cidade através da facilitação de acesso a documentos em ambiente virtual e de ações educativas, promovendo a democratização do conhecimento proporcionado pelo ambiente museológico e que, historicamente, está vinculado às altas camadas da sociedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da necessidade de investigar diferentes aspectos associados ao potencial dos projetos Wikimedia para a democratização

- 6 *As fotografias de Guilherme Gaensly no acervo do Museu Paulista*. Disponível em: https://pt.wikibooks.org/wiki/pt:As_fotografias_de_Guilherme_Gaensly_no_acervo_do_Museu_Paulista. Acesso em: 5 ago. 2025.
- 7 *Wiki MI: Quantos tem?* Disponível em: <https://wikiquantos.toolforge.org>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- 8 *Wiki MI: Com que roupa eu vou?* Disponível em: <https://wikiroupas.toolforge.org>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- 9 *Wiki MI: Qual a marca?* Disponível em: <https://wikimarcas.toolforge.org>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- 10 *Wiki MI: Para que serve?* Disponível em: <https://wikiusos.toolforge.org>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- 11 *Wiki Museu do Ipiranga: Qual o ornamento?* Disponível em: <https://wikimotivos.toolforge.org>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- 12 *Wiki MI: O que há no brasão?* Disponível em: <https://wikibrasoes.toolforge.org>. Acesso em: 5 ago. 2025.

do acesso à documentação histórica em Ilhéus, BA, foi adotada a metodologia de estudo de caso. Este método permite investigar um fenômeno social a partir da análise de um contexto específico.

Este estudo de caso está estruturado em três etapas: Inicialmente, realizou-se o levantamento e revisão bibliográfica sobre a temática, conforme abordado nos itens anteriores. Em um segundo momento, foram elencadas instituições locais que possuíam documentos sobre a história do município de Ilhéus, BA, dentre as quais se destaca o MCI, que tem desenvolvido um trabalho de democratização do acesso a este tipo de documentação. Por fim, analisou-se o processo de inserção do acervo do museu em plataformas virtuais, sua utilização em ações educativas e o impacto desta iniciativa através de dados obtidos na ferramenta Outreach Dashboards¹³ das plataformas Wikimedia e consulta ao público da instituição.

ESTUDO DE CASO: O GLAM DO MUSEU DA CAPITANIA DE ILHÉUS

Ilhéus, antiga sede da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, possui uma rica trajetória, mas enfrenta desafios significativos no acesso à sua documentação histórica. Entre as instituições que guardam registros sobre a memória local, destaca-se o Arquivo Público de Ilhéus, que reúne documentos diversos, como jornais e registros da prefeitura. No entanto, a precariedade na organização e a falta de condições adequadas de consulta dificultam o acesso. Embora seja possível solicitar documentos, é necessário que o pesquisador saiba

13

O Outreach Dashboard é uma ferramenta online utilizada para administrar e monitorar projetos e iniciativas da comunidade Wikimedia. Dashboard MCI. Disponível em: <https://glamwikidashboard.wmcloud.org/MdCdl>. Acesso em: 5 set. 2025.

exatamente o que procura e aguarde a verificação da equipe sobre a viabilidade da consulta.

O Memorial Misael Tavares abriga o acervo pessoal de Misael Tavares, que retrata aspectos da cidade na primeira metade do século XX. Já a Cúria – Diocese de Ilhéus guarda registros valiosos, como batismos de filhos de escravizados nascidos livres, mas o acesso a esses documentos é restrito e depende de solicitação formal e aprovação dos representantes da instituição.

O Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC), localizado na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), é um dos acervos mais relevantes, contendo documentos, jornais, fotografias e produção acadêmica, mas tende a ser mais acessado por pesquisadores e estudantes familiarizados com o acervo.

Embora não seja um espaço dedicado à pesquisa, a Procuradoria Geral do Município de Ilhéus (PROGER) é um dos poucos locais onde ainda é possível consultar fisicamente os Diários Oficiais de Ilhéus – que, em formato digital, só estão disponíveis a partir de 2006 no site da prefeitura.

Cabe destacar que grande parte da documentação sobre a documentação da Capitania de Ilhéus encontra-se disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). No entanto foi observado que, ao contrário de outras capitanias hereditárias que possuem um fundo arquivístico próprio, os documentos da Capitania de Ilhéus estão dispersos entre o Arquivo Histórico Ultramarino, o Registro Geral das Mercês, o Armário Jesuítico e o Cartório dos Jesuítas. Nos dois primeiros, os documentos estão identificados apenas por números e pela localização geral “Bahia”, com a designação de “não tratados arquivisticamente”, ou seja, sem descrição detalhada, dificultando a consulta. Já no Armário Jesuítico, no Cartório dos Jesuítas e no ANTT, os documentos possuem descrições mais completas, indicando número de páginas, nomes citados e outros

dados relevantes. Esses documentos podem ser pesquisados pelo site do ANTT, coordenado pela Diretoria Geral de Livros Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), organismo português que desde 2012 integra a política nacional de arquivos, bibliotecas públicas e livros.

Diante desse cenário, que evidencia as dificuldades no acesso a documentos históricos e a necessidade de maior organização e divulgação desses acervos para garantir a democratização da memória local, a equipe do MCI iniciou uma série de ações, no ano de 2021, para uma ampliação do acesso à documentação referente à história da cidade.

O MCI é uma instituição criada pelo Centro de Estudo e Pesquisa Olivença Ilhéus (CEPOI), uma organização não governamental dedicada à pesquisa, preservação e divulgação da memória local, sendo mantido por essa ONG e contando com uma parceria técnica com a Prefeitura Municipal de Ilhéus. O museu tem como missão conservar e comunicar um acervo que testemunha a história da Capitania de Ilhéus em seus aspectos econômicos, políticos e culturais. Além de realizar a salvaguarda de objetos, o MCI desenvolve ações educativas e museológicas que promovem o acesso ao patrimônio.

O MUSEU DA CAPITANIA DE ILHÉUS NAS PLATAFORMAS WIKIMEDIA

Nos últimos anos, a atuação do MCI tem sido ampliada por meio do uso das plataformas Wikimedia, permitindo a digitalização e difusão de documentos históricos e tornando o acervo acessível a um público global, fortalecendo o conhecimento sobre a história de Ilhéus, que se aproxima de seus 500 anos.

A parceria do MCI com a Wikimedia Brasil¹⁴ começou em 2021, no contexto do Wiki Loves Bahia¹⁵. Uma das ações realizadas no contexto da iniciativa foi o Projeto Museu Portátil – Edição de Bolso¹⁶, que promoveu a formação gratuita para fotografia e digitalização de acervos. A atividade resultou no registro e publicação das coleções numismática, objetos do cotidiano, representação da escravidão e arte sacra do museu nas plataformas Wikimedia Commons¹⁷, Wikidata¹⁸ e Wikipédia, sendo carregados aproximadamente 170 imagens de 60 objetos do acervo.

Dando continuidade às ações de difusão da coleção, o MCI teve, em 2022, um projeto contemplado no Wiki Apoia, programa de microfinanciamento da Wikimedia Brasil (WMB), para dar continuidade ao trabalho de digitalização e carregamento de peças do acervo nas plataformas Wikimedia. Durante esta atividade, foram carregadas mais 114 imagens de 33 peças do acervo.¹⁹

O museu seguiu com carregamento de acervo na plataforma em 2023, com o projeto de repatriação virtual da documentação em domínio público sobre a capitania presente no ANTT, em Portugal,

14 GLAM/Museu da Capitania de Ilhéus. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_da_Capitania_de_Ilh%C3%A9us. Acesso em: 12 mar. 2025.

15 Wiki Loves Bahia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Wiki_Loves_Bahia. Acesso em 12 mar. 2025.

16 Manual prático para a digitalização de acervos para difusão digital. Goethe-Institut, Instituto Moreira Salles e Wikimedia Brasil. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6a/Museu_Portatil_Edi%C3%A7%C3%A3o_de_Bolso_Manual_2022.pdf. Acesso em 12 mar. 2025.

17 Wikimedia Commons é um projeto multilinguístico mantido pela Fundação Wikimedia com o objetivo de ser um repositório central de imagens e outros tipos de multimídia livre, para serem utilizados por todos os projetos irmãos.

18 O Wikidata é um projeto da Fundação Wikimedia que visa fornecer uma base de dados editada colaborativamente para oferecer suporte para projetos tais como a Wikipédia.

19 Disponível em: https://br.wikimedia.org/wiki/Microfinanciamentos/Propostas/Projeto_digitaliza%C3%A7%C3%A3o_do_acervo_Museu_da_Capitania_de_Ilh%C3%A9us:_segunda_etapa:_Acervo_de_m%C3%A9dio_e_grande_porte/Relat%C3%B3rio. Acesso em: 5 set. 2025.

uma vez que a instituição detém a posse dos documentos referentes às antigas colônias portuguesas. A pesquisa surgiu da necessidade do MCI de reorganizar a narrativa histórica da Capitania de Ilhéus de forma cronológica e mais precisa. Embora parte do acervo já tivesse respaldo em publicações de pesquisadores locais, ainda havia muitas lacunas, comprometendo a narrativa da exposição permanente do museu, que busca contar a história da Capitania.

Acessar os documentos originais, ainda não disponíveis *on-line* e dispersos em diversos fundos arquivísticos do ANTT, demandava tempo e recursos financeiros significativos. Em uma primeira visita de um membro da equipe de museologia ao arquivo, foi constatada a fragmentação dos documentos sobre a Capitania de Ilhéus e, surpreendentemente, obteve autorização para fotografar os documentos – um procedimento incomum, já que o site do arquivo previa cobrança por cópias digitais. Essa iniciativa permitiu avançar na pesquisa, preenchendo lacunas e enriquecendo a narrativa museológica com fontes primárias até então pouco exploradas.

As visitas ao ANTT ocorreram entre junho de 2022 e junho de 2023 e foram precedidas pela busca de documentos utilizando as palavras-chave “Ilhéus” e “Capitania de Ilhéus” na ferramenta de pesquisa simples disponível no site do ANTT. Para isso, foi necessário criar um login, que poderia ser institucional ou individual.

Na primeira busca, foram encontrados 74 documentos, dos quais 44 já estão digitalizados e disponíveis *on-line*. Os 30 documentos restantes estão disponíveis apenas para consulta presencial, seja do original ou do microfilme. Para a consulta, é necessário fazer um pedido com antecedência, agendando dia e hora, ou solicitá-lo na visita, respeitando o horário limite da instituição.

Os instrumentos que permitem o acesso à documentação são variados, incluindo:

- Seis volumes impressos do Guia de Fundos e Coleções da Torre do Tombo;
- Guia de Fundos Fotográficos (abrangendo a documentação fotográfica do Centro Português de Fotografia e do antigo Arquivo Fotográfico de Lisboa);
- Guia Sumário dos Fundos e Coleções (disponível para download, embora pontualmente desatualizado).

DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS

Os documentos em domínio público sobre a Capitania de Ilhéus que estão sob a guarda do ANTT tiveram suas cópias digitais compartilhadas na categoria do MCI no Wikimedia Commons, sendo creditada a sua instituição de origem. O objetivo da iniciativa foi facilitar o acesso a este acervo por pesquisadores ilheenses, de outras regiões do Brasil e do mundo, de maneira mais rápida e direta. Esses documentos estão disponibilizados junto com o acervo do MCI na plataforma. Isso faz com que o museu, através da pesquisa e do acervo, se torne uma referência em contar a história da Capitania de Ilhéus.

Para possibilitar o carregamento desses documentos nas plataformas Wikimedia, contamos com uma parceria feita com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), que disponibilizou duas estagiárias do curso de Informática Integrado. O primeiro carregamento de parte desses documentos foi feito em maio de 2023, e a segunda parte do carregamento foi realizada em fevereiro de 2024.

O acervo digital do MCI, até o mês de agosto de 2025, soma 3.406 arquivos disponibilizados na categoria da parceria GLAM no

Wikimedia Commons²⁰. Estes documentos têm sido a base de atividades educativas realizadas pela instituição desde 2024.

Uma das oficinas realizadas foi a “Ferramentas Online de Pesquisa em Arquivos”²¹, que teve como objetivo apresentar aos participantes ferramentas digitais de pesquisa, com foco nas páginas do ANTT, em Portugal, e na página do MCI na plataforma Wikimedia Commons. Durante a oficina, foram abordadas técnicas e recursos para facilitar o acesso a documentos históricos e informações relevantes para pesquisas acadêmicas e culturais. A oficina também destacou a importância da digitalização e disponibilização de acervos para pesquisa, reforçando o papel do museu como um facilitador do acesso ao conhecimento.

Outra oficina realizada foi a “Que Letra é Essa?”, que teve como objetivo apresentar aos alunos documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII que contam a história da Capitania de Ilhéus. A atividade começou com uma breve explicação sobre a pesquisa documental realizada pelo museu no ANTT. Em seguida, os alunos receberam réplicas de documentos históricos e foram desafiados a identificar letras e palavras, considerando as dificuldades de compreensão do português arcaico, incluindo a caligrafia e as expressões utilizadas na época. A oficina foi encerrada com cada participante apresentando as letras ou palavras que conseguiu identificar. A atividade foi bem recebida pelos alunos, que se mostraram engajados e curiosos em decifrar os documentos, proporcionando uma experiência prática de contato com a história local.

20 Fotografias no Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Wiki_Brasil_GLAM_initiative_with_Museu_da_Capitania. Acesso em: 5 set. 2025.

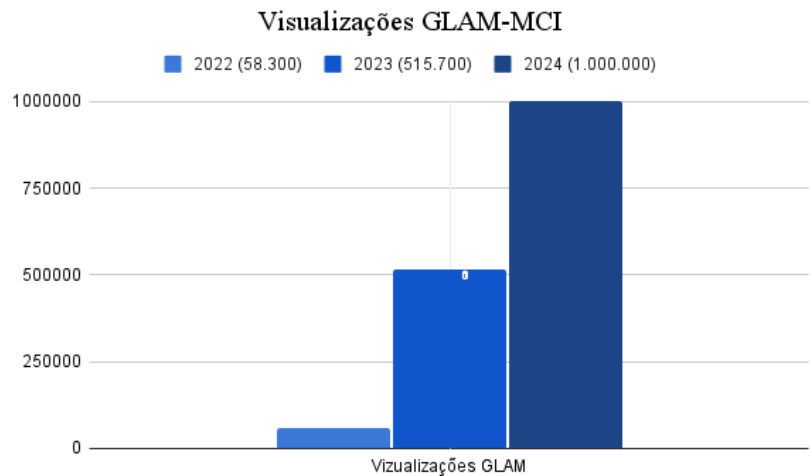
21 Oficina realizada dentro do curso de formação em educação patrimonial “Patrimônio Cultural no Contexto da Territorialidade”, desenvolvida pelas secretarias de Cultura e Educação do município de Ilhéus, no ano de 2024, voltado para profissionais de educação do município.

RESULTADOS

O MCI foi inaugurado no mês de dezembro de 2019, quando recebeu 296 visitantes. Em 2020, mesmo impactado pela pandemia, o número subiu para 2.011, com a operação limitada aos três primeiros meses do ano, durante a alta estação.

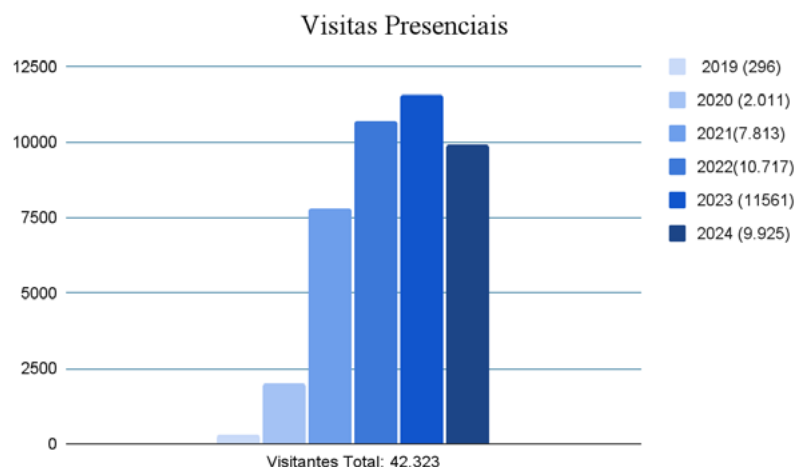
A partir de novembro de 2021, com o início da parceria GLAM-Wiki, surgiram os primeiros registros de acessos digitais (881 visitas), enquanto a visitação física durante o ano alcançou 7.813 pessoas. Com a ampliação do acervo digital em 2022, subsidiado pelo programa Wiki Apoia, as visualizações do projeto saltaram para 58.276, enquanto o museu recebeu 10.717 visitantes presenciais (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Visualizações do acervo do MCI nas plataformas Wikimedia



Fonte: GLAM Wiki Dashboard (2025).

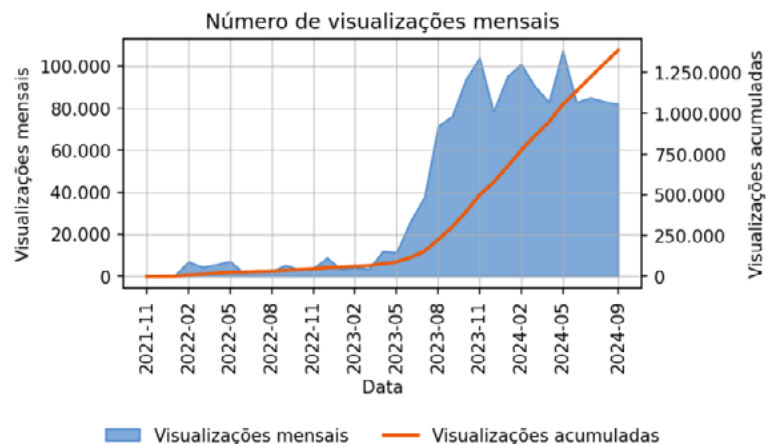
Gráfico 2 – Número de visitantes presenciais no MCI com base na assinatura do livro de visitas



Fonte: GLAM Wiki Dashboard (2025).

O impacto da digitalização se tornou ainda mais evidente em 2023 com o início do carregamento dos documentos do ANTT nas plataformas Wikimedia, impulsionando os acessos para 515.705 visualizações, enquanto a visita física foi de 11.561 pessoas. Em 2024, mesmo com uma leve queda na visitação presencial (9.925 visitantes), os acessos ao acervo digital mais que dobraram, atingindo 1.033.999 visualizações (Gráficos 3), impulsionados por uma nova fase de carregamento de documentos²² e de ações educativas, tais como: “Ferramentas Online de Pesquisa em Arquivos” e “Que Letra é Essa?”.

Gráfico 3 – Métricas de acesso ao acervo do MCI no Wikimedia Commons do início da parceria, em 2021, até setembro de 2024, revelando o impacto das atividades²³



Fonte: GLAM Wiki Dashboard (2025).

As oficinas educativas realizadas em parceria com a Secretaria de Educação do município, no período de agosto a novembro de 2024, atingiram aproximadamente 20 professores do ensino fundamental I e II e 80 alunos da rede pública e privada de ensino da cidade de Ilhéus. Essas atividades foram desenvolvidas como parte do programa educativo do museu, que tem como objetivo a democratização do acesso e a difusão do acervo.

Em 2025 foi realizada uma pesquisa com 30 professores da rede municipal de ensino que concluíram o curso de educação patrimonial em 2024, obtendo 15 respostas (50% de adesão). A análise revelou que 80% dos respondentes participaram da oficina sobre ferramentas digitais e 66,7% acessaram posteriormente o acervo *on-line* do museu, demonstrando adesão ao uso da plataforma. Mais da metade (53,3%) já utilizou o material em sala de

23

Relatório GLAM do Museu da Capitania de Ilhéus até setembro de 2024. Disponível em: <https://glamwikibrasil.toolforge.org/glams/Q109640100/report/2024090100>. Acesso em: 5 set. 2025.

aula, especialmente em disciplinas como História e Geografia, com 100% de intenção de continuar utilizando. A relevância do acervo foi destacada com nota média de 9,6/10, e 66,7% compartilharam o conteúdo com colegas, ampliando seu alcance. Esses resultados evidenciam o sucesso da estratégia de digitalização e formação, que vem transformando o acesso à história de Ilhéus mesmo diante das limitações físicas da instituição.

Atualmente, o MCI está fechado para visita física devido a problemas estruturais no prédio onde está sediado, o que tem impactado seu funcionamento. Diante desse cenário, a instituição tem buscado alternativas para continuar suas atividades, como a realização de uma exposição itinerante que levará parte do acervo às escolas juntamente com ações de ativação do acervo digitalizado, garantindo que a história da Capitania de Ilhéus permaneça acessível ao público²⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das plataformas Wikimedia para a democratização do acesso à documentação histórica do município têm contribuído especialmente neste momento em que o museu se encontra fechado para reforma e sem previsão de reabertura. O crescimento da visita virtual demonstra a relevância da parceira do GLAM-Wiki que permite ampliar o alcance do museu mesmo diante das restrições físicas. Tal realidade pode ser verificada através dos dados de visita presencial comparados aos de visualização nas plataformas virtuais.

24

Projeto "Rota Cultural da Capitania: Conectando Saberes e Histórias", contemplada no edital PNAB-Bahia. Disponível em: https://www.bahiapnab.com.br/upload/edital_documento/21/edital-21-documento-712.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

Outro ponto a ser ressaltado é o demonstrativo de interesse no uso deste acervo em sala de aula, observado através de pesquisa com professores. A análise das respostas mostra que boa parte usa o acervo, ou tem interesse em usá-lo, em sala de aula. Deste modo, esta documentação histórica passa a fazer parte do cotidiano dos moradores de Ilhéus e torna-se mais acessível para ser discutida pela sociedade.

A digitalização do acervo e a incorporação virtual de documentos que estavam em domínio público e sob guarda de instituições arquivísticas de Portugal foi uma estratégia essencial para manter a difusão do patrimônio histórico sobre a Capitania de Ilhéus.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. M. Educação museal. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 22, n. 131, p. 62-67, 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GLAM Wiki Dashboard. Arquivo Nacional — GLAM Wiki Dashboard. Disponível em: <https://glamwikidashboard.wmcloud.org/AQN>. Acesso em: 5 set. 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

NAVARRETE, T. **Europeana as online cultural information service**: study report. [S. l.]: Europeana, 2016. Disponível em: https://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/europeana-benchmark-report-sep-2016.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

OLIVEIRA, J. C. A. Ciberhistória, cibermemória: a hiperconexão do século XXI. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). **Museus, acervos e ambiente digital**. Rio de Janeiro: MAST, 2021.

PESCHANSKI, J. A. Variedades de processos de difusão digital colaborativa: descrição e análise de iniciativas GLAM-Wiki no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 29, p. 1-28, 2021.

WIKIPÉDIA: GLAM/Museu Paulista. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. [S. l.], 27 fev. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista. Acesso em: 5 ago. 2025.

15

*Andresa Paula Leal Antonio
Cintia da Silva Ribeiro
José Antonio da Silva
Lúcia Maria Velloso de Oliveira*

RACISMO RELIGIOSO NO BRASIL:

REFLEXÕES SOBRE DESINFORMAÇÃO E
PRESERVAÇÃO DA CULTURA AFRODESCENDENTE

RELIGIOUS RACISM IN BRAZIL:

REFLECTIONS ON MISINFORMATION AND
PRESERVATION OF AFRO-DESCENDANT CULTURE

RESUMO

A pesquisa pressupõe que a persistência do racismo religioso no Brasil está atrelada ao processo de disseminação de desinformação, ferramenta historicamente utilizada para a perpetuação do racismo e deslegitimação de culturas marginalizadas. Objetiva-se, assim, discutir a relação entre a desinformação e o racismo religioso, bem como o papel das políticas públicas no combate ao racismo, notadamente as ações com vistas à preservação da memória e da cultura do povo de terreiro. Adotando-se uma revisão bibliográfica combinada com uma pesquisa documental, conclui-se que ações coordenadas de antidesinformação, intensa fiscalização e a promoção de "lôcus de memória" (arquivos, bibliotecas e museus), que valorizem a cultura afro, se demonstram como respostas ao combate ao racismo religioso no Brasil.

Palavras-chave: racismo religioso; desinformação; políticas públicas; preservação; memória.

ABSTRACT

The research assumes that the persistence of religious racism in Brazil is linked to the process of disseminating misinformation, a tool historically used to perpetuate racism and delegitimize marginalized cultures. The aim is to discuss the relationship between misinformation and religious racism, as well as the role of public policies in combating racism, notably actions aimed at preserving the memory and culture of the people of terreiro. Adopting a bibliographic review combined with documentary research, it is concluded that coordinated anti-misinformation actions, intense monitoring and the promotion of “loci of memory” (archives, libraries and museums) that value Afro culture are demonstrated as responses to combat religious racism in Brazil.

Keywords: religious racism; disinformation; public policies; preservation; memory.

INTRODUÇÃO

A desinformação¹ é uma ferramenta historicamente utilizada para perpetuar o racismo religioso² enfrentado pelas religiões de matriz africana. Estas religiões preservam histórias e tradições ancestrais em um contexto de opressão, atuando como uma forma de resistência cultural e sobrevivência identitária, e têm sido alvo crescente de discriminação e exclusão, fortalecidas pela desinformação, reforçada pela manipulação de algoritmos e pela globalização da internet, distorcendo fatos e manipulando percepções. Antonio e Silva (2024) afirmam que “[...] a desinformação se associa à promoção da intolerância religiosa em função do contexto de proliferação no terreno digital [...] bem como por afirmações categóricas que vinculam as religiões a práticas “do mal”.

O cenário exige uma resposta coletiva – com especial atenção pelo Estado e pela sociedade civil –, a partir de ações efetivas que podem ter amparo na formulação de políticas públicas. Em síntese, política pública é o caminho que colabora para mudar uma situação, ou o *status quo*, visando resolver um problema público. Consideramos racismo – religioso e de outras naturezas – um problema público grave.

Nesse sentido, considerado o recorte desta investigação, questiona-se: quais ações podem contribuir para mitigar o racismo religioso diante da ascensão da desinformação e do processo histórico de periferização colonial imposto às religiões de matriz africana?

1 Desinformação – Para o presente estudo a desinformação é compreendida como uma informação enganosa que tem a intenção de enganar e possui três características: a desinformação é informação, a desinformação é enganosa e a desinformação é uma informação enganosa não acidental (Fallis, 2015).

2 Racismo Religioso – É um conjunto de ideias e práticas violentas que expressão a discriminação e o ódio por determinadas religiões e seus adeptos, assim como por territórios sagrados, tradições e culturas (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2022).

Tem-se, assim, como objetivo geral analisar como a desinformação contribui para a perpetuação do racismo religioso no Brasil, compreendendo o papel das políticas públicas na preservação da memória e da cultura dos povos de terreiro e no combate ao racismo religioso. Propõe, dessa forma, reflexões sobre a necessidade de ações concretas que valorizem a diversidade cultural e promovam uma sociedade mais informada. A metodologia da pesquisa envolve o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental.

REFERENCIAL TEÓRICO

Buscando analisar os temas centrais do presente trabalho, inicialmente quanto ao racismo religioso, objetivou-se compreendê-lo através do processo de colonização e da dominação hegemônica. Para isso, destacamos a obra de Cantuária (2020) que evidencia a imposição do modelo religioso ocidental na nossa sociedade e Kilomba (2019) que, além de abordar a definição de racismo, faz isso relacionando-o com a hierarquia estabelecida entre os povos. Abdias Nascimento é outro autor que se destaca na pesquisa diante do destaque que apresenta quanto à manipulação informacional no período colonial (subseção 2.1).

Quanto à desinformação, destacam-se os autores Bezerra (2024), Fallis (2015) e Demo (2000), que fazem uma percepção crítica desse fenômeno, conseguindo defini-lo e possibilitando a relação com outros fenômenos e espaços da nossa sociedade atual (subseção 2.2). Em relação às políticas públicas, destacam-se Caldas (2008) e Abreu (2015) em que, da obra do primeiro, adota-se o conceito de políticas públicas relacionando-as com os elementos apresentados pelo segundo quando se trata de patrimonialização (subseção 2.3).

Além das obras basilares que foram apresentadas, outros autores como González de Gómez (2022), Bauman e May (2010)

e Santos (2007) foram fundamentais para o desenvolvimento do presente estudo.

Por fim, vale destacar que a pesquisa se utiliza do ordenamento jurídico para melhor elucidação dos direitos e deveres em relação ao tema “liberdades religiosas”, além de relatórios que podem apresentar, através de dados, a realidade do Brasil quando a temática é o racismo religioso com o amplificador que é a desinformação.

A INFLUÊNCIA DA DESINFORMAÇÃO NA PERPETUAÇÃO DO RACISMO RELIGIOSO

O racismo é uma prática intrínseca na sociedade atual e a sua construção foi uma estratégia para justificar a escravização e a colonização. Para Kilomba (2019), o racismo por séculos tem sido essencial para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de colonização e escravização. Segundo Cantuária (2020), a colonização do continente americano foi justificada na concepção da inferioridade natural de um determinado povo sobre o outro, a partir da ideia de raça.

Cantuária (2020) afirma ainda que, a fim de exercer uma dominação política e social, o eurocentrismo utilizou estratégias como a repressão de crenças, da relação com o sobrenatural, rituais, símbolos e manifestações culturais. Logo, a imposição religiosa a partir de um modelo de fé foi um instrumento de manutenção de domínio. O eurocentrismo atinge as religiões de matriz africana por meio da demonização de seus cultos e atividades, vistos como algo maléfico, e seus adeptos, por sua vez, são vistos como ignorantes que exercem uma forma de espiritualidade primitiva (Cantuária, 2020).

Para Kilomba (2019) o racismo possui três características: (1) a construção da diferença, na qual a pessoa é vista como diferente por sua origem racial ou pertença religiosa; (2) essas diferenças

estão ligadas a valores hierárquicos; (3) o racismo é formado pela combinação do preconceito e poder, ou seja, o racismo é a supremacia branca (Kilomba, 2019).

Quanto à desinformação nesse cenário, Nascimento (2016) identifica o emprego da mentira e da dissimulação como estratégias utilizadas para convencer outras nações da suposta benevolência da escravização dos povos africanos. Entre as táticas adotadas pelos portugueses, destacaram-se a criação das “Províncias de Ultramar”, que incorporaram territórios africanos às colônias portuguesas. Essa medida visava conferir uma aparência de “legalidade e benevolência” à ocupação portuguesa, embasando a narrativa de uma missão civilizadora. Contudo, tais artifícios retóricos não conseguiram mascarar a realidade das práticas coloniais, pois eram baseadas na expropriação violenta de terras e na repressão cultural e religiosa dos povos africanos (Nascimento, 2016).

Portanto, neste contexto, observamos que a informação manipulada e por vezes oficial, hoje denominada desinformação, foi uma ferramenta utilizada para a construção do racismo a partir da concepção de inferioridade, estabelecendo assim as dinâmicas da relação de poder dos europeus com os não europeus. Apesar do termo “desinformação” não ser utilizado na época, a circulação de informações enganosas de maneira intencional já acontecia para justificar os processos supremacistas brancos.

Atualmente, a (des)informação ainda é um instrumento utilizado para reproduzir e reforçar a dinâmica de dominação e poder, oriunda da estratégia de colonização eurocêntrica. Nessa relação de dominação, tudo aquilo que pertence aos povos dominados também ganha lugar de inferioridade e até mesmo de invisibilidade.

Santos (2007) preceitua a questão do invisível e para o autor não haveria nem o que se questionar quanto ao verdadeiro ou falso dos povos dominados, isto é, como se eles nem existissem.

Para o autor, os povos dominados estão “do outro lado da linha”, não havendo conhecimento algum sobre eles. Desta maneira, a cultura negra é considerada inexistente ou desconsiderável.

É sob este contexto que se prolifera a desinformação acerca da cultura afro-brasileira. Tudo o que se encontra do “outro lado da linha” (Santos, 2007, p. 72-73) e, por algum motivo, torna-se visto, é necessário que seja identificado rapidamente como falso a fim de que, novamente, retorne ao seu lugar de invisibilidade. Nesse sentido, é um desafio aos pesquisadores descortinar qualquer entendimento mais assertivo sobre a religião de matriz africana, especialmente pelo grau de preconceito enraizado na discussão.

O processo de transmissão da desinformação sobre a população negra se perpetua e foi intensificado com o advento da internet e das redes sociais, especialmente após a pandemia. González de Gómez (2022) analisa os processos de desinformação e crise de autoridade científica no contexto da pandemia, e afirma que as redes digitais permitem que mensagens de ódio e descrédito se multipliquem objetivando atingir eleitores, consumidores, lideranças políticas, instituições e visões de mundo consideradas inimigas, a fim de obter vantagens de ordem econômica e política, ou para promover o “cancelamento” dos que são considerados inimigos por pensarem diferente, em vista de fundamentalismos e preconceitos.

Historicamente reprimidas e “demonizadas”, as religiões de matriz africana foram afetadas por este processo de desinformação e propagação do racismo na internet. Isto pode ser observado pelo aumento do número de casos de racismo religioso no País.

O Disque 100 – espaço disponibilizado para denunciar violações dos direitos humanos –, no período de 2022 a 2023, identificou um aumento de 80% nas denúncias relacionadas à intolerância religiosa, sendo os adeptos às religiões afro-brasileiras os que mais foram atacados (Brasil, 2024). A situação permanece se agravando

ao apresentarem que nos primeiros seis meses de 2024, 1,2 mil ataques foram registrados contra as Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) (Brasil, 2024a).

Cabe destacar que o relatório “Violações contra os povos de terreiro e suas formas de luta” realizado pelo grupo de pesquisa “Ginga”, da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresenta um levantamento de publicações digitais para mapeamento de casos de intolerância e racismo religioso. Entre 1996 e 2023, em um universo de 1.200 publicações digitais (em sites, jornais, portais, revistas, blogs e rádios *online*), observou-se que:

505 eventos contra religiosos, terreiros e monumentos ou locais com referência às religiões de matriz africana e quanto a religiões de matriz africana de forma generalizada, como discursos de ódio e ofensas [...]. Dentre as violações contra os povos de terreiro e território dos terreiros, as invasões e depredações de locais sagrados (24,8%) e as ofensas e agressões verbais (14,9%) ocupam destaque nos fatos divulgados. Em seguida se tem situações de impedimento ao culto, com 8,9%. E vale destacar o percentual das mortes violentas de religiosos e religiosas de matriz africana, com 7,9% [...]. Das 40 mortes violentas divulgadas nas publicações, 30 (75,0%) foram de lideranças religiosas (Miranda; Muniz; Pinto, 2025).

Os dados sinalizam que a proliferação da desinformação pode ser a responsável pelo avanço da discriminação, sendo a internet um dos instrumentos utilizados para o planejamento, construção e execução de ataques à adeptos de religiões de matriz africana e à grupos religiosos. Ainda que se trate de ataques discursivos, eles podem levar à prática da violência em si, pois defendemos que o digital pode ser perpetuado na ação física³. Desta forma, a internet torna-se um lugar livre e propício para a propagação de desinformação, perpetuando as estruturas racistas da sociedade.

Considerando a legislação brasileira vigente e os direitos constitucionais e garantias previstos na Constituição de 1988 – que preza pela proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico –, o combate à desinformação e ao racismo religioso pode ser realizado por meio de ações estatais, como a implementação de políticas públicas, para a preservação, valorização e acesso à memória e à cultura dos povos de terreiro.

A INTERSEÇÃO ENTRE DESINFORMAÇÃO E A SOCIEDADE

No âmbito da Ciência da Informação (CI), a informação pode ser interpretada sob várias perspectivas, dependendo da maneira como é observada e relacionada aos demais elementos com os quais interage. Sob uma perspectiva social, constata-se que a informação é construída e modelada com base no contexto em que está inserida (Capurro; Hjørland, 2007). Nesse sentido, compreende-se que a informação não é neutra ou imparcial, ela é determinada por seu contexto e condições e tem uma intenção no momento em que é construída, de modo que caberá aos sujeitos envolvidos no processo informacional a análise se aquele conteúdo tem o objetivo de informar ou desinformar (Demo, 2000).

Pedro Demo (2000, p. 39) destaca ainda que “desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos” e interpretar os sinais é papel dos sujeitos envolvidos na relação informacional. Assim como Demo, Fallis (2015) evidencia que a desinformação é uma informação enganosa.

Em síntese, ao considerar a desinformação como uma face da informação, seu problema maior concentra-se nas consequências que pode gerar. A desinformação utiliza a informação de maneira inversa ao seu propósito, distorcendo fatos e manipulando percepções, o que causa efeitos adversos significativos na

sociedade, fortalecendo problemas que a população já enfrenta (Demo, 2000; Bezerra, 2024).

Bezerra (2024) apresenta três formas de denominar o que se identifica genericamente como desinformação, utilizando os termos em inglês: *misinformation* – referindo-se à informação incorreta ou enganosa compartilhada sem a intenção de causar dano, como quando alguém repassa uma notícia falsa acreditando ser verdadeira; *malinformation* – que é a informação baseada na realidade, usada de forma maliciosa para causar dano a uma pessoa, organização ou país, isso pode incluir a divulgação de informações verdadeiras fora de contexto ou com intenção prejudicial; e *disinformation* que consiste na disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas com o objetivo de enganar ou manipular o público. Enfatiza-se que *disinformation* (Bezerra, 2024) é a classificação que se destaca para o presente estudo, pois é a intencionalidade que está presente nos discursos desinformativos que visam atacar as religiões afro-brasileiras.

Para Fallis (2015), a desinformação está mais prevalente nos últimos anos, pois as novas tecnologias facilitam as formas como as pessoas criam e disseminam informações enganosas e imprecisas.

Conforme preceitua Bezerra (2024), no ambiente virtual essa prática tornou-se mais visível, pois une sujeitos com discursos de ódio semelhantes que visam atacar determinados grupos. Nesse cenário, a desinformação ganha espaço e é ampliada pela lógica do ambiente virtual, de modo que as emoções são evidenciadas em vez do agir racional, determinando o que o autor classifica como “atrofia da razão” (Bezerra, 2024, p. 74).

Nessa estrutura, “pensar sociologicamente” (Bauman; May, 2010, p. 13) é uma via para melhor compreensão do todo. O termo relaciona-se com a ideia de que cabe a nós sermos “mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade”, permanecendo vigilantes e atentos ao que ocorre ao nosso redor e não somente ao agora, a fim de reconhecer que a estrutura que se tem hoje, que por diversas

vezes consideramos como naturalmente construída, na verdade são criações humanas intencionais e que podem estar relacionadas com a manutenção de hierarquias e poder (Bauman; May, 2010).

Por essa perspectiva é que, mesmo encarando a desinformação como uma das faces da informação, torna-se fundamental analisar os malefícios que esse fenômeno pode causar para determinados grupos, destacando nessa análise seu papel para reforçar o racismo. Nesse sentido, poderíamos discutir diferentes formas de combater esses malefícios, contudo, como recorte, discutiremos o “poder da preservação” como uma medida de enfrentamento.

A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DA MEMÓRIA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA LUTA CONTRA A DESINFORMAÇÃO SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

As políticas públicas são determinantes na preservação da memória e da cultura, pois, conforme aponta Caldas (2008), elas são um conjunto de ações concretas e decisões do governo para a solução de problemas sociais. Isto é, políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais e municipais traçam para o bem-estar social e interesse público. Neste contexto, os processos de patrimonialização tornaram-se objetos de políticas públicas, pois conforme Abreu, “os bens patrimonializados são considerados sagrados para uma cultura ou um grupo social organizado” (Abreu, 2015, p. 68).

Como parte do reconhecimento da importância da religiosidade negra, a umbanda, o candomblé e o Ifá se tornaram patrimônio cultural imaterial da cidade do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 7162 de 01 de dezembro de 2021. Além disso, em 2024, foi instituída a Política Nacional para os Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana (Brasil, 2024b). Tais iniciativas têm como objetivo principal a superação do racismo, bem como a promoção de

medidas voltadas ao reconhecimento, respeito, valorização e preservação da cultura e da memória dos afrodescendentes.

Passo além de reconhecer como patrimônio imaterial, faz-se necessária a promoção de “lócus de memória”: espaços que garantam a guarda e o acesso documental (arquivos), bibliográfico (bibliotecas) e de objetos (museus) que promovam a cultura negra. O contexto presente sinaliza algumas ações, como a recentemente empreendida pela Fundação Casa de Rui Barbosa, quando a instituição recebeu o primeiro acervo de uma escritora negra: Conceição Evaristo⁴.

Se por um lado, a iniciativa é muito louvável, por outro, o lapso temporal até que um escritor/a negra passasse a compor um acervo merece um olhar atento, exigindo assim iniciativas similares que garantam mais espaços para a promoção da memória individual e coletiva em temas afro, dentre eles aqueles de natureza religiosa. Assim, ao criarmos mais espaços, tem-se maior institucionalidade – o que pode ocorrer no campo público e privado – da cultura negra, garantindo acesso, difusão, pesquisa e conhecimento necessário para o combate à desinformação.

Além disso, a proteção e a liberdade das práticas religiosas estão dispostas nas normativas como: o Código Penal, que protege a diversidade e penaliza condutas intolerantes quanto às práticas religiosas⁵; artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assegura as liberdades de expressão e de culto; a Carta Maior brasileira, com influência da declaração supracitada, garante a proteção aos cultos e crenças; e o 11º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), como parte da agenda de 2030, que prevê metas associadas ao patrimônio natural e cultural do mundo.

4 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2024-11/conceicao-evaristo-e-primeira-negra-doar-obra-casa-de-rui-barbosa>.

5 Art.140, §3º; art.149, §2; art.208 e; art.359-P.

Apesar dos dispositivos legais e iniciativas públicas já existentes, as práticas discriminatórias no Brasil ainda são crescentes. Sabemos que apenas patrimonializar ou dar o caráter legal não é o suficiente, sendo necessário memorar o patrimônio e mantê-lo ativo na memória das pessoas. Para isto, é necessário o desenvolvimento de ações concretas em nível nacional, que se materializem através das políticas públicas. Tal reconhecimento facilita a implementação de transformações progressistas destinadas a amparar grupos frequentemente alvos de racismo religioso. Incentiva-se, portanto, que a sociedade não apenas valorize e proteja essas tradições, mas também as compreenda sob uma nova ótica. Isso promove a tolerância e o respeito recíproco entre diversas comunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, visando que não “haja linhas” entre culturas e sim diversidade e pluralidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a presente pesquisa exploratória adotou-se a abordagem quali-quantitativa. Foram utilizadas duas estratégias metodológicas para a construção do referencial teórico: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Tais estratégias permitiram atender ao objetivo geral do estudo, por meio da identificação e seleção de fontes relevantes presentes na literatura nacional e internacional sobre o tema em questão. A análise de conteúdo (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014) foi utilizada para interpretar as informações coletadas.

A pesquisa bibliográfica envolveu buscas em livros, bases de dados⁶, anais de eventos, teses e dissertações, periódicos não

6

A pesquisa foi realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), repositórios acadêmicos e bases correlatas. Buscou-se por textos que refletissem as palavras-chave do presente estudo.

indexados em bases de dados e sites institucionais. Para a pesquisa documental foram consultadas fontes diversas, como jornais, revistas, relatórios e documentos oficiais. As palavras-chave utilizadas em ambas as pesquisas foram: desinformação, racismo e racismo religioso.

Adota-se para a presente pesquisa a perspectiva teórica decolonial que busca compreender de forma crítica a relação entre os fenômenos trabalhados, destacando o racismo como ferramenta de permanência da dominação ocidental e reconhecendo formas de preservação da cultura afro-brasileira através de políticas públicas.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para a compreensão e relação entre os fenômenos da desinformação e do racismo religioso. Ao analisar essa relação sob a ótica da ciência da informação, observa-se que a informação não será imparcial e sua utilização pode ocorrer como mecanismo de emancipação ou de opressão.

Quanto a resultados práticos, acredita-se que as políticas públicas podem atuar como promotoras de memória e resistência das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) e a ampliação de espaços como arquivos, bibliotecas e museus é estratégia para esse fortalecimento.

Acredita-se ainda que ações em conjunto precisam ser adotadas como o combate em conjunto ao racismo e à desinformação, fiscalização pelos órgãos estatais e valorização da cultura afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por séculos reprimidas e demonizadas, as religiões de matriz africana e os seus adeptos enfrentam discriminações e ameaças em um contexto cuja ferramenta é a disseminação de desinformação. A desinformação sustenta e amplifica o racismo religioso, enquanto as práticas de preservação e valorização cultural oferecem uma resposta resiliente e afirmativa.

Desta forma, à luz das discussões promovidas nesta pesquisa, refletimos que, para o combate ao racismo religioso, os seguintes caminhos devem ser observados: 1) Não há combate ao racismo sem o combate à desinformação. A disseminação de informações enganosas sempre foi uma estratégia utilizada para a manutenção das estruturas racistas na sociedade. O fortalecimento de campanhas públicas de conscientização voltadas ao combate à desinformação e à promoção do respeito às práticas religiosas afrodescendentes é fundamental; 2) O poder público deve fiscalizar. O fortalecimento da proteção das práticas religiosas de matriz africana, sejam elas os cultos, ritualísticas, os terreiros e monumentos, por meio de ações como a fiscalização rigorosa de crimes de racismo religioso; e 3) O patrimônio cultural, imaterial e material é nuclear. A valorização da cultura e da memória da população negra por meio da implementação de outras práticas como a promoção de educação antirracista nas mídias digitais, criação de espaços inter-religiosos para diálogo e troca de experiências, o incentivo à produção cultural e artística que retrate positivamente as religiões de matriz africana, a oferta de formação continuada para professores sobre diversidade cultural e religiosa; e a promoção de “lócus de memória” (arquivos, bibliotecas e museus) com acervos que traduzam a identidade negra.

Diante disso, e retornando ao problema de pesquisa, defendemos que as ações acima, que não se esgotam nelas por si só, contribuem para mitigar o racismo religioso diante do atual cenário

de desinformação sistematizada e da periferização colonial imposta ao povo negro e à sua cultura. Por conseguinte, ao estabelecer medidas que valorizam, protegem e promovem a cultura e a memória afrodescendente, o Estado não apenas reforça a legitimidade dessas tradições, mas também combate a invisibilização e o preconceito que historicamente as cercam.

Além disso, políticas públicas contribuem para a desconstrução de estigmas e a redução da desinformação sobre as religiões de matriz africana, oferecendo à sociedade informações corretas e promovendo o respeito à diversidade religiosa, especialmente quando estas são valorizadas em espaços de promoção cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- ANTONIO, A. P. L.; SILVA, J. A. Desinformação e intolerância religiosa: ódio em post da cantora Anitta. XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Vitória, 2024. **Anais [...]**. Disponível em: <https://conferencias.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2306/1900>. Acesso em: 10 set. 2025.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BEZERRA, A. C. **Miséria da informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 dez. 2024.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. No Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, MDHC reforça canal de denúncias e compromisso com promoção da liberdade religiosa. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. 21 jan. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/no-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa-mdhc-reforca-canal-de-denuncias-e-compromisso-com-promocao-da-liberdade-religiosa>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Política garantirá direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. 3 dez. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/politica-garantira-direitos-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-terreiro-e-de-matriz-africana>. Acesso em: 4 dez. 2024.

CALDAS, R. W. (coord.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CANTUÁRIA, P. C. **A religiosidade negra em uma sociedade estruturalmente racista: a liberdade de fé dos povos tradicionais de terreiro**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 22, p. 179-198, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LISBOA, Vinícius. **Conceição Evaristo é a 1ª autora negra no acervo da Casa de Rui Barbosa**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2024-11/conceicao-evaristo-e-primeira-negra-donar-obra-casa-de-rui-barbosa>. Acesso em: 24 set. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **O que é racismo religioso?** 2022. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/F6/C6/AB/BF/3027B8100ACB4BA8760849A8/Sobre_Tons_pilula_6.pdf. Acesso em: 09 dez.2024.

MIRANDA, A. P. M.; MUNIZ, J. O.; PINTO, A. S. (orgs.). **Violações contra os povos de terreiro e suas formas de luta**: relatório final. Versão jan. 2025. Disponível em: <https://gingauff.com.br/banco-de-dados/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 2 dez. 2024.

PODER360. **Terreiro de umbanda é depredado e queimado no Rio**. 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/terreiro-de-umbanda-e-depredado-e-queimado-no-rio>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal. **Novos estudos CEBRAP**, v, 79, p. 71-94, 2007.

16

*Gabriela Garcia Londres
Eliete Correia dos Santos*

RESGATE DA MEMÓRIA ELEITORAL:

O PROJETO ORIGENS E A PRESERVAÇÃO
DO ACERVO DO TRE-PB (1932-1937)

ELECTORAL MEMORY RESCUE:

*THE ORIGINS PROJECT AND THE PRESERVATION
OF THE TRE-PB ARCHIVE (1932-1937)*

RESUMO

O Projeto Origens do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba visa recuperar, preservar e difundir o Fundo Arquivístico Histórico (1932–1937), referente ao período inicial da Justiça Eleitoral no Brasil. A dissolução temporária da instituição pelo Estado Novo, em 1937, durante o regime de Getúlio Vargas, provocou a dispersão e a perda de documentos, impondo lacunas que exigiram metodologia qualitativa e interdisciplinar, com uso de fontes secundárias (como jornais) para reconstrução das Atas de Sessão de Julgamento. O projeto publica a Coleção dos Livros de Actas (1932–1935 já lançados e 1936–1937 em andamento), com transcrição e contextualização dos registros como fontes primárias, disponibilizadas em acesso aberto sob licença Creative Commons. A iniciativa segue o Plano Geral de Classificação de Documentos do TRE-PB (2021), reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça no Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário, evidenciando o protagonismo institucional na governança arquivística. Com referencial decolonial, o projeto democratiza os arquivos ao problematizar narrativas hegemônicas e dar visibilidade a grupos historicamente silenciados, como mulheres, trabalhadores rurais e povos indígenas. Entre os resultados, destacam-se o Acordo de Cooperação Técnica (2025) com a Universidade Estadual da Paraíba, ações de educação patrimonial e a conquista do I Prêmio Inovação Eleitoral (2024), consolidando o reconhecimento nacional da iniciativa. A comprovação documental de que um casarão histórico sediou o TRE-PB em 1932 fundamentou sua cessão de uso, em 2025, para abrigar o Museu Eleitoral e Memorial da Democracia, com investimento de R\$ 3 milhões destinados à restauração e requalificação do espaço. Apesar da fragmentação das fontes remanescentes, o projeto ressignifica a memória institucional ao articular pesquisa histórica, tecnologias digitais (inclusive inteligência artificial aplicada à análise documental) e ações educativas multiplataforma, ampliando o acesso público e fortalecendo a formação de uma cidadania crítica e participativa.

Palavras-chave: Projeto Origens do TRE-PB; arquivos eleitorais; memória institucional; governança arquivística; decolonialidade.

ABSTRACT

The Origins Project of the Regional Electoral Court of Paraíba (TRE-PB) aims to recover, preserve, and disseminate the Historical Archival Fonds (1932–1937), corresponding to the initial period of Electoral Justice in Brazil. The dissolution of the institution under the Estado Novo in 1937, during the regime of Getúlio Vargas, led to the dispersal and loss of original records, creating documentary gaps that required a qualitative and interdisciplinary methodology, including the use of secondary sources (such as newspapers) to reconstruct the Minutes of Trial Sessions. The project publishes the Collection of the Books of Minutes (1932–1935 already released and 1936–1937 in progress), providing transcription and contextualization of the records as primary sources, made available in open access under a Creative Commons license. The initiative follows the General Document Classification Plan of TRE-PB (2021), recognized by the National Council of Justice on the Judiciary Best Practices Portal, highlighting the institution's leadership in archival governance. Adopting a decolonial framework, the project democratizes archival access by challenging hegemonic narratives and giving visibility to historically silenced groups, such as women, rural workers, and Indigenous peoples. Its outcomes include a Technical Cooperation Agreement (2025) with the State University of Paraíba, heritage education initiatives, and the achievement of first place in the Electoral Innovation Award in 2024, consolidating national recognition of the initiative. Documentary evidence confirming that a historic mansion housed TRE-PB in 1932 supported its concession of use in 2025 to establish the Electoral Museum and Memorial of Democracy, with an investment of R\$ 3 million allocated for restoration and adaptive reuse. Despite the fragmentation of surviving records, the project re-signifies institutional memory by integrating historical research, digital technologies (including artificial intelligence applied to documentary analysis), and multiplatform educational initiatives, expanding public access and strengthening the development of critical and participatory citizenship.

Keywords: *Origins Project of TRE-PB; electoral archives; institutional memory; archival governance; decoloniality.*

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, rupturas institucionais e crises políticas produziram descontinuidades administrativas que impactaram diretamente a preservação documental e a formação da história brasileira. A dissolução da Justiça Eleitoral pelo Estado Novo, em 1937, não representou apenas a suspensão de um órgão recém-consolidado, mas implicou a dispersão de fundos arquivísticos essenciais à compreensão da formação democrática no país (Carneiro, 2012; Albuquerque, 2014; Londres & Santos, 2025a, 2025b). A perda desses registros documentais gerou lacunas que ultrapassam o plano administrativo, atingindo o direito à Memória Institucional e à História.

Nesse contexto, coloca-se o seguinte problema: de que maneira a recomposição de um acervo disperso pode contribuir para a reconstrução de narrativas plurais sobre a experiência eleitoral brasileira? Sob uma perspectiva decolonial, a questão adquire maior densidade, ao reconhecer que os arquivos não são neutros, mas espaços de poder onde determinadas vozes são preservadas enquanto outras são silenciadas. Assim, recuperar e difundir esses documentos significa também disputar sentidos históricos, ampliar a visibilidade de sujeitos marginalizados e reposicionar os arquivos como instrumentos de cidadania, justiça epistêmica e inclusão social.

Diante da dispersão documental causada pela extinção da Justiça Eleitoral em 1937 e pela fragmentação dos fundos, o Projeto Origens do TRE-PB, iniciado em 2012, foi concebido para recompor o fundo arquivístico histórico da fase inaugural da Justiça Eleitoral paraibana. A pesquisa utilizou principalmente jornais periódicos acessados em arquivos públicos e privados e também em arquivo digital do centenário jornal (A União, s/d; Londres, 2022a).

Em 2022, o projeto avançou com a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) do TRE-PB, integrado pelo

Archivematica (preservação digital de longo prazo) e pelo AtoM (descrição multinível e acesso aberto em atom.tre-pb.jus.br). Assim, o RDC-Arq deverá integrar documentos digitalizados e em meio digital, com vistas a proteger contra perdas futuras (Londres, 2022b).

A iniciativa do Projeto Origens do TRE-PB também resultou na publicação da Coleção dos Livros de Actas (1932-1935), disponível em formato digital no Portal do TRE-PB e no repositório AtoM, sob licença Creative Commons, encontrando-se em fase de preparação os volumes relativos a 1936 e 1937. O projeto obteve reconhecimento nacional ao receber o I Prêmio de Inovação Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (2024), na categoria Memória Eleitoral e Institucional (Ramalho, 2024; Portal do TRE-PB, 2024).

Esse trabalho de recuperação da memória institucional só foi possível graças às diretrizes estabelecidas pelo Plano Geral de Classificação e Destinação de Documentos do TRE-PB, cuja primeira versão foi elaborada no início dos anos 2000, a partir de convênio com a Universidade Federal da Paraíba, com a colaboração das mestras Irene Fernandes, Laura Baracuh y e Ana Isabel de Souza Leão, entre outros, sob a coordenação da servidora Lúcia Marques. A segunda edição do Plano de Classificação e Destinação de Dados, Informações e Documentos do TRE-PB, fruto da revisão e atualização daquele trabalho pioneiro (TRE-PB, 2021; Londres e Melo, 2025), consolidou-se como instrumento estratégico de governança documental e de aprimoramento dos fluxos informacionais institucionais. Ao alinhar-se às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e às normativas arquivísticas nacionais, o Plano fortaleceu a política de governança arquivística da Justiça Eleitoral paraibana, incorporando parâmetros técnicos compatíveis com ambientes digitais e sistemas informatizados de gestão processual.

O reconhecimento nacional ocorreu com a inclusão do Plano de Classificação do TRE-PB no Portal de Boas Práticas do CNJ (2022), no Eixo de Gestão Documental e Memória do Poder

Judiciário. Essa distinção atesta a maturidade técnica do instrumento e reforça o compromisso do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com a transparência, a preservação da memória e o acesso à informação, posicionando a experiência paraibana como modelo replicável no âmbito arquivístico nacional.

Em nova etapa, o Projeto Origens do TRE-PB avançou com a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 4/2025, firmado entre o TRE-PB e a Universidade Estadual da Paraíba (TRE-PB & UEPB, 2025). O acordo prevê ações conjuntas em governança, gestão e valorização do patrimônio arquivístico, abrangendo pesquisas acadêmicas, projetos de extensão, capacitações, exposições e campanhas de turismo cidadão. Entre as iniciativas, destaca-se a inauguração da Exposição Itinerante Origens do TRE-PB, realizada na UEPB em 11 de junho de 2025, como parte das comemorações dos 80 anos da reinstalação do tribunal (1945), fortalecendo a conexão da comunidade com sua história (Santos, 2025).

As descobertas do projeto também foram decisivas para a comprovação de que o Sobrado Santos Coelho, chamado de Casarão dos Azulejos, tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) em 1980, sediou inicialmente o tribunal em 1932 (Londres, 2025). Essa evidência documental legitimou a cessão oficial do imóvel pelo governo da Paraíba, em agosto de 2025, para transformá-lo no Museu Eleitoral e Memorial da Democracia. Com investimentos iniciais estimados em R\$ 3 milhões (três milhões de reais), o espaço reunirá funções educativas, culturais e turísticas, consolidando-se como marco simbólico da memória institucional e do fortalecimento da cidadania (Correia, 2025).

Nesse contexto, o problema central que orienta este estudo é: como a recuperação e a difusão de um acervo documental anteriormente disperso podem contribuir para o fortalecimento da cidadania e para uma nova compreensão do papel dos arquivos? A relevância da pesquisa reside no resgate de documentos desaparecidos

de grande valor social, capazes de oferecer novas fontes primárias, estimular a revisão de narrativas históricas e reafirmar a importância da arquivologia na preservação da memória institucional.

O objetivo geral consiste em analisar de que forma o Projeto Origens aplica metodologias decoloniais para democratizar o acesso a documentos históricos. De forma específica, busca-se: (1) descrever as estratégias de prospecção e recomposição do fundo documental; (2) discutir o referencial teórico que orienta a práxis arquivística do projeto; e (3) apresentar os resultados alcançados em termos de acesso, educação e cidadania.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustenta o Projeto Origens do TRE-PB articula aportes da arquivologia, da História e das epistemologias decoloniais. No campo arquivístico, destaca-se a concepção de que o documento é simultaneamente prova administrativa e patrimônio cultural, fundamento da identidade institucional e coletiva (Camargo & Bellotto, 1996; Camargo, 2003). Nesse sentido, a noção de “lugar do arquivo”, formulada por Silva (2015), torna-se central ao enfatizar que a custódia não se limita à guarda material, mas implica a preservação da organicidade e da relação funcional dos documentos com o contexto de sua produção. As diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (2020; 2021; 2024) e do Tribunal Superior Eleitoral (2012) reforçam essa dimensão ao reconhecer a gestão documental e a memória institucional como instrumentos estratégicos de cidadania e transparência, especialmente no âmbito do Poder Judiciário.

No plano historiográfico, estudos como os de Carneiro (2009; 2011; 2012) e Albuquerque (2014) ressaltam a importância da documentação eleitoral para compreender os processos políticos e sociais

da Paraíba e do Brasil republicano, evidenciando sua relevância para a análise da cidadania e das práticas eleitorais. A ausência ou dispersão desses acervos compromete a construção de narrativas plurais, como observa Japiassu (2021), ao destacar a memória arquivística como espaço de legitimação e contestação de identidades coletivas. No contexto paraibano dos anos 1930, marcado pela Revolução de 1930 e pelo Levante de Princesa (Freire, 2000), emergem conflitos entre oligarquias tradicionais e novas forças políticas alinhadas a Vargas, que impulsionaram a criação da Justiça Eleitoral como mecanismo de regulação do processo político. Integrar essas análises ao referencial decolonial permite resgatar vozes silenciadas e desafiar narrativas hegemônicas que privilegiam perspectivas elitistas.

O debate sobre os arquivos é enriquecido por epistemologias críticas que questionam a suposta neutralidade das práticas documentais. As perspectivas decoloniais, desenvolvidas por Quijano (2005), Mignolo (2003; 2007), Mignolo e Walsh (2018) e Maldonado-Torres (2011), evidenciam a persistência da colonialidade do poder e do saber mesmo após o fim formal do colonialismo político, revelando como determinados grupos e narrativas foram sistematicamente silenciados. Esse diagnóstico é ampliado por Spivak (2010), Bhabha (1998) e Achebe (2009), que mostram como a lógica colonial se infiltra nas formas de representação cultural e discursiva, afetando também a constituição dos arquivos.

As epistemologias do sul apresentadas por Santos (2009, 2022) introduzem o princípio da justiça cognitiva, propondo o reconhecimento e o intercâmbio de saberes historicamente marginalizados. Nessa direção, Adichie (2009) adverte para o “perigo de uma história única”, que simplifica a experiência humana e marginaliza vozes dissidentes. Aplicadas à Arquivologia, essas concepções deslocam a compreensão dos arquivos: de depósitos neutros de informação, eles passam a ser reconhecidos como arenas de disputa simbólica, onde se decidem quais memórias são preservadas e quais são invisibilizadas.

Enquanto a colonialidade do saber denuncia o caráter eurocêntrico e excludente das narrativas dominantes, a justiça cognitiva reivindica ecologias de saberes e práticas plurais. No campo arquivístico, isso significa valorizar arquivos orais, registros comunitários e saberes ancestrais, reconhecendo os arquivos como espaços educativos, de resistência e de construção de cidadania. Como observa Mignolo e Walsh (2018), práticas decoloniais reconfiguram os arquivos em instrumentos de produção de subjetividades coletivas e de emancipação social, ao mesmo tempo em que desafiam o monopólio do conhecimento oficial.

Nesse horizonte crítico-transformador, o Projeto Origens do TRE-PB, vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2025 firmado com a UEPB, consolida-se como iniciativa estratégica de recomposição do patrimônio arquivístico de interesse nacional. Ao articular pesquisa histórica, governança arquivística e ações de educação patrimonial, o projeto transcende a mera dimensão custodial dos arquivos, ressignificando-os como espaços ativos de produção de sentido, inclusão e pluralidade. Em diálogo com as epistemologias decoloniais, posiciona os arquivos como arenas de disputa simbólica e instrumentos de justiça epistêmica, ampliando o acesso democrático ao passado e fortalecendo a cidadania plena.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Projeto Origens do TRE-PB obteve êxito em reconstruir parcialmente o acervo documental do tribunal, valendo-se de fontes secundárias, sobretudo o jornal A União, que à época funcionava como diário oficial do Estado. O eixo metodológico foi a edição dos Livros de Actas, cujo objetivo consistiu em recuperar documentos como fontes primárias, por meio do restabelecimento do “lugar do arquivo” (Silva, 2015), isto é, a relação orgânica entre os registros e

o contexto funcional de sua produção, anteriormente fragmentada pelas discontinuidades institucionais. Já se encontram publicados os volumes referentes a 1932 a 1935, estando em preparação aqueles relativos ao biênio 1936-1937 (Londres & Santos, 2025a; 2025b).

A metodologia é focada na recomposição integral da série Ata de Sessão de Julgamento, preservando sua integridade orgânica e funcional, evitando seleções arbitrárias. Utilizou-se cópias das atas publicadas no jornal A União. Com acesso aberto em formato digital, incluindo a base de dados em arquivística da UnB, a coleção oferece catálogos descritivos com transcrições paleográficas, imagens e notas contextuais, alinhando-se a princípios da arquivologia contemporânea.

DELIMITAÇÃO DE OBJETO E FONTES

A investigação concentrou-se no período inaugural da Justiça Eleitoral no Brasil (1932-1937), marco fundador da modernização eleitoral brasileira, com a instituição do voto secreto, obrigatório (para homens), da representação proporcional e do sufrágio feminino (facultativo), ampliando o acesso democrático ao pleito (Ricci, 2022). Diante da ausência quase total de documentos originais preservados (lacuna dolorosa que se repete em grande parte dos acervos eleitorais brasileiros, resultante da extinção temporária da Justiça Eleitoral pelo Estado Novo e da dispersão subsequente), a pesquisa recorreu predominantemente a fontes secundárias, com destaque para o jornal A União, órgão oficial do Estado da Paraíba à época e veículo de publicação obrigatória dos atos administrativos e jurisdicionais do Tribunal.

Essa metodologia inovadora permitiu recompor, de forma parcial mas rigorosa e indireta, séries documentais desaparecidas, reconstruindo um panorama consistente das práticas eleitorais e

administrativas da Justiça Eleitoral paraibana. Trata-se de trabalho pioneiro na Justiça Eleitoral brasileira: original e paradigmático, o Projeto Origens do TRE-PB demonstra que a recomposição crítica desses fundos arquivísticos fragmentados é viável e essencial para resgatar a memória institucional, promover justiça epistêmica e fortalecer a cidadania democrática em âmbito nacional.

ETAPAS METODOLÓGICAS

A metodologia do Projeto Origens do TRE-PB foi estruturada em três frentes complementares que se interligam de forma orgânica. A primeira consistiu na prospecção e coleta de dados, realizada por meio de uma busca sistemática em fontes secundárias, com destaque para o jornal A União. Nessa etapa, foram identificados editais, matérias e registros relacionados ao funcionamento do TRE-PB, complementados por documentos localizados em arquivos e bibliotecas de instituições parceiras. Esse trabalho inicial incluiu também a digitalização do material selecionado e a criação de um banco de dados para suporte às etapas seguintes.

A segunda frente concentrou-se na análise e contextualização documental. Os registros coletados passaram por exame qualitativo fundamentado na historiografia institucional e nos estudos de memória institucional, considerando o contexto político, social e administrativo em que foram produzidos. A perspectiva decolonial orientou essa análise ao enfatizar a presença de sujeitos e práticas historicamente marginalizados, permitindo ampliar o alcance interpretativo das fontes. Nesse processo, as atas foram transcritas de maneira fiel e acompanhadas de notas explicativas destinadas a situar eventos e personagens em sua densidade histórica.

Por fim, a terceira frente metodológica correspondeu à edição e difusão do acervo, com a produção dos Livros de Actas, que

reúnem transcrições das sessões do tribunal acrescidas de introduções históricas e notas críticas. Já foram publicados os volumes correspondentes a 1932-1935, estando em preparação aqueles referentes ao biênio 1936-1937. A disponibilização em formato digital e de acesso aberto assegura ampla circulação dos conteúdos, em consonância com os princípios de transparência, inclusão e justiça social. Complementarmente, o projeto promoveu ações de educação patrimonial, como exposições, oficinas e palestras, que ampliaram o engajamento social com a memória eleitoral.

CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES

A aplicação dessa metodologia possibilitou a recomposição parcial do acervo documental do TRE-PB, resgatando atos institucionais que, de outro modo, permaneceriam inacessíveis. As parcerias interinstitucionais e o aproveitamento de fontes secundárias mostraram-se fundamentais para contornar a ausência dos documentos originais e garantir a preservação da história da Justiça Eleitoral. Apesar disso, o projeto enfrentou limites evidentes, como a fragmentação das fontes originais e a impossibilidade de reconstrução integral do acervo desaparecido.

Ainda assim, a experiência demonstrou o potencial transformador do trabalho arquivístico quando orientado por uma perspectiva interdisciplinar e comprometida com a democratização do acesso à informação. Ao recompor a trajetória do tribunal em sua fase fundacional, o projeto não apenas restituiu parte da memória perdida, mas também reafirmou os arquivos como espaços de produção de conhecimento, inclusão e cidadania. Para superar limitações, futuras ações poderiam incorporar tecnologias como inteligência artificial para análise de padrões em jornais da época.

RESULTADOS E ANÁLISES

O Projeto Origens do TRE-PB alcançou resultados expressivos na recuperação, preservação e difusão da memória institucional. A partir de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, foi possível recompor parte do acervo desaparecido, contribuindo para a consolidação da história política e administrativa da Justiça Eleitoral na Paraíba. Os avanços alcançados podem ser compreendidos em três dimensões complementares.

A primeira refere-se à reconstrução do acervo, viabilizada pela prospecção em fontes secundárias que permitiu recompor, ainda que parcialmente, séries documentais desaparecidas. A segunda dimensão diz respeito à democratização do acesso, materializada pela publicação dos Livros de Actas e pela disponibilização digital em formato aberto, além de ações de educação patrimonial que aproximaram a sociedade da memória eleitoral. Por fim, destaca-se a ressignificação da memória institucional, que reposiciona os arquivos como espaços de pluralidade e resistência, conferindo visibilidade a sujeitos historicamente silenciados e transformando o acervo em instrumento de cidadania ativa.

Um dos achados mais relevantes do Projeto Origens do TRE-PB foi a identificação da primeira sede do tribunal, localizada em um antigo palacete hoje denominado Casarão dos Azulejos que serviu de espaço provisório para sua instalação inicial. Essa descoberta documental e histórica fundamentou a proposta encaminhada pelo TRE-PB ao governo do Estado, que resultou na cessão de uso do imóvel para fins institucionais. Desse modo, a pesquisa não apenas recuperou registros do passado, mas também produziu efeitos concretos no presente, ao reintegrar um patrimônio material à memória da Justiça Eleitoral paraibana (Londres, 2025).

ANÁLISE DE CONTEÚDOS DOCUMENTAIS

A análise documental conduzida no âmbito do Projeto Origens do TRE-PB revelou uma trajetória multifacetada e significativa da Justiça Eleitoral na Paraíba, com a formalização do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Parahyba em 21 de julho de 1932, cuja primeira sede provisória, o Casarão dos Azulejos, foi documentalmente atestada para esse período, constituindo a base histórica para sua destinação, em 2025, como Museu Eleitoral e Memorial da Democracia. Na fase inicial (1932-1933), o tribunal dedicou-se à consolidação do sistema eleitoral, mediante a delimitação de zonas eleitorais e a realização do primeiro alistamento eleitoral em 20 de janeiro de 1933, com atas de 1934 corroborando a aprovação do plano de divisão estadual, evidenciando um empenho inicial na legitimação do processo eleitoral.

As primeiras eleições sob a égide do TRE-PB ocorreram em 1933, marcando um passo significativo na consolidação do sistema eleitoral. Embora os documentos específicos sobre os resultados dessas eleições sejam escassos, as atas indicam que os eleitos incluíram representantes locais alinhados às novas diretrizes pós-Revolução de 1930, com destaque para figuras que assumiram cargos legislativos e executivos, refletindo a transição política do período. Entre 1934 e 1935, após a promulgação da Constituição de 1934, o tribunal intensificou suas atividades, realizando eleições federais e estaduais em 14 de outubro de 1934, com apuração em 188 seções eleitorais, evidenciando a maturidade crescente do sistema. Em janeiro de 1935, a primeira sessão ordinária (2 de janeiro) e a sessão solene (10 de janeiro) foram dedicadas à apuração e proclamação dos resultados, resultando na diplomação de deputados federais, constituintes estaduais e na eleição indireta do governador Argemiro de Figueiredo, além dos senadores. Ao longo de 1935, o TRE-PB prosseguiu na revisão minuciosa do alistamento, analisando requerimentos, cancelando inscrições irregulares e aplicando anistia

para crimes eleitorais menores, enquanto organizava as eleições municipais previstas para setembro, com a definição de círculos eleitorais. Esses achados reforçam o papel dos arquivos como instrumentos vivos de cidadania e memória plural, alinhando-se aos objetivos de preservar e valorizar o patrimônio arquivístico da Justiça Eleitoral na Paraíba.

IMPACTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Os resultados obtidos no âmbito do Projeto Origens evidenciam o potencial transformador da preservação arquivística como pilar fundamental para a consolidação da memória institucional e do fortalecimento da democracia na Paraíba. A reconstrução do acervo permitiu resgatar um capítulo essencial da história eleitoral do estado, trazendo à luz documentos que narram os primórdios da Justiça Eleitoral e sua evolução, como a criação do TRE-PB em 1932 e as primeiras eleições de 1933. Esse esforço não apenas recuperou informações vitais, mas também estabeleceu um modelo replicável de gestão arquivística, servindo de referência para outros tribunais regionais que enfrentam desafios semelhantes, como a perda de registros históricos devido a fatores como deterioração ou negligência. A adoção de práticas de acesso aberto, aliada à cooperação interinstitucional com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), posicionou o projeto como um exemplo de inovação responsável, promovendo a democratização do conhecimento e o engajamento da sociedade com seu patrimônio cultural e cívico.

Apesar desses avanços significativos, algumas limitações persistem, incluindo a dependência de fontes secundárias para preencher lacunas históricas e a dificuldade de recuperar integralmente o acervo original, prejudicado por décadas de uso intensivo ou ausência de catalogação sistemática. Para superar esses entraves

e ampliar o escopo do projeto, recomenda-se o fortalecimento de parcerias nacionais e internacionais com instituições especializadas em preservação documental, a exemplo de arquivos nacionais ou universidades estrangeiras com expertise em gestão de memória.

Olhando para o futuro, a integração de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para análise de padrões em documentos históricos, conforme sugerido em diretrizes recentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2020; 2021; 2024), poderia revolucionar a interpretação dos dados arquivísticos, identificando tendências eleitorais, perfis de eleitores e dinâmicas de poder ao longo das décadas. Essa abordagem tecnológica, combinada com a perspectiva decolonial adotada no projeto, permitiria não apenas preservar o passado, mas também reinterpretá-lo de forma inclusiva, dando voz a narrativas marginalizadas e reforçando o papel do TRE-PB como guardião de uma memória plural e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Origens do TRE-PB constitui uma iniciativa paradigmática no campo da arquivologia e da preservação da memória institucional, ao enfrentar os desafios decorrentes da perda documental do período de 1932 a 1937 e propor novas formas de significar os arquivos. Com base em um referencial decolonial, o projeto reposicionou a documentação eleitoral como espaço de resistência, inclusão e cidadania ativa, superando a compreensão tradicional do arquivo como simples repositório documental. A reconstrução parcial do acervo histórico, viabilizada principalmente por meio do jornal A União, permitiu recuperar registros fundamentais das atividades eleitorais, posteriormente organizados e disponibilizados em formato digital de acesso aberto. Essa estratégia assegurou transparência, ampliou o acesso democrático ao patrimônio arquivístico e favoreceu a construção de narrativas plurais (Londres & Santos, 2025c).

As ações educativas, como exposições, oficinas e palestras, reforçaram o caráter participativo e socialmente engajado do projeto, estimulando o diálogo intergeracional e intercultural. Essa dimensão se fortaleceu na medida em que a análise documental revelou vozes historicamente silenciadas, deslocando o olhar historiográfico tradicional, muitas vezes centrado nas elites políticas.

O Projeto Origens busca ampliar seu impacto social por meio de parcerias interinstitucionais, tecnologias de digitalização e integração da memória eleitoral em currículos escolares, transformando arquivos em ferramentas de aprendizado e resistência democrática, com uma releitura crítica, plural e inclusiva do passado. O Casarão dos Azulejos, primeira sede do TRE-PB em 1932, será um Museu Eleitoral, unindo pesquisa, preservação e educação patrimonial. Por meio de exposições e atividades culturais, conecta memória institucional ao patrimônio cultural da Paraíba. Em um contexto de ameaças globais às liberdades, o projeto reforça a importância da memória para construir sociedades mais justas e conscientes, ecoando as raízes revolucionárias da Paraíba dos anos 1930.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO. **Arquivo Digital**: Década de 1930. João Pessoa: Empresa Paraibana de Comunicação, [s.d.]. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornala-uniao/dec-30.

ACHEBE, C. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ADICHIE, C. N. **The danger of a single story**. TED Talk, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 2 maio 2025.

ALBUQUERQUE, M. C. **História do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAMARGO, A. M. A. **Sobre o valor histórico dos documentos.** Arquivo Rio Claro, Rio Claro, n. 1, p. 11–17, 2003.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARNEIRO, R. C. **Cabresto, curral e peia:** a história do voto na Parahyba até 1930. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CARNEIRO, R. C. **A bagaceira eleitoral:** verba, verbo e populismo nas eleições – a história do voto na Parahyba (da “Revolução de 30” a 1965). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CARNEIRO, R. C. **Origens da Justiça Eleitoral na Parahyba:** de 1932 a 1937. João Pessoa: TRE-PB, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução CNJ nº 324, de 30 de junho de 2020.** Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). Diário da Justiça Eletrônico: CNJ, Brasília, 30 jun. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Portal de Boas Práticas do CNJ – Eixo 3:** Gestão Documental e Memória. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/3>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário.** Brasília: CNJ, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário.** 3. ed. Brasília: CNJ, 2024.

CORREIA, P. Casarão abrigará memória política: cerca de R\$ 5 milhões serão investidos na revitalização do prédio, localizado no Centro Histórico da capital. **A União.** João Pessoa, 7 ago. 2025.

FREIRE, J. L. L. **A campanha de Princesa.** 2. ed. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

JAPIASSU, R. C. **Usos e apropriações da memória:** documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.

LONDRES, G. G. **Relatório Técnico Sedoc 1/2022**: Reconstituição do fundo histórico do TRE-PB (1932-1937). In: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. João Pessoa: TRE-PB, 2022a. 4 p., SEI/TRE-PB nº 1316643, 28 jul. 2022.

LONDRES, G. G. **Relatório de implantação RDC-Arq**: especificações técnicas e requisitos para o Prêmio CNJ de Qualidade. João Pessoa: TRE-PB, 2022b. 24 p. Relatório técnico, SEI/TRE-PB nº 1337917, 19 ago. 2022.

LONDRES, G. G. Programa de Gestão Documental do TRE-PB. In: **II Encontro de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Ceará**. Fortaleza: Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (Arquive-CE), 27 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qfkZt85lt7I>. Acesso em: 21 jan. 2026.

LONDRES, G. G. **Proposta de Projeto para a Coordenadoria de Gestão da Informação**. SEI/TRE-PB nº 2087003, proc. 0002675-34.2021.6.15.8.0000, 20 mar. 2025.

LONDRES, G. G.; SANTOS, E. C. **Nota técnica**. In: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. **Livro de Actas do TRE-PB. 3º volume: 1934**. João Pessoa: TRE-PB, 2025a.

LONDRES, G. G.; SANTOS, E. C. **Nota técnica**. In: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. **Livro de Actas do TRE-PB. 4º volume: 1935**. João Pessoa: TRE-PB, 2025b.

LONDRES, G. G.; SANTOS, E. C. Recomposição do Fundo Histórico Arquivístico Eleitoral da Paraíba (1932-1937): Memória, Cidadania e Difusão Documental. In: **XI EDICIC Ibérico**. Porto-Portugal: Politécnico do Porto: 2025c. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/edicic/article/view/6673/3838> acesso em 18 fev 2026.

LONDRES, G. G.; MELO, J. H. Plano Geral de Classificação e Destinação de Dados, Informações e Documentos do TRE-PB: Uma Boa Prática. In: **XI EDICIC Ibérico**. Porto-Portugal: Politécnico do Porto: 2025. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/edicic/article/view/6673/3838> acesso em 18 fev 2026.

MALDONADO-TORRES, N. Ontologia do colonialismo e a ética da descolonização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, 2011.

MIGNOLO, W. D. **Historias locales/diseños globales**: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In: GÓMEZ, S. C.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On Decoloniality**: Concepts, Analytics, Praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

PORTAL DO TRE-PB. **Projeto de iniciativa de servidores do TRE-PB recebe prêmio em Brasília**. João Pessoa: Ascom do TRE-PB, 2024. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Maio/projeto-de-iniciativa-de-servidores-do-tre-pb-recebe-premio-em-brasilia>. Acesso em 18 fev. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005.

RAMALHO, J. P. História do TRE-PB em atas. **A União**. João Pessoa, 25 maio 2024, p. 8.

RICCI, P. **90 anos da Justiça Eleitoral**: mesa redonda. *In*: 6ª Semana Nacional de Arquivos. Canal do TRE-PB no YouTube, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4lDBhF8fLa0>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SANTOS, E. TRE-PB lança livro de atas e inaugura exposição itinerante (por Eliz Santos). **A União**. João Pessoa, 12 jun. 2025, p. 13.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, B. S. **Descolonizar**: abrindo a história do presente. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Boitempo, 2022.

SILVA, M. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (TRE-PB). **Plano Geral de Classificação e Destinação de Dados, Informações e Documentos**. 2. ed. Coordenação de Gabriela G. Londres. João Pessoa: TRE-PB, 2021. 241 p. ISBN 978-65-996041-0-2. Disponível em: https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-documental/arquivos/2021/tre-pb-plano-geral-de-classificacao-e-destinacao-de-dados-2021/@@display-file/file/TRE_PB_Plano_Geral_de_Classificacao_e_Destinacao_de_Dados_2021.pdf Acesso em: 18 fev. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (TRE-PB); UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). Acordo de Cooperação Técnica TRE-PB e UEPB - nº 04/2025. **Diário Oficial da União**: seção 3, página 201, 11 jun. 2025. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/06/2025&jornal=530&pagina=201&totalArquivos=316> Acesso em: 15 jan 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Resolução nº 23.379, de 1º de março de 2012. Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental, o Sistema de Arquivos, o Fundo Histórico Arquivístico e o Comitê de Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 mar. 2012.

17

*Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Maria Meriane Vieira Rocha*

HELITON SANTANA E A MILITÂNCIA SOCIAL:

**DO ARQUIVO PRIVADO
PESSOAL AO MEMORIAL**

HELITON SANTANA AND SOCIAL MILITANCY:

**FROM PERSONAL PRIVATE
ARCHIVE TO MEMORIAL**

RESUMO

A memória de um acervo pertencente a um arquivo privado encontra-se articulada à trajetória de uma figura central da militância social na Paraíba e no Nordeste: Heliton Santana. A metodologia adotada consistiu na análise da documentação produzida tanto pelo titular quanto pelo Centro de Documentação Popular, instituição por ele fundada, tomando como referência o conceito de memória militante, entendido como expressão de um arquivo coletivo. Busca-se, assim, contribuir para a ressignificação das memórias de grupos sociais que dedicaram, e ainda dedicam, parte significativa de suas vidas à luta por causas coletivas, embora não disponham de arquivos institucionais capazes de salvaguardar tais experiências.

Palavras-chave: memória; Heliton Santana; arquivo privado; movimentos sociais.

ABSTRACT

The memory of a collection belonging to a private archive is intertwined with the trajectory of a central figure in social activism in Paraíba and the Northeast: Heliton Santana. The methodology adopted consisted of analyzing the documentation produced both by the archive's holder and by the Popular Documentation Center, an institution he founded, taking as a reference the concept of militant memory, understood as an expression of a collective archive. This approach seeks to contribute to the re-signification of the memories of social groups that have dedicated, and continue to dedicate, a significant part of their lives to the struggle for collective causes, even though they lack institutional archives capable of safeguarding such experiences.

Keywords: memory; Heliton Santana; private archive; social movements.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, utilizamos a produção de Heliton Santana como artefato memorialístico, abrindo caixas, remexendo baús, revisitando correspondências, diários e documentos diversos. Assim, foi possível observar, por meio dos rastros e vestígios (Ginzburg, 2006), as particularidades da trajetória de nosso protagonista, reveladas em sua produção. Esses registros configuram-se como informações de natureza cultural, materializadas em documentos que preservam a memória de um militante e pesquisador da cultura popular.

Heliton Santana constitui-se como uma personalidade central na história recente da militância social na Paraíba e no Nordeste brasileiro. Sua trajetória evidencia a intrínseca relação entre vida pessoal e engajamento político, revelando um percurso marcado pela defesa dos direitos humanos, pela valorização da memória popular e pelo compromisso com as lutas sociais.

Nascido em contexto de profundas desigualdades, Santana construiu, ao longo de mais de quatro décadas, uma atuação destacada em organizações e movimentos que buscaram afirmar os direitos das populações marginalizadas. Sua militância esteve fortemente vinculada à criação e ao fortalecimento de instituições voltadas à promoção da cidadania, com destaque para o Centro de Documentação Popular (CDP), espaço fundado por ele que se consolidou como repositório e difusor de experiências coletivas de resistência.

Paralelamente, Heliton Santana dedicou-se à produção e preservação documental, constituindo um acervo que ultrapassa o registro de sua vida pessoal e se inscreve naquilo que Pollak (1992, p. 9) denomina “memória social”, compreendida como um campo de disputas simbólicas e políticas, onde se articulam diferentes versões do passado. Seus arquivos e registros escritos, que abrangem correspondências, diários, jornais e outros documentos, não apenas

testemunham a trajetória individual de um militante, mas também se configuram como evidências materiais de práticas sociais, culturais e políticas de uma época.

O engajamento de Santana nas lutas sociais foi também permeado pela expressão artística, sobretudo nas ruas do Bairro Popular, em Santa Rita/PB, onde articulava manifestações culturais e políticas. Tal dimensão aproxima-se da concepção de Ginzburg (2006), para quem os “rastros” e “vestígios” permitem recompor narrativas históricas a partir de elementos aparentemente marginais, revelando sentidos ocultos da experiência social. Nesse ponto, a análise de Lima (2020) reforça que a documentação produzida por sujeitos engajados “[...] não é mero registro burocrático, mas instrumento de luta política e de afirmação identitária” (Lima, 2020, p. 45), perspectiva que ilumina a relevância do acervo construído por Santana.

Sua trajetória também remete ao conceito de “memória militante”, compreendido, segundo Portelli (1997), como a construção de narrativas que buscam legitimar lutas coletivas por meio da recordação seletiva de experiências de resistência. Em Heliton Santana, essa memória manifesta-se não apenas na sua atuação política, mas sobretudo na forma como produziu, organizou e transmitiu registros históricos, transformando seu arquivo pessoal em expressão de uma identidade coletiva. Nesse sentido, Oliveira (2021, p. 83) observa que a memória militante, ao se materializar em acervos documentais, “configura-se como patrimônio político-cultural, no qual o individual e o coletivo se entrelaçam para dar sentido às lutas sociais”.

Assim, a trajetória de Heliton Santana ultrapassa a dimensão individual e alcança o campo da memória social e política, reafirmando-se como patrimônio coletivo do estado da Paraíba, de outras territorialidades. De modo que sua vida e obra inscrevem-se, portanto, na história das lutas sociais da região, reafirmando a centralidade de sua contribuição para a preservação de experiências e narrativas contra-hegemônicas.

De acordo com Lima (2019), Heliton Santana escreveu peças teatrais, criou e organizou movimentos sociais, além de refletir e descrever itens documentais que, ao serem concebidos, contribuíram para a constituição de traços de identidade informacional em seu arquivo.

A partir dessas especificidades, inserimos Heliton Santana no cenário de análise. A evocação desses indícios de memória, a exemplo das lutas do campesinato na Paraíba, desde as Ligas Camponesas (LC), passando pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento Negro na Paraíba, possibilita não apenas revisitar esse percurso histórico, mas também oferecer subsídios a outros sujeitos engajados nas mesmas causas. Dessa forma, amplia-se o conhecimento sobre suas histórias, estratégias, lutas e resistências.

O acervo, em sua maioria composto por documentos impressos, reflete aspectos marcantes da vida de Heliton Santana, fornecendo informações relevantes à pesquisa. Seu legado permanece significativo, tanto na produção intelectual quanto na militância, com destaque para os estudos voltados às questões político-culturais e sociais, para a produção historiográfica sobre os movimentos sociais e para a valorização da cultura popular. Esse esforço consolidou sua contribuição como pesquisador e militante paraibano, oferecendo material de relevância para a compreensão das práticas culturais e sociais de sua época.

Vale destacar que, neste trabalho, priorizamos a documentação relacionada aos movimentos sociais na Paraíba, com ênfase no Movimento Negro, em sua atuação no teatro popular, bem como nos documentários por ele produzidos.

Nesse contexto, Heliton Santana soube articular informação e memória às práticas sociais que o cercavam, protagonizando lutas, fomentando movimentos sociais e registrando seu tempo em

múltiplos suportes, som, imagem e texto, configurando uma espécie de itinerário de si mesmo. Assim, compreendemos que sua produção social e cultural resguarda não apenas a memória individual, mas também a memória coletiva de sua época (Halbwachs, 2004). Diante disso, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: como se constituem a informação e a memória dos movimentos sociais a partir do arquivo privado de Heliton Santana?

Tomando a questão como ponto de partida, definiu-se como objetivo geral: analisar a constituição da informação e da memória a partir do arquivo pessoal de Heliton Santana e como objetivos específicos: a) Mapear a produção contida no arquivo pessoal de Heliton Santana; b) Evidenciar, por meio da documentação, a atuação de Heliton Santana junto aos Movimentos sociais na Paraíba; e c) Identificar as informações sobre os movimentos sociais na Paraíba presentes em seu arquivo pessoal. As doações que compõem o acervo ocorreram após o falecimento do titular, cabendo às herdeiras nas pessoas da viúva Marta Santana (*in memoriam*) e suas filhas, Andila Nahusi e Caiala Nahahy, a responsabilidade de zelar por sua guarda.

Cumprе salientar que existe, nos documentos pessoais, uma certa intencionalidade do titular, seja na construção de um discurso sobre si, seja na projeção de uma imagem pessoal ou em outras finalidades. Essa perspectiva distancia os pesquisadores do chamado “feitiço dos arquivos pessoais”, uma vez que tais documentos nem sempre revelam sua forma bruta. No caso em tela, o legado desse arquivo não se restringe à perpetuação da memória do titular, mas, por estar inserido em um tempo e espaço específicos, guarda registros que representam também a sociedade e o período histórico do qual faz parte. Desse modo, articulam-se à memória individual a memória coletiva, ampliando, consequentemente, as razões para sua preservação (Abellás, 2012).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho pautou-se por meio de uma abordagem qualitativa de natureza documental. Esse tipo de pesquisa, conforme destaca Helder (2006), fundamenta-se na utilização de documentos originais, ainda não submetidos a qualquer tratamento analítico por outros autores, constituindo-se, portanto, em uma das técnicas fundamentais para os estudos nas ciências sociais e humanas. Nesse mesmo sentido, Oliveira (2007, p. 70) ressalta a necessidade de uma análise criteriosa, “visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

Os documentos, assim compreendidos, configuram-se como produtos resultantes de articulações e construções lógicas, cujas formas, embora não necessariamente lineares, possibilitam a tradução, a narrativa e a (re)construção de identidades, sob a perspectiva de uma organização discursiva. Tal característica permite a realização de uma releitura escritural que expõe dimensões de uma intimidade socialmente constituída. Nessa perspectiva, evidencia-se a estreita relação entre memória e fontes documentais como elementos indispensáveis para a compreensão dos aspectos informacionais da cultura popular brasileira.

Além da análise documental, a pesquisa também incorporou a observação participante, compreendida como estratégia metodológica que possibilita ao pesquisador inserir-se no campo investigado, estabelecendo uma relação dinâmica com o meio, considerando que parte dos autores atuaram diretamente na institucionalização do Memorial Heliton Santana. De acordo com Minayo e Deslandes (2007, p. 70), essa modalidade de observação “[...] consiste em uma inserção do pesquisador no contexto social estudado, permitindo-lhe captar, simultaneamente, a perspectiva dos atores e a dinâmica das interações”. A análise das fontes de informação, nesse contexto, conduz à adoção do conceito de análise documental, definido por Aróstegui (2006, p. 508) como “um conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem

estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico”

OS DIVERSOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: UM RÁPIDO REVISITAR

Os movimentos sociais configuram-se como espaços de organização coletiva em que grupos de pessoas se reúnem em torno de interesses comuns para reivindicar direitos, lutar por mudanças sociais desejadas ou, ainda, se posicionar contra transformações impostas, conforme assevera Gohn (2013).

Na mesma direção, Castelo (2012) afirma que os grupos sociais têm como propósito promover alterações na ordem social ou chamar a atenção de outros cidadãos e dos governos para situações percebidas como insatisfatórias ou injustas.

A compreensão dos movimentos sociais exige, portanto, considerar não apenas a forma como esses grupos se estruturam, mas também os contextos internacionais, nacionais e locais em que se inserem, bem como as bandeiras de luta que defendem.

De acordo com Tilly (2010), no século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, emergiram movimentos sociais que, segundo o autor, “[...] envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem” (Tilly, 2010, p. 20-21).

Nessa perspectiva, Andrade (2017, p. 28) ressalta que “[...] a constituição dos movimentos sociais na forma coletiva de confronto não significa que estes sejam sempre violentos ou extremistas”. Para

o autor, a ação coletiva constitui o principal recurso, e, em muitos casos, “o único que as pessoas têm para lidar com adversários mais bem equipados”.

Essa reflexão contribui para situarmos nosso protagonista, Heliton Santana, em sua atuação nos movimentos sociais: militante e, simultaneamente, intelectual orgânico, produtor de informação sobre esses movimentos e guardião da memória das lutas que protagonizou.

Ainda segundo Andrade (2017, p. 28), os organizadores de movimentos sociais estão conscientes dessa lógica, de modo que: “[...] usam essa dinâmica para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, agrupar as pessoas nas organizações e mobilizá-las contra os adversários mais poderosos [...]”.

No que se refere ao processo histórico dos movimentos sociais, encontramos respaldo teórico, entre outros autores já mencionados, em Andrade (2017), que discute tanto a gênese dos movimentos no Brasil quanto suas transformações. O autor observa que, até a década de 1990, as teorias sobre os movimentos sociais se dividiam em duas grandes vertentes.

De acordo com Andrade (2017), as duas vertentes que estruturaram o debate inicial sobre os movimentos sociais conformam paradigmas distintos, que, apesar das divergências, também promoveram diálogos e tentativas de síntese. Para o autor, a primeira vertente é marcada pelo enfoque estratégico, enquanto a segunda se caracteriza pelo enfoque identitário.

Em diálogo com Melucci (2001), ao tratar da conceituação e dos métodos de ação dos movimentos sociais, o autor afirma que “[...] um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (Melucci, 2001, p. 15).

No contexto brasileiro, Castelo (2012) destaca que os movimentos sociais adquiriram relevância a partir da década de 1960, quando emergiram as primeiras lutas contra a política vigente, bem como em resposta às transformações no campo econômico e social. A trajetória dos movimentos sociais, nesse sentido, entrelaça-se à própria história do Brasil. Ainda de acordo com o autor, alguns desses movimentos tiveram caráter efêmero, constituídos em torno de uma causa específica, enquanto outros se prolongaram no tempo, dada sua inserção em áreas que demandam a reivindicação contínua de múltiplos direitos.

Além dos movimentos já mencionados, outros também se destacaram na história recente do País, como o Movimento Indígena, o Movimento Estudantil, o Movimento pelas Diretas Já, o Movimento dos Caras-Pintadas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cada qual com sua especificidade, que não será objeto de detalhamento neste trabalho.

É importante ressaltar que muitos dos movimentos sociais existentes na contemporaneidade brasileira ainda são motivados pelas persistentes desigualdades sociais e pela ausência de efetivação de direitos. Nesse cenário, propõe-se uma reflexão acerca dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase no contexto da Paraíba e na participação de Heliton Santana em tais movimentos, aspecto revelado na documentação que constitui seu arquivo privado.

DO ARQUIVO PESSOAL AO MEMORIAL HELITON SANTANA

Nos documentos que compõem um arquivo pessoal, está sempre presente a intencionalidade de seu titular, seja na construção

de um discurso sobre si, na projeção de uma imagem pessoal ou em outras finalidades. Como observa Artières (1998), os arquivos pessoais não devem ser compreendidos como depósitos neutros da verdade, mas como práticas de escrita de si, em que o sujeito elabora narrativas sobre sua própria trajetória.

Nessa mesma direção, Lejeune (2008) ressalta que tais registros são atravessados por escolhas conscientes e inconscientes, o que evidencia sua dimensão interpretativa. Heymann (2009) complementa que esses arquivos não refletem a realidade de forma bruta, mas constituem construções simbólicas que articulam memória individual e memória coletiva. Assim, o legado dos arquivos pessoais ultrapassa a mera perpetuação da memória de seu titular, pois, como argumenta Abellás (2012), ao estarem inseridos em um tempo e espaço determinados, também expressam os traços de uma sociedade e de um contexto histórico. Nesse sentido, destacamos, a seguir, a descrição e a organização do Arquivo Pessoal de Heliton Santana e seus desdobramentos:

- a. *O acervo bibliográfico* de Heliton Santana foi doado à biblioteca do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR), situado na cidade de Santa Rita, terra natal do titular. Contudo, segundo a direção do CEDHOR, todo o acervo foi perdido em decorrência de infiltrações provocadas por fortes chuvas, alagando o espaço e danificando o referido acervo;
- b. *O acervo audiovisual* do CEDOP é composto por aproximadamente 1.500 itens, produzidos pelo órgão, com temática relacionada aos movimentos sociais, tais como CPT, MTP, MNPB, MAC, entre outros, foi inicialmente, alojado no Sindicato da Construção Civil, na cidade de João Pessoa, e, mais recentemente, passou a ser preservado pelo Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, na mesma cidade;

- c. *Os demais documentos* que integram o acervo ficaram sob responsabilidade do curador do arquivo e, desde 2011, encontravam-se em sua residência, acondicionados em um baú de madeira. De certo modo, o arquivo já se tinha uma certa organização realizada pelo próprio titular. Em 2024, as herdeiras de Heliton Santana, em comum acordo com o curador, transferiram a curadoria para o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Santa Rita, sob a coordenação do historiador Alexandre José Gonçalves Costa, com vistas à implantação do Memorial Heliton Santana¹.

Ação que mobilizou vários parceiros, constituídos por membros da própria instituição, bem como integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP/UFPB), além de artistas que atuaram em projetos teatrais com Santana, a exemplo de Branca Barbosa e Suêlde Alves. Juntos, em uma corrente de irmandade técnica e profissional, idealizaram e instituíram o Memorial Heliton Santana, ainda em 2024, contando com total apoio do diretor do campus, prof. Sabiniano Araújo Rodrigues, e da reitora Mary Roberta Meira Marinho.

Os primeiros passos se deram na compreensão teórica da memória, enquanto fenômeno social, considerando que esta adquire significados plurais quando institucionalizada em espaços de preservação. O Memorial Heliton Santana, sediado no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Santa Rita/PB, cidade natal do titular, emerge nesse horizonte como um projeto que ultrapassa a dimensão de simples homenagem, configurando-se em espaço de estudo, reflexão e diálogo comunitário, afinal a trajetória de Heliton Santana foi marcada por intensa militância política, cultural e comunitária.

1 Para conhecer o Memorial consulte: <https://www.ifpb.edu.br/santarita/noticias/2024/11/memorial-antonio-heliton-santana-ressalta-trajetoria-do-movimento-negro-em-santa-rita>; Instagram: @memorialhelitonsantana.

Instalar o memorial e dar-lhe visibilidade, tornou-se, de certo modo, uma espécie de sua presença pública, traduzida em práticas educativas e de valorização da cidadania.

Como destaca Nora (1993), os locais de memória surgem pela ausência de formas naturais de lembrar, sendo, portanto, uma resposta à necessidade de cristalizar experiências coletivas. Dessa forma, o Memorial Heliton Santana cumpre papel essencial na preservação e na difusão da memória militante, compreendida por Lima (2019) como manifestação de uma memória partilhada, que transcende a esfera do indivíduo e se projeta no tecido vivo das lutas sociais coletivas.

O memorial, herdeiro do arquivo privado, reúne fotografias, recortes de jornais, manuscritos, correspondências, livros, registros audiovisuais e materiais relacionados a movimentos sociais e culturais nos quais Heliton Santana atuou, bem como vários documentos museais. O conceito de documento museal ultrapassa a noção de documento enquanto registro meramente escrito e amplia seu significado para incluir objetivos, obras e artefatos que, ao serem musealizados, transformam-se em testemunhos de uma dada realidade quer histórica, social ou cultural. Portanto, os documentos museais devem ser compreendidos como fontes plurais, que conjugam dimensões materiais, simbólicas e sociais, capazes de mediar a relação entre o objeto/documento e o interpretante, neste caso o usuário de museus. De modo que se constitui em sua própria dinamicidade, constituindo-se em um campo de disputa e de poder (Soares, 2016).

Pode-se ainda inferir que esse conjunto documental possibilita pesquisas históricas, sociológicas e educacionais, tornando-se fonte primária para compreensão da militância popular no contexto paraibano.

De acordo com Silva e Oliveira,

Heliton Santana soube associar informação e memória ao contexto das práticas sociais, protagonizando lutas, criando movimentos sociais e registrando seu tempo em suportes diversos, a saber: som, imagem e letras, uma espécie de itinerário de si mesmo. Certamente seu arquivo potencializa a salvaguarda de uma memória para os movimentos sociais na Paraíba (Silva; Oliveira, 2023, p. 184).

Além da salvaguarda, o memorial possui vocação pedagógica. Oliveira (2015) ressalta que “os espaços de memória localizados em instituições educativas fortalecem a relação entre saber acadêmico e experiência social, aproximando a escola da vida cotidiana”. Nesse sentido, o memorial não apenas preserva, mas também dinamiza o ensino e a extensão, dialogando com discentes, docentes e a comunidade externa. Perseguindo essa esteira de raciocínio, o Memorial Helinton Santana vem promovendo exposições temáticas que ampliam sua função cultural e política. Entre elas, destacam-se:

- a. Exposição “Heliton Santana: memória militante”, primeira mostra oficial, com documentos, fotografias e registros de sua atuação em Santa Rita e na Paraíba, introduzindo o público à trajetória do militante;
- b. Exposição “Negra Voz: imprensa popular e resistência”, dedicada ao jornal Negra Voz, fundado por Santana, destacando sua relevância como instrumento de luta contra o racismo e pela cidadania;
- c. Exposição “Arte sem fronteiras”, centrada na dimensão cultural de sua militância, trazendo cartazes, registros audiovisuais e produções artísticas ligadas aos movimentos sociais com os quais dialogava.

Além de outras modalidades expositivas, a que o memorial denominou de itinerâncias, a exemplo, das seguintes exposições:

- a. “Memória e direitos humanos”, realizada em parceria com escolas públicas e centros culturais de Santa Rita, expandindo a atuação do memorial para além dos limites institucionais.

Mas, o memorial ousou em dinamizar suas ações com palestras para o público interno e externo, representação teatral a partir dos documentos produzidos por Heliton Santana. Todas essas ações, tomam como ponto de partida, o memorial como organismo pulsante consolidando-o como um espaço vivo de circulação de memórias, reafirmação identitária, assim como um instrumento de resistência e de reflexão crítica, sobretudo ao estabelecer um diálogo direto com a comunidade que, outrora, foi palco da militância de Heliton. Nesse sentido, reafirma-se o compromisso desse espaço não apenas com a preservação do memorial do titular, mas, também a continuidade de toda a sua força quer seja política, social e identitária, fortalecendo a cidadania e estimulando a formação crítica das novas gerações, afinal,

A memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente [...] é uma representação produzida através da experiência. [...] Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal (Diehl, 2002, p. 116).

Essa concepção revela-se imbricada em um complexo simbólico de elevada significância, na medida em que se consolida por meio de um processo de representação social, responsável pela produção de referentes que viabilizam sua sedimentação tanto nas esferas da memória individual quanto coletiva. Tal dinâmica se aproxima substancialmente da noção de identidade, compreendida como construção histórica, social e culturalmente mediada. E é nesse experienciar que se vai também fortalecendo a memória sobre Heliton Santana e sua luta, assim como a formação de novos olhares sobre o social.

Figura 1 - Ilustração das atividades desenvolvidas
no e pelo Memorial Heliton Santana



Fonte: Instagram do Memorial Heliton Santana (2025).

O Memorial Heliton Santana no IFPB – Campus Santa Rita transcende o caráter comemorativo, assumindo relevância histórica, pedagógica e comunitária. Ao reunir, preservar e expor registros da vida e da militância de Heliton Santana, o espaço promove a valorização de uma memória coletiva vinculada às lutas sociais e culturais da Paraíba.

As exposições realizadas atestam sua vitalidade e sua função formativa, transformando o memorial em espaço de diálogo entre memória, cidadania e educação. Desse modo, reafirma-se a necessidade de fortalecer iniciativas semelhantes, capazes de resgatar experiências históricas que, longe de permanecerem no passado, continuam a inspirar práticas de resistência e de transformação social no presente.

Ainda sobre os desdobramentos do arquivo de Heliton Santana, que, para além de frutificar um memorial, também foi palco para o desenvolvimento de trabalhos sobre o tema do Grupo de Teatro, Luta e Libertação (TELL), fundado por Santana (Marques; Maciel, 2023).

Isto posto, pode-se inferir que as ações socioculturais e políticas de Heliton Santana refletem sua atuação pública e privada, de militância entre outras facetas, assim como constituem novas possibilidades de reconfigurar, ainda que simbolicamente, novos espaços e formas de fazer e ver o mundo.

CONSIDERAÇÕES: "AGORA NÃO ESPERO MAIS AQUELA MADRUGADA"

A memória em questão se consolida por meio do registro e da preservação dos documentos que refletem as múltiplas organizações sociais nas quais Heliton Santana atuou como fundador, colaborador

e militante ao longo de mais de quatro décadas (Halbwachs, 2004; Assmann, 2011). A trajetória de sua atuação, revisitável por meio da arte sem fronteiras, das ruas do Bairro Popular em Santa Rita/PB, do periódico *Negra Voz* e da documentação produzida pela BBC de Londres, permite apreender não apenas a experiência de um homem negro, mas também a dimensão de sua intervenção no tempo e no espaço social (Ginzburg, 2006; Chauí, 2010).

Nesse contexto, o acervo de saberes e informações, inclusive aquilo que permanece implícito ou velado, demanda um processo de descoberta e visibilização, de modo a tornar perceptível a densidade histórica e sociocultural de sua ação (Assmann, 2011; Halbwachs, 2004). Assim, o arquivo privado de Heliton Santana pode ser compreendido como um repositório de memórias informacionais e culturais, interpretado sob a perspectiva de sua militância social, oferecendo uma contribuição singular para a compreensão das práticas de resistência e das dinâmicas sociais na região (Ginzburg, 2006; Chauí, 2010).

A análise do percurso de Heliton Santana e de seu legado documental permitiu compreender a indissociável relação entre memória, informação e práticas sociais. Ao revisitar seus registros pessoais e coletivos, evidenciou-se que tais documentos não se limitam ao testemunho individual de um militante, mas configuram-se como patrimônio cultural e político que amplia a compreensão das lutas sociais na Paraíba e no Nordeste brasileiro.

O arquivo pessoal de Santana, ao mesmo tempo em que preserva a singularidade de sua trajetória, projeta-se como um espaço de elaboração de memórias coletivas, inseridas em disputas simbólicas e políticas que atravessam a história recente do País. Essa dimensão revela-se fundamental para o estudo dos movimentos sociais, na medida em que permite identificar não apenas as práticas de resistência, mas também os modos de organização, de expressão cultural e de construção identitária que caracterizaram tais experiências.

A criação do Memorial Heliton Santana, por sua vez, representa a institucionalização de uma memória militante, conferindo visibilidade, legitimidade e continuidade às lutas que marcaram a vida de seu titular. Mais do que um espaço de homenagem, o memorial emerge como lócus de pesquisa, ensino e extensão, articulando dimensões pedagógicas, culturais e comunitárias. Nesse sentido, confirma-se como um espaço vivo de circulação de memórias, de reafirmação identitária e de diálogo intergeracional.

Conclui-se, portanto, que a trajetória e a produção documental de Heliton Santana contribuem decisivamente para o fortalecimento da memória social e política da Paraíba, projetando-se para além de suas fronteiras regionais. Ao salvaguardar rastros de experiências contra-hegemônicas, esse acervo possibilita não apenas revisitar a história das lutas populares, mas também inspirar novas formas de engajamento e resistência. Assim, a obra e o legado de Heliton Santana inscrevem-se na condição de patrimônio coletivo, reafirmando a centralidade da memória como instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

ABELLÁS, J. B. Y. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak, 2012. *In*: SILVA, M. C. S. M.; SANTOS, P. R. E. **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

ANDRADE, F. L. **Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013**: repertórios e performances de confronto, crise de participação e emergência de um quadro interpretativo autonomista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASSMANN, J. **Cultural memory and early civilization**: writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**: um direito de todos. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELDER, R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Aveiro, 2006.

HEYMANN, L. Q. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, 2009.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA SILVA, V. de. **O arquivo pessoal de Heliton Santana como fonte de informação e memória**: a militância social na Paraíba. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI). João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19487?locale=pt_BR. Acesso em 23 agosto de 2025.

LIMA, V. Documentação militante, memória e identidade informacional. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 39-56, 2020.

MARQUES, G. K. S.; MACIEL, D. A. V. Os registros dos processos de criação como fontes de pesquisa da memória teatral brasileira. **SEMINÁRIO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LITERATURA E CRÍTICA CONTEMPORÂNEAS**, 1. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

MELUCCI, A. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEMORIAL ANTÔNIO HELITON SANTANA. Instagram: @memorialhelitonsantana. Publicação em 16 nov. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialhelitonsantana>. Acesso em 17 fev. 2025.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Orgs.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NORA, P. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, M. M. **Memória, educação e espaços de preservação.** São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, B. M. J. F. **Memória militante e arquivos pessoais.** João Pessoa: UFPB, 2021.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, A. **A morte de Luigi Trastulli e outras histórias:** forma e significado na história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SILVA, V. L.; OLIVEIRA, B. M. J. F. O arquivo pessoal de Heliton Santana: memória do Movimento Negro da Paraíba. **Oficina: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 183-204, 2023.

SOARES, B. B. **Museus, memória e poder.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010.

18

Anderson Berbesi
Natália Tognoli

**ONDAS DE PODER NA
ARQUIVOLOGIA CRÍTICA:**
O LUGAR DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

**WAVES OF POWER IN CRITICAL
ARCHIVAL STUDIES:**
THE PLACE OF COMMUNITY ARCHIVE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-718

RESUMO

Este estudo analisa o papel dos arquivos comunitários na conformação da arquivologia crítica, destacando sua relevância como uma nova onda de poder que redefine conceitos, práticas e valores do campo arquivístico. A pesquisa, de caráter qualitativo e fundamentada em revisão de literatura especializada, examinou contribuições teóricas centrais, especialmente as de Michelle Caswell e outros autores que articulam a relação entre os arquivos comunitários e a arquivologia crítica. Os resultados indicam que os arquivos comunitários emergem como espaços de resistência e autodeterminação, nos quais comunidades marginalizadas preservam e narram suas próprias histórias. Ao descentralizar o controle da informação e valorizar a multiplicidade de vozes, esses arquivos transformam noções clássicas de custódia, proveniência e autenticidade, introduzindo uma perspectiva baseada na gestão coletiva e na validação comunitária. Além disso, promovem uma reconfiguração do papel do arquivista, que passa a atuar como facilitador e mediador, em vez de guardião neutro da memória. O estudo conclui que os arquivos comunitários se consolidam como agentes fundamentais de mudança dentro da arquivologia crítica, ao ampliar seu escopo teórico e prático, reforçar sua dimensão emancipatória e fortalecer o ativismo arquivístico. Reconhecê-los como uma onda de poder implica integrar suas contribuições ao marco conceitual da área, permitindo compreender de forma mais abrangente a evolução crítica da disciplina. Assim, os arquivos comunitários reafirmam a centralidade da justiça social e da autonomia comunitária na construção de uma arquivologia comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: arquivos comunitários; arquivologia crítica; ondas de poder; justiça social.

ABSTRACT

This study analyzes the role of community archives in shaping Critical Archival Studies, highlighting their relevance as a new wave of power that redefines concepts, practices, and values within the archival field. The research, qualitative in nature and grounded in a specialized literature review, examined key theoretical contributions, particularly those of Michelle Caswell and other authors who articulate the relationship between community archives and Critical Archival Studies. The findings indicate that community archives emerge as spaces of resistance and self-determination, where marginalized communities preserve and narrate their own histories. By decentralizing control over information and valuing a multiplicity of voices, these archives transform classical notions of custody, provenance, and authenticity, introducing a perspective based on collective management and community validation. Furthermore, they promote reconfiguration of the archivist's role, shifting from that of a neutral guardian of memory to that of a facilitator and mediator. The study concludes that community archives have consolidated themselves as fundamental agents of change within Critical Archival Studies, by expanding its theoretical and practical scope, reinforcing its emancipatory dimension, and strengthening archival activism. Recognizing them as a wave of power implies integrating their contributions into the field's conceptual framework, allowing for a broader understanding of the discipline's critical evolution. In this sense, community archives reaffirm the centrality of social justice and community autonomy in building an archival practice committed to social transformation.

Keywords: community archives; critical archival studies; waves of power; social justice.

INTRODUÇÃO

A arquivologia crítica é compreendida como uma tendência teórico-prática dentro do campo arquivístico que adota uma postura analítica sobre as dimensões sociais, culturais, políticas e éticas dos arquivos, especialmente em sua relação com a produção do conhecimento e a construção da identidade. Caracteriza-se por sua diversidade teórica, metodológica e epistemológica, convergindo em um objetivo comum: questionar as dinâmicas de dominação e poder exercidas pelos e através dos arquivos, a fim de transformar tanto as estruturas arquivísticas quanto a sociedade em geral (Berbesi; Tognoli, 2024).

Dentro dessa tendência, podem ser identificadas três características fundamentais: 1) um compromisso ético-político, centrado na justiça social e na análise do poder; 2) uma transformação conceitual e epistemológica, que implica uma redefinição teórica e metodológica do campo; e 3) uma natureza emancipatória e transformadora, com objetivos tanto normativos quanto práticos.

A arquivologia crítica tem evoluído a partir de diferentes momentos históricos e teóricos que definiram seus fundamentos. Seguindo Tognoli (2024), essas mudanças podem ser compreendidas por meio das chamadas ondas de poder, que representam as transformações que a arquivologia tem experimentado desde a década de 1970.

Como aponta a autora, seguindo as ideias de Michelle Caswell, é possível sistematizar três grandes ondas que redefiniram a arquivologia como disciplina: 1) o trabalho de Howard Zinn em 1977, que apresentou uma crítica profunda ao papel do arquivista como conservador do *status quo*; 2) as influências dos estudos pós-modernos, guiados pela abordagem de Terry Cook, os quais

mudaram o foco do produto para o processo de criação e memória na identidade de múltiplas construções sociais possibilitadas pelo arquivo; e 3) a consolidação da tendência em 2017, com o reconhecimento de uma ampla gama de propostas preocupadas com a busca pela justiça social, com foco na relação entre o arquivo e grupos minoritários, promovendo sua emancipação.

Essa primeira caracterização permite sintetizar e compreender o percurso histórico e intelectual que influenciou o surgimento e o desenvolvimento de propostas críticas na área, consolidando essa nova tendência como um espaço dinâmico e transformador. Trata-se de um movimento baseado em propostas que desafiam os paradigmas arquivísticos tradicionais, sustentadas por uma crítica profunda às estruturas intelectuais e institucionais convencionais, enfatizando mudanças conceituais profundas e a ressignificação do papel do arquivista, cuja agenda agora está abertamente comprometida com a justiça, a ética e a sociedade.

Ainda assim, entre essas ondas, um movimento igualmente profundo e transformador, fundamental na redistribuição do poder arquivístico, tem sido negligenciado: os arquivos comunitários.

Como aponta Hoyle (2023), a arquivologia crítica recebeu impulsos significativos a partir da década de 2010, especialmente em dois eixos: o ativismo em defesa dos direitos civis de grupos marginalizados e o movimento de arquivos comunitários. O impacto deste último, como observa a autora, não é circunstancial, pois algumas das principais ideias e contribuições teóricas e sociais – como a redistribuição do poder arquivístico – foram pilares de diversas obras críticas arquivísticas (Alencar; Cervantes; Barité, 2023; Caswell, 2021; Salerno, 2024).

Apesar de sua relevância, os arquivos comunitários ainda não foram reconhecidos como uma onda de poder na arquivologia crítica. Além disso, há poucos estudos que analisam seu impacto

na consolidação dessa tendência. Por isso, este trabalho examina a influência dos arquivos comunitários na arquivologia crítica e argumenta seu papel como uma onda de poder no campo arquivístico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto, este estudo foi desenvolvido como uma pesquisa qualitativa baseada em revisão de literatura com o propósito de analisar o papel dos arquivos comunitários na arquivologia crítica. Priorizaram-se a identificação e o exame de textos fundamentais na construção teórica dos arquivos comunitários, selecionando aqueles amplamente citados na literatura especializada e reconhecidos pela comunidade arquivística.

Dado que a produção acadêmica sobre arquivos comunitários é predominantemente anglófona, este estudo concentrou-se nessa tradição, considerando seu impacto na consolidação do campo. Foram incluídas referências-chave, como os trabalhos de Flinn, Shepherd e Stevens (2009) e, em particular, as contribuições de Michelle Caswell (Caswell *et al.*, 2017; Caswell, 2021), autora central na interseção entre arquivos comunitários e arquivologia crítica.

Após a busca e coleta dos textos, foi realizada uma análise hermenêutica, voltada para a identificação de padrões conceituais e discursivos dentro da literatura. Essa análise permitiu estruturar a discussão em torno de dois eixos principais: (1) as características intrínsecas dos arquivos comunitários e (2) sua relação com a arquivologia crítica. Os resultados são apresentados de forma narrativa em dois segmentos, concluindo com a argumentação dos arquivos comunitários como uma onda de poder que moldou o desenvolvimento da arquivologia crítica.

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E ARQUIVOLOGIA CRÍTICA

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: UMA BREVE REFLEXÃO

Os arquivos comunitários surgiram como uma forma de resistência e autogestão frente às estruturas de poder arquivístico estatais e corporativas. Nesse sentido, e seguindo Flinn (2007), esses arquivos podem ser definidos como projetos e iniciativas criados para gerir e preservar as memórias, histórias e lutas das comunidades marginalizadas, garantindo seu acesso e controle sobre seus próprios arquivos.

Caswell *et al.* (2017; 2024) argumentam que, no contexto dos Estados Unidos, os arquivos comunitários devem ser compreendidos como espaços de interação e empoderamento para grupos de diferentes identidades, classes econômicas e localizações geográficas que foram sistematicamente marginalizados pelas dinâmicas de poder e opressão estrutural. Nesse sentido, podem ser definidos como “organizações independentes de memória que emergem de e se organizam em torno de comunidades vulneráveis, do passado e do presente” (UCLA *apud* Caswell *et al.*, 2024, p. 393, tradução nossa).

O impacto dos arquivos comunitários na arquivologia tem sido amplamente estudado, não apenas por sua riqueza teórica e prática, mas também pela grande diversidade de perspectivas sobre o que são, como devem ser compreendidos e por que existem. Nesse sentido, o trabalho de Welland e Cossham (2019) torna-se crucial, pois nele foram articulados e sistematizados diversos pontos em comum dentro da comunidade arquivística que discute o tema, identificando quatro aspectos fundamentais dos arquivos comunitários:

1. Sustentam-se com apoio e participação ativa de uma comunidade autodefinida.
2. São espaços (físicos ou virtuais) que validam e garantem o acesso à memória e às narrativas comunitárias.
3. Preservam tanto documentos arquivísticos tradicionais quanto objetos historicamente excluídos do valor arquivístico (roupas, fotografias, materiais audiovisuais etc.).
4. Geralmente operam fora do controle governamental e patrimonial formal, sendo geridos diretamente pela comunidade sem financiamento externo estável.

Além disso, as autoras, referindo-se ao trabalho de Caswell, identificam cinco eixos fundamentais que orientam o discurso dos arquivos comunitários: participação, administração compartilhada, multiplicidade, ativismo arquivístico e reflexividade. Esses eixos refletem a essência dos arquivos comunitários: a participação direta das comunidades na gestão de seus arquivos, a administração compartilhada que descentraliza o controle arquivístico, a multiplicidade na representação de memórias diversas, o ativismo arquivístico como ferramenta de transformação social e a reflexividade que implica uma constante revisão crítica de suas práticas arquivísticas.

OS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NA ARQUIVOLOGIA CRÍTICA: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

O impacto dos arquivos comunitários na arquivologia crítica tem sido cada vez mais reconhecido e valorizado. Seguindo Hoyle (2023), esse movimento influenciou tanto a teoria quanto a prática arquivística, o que se evidencia na maneira como certos conceitos e abordagens da arquivologia crítica refletem seus princípios fundamentais.

Na tendência crítica, os arquivos comunitários têm sido utilizados de duas formas principais. Por um lado, muitos autores os empregam como instrumentos analíticos para desenvolver novas propostas teóricas (Alencar; Cervantes; Barité, 2023; Caswell *et al.*, 2017; ; Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017). Por outro lado, eles têm sido objeto de estudo para compreender e visibilizar as práticas arquivísticas de coletivos marginalizados (Caswell, 2021; Giraldo, 2018; Salerno, 2024).

Além de seu papel como objeto de análise, os arquivos comunitários têm gerado uma transformação profunda na maneira como se entende a função do arquivo na sociedade. Eles propiciaram uma reconfiguração conceitual em torno do papel do arquivista, da natureza do arquivo e da relação entre memória, poder e comunidade.

Um exemplo dessa transformação é a mudança na concepção do arquivo como instituição e do arquivista como profissional. Os arquivos comunitários, por serem espaços de impacto social e político, não apenas funcionam como recursos da comunidade, mas também se integram à sua identidade (Cook, 2013). Nesse sentido, esses arquivos reivindicam o poder das comunidades para definir suas próprias realidades presentes e futuras. Essa ideia, promovida por autores como Caswell (2021), descentraliza e democratiza a figura do arquivista, que deixa de ser um guardião da informação para se tornar um facilitador e mediador que acompanha as comunidades em seus processos de autodeterminação. Nesse modelo, os arquivos comunitários tornam-se espaços onde as comunidades narram e documentam sua história com autonomia, sem a imposição de estruturas externas (Welland; Cossham, 2019).

Outro eixo central de transformação impulsionado pelos arquivos comunitários é a redefinição de conceitos arquivísticos tradicionais. Se seguirmos a ideia de Cook (2013) de que os arquivos comunitários representam um possível paradigma transformador da profissão, é necessário um arcabouço flexível que adapte os cânones arquivísticos a realidades diversas. Conceitos fundamentais como

custódia, proveniência e autenticidade foram reinterpretados a partir de uma ótica crítica e reflexiva.

Tradicionalmente, a custódia tem sido entendida como o controle e a responsabilidade de uma instituição sobre os documentos de arquivo. No entanto, nos arquivos comunitários, esse conceito é redefinido em termos de gestão coletiva, onde a própria comunidade é a depositária e responsável por sua memória. Da mesma forma, a proveniência é ampliada para reconhecer a autoria múltipla dos registos, em vez de se limitar a uma única entidade produtora. Por fim, a autenticidade passa a se basear menos em critérios normativos tradicionais e mais na validação comunitária do arquivo como testemunho legítimo de sua história (Salerno, 2024).

A transformação desses conceitos está alinhada a um dos princípios fundamentais da arquivologia crítica: a rejeição da pretensão profissional de objetividade e neutralidade, ideias típicas da prática arquivística clássica. Pelo contrário, as atividades e funções realizadas nesses espaços se alinham “às prioridades específicas da comunidade, refletem seus valores culturais e facilitam a participação comunitária na tomada de decisões arquivísticas” (Caswell *et al.*, 2017, p. 3, tradução nossa), obrigando a reformular conceitos tão básicos como documento e arquivo, tradicionalmente aceitos.

Por fim, os arquivos comunitários têm sido fundamentais na expansão do ativismo arquivístico e na redefinição do papel da práxis arquivística nas lutas por justiça social. Movimentos de reivindicação histórica, direitos humanos e reparação histórica encontraram nesses arquivos um veículo para tornar visíveis suas demandas. Exemplos disso podem ser encontrados em arquivos comunitários de comunidades afrodescendentes, povos indígenas, coletivos LGBTQ+ e migrantes, entre outros. Esses grupos desenvolveram novas propostas éticas que posicionam o arquivista como um agente de mudança comprometido com a equidade e a justiça social (Caswell *et al.*, 2018; Salerno, 2024).

CONCLUSÕES: ARQUIVOS COMUNITÁRIOS, UMA ONDA DE PODER

Como demonstrado até aqui, os arquivos comunitários, tanto em sua dimensão intelectual quanto prática, desempenharam um papel central na conformação e transformação da arquivologia crítica. Embora inicialmente não tenham sido considerados uma onda de poder autônoma, no sentido proposto por Caswell e discutido por Tognoli (2024), sua influência operou paralelamente a outros fatores, sendo um motor essencial na transformação da prática arquivística e um dos principais pilares no desenvolvimento e consolidação da arquivologia crítica.

Sob essa perspectiva, os arquivos comunitários podem ser reconhecidos como uma onda de poder na arquivologia crítica porque redefiniram as estruturas de autoridade dentro do campo arquivístico. Eles promoveram um deslocamento do poder das instituições para as comunidades, permitindo a apropriação do arquivo como uma ferramenta de emancipação social. Além disso, estabeleceram um modelo alternativo de gestão documental baseado na participação coletiva e na justiça social, princípios que estão no cerne da arquivologia crítica contemporânea.

Nesse sentido, reconhecer os arquivos comunitários como uma onda de poder implica expandir o arcabouço teórico da arquivologia crítica para incluir suas contribuições dentro da narrativa dos seus acadêmicos. Isso possibilitaria uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento crítico da arquivologia e consolidaria os arquivos comunitários como atores centrais nos debates sobre memória, poder, autodeterminação e justiça social – discussões que ainda estão se fortalecendo entre os arquivistas críticos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelas bolsas e auxílios concedidos para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, v. 3, n. 19, p. 55-77, 2023.

BERBESI, A; TOGNOLI, N. B. Critical Archival Studies: Exploring an Emerging Domain. **Knowledge Organization**, v. 51, n. 8, p. 600-609, 2024.

CASWELL, M. *et al.* 'To Be Able to Imagine Otherwise': community archives and the importance of representation. **Archives and Records**, v. 38, n. 1, p. 5-26, 2017.

CASWELL, M. *et al.* Envisioning a Paid Community Archives Internship Program: Challenges and Opportunities. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 65, n. 4, p. 390-409, 2024.

CASWELL, M. *et al.* Imagining transformative spaces: the personal-political sites of community archives. **Archival Science**, v. 18, n. 1, p. 73-93, 2018.

CASWELL, M. **Urgent archives**: enacting liberatory memory work. New York: Routledge, 2021.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R. L.; SANGWAND, T. Critical Archival Studies: an Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, 2017.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, n. 2-3, p. 95-120, 2013.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, n. 1-2, p. 71-86, 2009.

GIRALDO, M. L. Archivos comunitarios de sobrevivientes del conflicto armado en Colombia: remedios contra el olvido. /n: GRISALES, S. P. A. (ed.). **Memoria política en perspectiva latinoamericana**. Berlín: Peter Lang, 2018.

HOYLE, V. **The remaking of archival values**. 1st ed. New York: Routledge, 2023.

PUNZALAN, R. L.; CASWELL, M. Critical directions for archival approaches to social justice. **The Library Quarterly**, v. 86, n. 1, p. 25-42, 2016.

SALERNO, D. An instituting archive for memory activism: The Archivo de la Memoria Trans de Argentina. **Memory Studies**, v. 17, n. 2, p. 332-348, 2024.

TOGNOLI, N. B. Estudos arquivísticos críticos: caracterização inicial de um domínio emergente na práxis arquivística. /n: SILVA, C. G.; REVEZ J.; CORUJO L. (orgs.). **Diálogos na Ciência da Informação: atas do XIV Encontro EDICIC**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024.

WELLAND, S.; COSSHAM, A. Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. **Global Knowledge, Memory and Communication**, v. 68, n. 8-9, p. 617-634, 2019.

19

*Nelson Alfredo Salomão Neto
Angélica Alves da Cunha Marques*

COLONIALIDADE NOS ARQUIVOS:
UM PANORAMA CRÍTICO DA LITERATURA

COLONIALITY IN ARCHIVES:
A CRITICAL LITERATURE OVERVIEW

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.19

RESUMO

Este trabalho integra uma pesquisa doutoral em andamento (2022-2026), que tem como um de seus objetivos caracterizar o que se entende por uma perspectiva descolonial aplicada aos arquivos, tomando como referência conceitos estruturados pelo Grupo Modernidade/Colonialidade. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, cujos resultados são discutidos neste artigo. Os achados consolidados indicam que a produção científica sobre o tema é dominada pela Europa e América do Norte, enquanto o Brasil permanece praticamente ausente do debate, cabendo a Portugal a maior parte da contribuição da comunidade lusófona. Do ponto de vista teórico, é possível identificar três eixos recorrentes nas abordagens descoloniais sobre arquivos: a sub-representatividade de minorias sociais; o deslocamento dos arquivos; e o viés estrutural dos arquivos, que atua na legitimação e no fortalecimento do *status quo*.

Palavras-chave: Arquivos descoloniais; arquivologia descolonial; Colonialidade em arquivos.

ABSTRACT

This work is part of an ongoing doctoral research project (2022–2026), which aims to characterize what can be understood as a decolonial perspective applied to archives, drawing on concepts developed by the Modernity/Coloniality Group. To this end, a literature review was conducted, and the findings are discussed in this article. Consolidated findings indicate that scientific production on the subject is largely dominated by Europe and North America, while Brazil remains virtually absent from the debate, with Portugal accounting for most of the contributions from the Lusophone community. From a theoretical standpoint, it is possible to identify three recurring axes in decolonial approaches to archives: the underrepresentation of social minorities; the displacement of archives; and the structural bias of archives, which legitimizes and reinforces the status quo.

Keywords: Decolonial Archives; Decolonial Archival Studies; Coloniality in Archives.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – IBICT/UFRJ, a ser concluída em 2025, e que tem como um de seus objetivos caracterizar o que se entende por uma perspectiva descolonial aplicada aos arquivos, tomando como referência conceitos estruturados pelo Grupo Modernidade/Colonialidade. Para tanto, uma revisão bibliográfica do tema arquivos descoloniais tornou-se obrigatória, e os resultados encontrados serão dissecados neste artigo.

O termo colonialidade, conforme introduzido pelo peruano Anibal Quijano ao fim dos anos 1980, faz referência aos desdobramentos econômicos, políticos e sociais do colonialismo nas estruturas do mundo moderno. Na teoria de Quijano (1992), a América Latina desempenha papel fundamental e decisivo na constituição da era moderna, do sistema colonial mundial e do capitalismo emergente através das invasões, ocupações e relações de dominação iniciadas no final do século XV.

Descolonização, por sua vez, é o conceito utilizado por Quijano e outros teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade para romper com as ideias edificadas em cima da universalidade, da lógica moderna e colonial. Adotar uma perspectiva descolonial significa não perder de vista os efeitos permanentes do passado colonial e, sobretudo, do eurocentrismo, do patriarcalismo, do racismo no nosso modo de pensar, na nossa identidade, na forma de fazer ciência, de construir nossa memória e até mesmo nas tentativas de escapar destas matrizes.

Nessa seara, os arquivos oficiais e não oficiais, patrimonializados ou não, organizados ou acumulados, dispersos ou reunidos, acessíveis ou inacessíveis são parte fundamental na construção e

sustentação de narrativas contra-hegemônicas, que buscam de forma intencional e sistemática reverter o processo de silenciamento imposto às vítimas da colonização.

Isto posto, falar de descolonialidade na academia brasileira não é novidade. Na realidade, o tema se disseminou com enorme velocidade nos últimos anos e de forma a atingir quase todas as áreas do conhecimento, alcançando até mesmo as chamadas ciências duras. Não é raro encontrar artigos que postulam uma abordagem decolonial para Física, Química, Biologia e, mesmo, Matemática. Entretanto, é inegável que foi nas ciências humanas e sociais aplicadas que o tema encontrou solo fértil e adquiriu múltiplas facetas. De tal forma que poder-se-ia até argumentar que a presente pesquisa se inscreve em direção a uma tendência acadêmica, não fosse um detalhe: a arquivologia brasileira, até então, passa incólume às discussões descoloniais. E mesmo se deslocarmos o olhar para o âmbito mundial, a produção existente é relativamente recente.

Por várias razões, que caberiam em outra investigação, ainda não estão postas na área as contradições evidentes entre o reconhecimento dos arquivos como elementos fundamentais na construção de memória e identidade dos povos e a atuação excessivamente técnica e condicionada pela colonialidade. Esperamos que o presente trabalho possa somar-se a outros esforços e contribuir para a compreensão e popularização da abordagem decolonial em arquivos no Brasil.

O PENSAMENTO DESCOLONIAL

Muito embora o pensamento decolonial usualmente nos remeta ao fim dos anos 1980 e aos escritos de Aníbal Quijano sobre modernidade e América Latina, tanto Quijano quanto Mignolo – e outros teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade – apoiaram-se

em um lastro de produção de conhecimento de décadas, dentro e fora do ambiente acadêmico. Para desenvolver a proposição do chamado “giro descolonial”, uma proposta de radicalização latino-americana da crítica eurocêntrica pós-colonial, o Grupo M/C bebeu da fonte de outros grupos de pesquisa e estudos pós-coloniais que já teciam críticas vigorosas ao colonialismo e suas repercussões a partir das experiências africanas e asiáticas.

Os grupos pós-coloniais, por sua vez, foram precedidos e estruturados em paralelo ao acúmulo de teorias e experiências seculares dos movimentos anticoloniais e, principalmente, dos situados nas lutas emancipatórias do pós-Segunda Guerra Mundial. Fortemente influenciadas pelos escritos de revolucionários como Lênin, Mao Tse Tung, Ernesto Che Guevara, Amílcar Cabral, Ho Chi Minh e do filósofo Karl Marx, a luta à época se dava pela emancipação política, uma vez que dezenas de nações ainda eram subjugadas pela força às metrópoles, em sua maioria europeias.

Ao longo de pelo menos dois séculos, o argumento anti-colonial amadureceu, foi contextualizado de formas diversas por lideranças políticas, revolucionários, movimentos emancipatórios do sul global e até mesmo por europeus. Sua caracterização como um movimento epistêmico, entretanto, remete à segunda metade do século XX, quando as obras de Aimée Cesaire (“Discurso sobre o colonialismo”, de 1950), Franz Fanon (“Os condenados da terra”, de 1961), Albert Memmi (“Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador”, de 1947) e Edward Said (Orientalismo, de 1978) começaram a transformar lentamente a base epistemológica das ciências sociais (Ballestrin, 2013).

Paralelamente, nos anos 1970, formava-se, na Índia, um movimento intelectual e acadêmico cujo principal objetivo era analisar criticamente a historiografia nacional e colonial indiana. Denominado “Grupo de Estudos Subalternos”, foi liderado, em sua fase inicial, por Ranajit Guha, um teórico dissidente do marxismo indiano.

Ao se popularizar no Ocidente, o Grupo de Estudos Subalternos inspira a criação de outro grupo, dessa vez conduzido por intelectuais latino-americanos radicados nos Estados Unidos. Em 1993, um ano após a impressão do clássico “Colonialidad y modernidad-racionalidad”, por Aníbal Quijano, o Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos registra seu Manifesto inaugural, chamando a atenção para a tendência dos paradigmas tradicionais em caracterizar o subalterno como um sujeito ausente, mobilizado apenas a partir de interesses de terceiros (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1993).

Para Mignolo, entretanto, nenhum dos grupos subalternos conseguiu aprofundar suas críticas ao eurocentrismo, ao que Grosfoguel (Escobar; Mignolo, 2013) acrescenta que, no que tange ao grupo latino-americano, a teoria continuava a ser produzida no norte global, analisando seus objetos localizados no sul. Dando forma a discordâncias internas e epistêmicas, Mignolo e outros pesquisadores fundaram o Grupo Modernidade/Colonialidade.

Para a compreensão das bases teóricas do grupo, os escritos do sociólogo Aníbal Quijano são incontornáveis. Visando interpretar o padrão de poder constituído na era moderna, Quijano introduz o conceito de colonialidade (do poder), que seria a construção de um padrão universal das relações de trabalho e dominação social ancoradas na ideia de raça, uma categoria mental própria da modernidade:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2009, p. 73).

A partir da ideia de raça, para Quijano, se materializa a dominação física do outro, sua inferiorização, a hierarquização de saberes

e a negação de seus valores, culturas e tradições que terminarão por distribuir, à população mundial, seus lugares e papéis na nova estrutura de poder global vigente:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117).

Assim, no novo padrão de poder global, associa-se à ideia de raça outro elemento-chave: o trabalho. Se para Marx (2013) o capitalismo caracteriza-se pela relação de exploração do capital sobre o trabalho assalariado, para Quijano (2005) o capitalismo, enquanto sistema econômico, articula todas as formas de exploração conhecidas ao longo da história, incorporando modos de produção escravagistas, servis, assalariados, empreendedores, cooperativistas etc. E ao articular todas essas formas em função do capital, estabelece-se como uma nova forma mundial de relações de produção.

Raça e trabalho, portanto, são as categorias fundamentais da construção do padrão mundial de poder. E a coexistência desse padrão com a construção do paradigma da razão/modernidade não são, na ótica de Quijano, coincidência, de forma que não seja possível explicar a modernidade eurocentrada à parte da colonialidade por meio da escravidão de índios, negros e mestiços, da posição geográfica privilegiada no Atlântico e o acesso ao ouro, à prata e a metais preciosos em abundância. A identidade europeia emerge

como centro do mercado mundial e, ao emergir como centro econômico, se posiciona também como centro difusor de cultura, conhecimento e de todo o universo de relações intersubjetivas.

A posição privilegiada e o processo contínuo de colonização permitem que avance a perspectiva racial eurocentrada, avançando também a imposição de identidades para outras partes do globo:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente (Quijano, 2005, p. 121).

Não menos importante, Quijano (1992) distingue a colonialidade do colonialismo, na medida em que o último, ligado aos aspectos formais e políticos da dominação territorial, encontra sua finitude nos processos de independência das colônias. Colonialidade, por sua vez, transcende o colonialismo e permanece como matriz de poder global em tempos em que o colonialismo, em sua forma clássica, está em declínio e o imperialismo em permanente ascensão.

A colonialidade, portanto, ainda é o modo mais geral de dominação no mundo de hoje, uma vez que o colonialismo como uma ordem política explícita foi destruído.

É claro que ela não esgota as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre os povos. Mas ele não deixou de ser, por 500 anos, sua principal estrutura. As relações coloniais de períodos anteriores provavelmente não produziram as mesmas consequências e, acima de tudo, não foram a pedra angular de nenhum poder global (Quijano, 1992, p. 14, tradução nossa).

A distinção entre os dois conceitos é uma particularidade imprescindível aos estudos descoloniais. Entretanto, seja pela ótica dos estudos pós-coloniais, descoloniais ou mesmo pelas Epistemologias do Sul, há muito mais convergência que discordâncias no reconhecimento das raízes da marginalização dos povos subalternos. Sobretudo quando pensamos a descolonialidade a partir dos arquivos.

A COLONIALIDADE NOS ARQUIVOS

Na seara dos arquivos, florescem perspectivas e propostas que visam lançar luz às múltiplas facetas do colonialismo e do neo-colonialismo na construção da memória coletiva e do engajamento em processos de luta no tempo presente. Como herança colonial, o arquivo possui severas lacunas de histórias, relatos e memórias dos povos e grupos sociais oprimidos. Algumas das quais certamente irremediáveis. Ao passo que essas lacunas invisibilizam determinadas narrativas, constroem e reforçam outras, atuando para a manutenção ideológica do *status quo*, e reforçando os poderes que se manifestam em outras esferas da sociedade.

Para os antropólogos Basu e De Jong (2016), em nenhum lugar a simbiose entre poder político e controle dos arquivos foi mais evidente que no contexto dos arquivos coloniais do século XIX e XX. A presença de administradores do império em posições-chave da

produção de conhecimento nos estados coloniais, como os censos e dados estatísticos, por exemplo, resultavam em abordagens eurocêntricas, racistas e desumanizantes que reforçavam o *status quo* de dominação. Toda essa produção de conhecimento acumulava-se nos arquivos coloniais e mostrava uma outra face do modelo de arquivos nacionais: se por um lado possibilitou aos estados-nação europeus “escreverem sua história”, por outro apagou a história dos colonizados (Basu; De Jong, 2016).

Assim, pensar a descolonização da teoria arquivística pode significar repensar a própria trajetória da área e reposicionar princípios, conceitos e metodologias já estabelecidos dentro de uma perspectiva descolonial. Para tanto, esta perspectiva deve estar imbuída não somente do aporte teórico necessário, como também de um compromisso inviolável com valores condizentes com a defesa de grupos e comunidades desprivilegiadas em um padrão de colonialidade.

METODOLOGIA E RESULTADOS: UM PANORAMA DA LITERATURA

Dada a pouca produção acumulada sobre o tema na área, sobretudo nacionalmente, a pesquisa possui caráter majoritariamente exploratório. No concernente à metodologia, a abordagem desta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com o foco direcionado majoritariamente à análise de conteúdo, sem triangulação de métodos.

Como parte fundamental deste trabalho, perseguiu-se um panorama sobre o que seria o estado da arte de uma abordagem descolonial em arquivos. Para tanto, foram realizadas buscas em bancos de teses, dissertações e em bases de periódicos científicos nacionais e internacionais. Para teses e dissertações, foram feitas

buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As bases de periódicos utilizadas foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA). As pesquisas foram feitas em português, espanhol, inglês e francês, com base em combinações entre os termos “arquivo”, “colonial”, “decolonial”, “descolonial” e “pós-colonial”, considerando também suas flexões plurais.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a busca priorizou, junto às palavras-chaves, o filtro por área de pesquisa. Uma vez que a abordagem descolonial pode ser encontrada virtualmente em todos os campos do conhecimento, esse recorte mostrou-se fundamental, tendo em vista a exequibilidade da pesquisa. Dada a natureza do tema e o volume de produção científica da arquivologia e das áreas correlatas, não houve necessidade de acrescentar recortes temporais. Os resultados foram compilados e armazenados em planilhas.

Concluída essa primeira fase, uma segunda filtragem se iniciou de forma manual em cada publicação, analisando o seu conteúdo de maneira a separar os trabalhos que de fato atendessem aos requisitos desejados dos que passaram no primeiro filtro, mas não interessavam à pesquisa. Essa segunda filtragem mostrou-se importante na medida em que o termo “arquivo” e suas flexões podem aparecer em diversos contextos em que estes não são o objeto de uma pesquisa, mas a fonte primária de consulta. Da mesma forma, “decolonial”, “descolonial” e suas flexões podem direcionar para inúmeras abordagens que apenas situam eventos posteriores à passagem histórica da independência e não têm relação direta nem fazem menção aos estudos descoloniais. Nessa etapa também foram eliminadas as duplicidades e redundâncias.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a busca mais frutífera se mostrou a partir do termo “decolonial”, sob o qual encontramos 2.032 teses ou dissertações. Dessas, 326 estavam inscritas na grande área de conhecimento das ciências sociais aplicadas. Abaixo desse filtro, dez estavam classificadas em ciência da informação, uma em biblioteconomia e nenhuma em arquivologia. Avançando para uma análise qualitativa dos 11 resultados, a maior parte tem seu foco em subáreas da ciência da informação como organização/ produção/representação do conhecimento, competência em informação, sistemas de classificação, classificação facetada e outros.

Nas bases de periódicos científicos, foram 186 resultados combinados (BRAPCI, SciELO, LISTA e CAPES), dos quais 50 foram selecionados para análise. Entre as bases, a BRAPCI foi a que mais retornou resultados nas buscas, totalizando 69 artigos, e, ao mesmo tempo, a que menos teve artigos selecionados após a filtragem manual (nenhum). A SciELO teve 59 resultados, dos quais 8 foram selecionados para análise. CAPES e LISTA por sua vez tiveram resultados semelhantes, com cerca de $\frac{2}{3}$ dos artigos permanecendo após a segunda filtragem (22 de 31 e 20 de 30, respectivamente).

Em uma análise quantitativa preliminar, foram mapeados os autores e suas universidades afiliadas, bem como os periódicos que publicaram os estudos, de forma a ser possível compreender quais países estão na vanguarda dos estudos sobre arquivos em abordagem descolonial. E, por mais que se possa intuir o contrário, afinal a abordagem é em essência latino-americana, a produção acadêmica é liderada por universidades dos Estados Unidos e Reino Unido. Entre as antigas colônias, além dos EUA, Canadá, África do Sul e Austrália reforçam a predominante produção anglófona. Da mesma forma, as editoras e revistas que publicam os estudos pertencem, em sua maioria, aos mesmos países.

Também é possível afirmar que a abordagem descolonial em arquivos não está pautada de forma consistente no Brasil. Apenas

um trabalho foi identificado com as características desejadas, por uma autora vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), que publicou o artigo em uma revista portuguesa. É de Portugal essencialmente toda a produção lusófona encontrada. Dada a escassez de publicações na área dos arquivos no Brasil, cabe ao menos destacar os esforços empreendidos em áreas e disciplinas próximas como o dossiê “Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas” (2021), editado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Guardadas as diferenças de objeto e enfoque das áreas, o dossiê é um marco na aproximação dos estudos descoloniais da arena informacional e documental no Brasil.

No cenário internacional, o debate já começa a se desenrolar com mais vigor, com uma crescente de publicações, sobretudo nos últimos cinco anos, que já abordam facetas específicas da colonialidade nos arquivos como a supremacia branca, o patriarcado, a heteronormatividade, a opressão dos povos autóctones e a sub-representação. Destacam-se, entre as publicações, a iniciativa europeia “L’Internationale”, que organizou uma coletânea de artigos dedicados ao tema, intitulada “Decolonising Archives” (2016); o livro “Displaced Archives” (2017) de James Lowry; e a revista estadunidense *Archival Science*, que em sua edição nº 19 (2019) também dedicou um tópico para artigos relacionados ao tema.

Na esteira das publicações, livros, artigos e, sobretudo, coletâneas, que reúnem publicações de autores variados, nota-se uma ampla diversidade de tópicos abordados sob a ótica do que se entende por arquivos descoloniais. Longe de estreitar, as coletâneas ampliam e reforçam o quão rico é o universo dessas abordagens. Quanto às tentativas de conceitualizar o que seria a descolonização de arquivos, sintetizamos o quadro abaixo, com uma amostra das noções encontrada nas publicações:

Quadro 1 – Noções de descolonialidade em arquivos

AUTOR	NOÇÃO
Alencar; Tognoli; Cervantes (2023)	[...] abordar a decolonialidade na área pode ser considerada uma ação contra as lógicas coloniais no contexto dos registros e da memória. Por exemplo, a criação de narrativas pelo foco do oprimido pode envolver a criação de arquivos comunitários ou participativos, entre outras ações (Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023, p. 5).
Caswell; Ghaddar (2019)	Uma práxis arquivística descolonial parte desse entendimento, de que o colonialismo ocidental, o império e a raça são aspectos muito mais difundidos em nosso campo do que normalmente se considera. De fato, eles estão intrinsecamente ligados a todas as facetas de como pensamos, falamos e trabalhamos na área, porque são características definidoras da modernidade em todos os lugares, inclusive na forma neoliberal atual (Caswell; Ghaddar, 2019, p. 78, tradução nossa).
Caswell (2021)	A descolonização não oferece treinamento de competência cultural para arquivistas brancos, para que eles possam extrair conhecimento de comunidades negras com mais fluência. Como argumentam Tuck e Yang, a descolonização tem a ver com a devolução de terras roubadas. Nesse contexto, a “descolonização dos arquivos” implica nada menos que o uso dos registros documentais para apoiar as reivindicações indígenas de terra e soberania (Caswell, 2021, p. 105, tradução nossa).
Gak <i>et al.</i> (2021)	Uma abordagem decolonial da práxis arquivística corresponde a pôr em evidência personagens, grupos e práticas socioculturais historicamente aliados das esferas de poder (Gak <i>et al.</i> , 2021, p. 105).
Montenegro (2019)	[...] o esforço de descolonização dos arquivos (por mais tênue que seja) deve ser entendido não apenas como a descolonização dos documentos coloniais dos colonizadores ou das instituições que os mantêm, mas das mentes e dos métodos daqueles que mantêm, leem e interpretam esses registros, bem como das políticas e práticas que fazem uso do arquivo e dos arquivos coloniais como evidência (Montenegro, 2019, p. 135, tradução nossa).
Bastian (2019)	A reformulação e a reinterpretação dos processos arquivísticos, o reaproveitamento dos registros do opressor para beneficiar o oprimido, o reconhecimento e a legitimação de formas alternativas de registros – tudo isso está dentro do alcance do arquivista. Muito já foi escrito sobre o poder dos registros, mas esses ensaios demonstram que o poder de descolonizar os arquivos reside, pelo menos parcialmente, nos próprios arquivistas (Bastian, 2019, p. 206, tradução nossa).
Fraser; Todd (2016)	À luz desses desafios, nos perguntamos como seria a “descolonização dos arquivos”? Esse é um objetivo digno para os povos indígenas? Recuperar, remodelar e transformar os arquivos para atender às necessidades dos povos indígenas requer um engajamento honesto e direto com as estruturas burocráticas e arcaicas que governam e moldam a pesquisa atualmente... (Fraser; Todd, 2016, p. 37, tradução nossa).

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

No que tange a essa pluralidade de abordagens observada nos trabalhos selecionados, podemos agrupá-la em três grandes grupos: sub-representatividade de minorias sociais, deslocamento arquivístico e viés estrutural.

As abordagens focadas na representatividade têm, como objetivo, caracterizar a sub-representação ou a marginalização de determinados grupos sociais nos arquivos, notadamente povos originários, colonizados, mulheres, LGBT+ e negros. Importante destacar, em um primeiro plano, a centralidade da questão indígena para os acadêmicos canadenses e estadunidenses, permeando tanto o pensamento de Caswell (2021) e Montenegro (2019) como de Fraser e Todd (2016).

Já as ações que envolvem disputas por custódia e repatriação de documentos se dedicam aos problemas e contenciosos arquivísticos resultantes dos processos de independência das colônias. Buscam manter ou receber de suas antigas metrópoles os conjuntos de documentos que guardam relações históricas e administrativas com a colônia. Exemplos podem ser encontrados em Lowry (2019), Bastian (2019) e Agostinho (2019).

Um terceiro tipo busca mobilizar os arquivos em suporte a demandas materiais, combatendo o viés institucional que dificulta o reconhecimento de terras, reparação de direitos e violações humanitárias. Nesta categoria se enquadram estratégias heterodoxas, voltadas às necessidades e realidades de povos originários (Caswell, 2021; Montenegro, 2019; Bastian, 2019), bem como de países e povos sob domínio opressivo colonial/imperial, como a Palestina (Ghaddar, 2016; 2025), e também em regimes de transição, como o pós-*apartheid* sul-africano (Harris, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte importante da pesquisa doutoral em andamento, o panorama da literatura trouxe alguns apontamentos, bem como reflexões derivadas. A ausência de publicações brasileiras, bem como a predominância acadêmica da literatura anglófona pode evocar certo contrassenso, vez que o pensamento descolonial é estabelecido por teóricos latino-americanos.

Alguns fatores surgem como possíveis explicações: em primeiro lugar, a produção científica de maneira geral é liderada pelos países centrais do capitalismo. Países desenvolvidos tendem a pressionar as fronteiras e os avanços científicos com maiores investimentos direcionados em ciência, tecnologia e educação. A mesma conjuntura, que condiciona as colonialidades e a dependência, também provoca um êxodo de cérebros proeminentes das periferias em fluxo contínuo para os centros, atraídos por melhores oportunidades e condições de trabalho, de financiamento e de vida.

Outro ponto remete ao fato de que grande parte das universidades de elite dos países desenvolvidos possuem departamentos voltados para estudos latino-americanos, onde muitas vezes correntes como o pensamento descolonial encontram financiamento. O próprio Grupo Modernidade/Colonialidade (Ballestrin, 2013) tinha, em sua composição, quase metade dos pesquisadores vinculados a universidades americanas, como o argentino Walter Mignolo (Duke University).

Tal conjuntura permite compreender, ao menos em parte, um certo distanciamento entre os autores que trabalham com a abordagem descolonial em arquivos e os autores clássicos do Grupo M/C como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez e outros. Conceitos fundamentais, como colonialidade do poder (e também do saber e do ser), subalternidade,

transmodernidade e outros, encontram pouca articulação com os conceitos da arquivologia.

Por conseguinte, uma das conclusões indica que muitas das abordagens analisadas poderiam se beneficiar de uma maior ancoragem teórica, que as fariam, quando analisadas em conjunto, mais coesas e alinhadas ao pensamento descolonial, e menos dispersas. Em alguns casos, a abordagem descolonial soa como uma outra forma de se referir à teoria crítica arquivística.

Isso torna-se especialmente relevante quando pensamos nas estratégias propostas para o enfrentamento das colonialidades. Algumas questões permanecem em disputa na literatura, dentre as quais destacamos três: o que significa descolonizar arquivos? É possível descolonizar um arquivo sem antes descolonizar a sociedade? Até que ponto é possível disputar um arquivo estatal/institucional e até que ponto a descolonização deve ser feita por meio de arquivos comunitários?

Quanto à eficácia dos métodos definidos para as buscas em bases de dados, consideramos que foram capazes de subsidiar uma visão ampla da produção acadêmica, sobretudo internacional. Ao longo da pesquisa, entretanto, precisaram da complementação teórica de trabalhos e autores que foram conhecidos por outros caminhos que não a busca direta nas bases de dados. Da mesma forma, é certo que tantos outros trabalhos fugiram às redes de pesquisa por terem sido publicados em editoras menores ou mesmo por estarem protegidos por direitos autorais, havendo custos de aquisição incompatíveis com a viabilidade da pesquisa.

De maneira geral, entendemos que esta etapa da pesquisa trouxe resultados satisfatórios, capazes de sustentar o corpo da tese que se encontra em sua etapa final. Pelo ineditismo da empreitada, acreditamos que também será de grande valia para arquivistas brasileiros que queiram se iniciar ou se aprofundar na abordagem

descolonial. Assim, esperamos que o presente trabalho e a publicação futura da tese tragam novas perspectivas críticas para a teoria e a prática arquivística.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, D. Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives. **Archival Science**, v. 19, p. 141-165, 2019.

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N. B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, p. 1-26, 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BASTIAN, J. A. Epilogue. On Augusta's porch; a meditation on decolonizing the archives. **Archival Science**, v. 19, n. 2, p. 205-207, 2019.

BASU, P.; DE JONG, F. Utopian archives, decolonial affordances: Introduction to special issue. **Social Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 5-19, 2016.

CASWELL, M.; GHADDAR, J. J. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. **Archival Science**, v. 19, n. 2, p. 71-85, 2019.

CASWELL, M. **Urgent Archives: Enacting Liberatory Memory Work**. New York: Routledge, 2021.

ESCOBAR, A.; MIGNOLO, W. D. **Globalization and the decolonial option**. Londres: Routledge, 2013.

FRASER, C.; TODD, Z. Decolonial sensibilities: Indigenous research and engaging with archives in contemporary colonial Canada. In: IŠTOK, R. (org.). **Decolonising Archives**. L'Internationale Online, 15 fev. 2016, p. 32-39. Disponível em: <https://internationaleonline.org/contributions/decolonial-sensibilities-indigenous-research-and-engaging-with-archives-in-contemporary-colonial-canada>. Acesso em: 23 out. 2024.

GAK, I.; TOSELI, N.; CHIPOCO, A. C. A.; COSTA, A. S. Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão. **Raízes e Rumos**, v. 9, n. 2, p. 104-113, 2021.

GHADDAR, J. J. Palestine as provenance: archiving against genocide from Gaza to South Lebanon (Jabal Amil). **Archival Science**, v. 25, n. 20, 2025.

GHADDAR, J. J. The spectre in the archive: truth, reconciliation, and Indigenous archival memory. **Archivaria**, n. 82, p. 3-26, dez. 2016.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. Manifiesto inaugural. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (orgs.). **Teorías sin disciplina**: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. Disponível em: <https://people.duke.edu/~wmignolo/interactivecv/publications/teoriassindisciplina.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

HARRIS, V. **Ghost of Archive**: Deconstructive intersectionality and praxis. Londres: Routledge, 2021.

LOWRY, J. Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives. **Archival Science**, v. 19, n. 2, p. 185-203, 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MONTENEGRO, M. Unsettling evidence: an anticolonial archival approach/reproach to Federal Recognition. **Archival Science**, v. 19, n. 2, p. 117-140, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005.

20

*Mateus Sonegheti do Nascimento
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

ARQUIVOS DE ETNOMUSICOLOGIA E JUSTIÇA SOCIAL:

**O ARQUIVO DO GRUPO MUSICULTURA COMO
INSTRUMENTO DE AUTORREPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA**

ETHNOMUSICOLOGY ARCHIVES AND SOCIAL JUSTICE:

***THE MUSICULTURA GROUP ARCHIVE AS AN
INSTRUMENT OF COMMUNITY SELF-REPRESENTATION***

RESUMO

Este trabalho reflete sobre o papel social dos arquivos etnomusicológicos na promoção da justiça social e da autorrepresentação comunitária. Objetiva destacar potenciais diálogos interdisciplinares entre arquivologia e etnomusicologia, utilizando revisão bibliográfica qualitativa e baseada na experiência prática de organização e disponibilização pública do acervo produzido pelo Grupo Musicultura, coletivo de pesquisa etnomusicológica formada por moradores da Maré. Os resultados evidenciam que arquivos etnomusicológicos têm forte potencial para fortalecer identidades culturais e políticas, destacando a importância de ampliar o protagonismo das comunidades representadas e democratizar o acesso às informações produzidas. Propõe-se, assim, uma maior integração entre esses campos do conhecimento.

Palavras-chave: arquivologia; arquivos etnomusicológicos; interesse público; autorrepresentação; arquivo grupo musicultura.

ABSTRACT

This paper reflects on the social role of ethnomusicological archives in promoting social justice and community self-representation. It aims to highlight potential interdisciplinary dialogues between Archival Science and Ethnomusicology, through a qualitative literature review and based on the practical experience of organizing and publicly providing access to the archive produced by Grupo Musicultura, an ethnomusicological research collective formed by residents of Maré. The results demonstrate that ethnomusicological archives have strong potential to strengthen cultural and political identities, underscoring the importance of expanding the protagonism of represented communities and democratizing access to the information produced. Thus, the paper proposes greater integration between these fields of knowledge.

Keywords: archival science; ethnomusicological archives; public interest; self-representation; musicultura group archive.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um recorte da dissertação de mestrado¹ recentemente defendida pelo autor e tem como referência as atividades realizadas em parceria com o Grupo Musicultura, voltadas à organização e disponibilização pública de seu acervo, produzido ao longo de mais de 20 anos de pesquisas etnomusicológicas no bairro da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro.

O problema central reside na lacuna de diálogo entre a arquivologia e a etnomusicologia. Parte-se da questão sobre como o arcabouço teórico-metodológico da arquivologia pode contribuir para a construção de uma memória social, autorrepresentação comunitária e justiça social a partir dos usos dos acervos de etnomusicologia.

A popularização das tecnologias da informação transformou significativamente as formas de produção, preservação e acesso documental. Esse fenômeno vem criando novas demandas sociais para a arquivologia à medida que comunidades, antes pouco representadas nos arquivos institucionais, podem agora construir seus próprios arquivos e disponibilizá-los *online*. E esses processos revelam não apenas uma preocupação técnica com a documentação, mas disputas em torno de como comunidades desejam se ver representadas e quais memórias culturais desejam transmitir às gerações futuras.

Diante disso, este artigo busca refletir sobre o papel social dos arquivos de etnomusicologia e antropologia na promoção de uma memória cultural mais inclusiva e na promoção de justiça social, destacando as possibilidades de colaboração interdisciplinar entre esses campos e a arquivologia. A análise concentrou-se na revisão bibliográfica do trabalho de autores como Seeger (1986; 2004), Turner (1993), Araújo (2008), Araújo *et al.* (2005), Freire (1996) e Tognoli *et al.* (2023).

¹ Defesa de mestrado realizada em agosto de 2025, no âmbito do Programa Pós-graduação em Ciência da Informação, na Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

REFERENCIAL TEÓRICO

A interseção entre arquivologia e etnomusicologia constitui um campo que se pretende consolidar a partir da valorização dos arquivos sonoros e audiovisuais enquanto documentos arquivísticos que devem ser tratados respeitando princípios arquivísticos como a organicidade, a proveniência, a unicidade e a indivisibilidade. À medida que esse tipo de acervo ganha relevância, valorizam-se também as possibilidades de autorrepresentação, sobretudo quando se pensa na construção de uma memória cultural para comunidades de tradição oral, onde o recurso audiovisual ganha relevância nas possibilidades de uso e produção documental, conforme veremos com os exemplos das próximas seções.

No âmbito da etnomusicologia, observa-se um percurso que remonta a origem da disciplina ainda como musicologia comparada, baseada em registros custodiados em gabinetes europeus, distante da comunidade pesquisada até a virada epistemológica promovida pelas Ciências Sociais e pela Antropologia modificando paradigmas e reorientando o campo a refletir também sobre a disponibilização dos acervos gerados pelas pesquisas para as comunidades pesquisadas, sobretudo com a construção comunitária das próprias pesquisas, utilizando-se da metodologia de Paulo Freire.

Nesse contexto, os arquivos deixaram de ser considerados depósitos de registros para assumirem centralidade como recurso de representação cultural e fortalecimento identitário. Autores como Anthony Seeger (1986; 2004), Samuel Araújo (2008) e Terence Turner (1993) são fundamentais para compreender essa transformação e evidenciam a relevância e potencialidades que os registros de campo têm assumido na contemporaneidade.

Na arquivologia e na ciência da informação, a discussão em torno dos documentos sonoros e audiovisuais esteve durante

muito tempo associada à categoria de “documentos especiais”, cuja inserção nos fluxos arquivísticos de gestão documental apresentava desafios técnicos e conceituais. Nesse sentido, iniciativas recentes como a criação da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) em 2020, demonstram esforços ainda incipientes para adequar práticas arquivísticas às demandas contemporâneas.

Dessa forma, as reflexões trazidas por Tognoli *et al.* (2023) reforçam a necessidade de compreender os arquivos enquanto sua dimensão social, como espaços de democratização do conhecimento e de participação cidadã. Assim, esse diálogo entre arquivologia e etnomusicologia revela-se como fundamental para pensar estratégias de preservação, organização e acesso que contemplem tanto princípios técnicos e teóricos quanto as demandas sociais emergentes. Essa interseção teórica sustenta a análise proposta nesse trabalho, ao considerar os arquivos etnomusicológicos como espaços que podem privilegiar a articulação entre memória, identidade e justiça social, nos quais a prática arquivística pode se abrir para uma dimensão comunitária e participativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme citado anteriormente, esse artigo constitui-se de um recorte da pesquisa de mestrado recentemente desenvolvida pelo autor, a qual se baseou em uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, combinando observação participante, análise documental, revisão bibliográfica e intervenção técnico-metodológica voltada à organização do acervo e criação do repositório do Grupo Musicultura.

Para fins do presente trabalho, adotou-se prioritariamente a revisão bibliográfica como procedimento metodológico central,

considerando a necessidade de discutir a interseção entre arquivologia e etnomusicologia a partir das contribuições de autores que evidenciam o caráter social dos arquivos, os seus usos comunitários e a perspectiva do uso da dialogia freireana para a construção de pesquisas e acervos. Nesse sentido, foram mobilizadas as reflexões de Anthony Seeger (1986; 2004), Terence Turner (1993), Samuel Araújo (2008), Paulo Freire (1996) e Tognoli *et al.* (2023), entre outros.

Destaca-se, portanto, que embora dialogue com os resultados empíricos da pesquisa de mestrado – especialmente no que se refere à experiência prática desenvolvida junto ao Grupo Musicultura –, este artigo concentra-se na reflexão relacionada aos usos, apropriações e potenciais aprendizados na interlocução entre as áreas e nos benefícios sociais que podem ser gerados a partir da comunhão teórico-metodológica dos campos.

Quanto ao universo da investigação, atua-se com foco nas atividades e no acervo produzido pelo Grupo Musicultura, um coletivo autônomo formado por moradores-pesquisadores do bairro da Maré, situado na zona norte do Rio de Janeiro. Embora o presente trabalho se concentre na revisão bibliográfica, o grupo constitui o contexto empírico do trabalho de origem, que orienta a reflexão. Dessa forma, reconhecendo que o acervo resulta de um processo coletivo, considera-se que os sujeitos envolvidos abarcam pesquisadores locais, estudantes secundaristas, colaboradores externos que ao longo dos anos contribuíram para a construção coletiva do acervo.

RESULTADOS ESPERADOS OU ALCANÇADOS

Como citado, os resultados alcançados neste artigo dizem respeito à reflexão teórica construída a partir do diálogo entre

arquivologia e etnomusicologia, tomando como base a experiência desenvolvida junto ao Grupo Musicultura e os debates contemporâneos sobre o papel social dos arquivos. Busca-se evidenciar de que modo esses acervos, quando organizados e disponibilizados em diálogo com as comunidades de origem, podem se tornar instrumentos de autorrepresentação, de fortalecimento identitário e de promoção da justiça social.

Para isso, esta seção está organizada em três subseções: na primeira subseção do trabalho, contextualiza-se o Grupo Musicultura, enfatizando o emprego da metodologia freireana para pesquisar a produção cultural local. Em seguida, discutem-se textos de Anthony Seeger e Terence Turner, que refletem sobre os usos comunitários dos arquivos resultantes de suas pesquisas junto a povos originários, evidenciando os potenciais usos sociais e políticos dessa documentação. Por fim, realiza-se uma análise de contribuições selecionadas da obra organizada por Tognoli *et al.* (2023), com destaque para o debate emergente sobre as responsabilidades sociais dos arquivos na perspectiva arquivística.

GRUPO MUSICULTURA E O PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS DE ETNOMUSICOLOGIA

O acervo etnomusicológico produzido pelo Grupo Musicultura reúne registros audiovisuais, sonoros e textuais das manifestações culturais das diversas comunidades que compõem o bairro da Maré, zona norte do Rio de Janeiro. O grupo se destaca por empregar uma metodologia dialógica inspirada em Paulo Freire, que permite aos sujeitos da pesquisa atuarem também como pesquisadores. Tal abordagem confere ao acervo um caráter diferenciado e socialmente significativo, pois sua produção foi idealizada e executada coletivamente por pesquisadores locais com variadas formações, a maioria

moradores da Maré, incluindo estudantes do ensino médio e estudantes universitários (Araújo *et al.*, 2005)².

A partir desse contexto, é importante salientar que o campo da etnomusicologia, referencial teórico que sustenta as atividades do Grupo Musicultura, passou por muitas mudanças com relação ao papel e a importância do acervo produzido/acumulado/armazenado. Inicialmente, as pesquisas da área tinham caráter comparativista (musicologia comparada) e utilizavam documentos sonoros armazenados em gabinetes europeus, produzidos frequentemente por pesquisadores distantes das necessidades do campo que surgia, e marcado pelo caráter colonial predominante nos estudos da época.

No segundo momento, a partir da necessidade (por falta de acesso ou contexto), os pesquisadores adotaram metodologias como trabalho de campo e observação participante, e por isso passaram a priorizar a produção de suas próprias gravações, com isso, os acervos acumulados até então passaram a ter quase nenhuma importância.

No terceiro momento, houve uma transformação na compreensão do papel social dos acervos, decorrente de uma virada epistemológica influenciada especialmente pelas Ciências Sociais e pela Antropologia. Os acervos acumulados voltariam a ter importância, mas de forma diferente, pautados principalmente na importância da disponibilização do acervo para as comunidades pesquisadas e no interesse público social sobre essa documentação (Seeger, 1986; Araújo, 2008).

A diferenciação do acervo do Grupo Musicultura em relação aos demais acervos tradicionais da área reside na presença explícita da pedagogia dialógica de Paulo Freire. Essa abordagem confere ao acervo um caráter autorrepresentativo, possibilitando aos

2 Maiores contextos podem ser encontrados na produção acadêmica do Grupo Musicultura e de pesquisadores convidados, como o trabalho de Ana Flávia Miguel, pesquisadora da Universidade de Aveiro, que realizou intercâmbio com objetivo de conhecer as práticas do Grupo. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/article/view/26284>. Acesso em 27 mar. 2025.

próprios moradores da Maré a construção e desconstrução constantes de conceitos e preconceitos ao tornarem o “familiar estranho e o estranho familiar”.

ARQUIVOS DE ETNOMUSICOLOGIA E INTERESSE PÚBLICO SOCIAL

Anthony Seeger, destacado pesquisador estadunidense no campo da etnomusicologia, em seu artigo *New technology requires new collaborations: Changing ourselves to better shape the future* (2005), discute a partir de sua experiência com os povos Kisêdjê, no estado de Mato Grosso, o impacto das tecnologias sobre os arquivos audiovisuais e sonoros, no contexto etnomusicológico, enfatizando a necessidade de colaborações inovadoras entre pesquisadores, instituições arquivísticas e as próprias comunidades pesquisadas.

O autor teve como foco de seu trabalho “compreender como a música fazia parte da vida social em uma sociedade pouco influenciada pelo capitalismo e pelos mercados” (Seeger, 2004, p. 97). Destaca-se que os usos dados aos arquivos etnomusicológicos são frequentemente imprevisíveis. Após sua pesquisa, Seeger (2004) relata que os diagramas das aldeias e informações sobre recursos ecológicos coletados foram utilizados posteriormente pelos Kisêdjê para reivindicar a demarcação de suas terras. O fato de ter sido publicado por um autor com doutorado e de outro país com informações confirmadas por especialistas brasileiros auxiliou no processo de demarcação das terras indígenas que lhes são de direito, o que reforça a importância do papel das universidades no contexto da custódia e fomento desses arquivos.

Terence Turner, antropólogo estadunidense que desenvolveu pesquisas com os Kaiapós na região amazônica do sudeste do Pará (1993), discute como a apropriação tecnológica indígena ocorre frequentemente no contexto de movimentos políticos de autodeterminação e resistência. Para o autor, esses trabalhos de gravação de

vídeo produzida pelos Kayapó rejeitam a noção de “autenticidade” quando aplicada a uma concepção idealizada de cultura “tradicional” e enfatizam a construção de representações culturais híbridas, combinando elementos das culturas tradicionais indígenas com elementos da cultura de massa e tecnologias contemporâneas. Dessa forma, ao invés de buscarem a recuperação de uma visão idealizada da cultura antes do contato, buscam os processos de construção da identidade no momento presente (Turner, 1993, p. 82).

As gravações realizadas pelos indígenas configuram-se como um meio de comunicação cultural e político, fortalecendo a identidade étnica e a coesão social do grupo (Turner, 1993). Cabe destacar que a partir da apropriação dos dados da tecnologia de filmagem pelos Kaiapó, além de trabalharem sobre sua identidade étnica, cultural, política e social, também contribuíram na conquista da demarcação das suas terras.

O PAPEL DOS ARQUIVOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Durante muito tempo, os documentos audiovisuais e musicais foram considerados “documentos especiais” devido às suas especificidades físicas e metodológicas, gerando dificuldades para a sua inclusão nas práticas arquivísticas tradicionais. Entretanto, iniciativas recentes como a criação da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM), instituída pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)³ em 2020, sinalizam esforços (ainda modestos) para adequar o tratamento arquivístico dos documentos, garantindo a manutenção de seu contexto original de produção e suas potencialidades informacionais e sociais.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-audiovisuais-iconograficos-sonoros-e-musicais-ctdaism>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Apesar dos avanços, ainda se observa uma lacuna de debates mais aprofundados entre os profissionais da arquivologia sobre o tratamento técnico de acervos sonoros e audiovisuais relativos a grupos sociais não tradicionalmente representados nos arquivos institucionais, como ocorre com os acervos de etnomusicologia, Antropologia e tantos outros que podem se encaixar nessas especificidades.

Esse trabalho busca ser um esforço no sentido de contribuir para o debate, destacando a importância dos diálogos interdisciplinares da arquivologia com áreas que têm refletido sobre os próprios acervos produzidos. Nesse sentido, as práticas teóricas metodológicas desenvolvidas pela arquivologia devem ser adaptadas para os novos contextos sociais emergentes, especialmente frente à popularização e democratização das tecnologias digitais.

Nesse cenário, a ciência da informação desempenha papel central ao abordar a atuação dos profissionais diante das demandas tecnológicas e sociais emergentes. Conforme Tognoli *et al.* destacam, “para além da democratização do acesso, emergem questões sobre a ampliação da participação do cidadão na produção da ciência e de registros sobre suas comunidades, configurando novas agendas de pesquisa no campo da Ciência da Informação” (Tognoli *et al.*, 2023, p. 9).

HISTÓRICO DO ACERVO DO GRUPO MUSICULTURA

Desde a pandemia da Covid-19 em 2020, o grupo intensificou atividades de organização, digitalização e disponibilização do acervo, com base em princípios arquivísticos visando manter o contexto e a organicidade documental. Realizou-se a identificação, categorização, higienização e digitalização do acervo, separando-o em dossiês por projeto que deu origem à documentação.

O acervo coletado pelo grupo inclui diversos gêneros documentais como textos impressos e digitais, gravações audiovisuais, sonoras, iconográficas e cartográficas. Predominam materiais audiovisuais e sonoros (Fitas Cassete, VHS, CDs, DVDs, MiniDV, MiniDiscs e Discos Vinil), relacionados às gravações de campo, entrevistas, e atividades políticas do grupo.

Originalmente localizado no bairro da Maré, por questões estruturais que incorriam em risco de eliminação do acervo, foi transferido para as dependências da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na região central da cidade. Em 2023 iniciou-se a criação do site para a disponibilização do acervo, priorizando o uso de aplicações abertas, utilizando *Wordpress* com o *plugin* de acesso aberto Tainacan⁴, elaborando metadados que evidenciam o contexto original dos documentos.

Figura 1 - Captura de tela da seção destinada à videoteca



Fonte: elaborado pelo autor (2025).⁵

- 4 Desenvolvido pela Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus.
- 5 Desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

Destaca-se a necessidade de ampliar a atuação dos arquivistas em relação aos acervos relativos às práticas antropológicas e etnomusicológicas, promovendo uma aproximação entre os campos, entendendo as comunidades representadas nos arquivos não apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos participantes na construção desses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou discutir o papel social dos arquivos etnomusicológicos a partir do diálogo entre a etnomusicologia, Antropologia e arquivologia, tomando como referência as atividades desenvolvidas pelo Grupo Musicultura e as contribuições teóricas de autores relevantes no cenário dessas áreas envolvidas. A análise evidencia que a organização e a disponibilização pública de acervos audiovisuais e sonoros não se restringem a uma questão técnica, mas configuram práticas sociais com implicações políticas diretas na promoção da justiça social e na construção de espaços de autorrepresentação comunitária.

Entretanto, os resultados também apontam para questões que não podem ser ignoradas. Arquivos e instituições públicas, mesmo quando dispõem de autonomia tecnológica e financeira, frequentemente permanecem atrelados a paradigmas tradicionais que dificultam a incorporação de acervos comunitários. Isso exige não apenas a adoção de novas práticas de preservação e acesso, mas principalmente de reposicionamento político da arquivologia e das instituições que podem ser parte importante nesse processo, sejam arquivos, universidades, museus, bibliotecas, centros de memória, centros culturais para o atendimento das demandas sociais emergentes.

Além disso, ressalta-se que o acesso não deve ser entendido apenas como a entrega de um acervo “pronto”, ou um produto, mas

como um processo contínuo de produção e circulação de conhecimento, no qual as comunidades devem participar de maneira ativa. Nesse sentido, a ampliação de ações extensionistas e iniciativas interdisciplinares aparecem como caminhos necessários, e que se desenham no horizonte do aprofundamento das parcerias desenvolvidas entre o departamento de arquivologia da Universidade Federal Fluminense e o Departamento de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por fim, reconhece-se como limite deste trabalho o fato de se tratar de um recorte bibliográfico, derivado de pesquisa de maior fôlego no mestrado. Ainda assim, acredita-se que a discussão aqui apresentada contribui para reforçar a importância dos arquivos sonoros e audiovisuais, mais especificamente os desenvolvidos em pesquisas etnomusicológicas – e outras com características semelhantes como os antropológicos e etnográficos de forma mais ampla –, para o debate sobre memória, cidadania e justiça social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. V. *et al.* Perspectivas dialógicas sobre um mapeamento musical da Maré, Rio de Janeiro: Grupo Musicultura – CEASM/Rede Memória. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA (ANPPOM), 15. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPPOM, 2005.

ARAÚJO, S. Características e papéis dos acervos etnomusicológicos em perspectiva histórica. *In*: ARAÚJO, S.; PAZ, G.; CAMBRIA, V. (orgs.). **Música em debate: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. SEEGER, A. New technology requires new collaborations: changing ourselves to better shape the future. **Musicology Australia**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 94–110, 2004.

SEEGER, A. The role of sound archives in ethnomusicology today. **Ethnomusicology**, Illinois, v. 30, n. 2, p. 261–276, 1986.

TOGNOLI, N. B.; SOUZA, J. C. C. E.; OLIVEIRA, L. M. V.; MATTOS, R. (orgs.). **O papel social da ciência da informação em novos contextos**. Niterói: IACS/UFF, 2023. (Série Estudos da Informação, 7).

TURNER, T. Imagens desafiantes: a apropriação Kaiapó do vídeo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 36, p. 81–121, 1993.

21

*Lúcia Maria Velloso de Oliveira
Camilla Campoi de Sobral
Laura Juliani Mollo*

NÃO SE NASCE PESQUISADORA, TORNA-SE:

**A ABORDAGEM CONTEXTUAL NO
ARQUIVO DE RUTH CARDOSO**

***ONE IS NOT BORN A
RESEARCHER, ONE BECOMES:***

***THE CONTEXTUAL APPROACH IN
RUTH CARDOSO'S ARCHIVE***

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-721

RESUMO

A preservação de arquivos pessoais, como o de Ruth Cardoso, evidencia os desafios enfrentados pelas práticas arquivísticas tradicionais, historicamente centradas em narrativas masculinas. Este estudo destaca a importância de uma abordagem contextual, com foco na tipologia documental, como forma de revelar os diferentes papéis sociais desempenhados por Ruth — pesquisadora, antropóloga e primeira-dama. Além disso, ressalta a relevância de políticas arquivísticas inclusivas, fundamentais para a promoção da justiça social e a democratização do acesso à memória.

Palavras-chave: arquivos pessoais; arquivos de mulheres; contexto arquivístico; tipologia documental.

ABSTRACT

The preservation of personal archives, such as that of Ruth Cardoso, underscores the challenges inherent in traditional archival practices, which have historically privileged male-centered narratives. This study advocates for a contextualized approach grounded in document typology as a methodological strategy to illuminate the multiple social roles performed by Ruth — as a scholar, anthropologist, and first lady. Furthermore, it highlights the critical importance of inclusive archival policies as a means to advance social justice and ensure the democratization of access to collective memory.

Keywords: *personal archives; women's archives; archival context; document typology.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões em torno do arquivo de Ruth Cardoso, preservado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso – localizada em São Paulo (SP). Composto por cerca de 3 mil itens, trata-se de um *corpus* documental que ilumina múltiplas dimensões de sua trajetória. É constituído de uma documentação de natureza, sobretudo, prática, entre projetos, relatórios, apontamentos, entrevistas, artigos, fotografias, recibos e atestados.

Trata-se de um conjunto cuja titular ocupou uma série de espaços no âmbito universitário, de estudante a professora, orientadora e pesquisadora. Ruth pesquisou movimentos sociais no contexto urbano e foi responsável por uma transformação no papel de primeira-dama.

Em termos metodológicos, este estudo analisa como a organização do arquivo de Ruth Cardoso, com foco no contexto de produção dos documentos e na identificação dos tipos documentais, contribui para uma melhor representação do conjunto documental e torna visível as diferentes funções sociais de sua titular.

Como resultados, serão apresentados tipos documentais relativos aos diferentes papéis sociais assumidos por Ruth Cardoso e representados em seu arquivo, com foco em sua carreira como antropóloga e pesquisadora que serão fundamentais no papel social que constrói ao tornar-se primeira-dama.

O ARQUIVO DE RUTH CARDOSO

Nascida em Araraquara, São Paulo, em 1930, Ruth Villaça Correa Leite se formou bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1952. Foi a primeira aluna

do vestibular, seguida de Fernando Henrique Cardoso que se tornaria seu marido e companheiro pelo restante de sua vida. Depois de formada, ingressou na carreira docente como professora no Colégio Estadual Fernão Dias, em São Paulo. Trabalhava no período noturno, o que, naquela época, era algo incomum para mulheres casadas. Na mesma universidade em que se formou, obteve o título de mestre (1959) e doutora (1972). Até o fim de sua vida, em 2008, continuou dando aulas e foi professora em instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brown University (Providence – Estados Unidos), University of California (UCLA – Berkeley – Estados Unidos), Universidad de Chile e, também, na própria USP.

O arquivo de Ruth Cardoso está preservado na Fundação Fernando Henrique Cardoso e inserido no conjunto Acervo Pres. Fernando Henrique Cardoso, sendo um dos arquivos custodiados na Fundação FHC. A documentação do arquivo de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, político e presidente do Brasil entre 1995-2002, tem sua preservação e acesso sustentado, sobretudo, pela Lei 8.394/1991, que regulamenta a preservação, organização e proteção dos acervos documentais dos presidentes da República.

A documentação preservada na instituição é constituída por documentos da infância, juventude, vida acadêmica e vida política de Ruth e Fernando Henrique Cardoso e torna possível reconstituir a trajetória do casal Cardoso. Embora, em alguns momentos, se revele difícil separar o que é de Ruth e o que é de Fernando Henrique, principalmente no que diz respeito a presentes, livros e correspondência dirigida aos dois, em outros momentos, é possível enxergar a individualidade de cada um, e ficam evidentes as especificidades de seus caminhos acadêmicos, sendo ele sociólogo e ela, antropóloga. As marcas de proveniência nos livros também ajudam a contar essa história. E os documentos que formam o arquivo de cada um mostram suas diferentes *personas* no ato de viver e se relacionar.

Além da biblioteca e dos arquivos de Ruth e Fernando Henrique, o Acervo da Fundação FHC preserva o arquivo do pai e avô de FHC, respectivamente, Leonidas Cardoso e Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, e de dois membros do governo, Paulo Renato Souza (ministro da Educação) e Sergio Motta (ministro das Telecomunicações).

Cabe destacar que, entre os arquivos preservados na instituição, o de Ruth Cardoso é o único pertencente a uma mulher. Para além, trata-se de um conjunto documental produzido e acumulado por uma pesquisadora brasileira que, de muitas formas, assumiu uma postura militante e agiu, dentro de sua realidade, para transformar a sociedade. Entretanto, seu arquivo talvez não fosse preservado se não tivesse sido seu marido um dos presidentes do Brasil. É, portanto, sintomático dos limites e apagamentos dos arquivos que só tenhamos acesso ao arquivo de uma mulher como Ruth, importante figura da Antropologia e da ciência política do País, por conta de um laço matrimonial.

De acordo com Flinn, Stevens e Shepherd, “os arquivos que são ‘escolhidos’ para sobreviver, os termos pelos quais são descritos e os processos pelos quais essas decisões são tomadas repercutem, em última análise, na memória coletiva e nas histórias públicas que são produzidas a partir deles” (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 76).

Em consonância com os autores, observamos que, em decorrência da formação do acervo do Pres. Fernando Henrique Cardoso, respaldado pela legislação brasileira, o acervo de Ruth contou com um aparato financeiro e administrativo que permitiu a preservação e conservação de seus documentos. E ainda, em decorrência da criação da metodologia desenvolvida por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, o tratamento individualizado dos documentos, com foco no contexto e na identificação do tipo documental, permitiu a identificação de tipos documentais que revelam diferentes funções sociais de Ruth, especialmente como pesquisadora.

NÃO SE NASCE PESQUISADORA, TORNA-SE: OS CAMINHOS DE RUTH

Ruth Cardoso, em sua trajetória acadêmica, demonstrou um esforço em pensar o tempo presente de maneira crítica. Antropóloga, buscou modernizar a disciplina, sendo uma das precursoras da antropologia urbana. Na apresentação de sua obra completa, a organizadora, orientanda e antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira chama atenção para o compromisso de Ruth "com a investigação e interpretação dos processos de urbanização e democratização da sociedade brasileira na segunda metade do século XX" (Caldeira, 2011, p. 10). Não se trata, portanto, apenas de um arquivo de uma mulher pesquisadora, mas de uma acadêmica engajada em questões sociais de seu tempo e que foi, à sua maneira, militante, e soube aliar conhecimento teórico, experiências em trabalho de campo e o alcance de sua ação, primeiro através dos meios intelectuais e, mais tarde, inserida dentro do aparato governamental.

Em seu arquivo, são muitos os documentos relacionados a esse momento de sua vida. Dos mais protocolares, como convites a congressos ou participação em bancas, atestados de participação, programa de eventos, até contracheque, aos mais íntimos, pessoais e espontâneos, como os apontamentos de leitura, cartas de atualização de notícia trocadas com amigos e outros intelectuais, resumos, questionários aplicados em seus trabalhos de campo com as respectivas respostas, enfim, uma miríade de documentos produzidos no contexto acadêmico e que atestam as atividades pertinentes ao seu ofício como pesquisadora, professora e orientadora. Na biblioteca, os livros nos mostram quais eram os referenciais teóricos da titular e seus temas de maior interesse, dentre os quais vale mencionar o feminismo, como podemos perceber, por exemplo, pela coleção de dezenas de volumes do periódico Estudos Feministas.

Como vimos, seu trabalho se desenvolveu com grande preocupação em uma reflexão sobre movimentos sociais urbanos. Entre seus objetos de pesquisa mais robustos, podemos citar sua tese de doutorado “Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo”, que já vinha de um trabalho de especialização realizado alguns anos antes com o tema “O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses”. Em seguida, se ocupou da população periférica, produzindo “A periferia de São Paulo e o contexto da ação política”, em conjunto com Eunice Durhan, pelo Cebrap e pela USP. No trabalho de campo, que está registrado no arquivo, temos o “Levantamento socioeconômico da população favelada do município de Osasco - São Paulo”. Mais tarde, se encaminhou para a área da ciência política e se dedicou a temas como violência urbana, organizações locais e questões de saúde, educação e gênero, juventude e, mais tarde, terceiro setor — que viria a ser parte fundamental da sua ideia no Comunidade Solidária e em sua vida pós-governo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A preservação de arquivos de pessoas, especialmente aqueles pertencentes a mulheres, representa um esforço na busca por justiça social, uma vez que esses conjuntos oferecem perspectivas e contribuições das mulheres ao longo da história.

As práticas arquivísticas tradicionais, frequentemente, priorizaram materiais produzidos por homens brancos, marginalizando, assim, as vozes e vivências de mulheres e de outros grupos sub-representados.

Importante destacar que o arquivo de Ruth Cardoso foi preservado no escopo de institucionalização do acervo do ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso. Desde 2004 está custodiado na Fundação FHC, quando, após a saída de Fernando Henrique da presidência, cumpriu-se a prerrogativa da Lei 8.394/1991.

Howard Zinn, ao questionar a suposta neutralidade da profissão arquivística, afirma que há uma inclinação quanto à aquisição e preservação de arquivos produzidos por pessoas consideradas “importantes”. Nesse sentido,

aprendemos mais sobre os ricos, não os pobres; sobre os bem-sucedidos, não os fracassados; sobre os idosos, não os jovens; sobre os politicamente ativos, não os alienados; sobre homens, não mulheres; sobre brancos, não negros; sobre pessoas livres, e não prisioneiros; sobre civis, e não soldados; sobre oficiais, e não soldados rasos (Zinn, 1977, p. 21, tradução nossa).

Nesse sentido, cabe refletir que, em 2004, quando a documentação de Ruth Cardoso ingressa na Fundação FHC, o fator determinante para a preservação de seu arquivo relaciona-se menos ao reconhecimento de sua trajetória como antropóloga, pesquisadora e docente, e mais à sua condição de primeira-dama. Trata-se, portanto, de um movimento compreensível no contexto da criação da instituição, concebida para salvaguardar o arquivo do ex-presidente.

Para Randall Jimerson, “os arquivistas devem usar seu poder — ao determinar quais documentos serão preservados para as gerações futuras e ao interpretar tal documentação para os pesquisadores — para o benefício de todos os membros da sociedade” (Jimerson, 2008, p. 39).

Reconhecemos que os arquivistas desempenham um importante papel na aquisição e preservação de acervos, considerando o valor para a pesquisa e os possíveis desafios associados à organização desses conjuntos. Esse processo requer uma avaliação crítica e uma disposição para acolher materiais que, no passado, possam ter sido negligenciados ou desvalorizados.

Adota-se, nesta pesquisa, o conceito de arquivo pessoal alargado baseado em Oliveira (2018), pelo qual o arquivo pessoal é o conjunto de documentos criados e mantidos por um indivíduo para instrumentalizar sua vida em sociedade, e representa os relacionamentos, afetos, desafetos, expressões de sentimentos, acordos e compromissos assumidos pelo produtor do arquivo como sujeito social. Consideramos também que, além de abrigar as muitas *personas* do produtor, um arquivo pessoal é produto dos contextos que permeiam a gênese documental.

Dessa maneira, o arquivo de Ruth Cardoso reflete seus múltiplos papéis sociais, as instituições com as quais se vinculou, os projetos que desenvolveu, as pesquisas que realizou e os relacionamentos que manteve. Cada documento funciona como expressão de facetas que permitem compreender tanto a trajetória da antropóloga quanto a atuação da primeira-dama. Essa diversidade de registros evidencia a importância de nomear e compreender os documentos em sua tipologia e contexto de produção.

DAR NOME AOS DOCUMENTOS

A tipologia documental tem sido discutida no Brasil nas últimas décadas. No âmbito institucional, os estudos empreendidos pela pesquisadora Heloísa Bellotto foram seminais; já na esfera dos arquivos pessoais, as pesquisas desenvolvidas por Camargo representam esse esforço. Produto dessa construção teórica, a experiência empreendida, em parceria com Silvana Goulart, no arquivo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e registrada no livro *Tempo e circunstância* (2007), é uma primeira iniciativa nesse tipo de tratamento. E, conforme destacam as autoras:

Dar nome aos documentos, identificando-os a partir da espécie ou do tipo, constitui uma das operações mais importantes da arquivística, cujas afinidades com a

tradição diplomática foram muito bem delineadas por Heloísa Liberalli Bellotto. Se o objeto da diplomática é a estrutura formal do documento, como enfatiza a autora, a tipologia documental é uma ampliação desse conceito “em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades de entidade geradora/acumuladora” (Camargo; Goulart, 2007, p. 66).

A nomeação dos documentos tem se mostrado a abordagem mais coerente para representação arquivística. Para Oliveira, “o processo e/ou programa descritivo implica necessariamente na identificação das espécies e dos tipos documentais individualmente encontrados num arquivo e/ou coleção” (Oliveira, 2012, p. 43). A autora ainda aponta que a identificação tipológica é fundamental para o estudo das atividades e ações representadas nos documentos, e permite identificar as formas de comunicação entre o titular e os demais indivíduos retratados nos documentos.

Para além da identificação tipológica, a abordagem contextual formulada por Camargo e Goulart inova ao “dar tratamento individualizado aos documentos (...) e a disposição de incorporar livros e objetos ao mundo dos arquivos levaram à formulação de uma abordagem inteiramente nova” (Camargo; Goulart, 2007, p. 35).

Ao organizar o arquivo de Ruth Cardoso na perspectiva da abordagem contextual, é possível conhecer os processos da sua produção acadêmica. Ao acessar as diversas etapas de formação da pesquisa, desde o esboço de uma ideia ao livro publicado, e do cotidiano da pesquisa no Brasil.

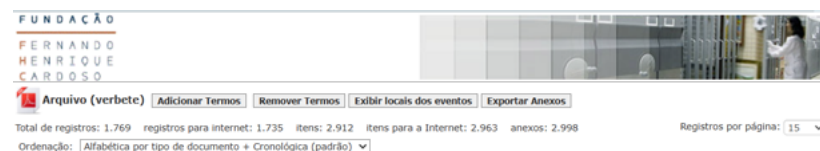
O ato de contextualizar o evento ou atividade geradora torna possível o acesso aos documentos ao representar de maneira inteligível os processos de produção do conhecimento. E é por meio dos tipos documentais que podemos ter um panorama sobre quais documentos são produzidos nas múltiplas etapas de construção do conhecimento institucionalizado dentro do universo acadêmico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar como a tipologia documental evidencia os papéis sociais desempenhados por Ruth Cardoso, realizamos um exame detalhado da descrição de seus documentos. Considerando a necessidade de um recorte viável, optou-se por focar na documentação do gênero “textual”, que constitui a maior parte de seu acervo, representando mais de 75% do total de registros¹.

A partir da interface interna do banco de dados que cataloga os documentos de Ruth Cardoso, foi solicitado um relatório completo com toda a documentação textual. O resultado desse levantamento pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 1 – Resultado de pesquisa



Fonte: Banco Sagui – Fundação Fernando Henrique Cardoso (2025).

Deste total de 1.769 registros, que abrangem 243 tipos documentais distintos², optamos por organizar a apresentação por década, desde os anos 1950 até 2010, destacando as dez tipologias mais frequentes em cada período. Adicionalmente, será exposto um panorama geral das tipologias mais recorrentes em todo o conjunto

- 1 É importante ressaltar que a metodologia empregada na descrição deste acervo está em constante aperfeiçoamento, portanto, é possível que com o passar dos anos tipos documentais sejam criados e revisões sejam realizadas. Assim, o levantamento apresentado aqui é retrato do momento em que a pesquisa está sendo feita.
- 2 Por uma opção metodológica a correspondência presente no acervo foi tipificada, portanto, não temos apenas um termo que dá conta de todas as cartas, mas, como será exposto, diversos tipos como “carta de esclarecimento”, “carta de atualização de notícias”. Nesse sentido, talvez se fôssemos somar toda a correspondência, teríamos uma predominância, mas, no contexto da descrição do Acervo Pres. F. H. Cardoso, elas estão divididas e, por isso, somam menos ocorrências.

documental, apontando quais atividades e eventos circundam essa documentação. Com base nesse mapeamento, buscaremos identificar os papéis sociais exercidos por Ruth Cardoso em cada fase de sua vida, examinando dimensões de sua vida pessoal, sua atuação acadêmica e seu período como primeira-dama.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Como explicitado acima, a análise da tipologia documental no arquivo de Ruth Cardoso permitiu identificar de que maneira os documentos refletem os diferentes papéis sociais por ela desempenhados ao longo de sua trajetória de vida, como antropóloga, pesquisadora, professora, orientadora e primeira-dama. Abaixo, os resultados encontrados a partir do estudo analítico descrito.

VISÃO GERAL DO ACERVO (1950 - 2008)

No conjunto documental analisado, de 243 tipos documentais utilizados, os 10 tipos mais frequentes foram:

1. Relatório – 136
2. Artigo – 129
3. Convite – 119
4. Projeto – 64
5. Subsídios – 61
6. Carta de esclarecimento – 54
7. Dossiê – 48
8. Carta de pedido de apoio – 47
9. Programa – 46
10. Apontamentos – 41

Essa listagem corrobora a hipótese de que as atividades mais representativas no acervo de Ruth abarcam tanto o cotidiano acadêmico, que se evidencia pela presença de artigos, programas e apontamentos, quanto sua atuação numa perspectiva voltada à gestão de projetos, que aparece documentada desde a fase conceitual, nos projetos, até a prestação de contas nos relatórios. Se as primeiras atividades podem revelar a pesquisadora, as segundas dimensionam seu papel como primeira-dama e militante política. Ademais, os tipos ligados à correspondência podem tanto revelar uma rede de contatos e de diálogo com seus pares nas ciências sociais e outras áreas das humanidades, quanto a sua capacidade de articulação como figura pública que pode atender a pedidos de apoios e prestar esclarecimentos à sociedade.

INÍCIO DA CARREIRA E VIDA FAMILIAR (1950 - 1960)

Neste período, 11 registros distribuem-se em 9 tipos documentais distintos, sendo eles:

1. Artigo – 3
2. Atestado de participação – 1
3. Carta de esclarecimento – 1
4. Carteira funcional – 1
5. Cheque – 1
6. Contracheque – 1
7. Manual – 1
8. Programa – 1
9. Impressão plantar de recém-nascido – 1

Neste período, destacam-se os documentos que refletem tanto o início de sua carreira acadêmica quanto aspectos

de sua vida familiar. Entre os registros de natureza profissional e burocrática, como a carteira funcional e o contracheque, que atestam sua remuneração pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba em 1957, também vêm à tona traços da esfera privada. Como no caso do documento manual, que se trata de um “Manual de sobrevivência para pais inexperientes” dedicado a seu filho Paulo Henrique que estava prestes a se tornar pai. Desde cedo vemos, portanto, que um acervo pessoal pode ilustrar as múltiplas dimensões da vida humana.

OS ANOS DE EXÍLIO E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA CARREIRA (1961 – 1970)

Neste período, 36 registros distribuem-se em 18 tipos documentais distintos, com as seguintes tipologias sendo mais frequentes:

1. Carta de atualização de notícias – 11
2. Artigo – 6
3. Convite – 3
4. Apontamentos – 2
5. Aviso de débito – 1
6. Carta de apresentação – 1
7. Carta de atualização de notícias (cartão postal) – 1
8. Carta de encaminhamento de livro – 1
9. Carteira funcional – 1
10. Contracheque – 1

Este recorte temporal coincide com o exílio de Ruth e Fernando Henrique Cardoso no Chile, iniciado em 1964, em decorrência do regime militar no Brasil. A predominância de correspondência, notadamente as cartas de atualização de notícias, todas produzidas

a partir do ano de início da ditadura, sugere a existência de uma rede de solidariedade intelectual e política. Paralelamente, a presença de artigos e convites evidencia um esforço em manter-se engajada nos debates acadêmicos e políticos da época. Aqui, o íntimo familiar se confunde com a atuação política e profissional.

A PESQUISADORA E SEUS PROCESSOS (1971 – 1980)

Neste período, 144 registros distribuem-se em 39 tipos documentais distintos, com as seguintes tipologias sendo mais frequentes:

1. Artigo – 30
2. Entrevista – 22
3. Apontamentos – 18
4. Relatório – 11
5. Ofício de esclarecimento – 10
6. Programa – 7
7. Projeto – 6
8. Carta de agradecimento – 5
9. Convite – 4
10. Atestado de participação – 4

De volta ao Brasil, os tipos em destaque neste período refletem sua atuação como pesquisadora, principalmente no Cebrap, e como professora. Os artigos e entrevistas constroem a imagem da acadêmica. As entrevistas, em sua maioria, fazem parte do estudo que Ruth conduziu sobre a população favelada e são, portanto, ferramentas de pesquisa. O mesmo podemos identificar a partir dos apontamentos e relatórios, muitos deles também relacionados a estudos conduzidos ou com participação da titular. Aqui, o aspecto acadêmico e o profissional entram em destaque.

AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES E DE ATUAÇÃO POLÍTICA (1981 - 1990)

Neste período, 328 registros distribuem-se em 70 tipos documentais distintos, com as seguintes tipologias sendo mais frequentes:

1. Artigo – 45
2. Convite – 27
3. Dossiê – 29
4. Carta de esclarecimento – 21
5. Apontamentos – 21
6. Relatório – 20
7. Projeto – 18
8. Comunicação – 15
9. Programa – 10
10. Recibo – 11

Além da continuidade de sua produção acadêmica, atestada por artigos, relatórios e apontamentos, observa-se neste período o significativo aumento de convites para eventos tanto de natureza acadêmica, como congressos e simpósios, quanto de caráter público, como os convites para as reuniões do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta. Ainda, o crescimento no volume de cartas de esclarecimento, em sua maioria vinculadas ao Centro de Estudos e Documentação para a Ação Comunitária (CEDAC), importante espaço de atuação de Ruth, evidencia sua consolidação como interlocutora em debates de relevância pública, articulando suas duas principais facetas: a acadêmica e a política.

A PESQUISADORA SE ENCONTRA COM A PRIMEIRA-DAMA (1991 – 2000)

Neste período, que contém mais registro que todos os outros, 712 registros distribuem-se em 229 tipos documentais distintos, com as seguintes tipologias sendo mais frequentes:

1. Relatório – 95
2. Convite – 68
3. Artigo – 47
4. Projeto – 33
5. Carta de pedido de apoio – 32
6. Carta de esclarecimento – 31
7. Subsídios – 30
8. Dossiê – 29
9. Programa – 26
10. Comunicação – 18

É durante esta década que Ruth Cardoso assume o papel de primeira-dama do Brasil, durante os dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Sua atuação é marcada, como já mencionamos, pela criação do Comunidade Solidária, programa que fomentou e estreitou os laços entre o governo e a sociedade civil. Dos 712 registros, 437 têm como origem³ o gabinete da primeira-dama, enquanto os 275 restantes são de origem Ruth Cardoso – o que indica a preponderância de suas atividades políticas.

3 O projeto descritivo da Fundação FHC incorporou os campos "Acervo" e "Origem" como eixos fundamentais para a representação documental. "Acervo" designa cada conjunto documental de interesse da instituição, definido de acordo com sua política de aquisição, enquanto "Origem" indica a procedência do documento e, sempre que possível, o histórico de sua custódia anterior à chegada à instituição. Essa distinção permite, por exemplo, identificar as cartas de pêsames enviadas por ocasião do falecimento de Ruth Cardoso como integrantes do Acervo Ruth Cardoso, ainda que sua origem esteja vinculada ao arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso.

Contudo, buscamos demonstrar que a fronteira que separa essas esferas é fluida: a pesquisadora fundamentou a atuação da primeira-dama. Os relatórios documentam majoritariamente o desenvolvimento e as ações do Comunidade Solidária. Os convites e pedidos de apoio por correspondência reforçam seu fortalecimento como pessoa pública. Ainda assim, permanecem vestígios de sua produção acadêmica em artigos, programas, comunicações, entre outros tipos documentais, com destaque para sua atuação no Cebrap, que aparece em 3% da totalidade de registros. Há uma persistência do engajamento intelectual mesmo durante o exercício das funções governamentais.

TRANSIÇÃO PÓS-GOVERNO E CONSOLIDAÇÃO DA FIGURA PÚBLICA (2001 - 2008)

Neste período, 618 registros distribuem-se em 152 tipos documentais distintos, com as seguintes tipologias sendo mais frequentes:

1. Relatório – 85
2. Artigo – 50
3. Projeto – 34
4. Subsídios – 33
5. Convite – 29
6. Carta de atualização de notícias – 21
7. Carta de agradecimento – 17
8. Programa – 16
9. Apontamentos – 16
10. Prospecto – 17

Da totalidade de registros, 197 (cerca de 30%) dizem respeito ao período governamental (até 2002), deste período referem-se 43

relatórios e 17 artigos, por exemplo. Vale notar que em 2008 é o ano de sua morte, portanto, o momento em que Ruth Cardoso deixa de acumular os documentos que viriam a compor seu acervo pessoal. As cartas e convites corroboram a imagem de pessoa pública, enquanto a documentação de natureza prática, como relatórios, artigos e projetos, permanece mesmo após deixar o cargo de primeira-dama. Aqui, Ruth aparece não apenas como acadêmica, mas como figura múltipla que articula a influência obtida após 8 anos no governo com a trajetória de intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do acervo de Ruth Cardoso, vinculada a um aparato legal e institucional destinado a um ex-presidente, evidencia as assimetrias que ainda permeiam a salvaguarda de documentos de mulheres, mesmo quando suas trajetórias são marcadas por relevância acadêmica e social.

O processo de organização de seu arquivo, ao priorizar a identificação dos tipos documentais e o contexto de produção, demonstra não apenas a multiplicidade de papéis sociais desempenhados por Ruth — pesquisadora, professora e figura política —, mas também a riqueza informativa dos arquivos pessoais para a reconstrução de memórias coletivas. Entende-se que, ao dar visibilidade às camadas contextuais que moldam a produção documental, reforça-se a importância de políticas arquivísticas inclusivas, fundamentais para a justiça epistêmica e a democratização do acesso à memória. O arquivo de Ruth Cardoso emerge, portanto, como um testemunho não apenas de sua atuação plural, mas também dos desafios e potenciais da arquivologia para a construção de memórias mais equitativas.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, T. P. R. (orgs.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [S. l.], v. 9, n. 1-2, p. 71-86, 2009.

JIMERSON, R. C. Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 27-44, 2008.

OLIVEIRA, L. M. V. A propósito da carta de Mário. *In*: FREITAS, L. S.; FONSECA, V. M. M.; LIMA, M. H. T. F. (orgs.). **Ética e políticas da informação**: agentes, regimes e mediações. Niterói: EdUFF, 2018.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

ZINN, H. Secrecy, archives, and the public interest. **The Midwestern Archivist**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 14-26, 1977.

22

Ana Carolina Reyes
Luciana Quillet Heymann

ACERVOS PRIVADOS NO ARQUIVO NACIONAL:

REFLEXÕES A PARTIR DO ACERVO
MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

PRIVATE COLLECTIONS OF THE NATIONAL ARCHIVES:

REFLECTIONS ON THE MEMÓRIA DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL COLLECTION

RESUMO

O artigo analisa a trajetória de patrimonialização do acervo Memória do Movimento Estudantil, enfocando sua aquisição pelo Arquivo Nacional. Paralelamente à análise do processo administrativo que formaliza a doação do acervo ao Arquivo Nacional, buscamos abordar as sucessivas temporalidades que delinearam tanto a história recente do país como a da própria instituição, a fim de compreender o contexto e as condições da aquisição desse acervo. Embora nossa abordagem seja sobre a entrada de um acervo privado específico no Arquivo Nacional, avalia-se que esta pesquisa ilumina as dinâmicas institucionais envolvendo o recebimento de outros acervos privados na instituição.

Palavras-chave: patrimonialização de arquivos; arquivos privados; União Nacional dos Estudantes; Projeto Memória do Movimento Estudantil; Arquivo Nacional.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of the Memória do Movimento Estudantil collection, focusing on its patrimonialization by the National Archives. In parallel with the analysis of the administrative process that formalized the donation, we seek to address the successive temporalities that outlined both the recent history of the country and that of the institution itself, in order to understand the conditions of acquisition of this collection. Although our approach is about the entry of a specific private collection into the National Archives, it is assessed that this research illuminates the institutional dynamics involving the receipt of other private collections.

Keywords: archive patrimonialization; private archives; União Nacional dos Estudantes; Memória do Movimento Estudantil Project; Arquivo Nacional.

INTRODUÇÃO

Muito já se falou sobre o fascínio que os arquivos privados exercem sobre aqueles que lidam com eles, seja quem pesquisa ou trabalha em arquivos (Gomes, 1998). Trabalhar com a identificação da documentação que integra o acervo Memória do Movimento Estudantil (MME), objeto deste artigo, também levou a esse encantamento por remeter às próprias experiências estudantis, universitárias e militantes de uma das autoras. Essa proximidade com o tema foi uma das razões para a escolha do acervo MME como objeto de pesquisa.

O acervo Memória do Movimento Estudantil foi produzido pelo projeto de mesmo nome, desenvolvido entre 2004 e 2008 pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em parceria com a Fundação Roberto Marinho, TV Globo, Museu da República e Ministério da Cultura, com o patrocínio da Petrobrás. O acervo é formado por depoimentos de ex-militantes estudantis, colhidos pelo programa de história oral do projeto, e por documentos sobre a UNE e o Movimento Estudantil (ME), provenientes dos arquivos de uma centena de ex-militantes e entidades do ME, obtidos a partir de uma campanha pública de doação de documentos.

O projeto Memória do Movimento Estudantil foi realizado no Museu da República e, após seu encerramento em 2008, o acervo ficou lá guardado, mas inacessível ao público, até 2017, quando foi entregue ao Arquivo Nacional (AN), sendo sua doação concluída em 2022, com a assinatura do termo de doação pela UNE e pelo AN. As incertezas quanto ao “lugar” desse acervo privado, que esteve indefinido por quase duas décadas, também despertaram o interesse em compreender a sua trajetória.

Como técnica do Arquivo Nacional, uma das autoras integrou o grupo de servidores, responsável por realizar a conferência do acervo MME em 2018, um ano depois de entregue ao AN, a fim de

elaborar a listagem de documentos que comporia o termo de doação, e esteve envolvida nas discussões sobre a doação deste conjunto documental ao AN. A partir daí começamos a refletir sobre o lugar de um acervo como esse na principal instituição arquivística pública do país. O envolvimento nos debates sobre a aquisição deste conjunto documental é também outra razão para a escolha do acervo MME como objeto de pesquisa.

A problemática geral da pesquisa que originou esse artigo é compreender como um acervo privado adquire status de patrimônio e ingressa em uma instituição arquivística pública como o Arquivo Nacional. O que está em jogo na passagem da esfera privada ao espaço público? Como se opera a decisão sobre a entrada de um acervo privado no AN? O tema geral da pesquisa é, portanto, a aquisição de arquivos privados por instituições públicas, mais especificamente o Arquivo Nacional. Para abordar essa questão, focamos no processo de patrimonialização do acervo Memória do Movimento Estudantil.

As tratativas com o Arquivo Nacional para a doação do acervo MME duraram oito anos (de 2014 a 2022). Para fins de comparação, buscamos o processo de doação do acervo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entidade com atuação junto a movimentos sociais, e vimos que as negociações com o AN para a doação do acervo IBASE duraram três anos (de 2008 a 2011). Diante desse fato, uma das hipóteses de pesquisa era a de que as distintas temporalidades – o contexto político nacional bem como os desenhos institucionais ligados a cada contexto – tiveram (e têm) influência sobre a aquisição ou recusa de determinados acervos privados. Além disso, certamente não se pode desconsiderar a participação dos distintos atores envolvidos em cada caso.

O objetivo geral deste artigo é analisar a trajetória do acervo Memória do Movimento Estudantil, enfocando o seu processo de patrimonialização pelo Arquivo Nacional. A principal fonte para a

análise foi o processo administrativo que formalizou a doação do acervo ao AN. Paralelamente à análise do processo administrativo, buscamos abordar as sucessivas temporalidades que delinearam tanto a história recente do país como a da própria instituição, bem como as interferências que marcaram a aquisição do acervo, a fim de compreender o contexto e as condições da doação do acervo Memória do Movimento Estudantil ao AN.

Embora nossa pesquisa seja um estudo de caso sobre a entrada de um acervo privado específico no Arquivo Nacional – o acervo Memória do Movimento Estudantil –, pensamos que ela pode jogar luz sobre as dinâmicas institucionais envolvendo o recebimento de outros acervos privados no Arquivo Nacional e contribuir para a reflexão sobre a formação do acervo da principal instituição arquivística do País.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a entrada do acervo Memória do Movimento Estudantil no AN, procuramos refletir sobre aspectos envolvidos na patrimonialização de arquivos, sobretudo de acervos documentais de natureza privada, e tomamos como referência autores que se debruçaram sobre esse tema, como Cougo Junior (2021), que, em sua tese, dedicou-se a pensar como se dá, no Brasil, a ativação da dimensão cultural dos arquivos. A análise empreendida pelo autor buscou focar os agentes patrimonializadores institucionais em âmbito nacional, sendo um deles o Arquivo Nacional.

Na busca pela conceituação, Cougo Junior destaca o caráter processual inerente ao patrimônio documental (e a qualquer patrimônio). Isso significa dizer que o patrimônio documental é fruto de construções sociais, atravessado por disputas simbólicas,

institucionais e de poder, e, frise-se, não existe *per si*. Certamente essa natureza processual se reflete no neologismo *patrimonialização*, adotado por Cougo Junior e outros autores. “Mais importante do que entender o que é o patrimônio cultural arquivístico brasileiro, é necessário analisar como ele se constitui, ou seja, de que forma bens de uso comum se transformam (ou são transformados) em objetos patrimoniais” (Cougo Junior, 2021, p. 23).

Outros autores também destacam esse aspecto da patrimonialização enquanto construção social permeada por disputas e tensões, onde significados e valores distintos são atribuídos pelos agentes que participam do processo, em uma dada conjuntura sócio-histórica (Chuva, 2020; Heymann, 2010; Fonseca, 2005). No campo arquivístico, essas tensões parecem sobressair quando o assunto é a patrimonialização de acervos documentais privados, que precisam ter seu “valor histórico” ou sua “relevância” conferidos. A proteção patrimonial aos documentos públicos, por sua vez, é obrigação do Estado. Assim, de acordo com a Lei de Arquivos (Lei 8.159/1991), o recolhimento da documentação pública é uma atribuição das instituições arquivísticas públicas.

Diferentemente do que ocorre com os arquivos de natureza pública protegidos pelo Estado, a legislação não prevê a aquisição de arquivos privados como atribuição das instituições arquivísticas públicas¹. Isso coloca em questão o destino de cada arquivo privado. Como destaca Heymann (2010), a elevação dos arquivos privados à categoria de “patrimônio” e sua possível transferência para instituições arquivísticas, sejam públicas ou privadas, requer negociações entre as partes envolvidas. Esse é um aspecto central para entender o processo de patrimonialização do acervo Memória do Movimento Estudantil.

1 A Lei de Arquivos utiliza o termo “recolhimento” para se referir à entrada de conjuntos documentais de natureza pública em instituições arquivísticas públicas. Para acervos privados, o termo comumente utilizado é “aquisição”.

As negociações em torno da aquisição de acervos privados colocam em jogo, por um lado, as vontades e os interesses dos doadores, e por outro, os da instituição de memória. Ainda que as instituições busquem se pautar por critérios objetivos definidos em suas políticas de aquisição (formalizadas ou não), há aspectos subjetivos que atravessam as tratativas. Indo além das motivações técnicas, entendemos o campo dos arquivos como um espaço permeado por disputas e relações de poder que existem na sociedade, na esteira de teóricos como Cook (1998). Jimerson (2007) também problematiza o papel das instituições arquivísticas e dos arquivistas e questiona a suposta “neutralidade” por trás das escolhas das instituições e de seus profissionais, escolhas essas que têm implicação na construção da memória social.

A partir da década de 1990, temos acompanhado os debates em torno das mudanças paradigmáticas no campo da arquivologia². Esse giro reflexivo nos levou a reconhecer que os arquivos e as práticas arquivísticas são construções sociais, e, portanto, não estão imunes aos valores e convenções dos contextos nos quais estão inseridos. Ao lado de outros autores, Cook chamou atenção para “as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento [...] e as convenções narrativas” (Cook, 2012, p. 128).

Os textos de Cook contribuíram enormemente para o debate envolvendo as mudanças de paradigma no campo dos arquivos. No centro desse debate está a mudança da percepção do papel do arquivista na construção da memória coletiva, bem como um novo entendimento sobre a razão de ser das instituições de arquivo. No quadro dessas mudanças, o profissional de arquivo deixa de ser “uma espécie de mediador ideal neutro, desinteressado e imparcial entre

2 Essa perspectiva crítica foi muito desenvolvida nas últimas duas décadas, sobretudo pela arquivologia de matriz anglo-saxônica. O periódico com maior fator de impacto na área dos arquivos (Archival Science) tem difundido essa abordagem em inúmeros artigos.

criadores e usuários dos documentos” (Cook, 2012, p. 136) para reconhecer sua participação no processo histórico e na formação ativa da memória social. Também as instituições arquivísticas passam por reformulações: antes arquivos do Estado, agora, fundamentadas em políticas públicas mais amplas, arquivos da sociedade.

As distintas concepções sobre a missão do Arquivo Nacional do Brasil e a aquisição de acervos privados pela instituição foram, ao longo dos anos, se materializando em atos regimentais, em políticas institucionais, em práticas e ações envolvendo a entrada (ou recusa) destes acervos. Face às duas principais posições – adquirir ou não documentação privada – colocam-se outras questões igualmente complexas: quais acervos adquirir e como fazê-lo. Essas distintas visões sobre a aquisição de acervos privados pelo Arquivo Nacional vêm à tona na entrevista concedida em 2018 por Beatriz Monteiro, então supervisora da equipe de Documentos Privados do Arquivo Nacional, a José Marcio Batista Rangel, em trabalho sobre a questão de direitos autorais em arquivos públicos. Monteiro afirma: “e você há de saber que tem pessoas que acham um absurdo um órgão público receber acervos privados. Tem gente que é contra, né?” (Rangel, 2018, Anexo V, p. 6).

Independentemente das divergências entre os técnicos da instituição, visualizadas na fala de Monteiro acima, fato é que, ao longo de sua história, o Arquivo Nacional tem realizado a aquisição de documentos privados de origens diversas, contabilizando hoje um total de 390 acervos privados³, dentre pessoais e institucionais, fundos e coleções, que ingressaram no AN por compra, doação ou comodato. O primeiro acervo privado foi adquirido em 1850 (arquivo de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu), apenas 12 anos após a criação do AN.

3 Levantamento feito por Ana Carolina Reyes com base nas informações disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Disponível, após login, em < <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

Os procedimentos para a aquisição de acervos privados pela instituição foram sendo estabelecidos no decorrer dos anos. Quando se iniciaram as negociações em torno da doação do acervo Memória do Movimento Estudantil, embora o AN ainda não contasse com uma política de aquisição de arquivos privados formalizada (o que só aconteceu, pela primeira vez, em 2018), já era de praxe a abertura de processo administrativo para registro das tratativas quanto à doação, e esse processo foi uma importante fonte para nossa análise, como veremos no próximo tópico.

Em nossa pesquisa, também buscamos autores que têm se dedicado a estudar a entrada de acervos privados no Arquivo Nacional. Os levantamentos feitos por Bassanetti e Macêdo (2020) e Crivelli (2021) nos mostram um aumento na doação de acervos privados entre os anos de 1990 e 2018, o que nos leva a conjecturar a respeito de uma relação entre o contexto de retomada democrática no Brasil e um maior fluxo de entrada desses acervos no AN. Um importante fator que contribuiu para fomentar a patrimonialização de acervos privados pelo AN nesse período foi a criação, em 2009, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas.

Se, por um lado, a criação do Memórias Reveladas exigiu um esforço prévio em se recolher ao Arquivo Nacional, a partir de 2005, documentação pública produzida e recebida por órgãos de inteligência e repressão que existiram durante a ditadura militar, por outro, houve o incentivo à doação, por parte de particulares, de documentos que retratassem o período militar, com o lançamento do Edital Público de Chamamento de Acervos 001/2009. Este edital trouxe simplificação aos trâmites burocráticos e agilidade aos procedimentos de doação, representando um marco na aquisição de acervos desta natureza pelo AN. Este cenário político e institucional, no entanto, já não era o mesmo quando da entrega do acervo Memória do Movimento Estudantil pela UNE ao Arquivo Nacional em 2017.

Mais adiante voltaremos à reflexão sobre as conjunturas, nacional e institucional, que estavam colocadas quando da entrada do acervo MME no Arquivo Nacional.

METODOLOGIA

Para analisarmos a trajetória do acervo Memória do Movimento Estudantil, além de fontes bibliográficas, recorreremos a fontes documentais, sendo a principal delas o processo administrativo que formaliza a doação da documentação ao AN⁴. Este processo, como outros similares, foi produzido e instruído por técnicos do AN, e contém trocas de e-mails, relatórios de visitas técnicas, pareceres técnicos, atas de reunião, listagens de documentos, termos de entrega e de doação, entre outros documentos, totalizando 424 páginas em dezembro de 2022. Inaugurado em suporte físico em 15 de janeiro de 2015, o processo está atualmente inserido no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Sabemos da importância da problematização das fontes de pesquisa. Em relação a este processo administrativo, avaliamos que ele apresenta algumas limitações. Uma delas é a ausência da voz dos doadores sobre o processo de doação, já que prepondera, nesse tipo de fonte, os posicionamentos dos técnicos do Arquivo Nacional (ainda que haja e-mails de diretores da UNE e de servidores do Museu da República). Também estão ausentes alguns documentos que não foram incorporados ao processo (ou mesmo não foram sequer produzidos), como e-mails e atas registrando os debates travados entre os técnicos da instituição sobre a aquisição do acervo. Nesse sentido, para além de analisar os documentos que

4

Processo nº 08060.000028.2015-39. Interessado: União Nacional dos Estudantes (UNE). Assunto: Assistência Técnica (Solicita Visita Técnica).

integram o processo administrativo, buscamos interpretar também as ausências, os silêncios e as pausas.

Recorremos ainda à metodologia da história oral, de modo a complementar as lacunas do processo administrativo acerca das percepções dos atores envolvidos na doação do acervo. Assim, da parte da UNE, entrevistamos, nos dias 21 e 22 de novembro de 2023, pela plataforma Zoom, a historiadora Monique Lemos, que participou da diretoria da UNE na gestão 2015-2017 e foi uma das principais interlocutoras nas tratativas com o Museu da República e com o Arquivo Nacional durante o processo de doação.

Importante mencionar que o fato de uma das autoras atuar como técnica do Arquivo Nacional possibilitou maior facilidade no acesso ao processo que registra a doação do acervo MME e a outros documentos administrativos não inseridos no processo, como troca de e-mails entre os técnicos do AN. São documentos que, embora públicos, não estão disponíveis na principal base de dados da instituição, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Nossa escolha metodológica nos aproxima de um conjunto de pesquisas que alinha a pesquisa histórica à etnografia, e mergulha nos arquivos para descobrir indícios sobre uma dada sociedade e um tempo histórico (Ferreira; Lowenkron, 2020). Na etnografia do processo por nós realizada, tomamos estes documentos como base reflexiva de um certo contexto político, onde se desenvolveram discussões e decisões técnicas e administrativas (que são também políticas).

A análise detalhada do processo administrativo nos permitiu trazer à tona os debates e tensões entre os atores envolvidos nas negociações. Pudemos ainda observar os intervalos entre um trâmite e outro, para assim levantar hipóteses ancoradas na observação dos tempos do processo em paralelo à análise da conjuntura institucional e política, como apresentaremos a seguir.

RESULTADOS DA PESQUISA

Compreendemos que são muitas camadas a serem analisadas para nos aproximarmos da questão sobre o (não) lugar do acervo Memória do Movimento Estudantil. Como mencionamos, o destino dos arquivos privados não está definido por lei, e, portanto, sua aquisição por uma instituição arquivística pública é marcada por negociações entre os atores envolvidos, que, nesse caso, incluíam não apenas a UNE e o Arquivo Nacional, mas também o Museu da República, onde o acervo restou guardado por 9 anos, desde o final do projeto MME, em 2008, até sua ida para o AN, em 2017 ⁵.

Em 2014, dirigentes da UNE entraram em contato com o Arquivo Nacional para conversar sobre uma possível doação do acervo. Três anos depois, em 2017, o acervo deixou o Museu da República e ingressou no Arquivo Nacional, mas continuou fechado ao público até a conclusão de sua aquisição, com a assinatura do termo de doação em 2022. Havia indicativos, registrados no processo administrativo, de que esta assinatura aconteceria ainda em 2017, e a então diretoria da UNE, por e-mail, demonstrou interesse em realizar um ato público com personalidades importantes da história do movimento estudantil no dia da celebração do termo de doação, seguindo a linha de atuação do projeto Memória do Movimento Estudantil – que realizou uma série de eventos e atos públicos – e da própria UNE, enquanto entidade de natureza fundamentalmente política. No final de 2022, no entanto, o ato foi celebrado sem alarde, e o termo de doação assinado de forma online, mais de oito anos após o início das negociações com o Arquivo Nacional.

5 Para os fins deste artigo, não abordaremos as tratativas havidas entre UNE e Museu da República quanto ao destino do acervo MME. Cabe mencionar, de forma muito breve, que inicialmente o museu se propôs a receber o conjunto documental em doação, mas a UNE não queria abrir mão do acervo. Após alguns anos, o museu passou a exigir a retirada do acervo de suas dependências. Para mais informações sobre essas negociações, ver Reyes, 2024.

No período em que as tratativas com o AN transcorreram, até que a formalização da doação do acervo fosse efetivada em 2022, pode-se dizer que a documentação ficou em uma situação juridicamente indefinida, com consequências em termos do processamento técnico e acesso aos documentos. Embora devidamente guardada no Arquivo Nacional desde 2017, como não havia sido assinado o termo de doação, esta documentação não integrava o acervo da instituição e, por isso, não passou por tratamento técnico. Sendo assim, as informações sobre o acervo MME não constavam no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e a documentação não estava acessível ao público, embora, ao longo desses anos, o Arquivo Nacional tenha sido procurado por alguns pesquisadores interessados em consultá-la, conforme e-mails anexados ao processo administrativo que analisamos.

Em nossa análise, consideramos que os arquivos e as práticas arquivísticas não estão imunes aos contextos nos quais estão inseridos. Nesse sentido, julgamos importante examinar a conjuntura política vivida no País nos últimos anos, e pensar de que maneira as temporalidades que marcaram a história brasileira podem ter influenciado as gestões administrativas e as políticas do AN e, por conseguinte, o processo de patrimonialização do acervo advindo da União Nacional dos Estudantes. Como mencionamos anteriormente, a política de chamamento para a doação de acervos privados empreendida pelo Memórias Reveladas, em 2009 e nos anos subsequentes, foi um marco importante na aquisição de acervos privados pelo Arquivo Nacional. No entanto, quando o acervo Memória do Movimento Estudantil ingressou no Arquivo Nacional em 2017, estávamos diante de outra conjuntura política e institucional.

Durante o período em que as negociações sobre a aquisição do acervo MME se desenrolaram no Arquivo Nacional, de 2014 a 2022, o Brasil acompanhou a abertura do processo de *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff em dezembro de 2015, sua destituição do cargo no ano seguinte, e a ascensão à presidência

da República de seu vice, Michel Temer. Hoje sabemos que estes acontecimentos tiveram como desdobramentos a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, representante do campo da extrema-direita, como presidente da República em 2018, e o avanço de políticas e práticas ligadas a esse ideário, sobretudo nas instituições públicas das áreas da cultura, memória e patrimônio⁶. Refletindo a conjuntura política nacional, observa-se que, nos últimos anos, o Arquivo Nacional atravessou um período conturbado em relação à sua gestão. Entre os anos de 2015 e 2022, o AN foi dirigido por oito diretores diferentes, sendo três destes interinos⁷.

Em relação ao acervo Memória do Movimento Estudantil, sugerimos que sua aquisição pelo Arquivo Nacional foi atravessada pelo conflituoso contexto político nacional, que, por sua vez, impactou políticas de memória e o próprio Arquivo Nacional. Um dos reflexos da conjuntura política, como vimos, foi a rotatividade de diretores-gerais no órgão. Acompanhando as diversas trocas de diretores-gerais, houve também uma alternância de ocupantes no cargo de coordenador(a)-geral da Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA), que, abaixo da Direção-Geral, era a instância técnica e política máxima na seara da preservação e processamento técnico dos acervos.

O impacto do governo Jair Bolsonaro no País, de forma geral, e nas instituições públicas de memória, de forma mais específica,

6 A título de exemplo, seguem notícias de veículos de imprensa sobre o avanço do bolsonarismo nas instituições de memória: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-diz-que-demitiu-funcionarios-do-iphan-que-interditaram-obra-da-havan/>; <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-18/como-bolsonaro-dinamita-as-instituicoes-o-caso-da-fundacao-palmares.html>; <https://oglobo.globo.com/brasil/depois-de-apontarem-esvaziamento-do-arquivo-nacional-por-decreto-de-bolsonaro-chefes-sao-exoneradas-1-25341731>. Acesso em 28 set 2025.

7 Diretores do Arquivo Nacional entre 2015 e 2023: Jaime Antunes da Silva: 1992-2016; Maria Isabel de Oliveira (interina): 2016-2016. José Ricardo Marques: 2016-2016. Ivan Fernandes Neves (interino): 2016-2016. José Ricardo Marques: 2016-2017. Diego Barbosa da Silva (interino): 2017-2017; Carolina Chaves de Azevedo: 2017-2019; Neide De Sordi: 2019-2021; Ricardo Borba D'Água de Almeida Braga: 2021-2023. Fonte: <http://antigo.arquivonacional.gov.br/br/institucional/direcao-do-arquivo-nacional>. Acesso em 29 set 2025.

possivelmente ainda será objeto de pesquisas⁸, e, neste artigo, não aprofundaremos sobre esse tema. Ainda assim, é possível visualizar repercussões tanto no Arquivo Nacional, como no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Durante o mandato de Jair Bolsonaro como presidente da República, houve veto a projetos de eventos e postagens que tratavam da memória da ditadura militar⁹. Também se observou um esvaziamento do Memórias Reveladas, expresso, por exemplo, na interrupção do prêmio de pesquisa que selecionava trabalhos acadêmicos cujas fontes eram documentos do período de 1964 a 1985¹⁰.

De que maneira a conjuntura vivida pelo País desde o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ter interferido na patrimonialização do acervo MME pelo Arquivo Nacional? Se, por um lado, não houve veto direto à aquisição deste acervo, por outro, é possível observar, a partir da análise do processo administrativo que registra a doação, “longos silêncios” entre um trâmite e outro, de forma que, em determinados momentos, “o processo ficou parado”, jargão comumente utilizado na Administração Pública. Na tentativa de entender os longos intervalos na tramitação do processo, mais do que fornecer respostas, levantamos algumas hipóteses, já que essas pausas podem ser interpretadas a partir de vários prismas.

- 8 Alguns estudos sobre essa temática já vêm sendo produzidos, como o dossiê organizado por João dos Reis Silva Júnior, Deise Mancebo e João Ferreira de Oliveira: Consequências do Bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 14, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4891>. Acesso em: 25 set. 2025.
- 9 Cf. <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/censura-arquivo-nacional-modifica-documento-para-tirar-mencoes-a-ditadura>; <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2022/11/15/arquivo-nacional-afasta-servidor-por-texto-historico-sobre-o-artigo-142.htm>. Acesso em 27 set 2025.
- 10 Cf. <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/exclusivo-a-tatica-de-esconder-a-ditadura-continua>; <https://pontodevistaarqsp.wixsite.com/blogpontodevista/post/a-paralisa%C3%A7%C3%A3o-do-mem%C3%B3rias-reveladas-e-os-60-anos-do-golpe-militar>. Acesso em: 27 set 2025. Importante mencionar que houve a retomada do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas em 2024: <https://premios.an.gov.br/index.php/premio/premiomr>. Acesso em 27 set 2025.

Além da rotatividade nos principais cargos das instâncias decisórias do AN, o que parece ter impactado o andamento do processo em alguns momentos, é importante observar as dinâmicas de funcionamento da própria União Nacional dos Estudantes, entidade doadora do acervo. Na entrevista que nos concedeu em novembro de 2023, a historiadora Monique Lemos – que integrou a diretoria da UNE entre 2015 e 2017 e esteve à frente das negociações junto ao Arquivo Nacional a partir de 2016 – aponta elementos importantes que nos ajudam a compreender os ritmos das tratativas.

Um aspecto mencionado por Lemos diz respeito à alternância de diretorias da UNE a cada dois anos, eleitas em congressos bianuais. Essa rotatividade, na visão da entrevistada, teria impactado o processo de doação do acervo MME. No processo administrativo que analisamos, essa questão transparece em alguns documentos, como em e-mail da UNE ao Museu da República, em 10 de março de 2017: “A UNE já agradeceu por diversas vezes a paciência desta instituição. Agradecemos novamente. É difícil uma entidade que troca de diretores com constância dar seguimento a estas ações [para a retirada do acervo do Museu]. Mas estamos tentando... perdoem os tropeços”¹¹. A alternância de diretorias da UNE parece ter contribuído para a primeira pausa do processo, entre março de 2015 e fevereiro de 2016.

Outro elemento importante que compõe o contexto da aquisição do acervo Memória do Movimento Estudantil pelo Arquivo Nacional é o quadro de mudanças nas políticas institucionais de aquisição de acervos privados. Consideramos que essa situação também pode ter interferido na patrimonialização do acervo MME. Enquanto o processo de doação do acervo MME tramitou, o Arquivo Nacional passou por duas significativas alterações em suas políticas de aquisição de acervos privados. Até 2018, não existia uma política formalizada de aquisição de acervos privados na instituição, mas as

11

ARQUIVO NACIONAL. Processo administrativo nº 08060.000028/2015-39. Interessado: União Nacional dos Estudantes (UNE). Assunto: Assistência Técnica. Rio de Janeiro, 2015, p.39.

doações aconteciam, e havia um trâmite, que foi sendo construído ao longo dos anos, para registrar as aquisições. Em 2018, foi publicada a portaria nº 58, de 13 de maio, que instituiu uma política construída por meio dos esforços de um grupo de trabalho composto por técnicos do AN, e que previa critérios para o recebimento de arquivos privados e a existência de uma comissão de avaliação interna¹². No ano seguinte, em 09 de setembro de 2019, uma nova portaria foi publicada (Portaria nº 311/2019)¹³, revogando a anterior e estabelecendo uma nova política de aquisição de acervos privados. De acordo com essa nova política, em seu artigo 1º, o principal critério para o recebimento de um conjunto documental privado era que este tivesse sido declarado “acervo privado de interesse público e social”, reconhecimento conferido a alguns acervos privados mediante portaria ministerial, seguindo parecer do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)¹⁴.

Em tese, o acervo MME não deveria sofrer interferências das políticas de aquisição de acervos privados de 2018 e 2019, pois sua entrada no AN ocorreu em 2017, e naquele momento já estava acordada a sua doação entre as partes envolvidas. No entanto, o que se percebeu, no ano seguinte à entrada do acervo na instituição, foi uma retomada da discussão pelos técnicos do AN – documentada

12 ARQUIVO NACIONAL. Portaria nº 058, de 13 de março de 2018. Institui a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional. Boletim interno – quinzenal, n. 03/2018. Período: 01 a 15/03/2018. Publicado em 19 de março de 2018.

13 BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 311, de 9 de setembro de 2019. Estabelece critérios para recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional. Boletim de Gestão de Pessoas, Brasília, DF, ano 3, edição 9.14, 19 set. 2019. Disponível em: <https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/detalhar/24799>. Acesso em: 27 de set de 2025.

14 A Declaração de Interesse Público e Social é um instituto de patrimonialização de arquivos privados, prevista na Lei 8.1159/1991. O Decreto nº 4.073/2002 detalha o procedimento para a sua obtenção, que ocorre mediante solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A solicitação é analisada pela Comissão de Avaliação de Acervos Privados do CONARQ, e depois submetida ao plenário do Conselho. Em caso de parecer favorável, este deve ser apreciado pela ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Com a publicação de portaria assinada pela ministra, o acervo passa a ser declarado como de interesse público e social. Fonte: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/a-declaracao>. Acesso em: 17 de set de 2025.

no processo – sobre a pertinência ou não de finalizar a doação do acervo, e chegou-se a sugerir que o acervo ou parte dele (no caso, os documentos tridimensionais) fosse doado ao Museu da República, mesmo quando a documentação já havia sido entregue ao Arquivo Nacional.

Avaliamos que as portarias de 2018 e 2019 são mais do que normativas. São concretizações, em forma de texto, dos embates existentes na instituição acerca do recebimento de acervos privados. Essas divergências sobre a missão do Arquivo Nacional em relação à preservação e guarda de acervos privados parecem ter vindo à tona no processo de doação do acervo MME.

Assim, buscando compreender as pausas na tramitação do processo administrativo de doação do acervo MME (sobretudo o intervalo maior entre maio de 2019 a setembro de 2021), levantamos a hipótese de que os silêncios se relacionam a este contexto de indefinições, incertezas e endurecimento, seja em relação ao posicionamento do Arquivo Nacional quanto à aquisição de acervos privados, seja em relação ao contexto político pouco receptivo aos temas ligados à esquerda e à memória da ditadura militar. Considerando a conjuntura tanto política como institucional que se impunha nos anos finais da tramitação do processo, a nossa hipótese é que o processo pode ter ficado “parado” como uma alternativa, mesmo que não explícita, para não trazer à tona um assunto controverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa ilumina os caminhos tortuosos dos arquivos no Brasil, a partir da análise de um caso concreto: a trajetória do acervo Memória do Movimento Estudantil. Ainda que tenhamos nos concentrado sobre um caso específico de aquisição de arquivo privado pelo Arquivo Nacional, foi possível visualizar dinâmicas

institucionais relacionadas ao recebimento de outros acervos privados na instituição. Avaliamos que a análise deste processo de doação nos permite refletir sobre tensões que envolvem o tema da guarda de conjuntos documentais privados em instituições arquivísticas públicas, e sobre interferências capazes de atuar no processo de patrimonialização de acervos privados.

O destino dos acervos privados é marcado por indefinições, já que a Lei de Arquivos não inclui sua preservação como responsabilidade do poder público. A passagem de um arquivo da esfera privada ao espaço público depende das negociações e disputas entre os atores envolvidos – no caso, UNE, Museu da República e Arquivo Nacional –, com interesses nem sempre coincidentes sobre o destino do acervo.

Procuramos explorar a relação entre o contexto político mais abrangente e as políticas institucionais e de memória, sobretudo no caso de instituições públicas. Vimos que a conjuntura política recente brasileira trouxe impactos sobre as gestões do Arquivo Nacional e, por conseguinte, sobre suas políticas de aquisição de acervos privados, e pode ter interferido no processo de patrimonialização do acervo Memória do Movimento Estudantil, impondo percalços ao percurso de sua aquisição. Políticas memoriais que pretendem, de alguma maneira, recuperar a luta de movimentos sociais são impactadas profundamente pelo contexto político. A presença ou ausência dessas memórias em instituições arquivísticas também dependerá de condições políticas favoráveis e de um ambiente democrático que valorize a pluralidade de vozes e perspectivas.

Por meio dessa pesquisa, buscamos contribuir para uma visão crítica e situada dos processos de patrimonialização de arquivos, identificando uma série de elementos capazes de interferir na configuração dos acervos documentais preservados em instituições arquivísticas. Com isso, buscamos dialogar com um vasto campo de estudo interdisciplinar que envolve arquivos, patrimônio e memória.

REFERÊNCIAS

- BASSANETTI, K. O.; MACÊDO, P. L. P. Os arquivos pessoais do Arquivo Nacional: uma análise de seus produtores. *In*: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: fronteiras**. São Paulo: ARQ-SP, 2020.
- CHUVA, M. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *In*: DUARTE, A. (ed.). **Seminários DEP/FLUP**, v. 1, p. 16-35. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>. Acesso em: 20 set. 2025.
- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.
- COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, 2012.
- COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- CRIVELLI, R. Arquivos pessoais no Arquivo Nacional: análise sobre a composição do acervo e a prática da institucionalização. *In*: **Arquivo, documento e informação em cenários híbridos**: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. São Paulo: Eventus, 2021.
- FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (orgs.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2005.
- GOMES, Â. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.
- HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. *In*: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (orgs.). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010.
- JIMERSON, R. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

RANGEL, J. M. B. **A segunda censura:** propriedade intelectual e difusão de documentos de interesse público. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2018.

REYES, A. C. **Memória e arquivos:** a trajetória do acervo Memória do Movimento Estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE). Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2024.

23

Anderson Berbesi
José Jesús Rafael López-Salazar

ENTRE O ARQUIVO COMUNITÁRIO E O ARQUIVO COMUNAL:

UMA REFLEXÃO CRÍTICA COMPARATIVA

***BETWEEN THE COMMUNITY ARCHIVE
AND THE COMMUNAL ARCHIVE:***

A COMPARATIVE CRITICAL REFLECTION

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-606-7.23

RESUMO

Este estudo analisa criticamente os arquivos comunais venezuelanos em diálogo com a literatura internacional sobre arquivos comunitários, com o objetivo de identificar convergências, divergências e implicações teóricas e práticas. A pesquisa, de carácter qualitativo, fundamenta-se na análise de literatura especializada e na legislação venezuelana referente a arquivos, conselhos comunais e comunas, bem como ao único manual nacional que refere ao tema. Foram estabelecidas categorias de análise como o conceito de arquivo, noção de documento, papel da comunidade e grau de autonomia. Os resultados indicam que, embora ambos os modelos compartilhem o interesse pela memória coletiva e pela documentação de grupos sociais, apresentam diferenças estruturais. Os arquivos comunitários, conforme a literatura internacional, emergem como iniciativas autônomas de comunidades historicamente marginalizadas para preservar e narrar suas próprias histórias, em contraposição à exclusão promovida pelas instituições hegemônicas. Já os arquivos comunais, no contexto venezuelano, são concebidos como extensões documentais do projeto político do Poder Popular, regulados por um arcabouço jurídico que condiciona sua autonomia e sua função social. Assim, os arquivos comunais atuam menos como espaços de autodeterminação e mais como instrumentos de validação de narrativas estatais sobre a participação cidadã. O estudo conclui que, apesar de partilharem vocabulários e objetivos aparentes, os arquivos comunitários e comunais divergem em suas práticas, sentidos e finalidades. Reconhecer essa distinção permite problematizar como diferentes modelos arquivísticos refletem disputas de poder e moldam a construção da memória social. Nesse sentido, a análise dos arquivos comunais venezuelanos amplia o debate da arquivologia crítica no sul global, ao evidenciar as tensões entre autonomia comunitária e regulação institucional, e ao propor uma reflexão sobre os limites e as potencialidades dos arquivos como instrumentos de representação, identidade e poder.

Palavras-chave: arquivos comunais; arquivos comunitários; memória social; arquivologia crítica.

ABSTRACT

This study critically analyzes Venezuelan communal archives in dialogue with international literature on community archives, aiming to identify points of convergence, divergence, and theoretical as well as practical implications. The research, qualitative in nature, is based on the analysis of specialized literature and Venezuelan legislation concerning archives, communal councils, and communes, along with the only national manual that discusses the topic briefly. Categories of analysis were established, such as the conception of archives, the notion of documents, the role of the community, and the degree of autonomy. The findings indicate that although both models share an interest in collective memory and the documentation of social groups, they present structural differences. Community archives, according to international literature, emerge as autonomous initiatives of historically marginalized communities to preserve and narrate their own histories, in opposition to their exclusion from hegemonic institutions. In contrast, communal archives in the Venezuelan context are conceived as documentary extensions of the political project of Popular Power, regulated by a legal framework that constrains their autonomy and social function. Thus, communal archives operate less as spaces of self-determination and more as instruments for validating state narratives about citizen participation. The study concludes that, despite sharing vocabularies and apparent goals, community and communal archives diverge in their practices, meanings, and purposes. Recognizing this distinction makes it possible to question how different archival models reflect power struggles and shape the construction of social memory. In this sense, the analysis of Venezuelan communal archives expands the debate on Critical Archival Studies in the global south by highlighting the tensions between community autonomy and institutional regulation, and by proposing a reflection on the limits and potential of archives as instruments of representation, identity, and power.

Keywords: communal archives; community archives; social memory; critical archival studies.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os arquivos comunitários se consolidaram como uma das áreas de pesquisa e prática mais inovadoras na arquivologia, especialmente no âmbito das discussões críticas (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017; Hoyle, 2023). Essa tendência coloca as comunidades no centro do debate, reconhecendo-as como sujeitos autônomos capazes de preservar e difundir sua própria memória em seus próprios espaços, as quais foram historicamente marginalizadas pelos arquivos hegemônicos e negligenciadas por seus profissionais.

No âmbito acadêmico, o estudo dos arquivos comunitários tem ganhado grande relevância, especialmente a partir dos trabalhos de Flinn, Stevens e Shepherd (2009), sendo que Cook (2013) chegou a considerar esse movimento como o embrião de um novo paradigma arquivístico. No entanto, seu desenvolvimento e disseminação ocorreram predominantemente no contexto anglófono, com um impacto menor na América Latina (Alencar; Cervantes; Barité, 2023). Na região, o caso venezuelano merece uma análise particular.

Na Venezuela, a ideia e o conceito de arquivo comunitário, tal como promovem as instituições oficiais que regulam a temática, como são o *Archivo General de la Nación* (AGN) ou a *Fundación Centro Nacional de Historia* (FCNH), situa-se como sinônimo de um conceito ainda pouco explorado no âmbito mundial: os arquivos comunais¹⁵.

Os arquivos comunais nascem da emergência derivada de um novo modelo estatal-político que busca a participação das

15 Em relação aos documentos que compõem os arquivos comunais, a *Fundación Central Nacional de Historia* faz uma referência direta a essa vinculação, afirmando explicitamente que: "As fontes comunais são basicamente as informações internas e os dados que nos permitirão articular as informações obtidas por meio das entrevistas com aquelas localizadas dentro dos *archivos comunitarios*. De modo geral, abrangem desde atas de assembleias de moradores e decisões coletivas até documentos originados no interior das organizações que desenvolvem iniciativas de ação nos bairros, como os conselhos comunais, os jornais comunitários e as pesquisas comunitárias anteriores" (FCNH, 2012, p. 47-48, tradução e grifos nossos)

diversas comunidades para que possam ter participação ao articular cidadãos, movimentos sociais e organizações comunitárias na gestão do governo local e na implementação de políticas públicas no que refere à documentação “gerada e recebida nas comunidades organizadas” (AGN, 2008, p. 6, tradução nossa).

No entanto, diferentemente do modelo de arquivo comunitário proposto na literatura internacional, os arquivos comunais venezuelanos são regulados por um arcabouço normativo que os vincula diretamente às políticas estatais, condicionando sua autonomia e sua capacidade de gestão da memória. Esse cenário traz para o panorama arquivístico tensões de ordem intelectual e prática em relação a uma dualidade central na caracterização entre arquivos comunitários e arquivos comunais: a autonomia comunitária e a regulação institucional.

A partir dessa constatação, múltiplas questões podem ser formuladas em relação a essa dualidade, às diferenças e semelhanças que cada conceito apresenta e, sobretudo, às implicações sociais, éticas e políticas dos arquivos comunais enquanto modelo arquivístico em contraste com os arquivos comunitários. Nesse sentido, é pertinente indagar: em que medida os arquivos comunais podem ser compreendidos como arquivos comunitários à luz da literatura existente? Com base nessa problemática, este estudo busca analisar criticamente os arquivos comunais venezuelanos em comparação com os arquivos comunitários, a partir da literatura arquivística especializada.

A justificativa deste estudo assenta-se em três grandes eixos:

1. A pouca atenção dada aos arquivos comunais na literatura arquivística, especialmente no contexto venezuelano, onde toda expressão de natureza comunal relacionada a arquivos deve, segundo as entidades especializadas, ser enquadrada nesse modelo. Este é o primeiro trabalho dedicado a estudar teoricamente a ideia de arquivos comunais no âmbito venezuelano.

2. A ausência de discussão aprofundada sobre o conceito de comuna em relação, ou em oposição, ao conceito de comunidade e suas implicações arquivísticas.
3. A contribuição que este estudo oferece para ampliar o debate sobre memória e poder no sul global, em consonância com a linha dos estudos arquivísticos críticos proposta por Caswell, Punzalan e Sangwand (2017).

METODOLOGIA

A partir de uma metodologia qualitativa, este estudo baseia-se na análise da literatura fundamental sobre arquivos comunitários (Caswell *et al.*, 2017; Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Welland; Cossham, 2019, entre outros), bem como na legislação venezuelana que regula os arquivos e as comunas/conselhos comunais, incluindo a *Ley Orgánica de los Consejos Comunales* (LOCC), a *Ley Orgánica de las Comunas* (LOC) e a *Ley Orgánica de Procesos Administrativos* (LOPA)¹⁶. Além disso, examina-se o único documento de divulgação que faz uma menção sobre arquivos comunais publicado na Venezuela (AGN, 2008).

Com base nessa documentação, foi realizada uma análise de conteúdo e uma interpretação hermenêutica para identificar as principais características de ambos os modelos arquivísticos. Para

¹⁶ Em um primeiro momento, considerou-se incluir também a *Ley General de Archivos* (2022) e a *Ley Orgánica de Procedimientos Administrativos* (1981), com o objetivo de ampliar a discussão teórica e explorar outras possíveis abordagens aos arquivos comunais. Entretanto, ambas as normativas foram descartadas para os fins deste estudo, uma vez que sua análise detalhada não evidenciou contribuições específicas sobre a relação entre arquivos, comunidades, comunas ou conselhos comunais. Pelo contrário, concentram-se em perspectivas técnico-custodiais tradicionais de arquivos históricos e administrativos, um enfoque que já foi criticamente examinado no contexto venezuelano por López-Salazar (2022).

isso, foram estabelecidas categorias de análise, como concepção de arquivo, noção de documento, papel da comunidade e grau de autonomia, entre outras. O estudo está estruturado em duas seções principais: uma revisão dos arquivos comunitários a partir da literatura internacional e uma análise comparativa com os arquivos comunais venezuelanos.

DESENVOLVIMENTO

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: UMA BREVE REFLEXÃO

O conceito de arquivos comunitários é, em muitos aspectos, um termo nebuloso dentro da literatura arquivística, pois sua definição varia conforme o enfoque do autor e o contexto em que se insere (Welland; Cossham, 2019). Diversas tradições arquivísticas, derivadas de múltiplos contextos sociais, culturais, jurídicos e acadêmicos, como propõe López-Salazar (2022), podem oferecer diferentes perspectivas sobre um mesmo termo, que nem sempre são compatíveis entre si.

A partir dessa constatação, podem-se identificar duas correntes de pensamento predominantes na literatura sobre arquivos comunitários: a britânica e a norte-americana. A primeira, representada por Flinn, Stevens e Shepherd (2009), define os arquivos como

Coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cujo uso esses membros exercem algum nível de controle [...] argumentamos que a característica definidora dos arquivos comunitários é a participação ativa da comunidade na documentação e disponibilização da história de seu grupo e/ou localidade em seus próprios termos (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 73, tradução nossa).

Nesse sentido, os arquivos comunitários surgem como espaços de autodocumentação e gestão do próprio patrimônio, onde a comunidade exerce controle sobre a coleta, o acesso e a representação de sua história.

Por outro lado, a perspectiva norte-americana, segundo Caswell *et al.* (2024), enfatiza a dimensão política dos arquivos comunitários e sua relação com as estruturas de poder e opressão. Nesse sentido, o UCLA, *Community Archives Lab*, define os arquivos comunitários como: "Organizações independentes de memória que emergem de comunidades vulneráveis, passadas e presentes, e se consolidam ao seu redor" (UCLA *apud* Caswell *et al.*, 2024, p. 393, tradução nossa). Essa visão posiciona os arquivos comunitários como uma resposta à marginalização histórica imposta pelas instituições arquivísticas hegemônicas, ressaltando seu papel na resistência e na reparação de injustiças.

Embora ambas apresentem diferenças em sua conceituação, sendo que a primeira enfatiza a ideia de arquivo a partir dos materiais reunidos pela comunidade e de sua participação ativa nesse espaço, enquanto a segunda atribui maior relevância às relações sociais que se formam em torno de comunidades vulneráveis no contexto do arquivo comunitário, essas perspectivas convergem em um ponto fundamental: os arquivos comunitários são espaços de reivindicação nos quais as comunidades encontram meios para preservar sua história e valorizar suas vozes.

Mas afinal, o que se entende por comunidade? Como argumentam Welland e Coshsham (2019), esse é um termo contestado. No entanto, existem abordagens que permitem compreendê-lo de maneira mais estruturada. De forma geral, uma comunidade pode ser definida como um grupo de pessoas unidas por uma identidade compartilhada ou uma necessidade comum, que pode derivar de fatores como localidade, etnia, crenças, ocupação, interesses coletivos ou qualquer combinação desses elementos (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009; Menezes; Tenaglia, 2021).

Historicamente, muitas dessas comunidades foram sistematicamente ignoradas, mal representadas ou diretamente distorcidas pelas instituições de memória dominantes (Caswell *et al.*, 2024). Isso levou à necessidade de criar espaços autônomos nos quais seus membros possam documentar e acessar suas próprias memórias sob critérios definidos por eles mesmos. Como destaca Cook (2013, p. 114, tradução nossa): "Os registros nos arquivos comunitários não são apenas recursos arquivísticos, mas parte da identidade dessas comunidades".

Além de sua função como repositórios de memória, Caswell *et al.* (2017) sustentam que os arquivos comunitários são também espaços de ação política. Nesse sentido, eles não apenas representam símbolos de resistência e sobrevivência, mas também podem se tornar plataformas para a mobilização coletiva e a transformação social. Assim, os arquivos comunitários não se limitam à coleta e preservação documental, mas podem catalisar respostas políticas e afetivas diante das representações históricas impostas (Welland; Cossham, 2019).

Além disso, o conteúdo dos arquivos comunitários é significativamente mais diverso do que o dos arquivos estatais e públicos. Como destaca Giraldo (2018), esses arquivos incluem uma ampla variedade de formatos e suportes, desde documentos textuais e fotografias até material audiovisual, arte têxtil e objetos artísticos, entre outros. Seu uso social também é variado, podendo servir como ferramentas na defesa dos direitos humanos, como provas documentais em processos de justiça, como dispositivos para a ativação da memória e da identidade ou como fontes para estudos de história local, micro-história ou história social.

Por fim, um aspecto amplamente debatido sobre os arquivos comunitários é sua relação com o Estado e as instituições formais de patrimônio e memória. De forma geral, defende-se que esses arquivos devem operar de maneira independente, sem financiamento

ou controle direto de governos ou entidades estatais. Welland e Cossham (2019) argumentam que, sob uma perspectiva sociopolítica, os arquivos comunitários não podem ser criados por instituições governamentais, pois estas possuem interesses e motivações diferentes das comunidades que buscam representar.

O princípio fundamental que sustenta os arquivos comunitários é a autodeterminação. Segundo Welland e Cossham (2019), a responsabilidade comunitária, social e política desses arquivos se manifesta em sua autonomia e no controle exercido pela comunidade sobre eles. Nesse sentido, a sustentabilidade dos arquivos comunitários depende de um investimento de poder comunitário, que os consolida como espaços de representação, defesa e articulação social.

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: UMA BREVE REFLEXÃO

Conforme mencionado no início deste trabalho, a ideia de arquivo comunal constitui uma referência direta utilizada pelas entidades ao atribuir um papel específico às comunidades organizadas nos arquivos que delas derivam e se estruturam. Nesse sentido, na Venezuela, o conceito de arquivo comunal se organiza em torno de dois eixos fundamentais: o conceito de arquivo e a noção de comunidade e comuna. Enquanto a primeira noção pode ser analisada a partir de uma perspectiva técnica e normativa, a segunda adquire uma conotação particular no marco jurídico e político do país, a qual exige uma análise crítica.

Segundo o AGN (2008), os arquivos comunais compreendem toda a documentação gerada pelas comunidades organizadas, referidas na legislação venezuelana como comunas. No entanto, para compreender plenamente a natureza desses arquivos, é necessário examinar como a comunidade é conceituada no ordenamento jurídico do país.

A LOC define a comunidade como o

núcleo básico e indivisível constituído por pessoas e famílias que habitam em um determinado espaço geográfico, vinculadas por características e interesses comuns, que compartilham uma história, necessidades e potencialidades culturais, econômicas, sociais, territoriais e de outra natureza (Venezuela, 2010a, p. 11, tradução nossa).

Essa definição não apenas delimita o espaço social no qual se inserem os arquivos comunais, mas também o marco de referência para a compreensão da memória coletiva no contexto venezuelano.

O conceito de comuna amplia essa ideia de comunidade ao vinculá-la a uma estrutura organizativa específica dentro do modelo de Poder Popular¹⁷ (Venezuela, 2023). Nesse sentido, a LOC estabelece que as comunas são “expressões organizativas populares, conselhos de trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas, pescadores e pescadoras e qualquer outra organização de base, articuladas em uma instância do Poder Popular” (Venezuela, 2010a, p. 11, tradução nossa). Essa vinculação evidencia que a noção de comuna não é inteiramente autônoma, mas está inscrita em um esquema político-administrativo centralizado, o que tem implicações diretas na gestão e no controle dos arquivos comunais.

A comuna não é apenas uma unidade territorial, mas uma forma de organização política e social instituída pelo Estado no marco do chamado Poder Popular. Segundo a LOC, as comunas, a partir de suas políticas públicas e projetos orientados, devem responder às necessidades, potencialidades e aspirações das comunidades, na

17 *A Ley Orgánica del Poder Popular* define o Poder Popular como “o exercício pleno da soberania por parte do povo nos âmbitos político, econômico, social, cultural, ambiental, internacional e em todas as esferas do desenvolvimento da sociedade, por meio de suas diversas e distintas formas de organização que edificam o Estado Comunal”, cuja finalidade é “garantir a vida e o bem-estar social do povo, mediante a criação de mecanismos para seu desenvolvimento social e espiritual, assegurando a igualdade de condições para que todos e todas desenvolvam livremente sua personalidade, conduzam seu destino, usufruam dos direitos humanos e alcancem a suprema felicidade social” (Venezuela, 2010b, p. 27, tradução nossa).

construção do novo modelo de sociedade socialista de igualdade, equidade e justiça social.

Assim, os arquivos comunais devem ser lidos como extensões documentais dessa estrutura política, o que implica uma relação específica com o Estado, a memória e a autonomia comunitária.

Embora o arquivo comunal tenha similitudes e possam ser traçados paralelos entre os arquivos comunais e arquivos municipais ou distritais, a vinculação direta dos primeiros ao projeto político do Poder Popular e sua função de validação ideológica os distinguem enquanto fenômeno arquivístico e social.

Seguindo o anterior, os arquivos comunais são e devem ser concebidos como unidades administrativas das comunas, e sua produção e conservação são reguladas pelo Estado sob o amparo da LOAP, que estabelece o direito do Estado de “conservar e dispor da documentação de maneira organizada, útil, confiável e oportuna, de forma que seja recuperável para uso do Estado, em serviço das pessoas e como fonte da história” (Venezuela, 2014, p. 27, tradução nossa).

A análise dessa estrutura jurídica levanta uma série de questões: Até que ponto os arquivos comunais respondem às necessidades e memórias das comunidades que os produzem? Existe uma autonomia real na gestão desses arquivos ou eles estão subordinados às diretrizes governamentais? Funcionam como ferramentas para a preservação da memória comunitária ou, pelo contrário, reforçam a narrativa estatal sobre a história e a participação cidadã?

O AGN (2008) reforça essa última preocupação:

os documentos que hoje produzimos como parte da atividade dos Conselhos Comunais serão no futuro documentos históricos e, conseqüentemente, fontes para o estudo e compreensão da participação protagonista assumida pelo povo graças à transferência e fortalecimento do Poder Popular (AGN, 2008, p. 21, tradução nossa).

Essa afirmação sugere que os arquivos comunais não são concebidos apenas como instrumentos de gestão documental, mas como dispositivos que validam e consolidam um discurso oficial sobre a participação comunitária, discurso este que está necessariamente inscrito num esquema político-administrativo e legislativo centralizado, o que tem implicações diretas na gestão e no controle dos arquivos comunais.

Nesse contexto, o AGN (2008) categoriza a documentação produzida pelos arquivos comunais em nove tipos: audiovisual, fotográfico, cartográfico, artes visuais, hemerográfico, propaganda, bibliográfico, legal e dissertações. Esses registros devem cumprir três objetivos centrais: 1) atender a finalidades oficiais relacionadas ao fortalecimento do Poder Popular; 2) apoiar a pesquisa e a preservação da memória; e 3) contribuir à proteção dos direitos humanos.

No entanto, na prática, a ênfase no fortalecimento do Poder Popular apresenta desafios à autonomia das comunidades na construção e preservação de sua própria memória. Nesse contexto, a existência dos arquivos comunais se situa em uma encruzilhada: são espaços de gestão comunitária genuína ou extensões da política estatal de documentação? Essa questão gera um debate que exige esforços variados e aprofundados para ser resolvida.

CONCLUSÕES: ENTRE O COMUNAL E O COMUNITÁRIO

A análise dos arquivos comunais à luz da literatura sobre arquivos comunitários permite identificar tanto pontos de convergência quanto de divergência entre os dois modelos. Embora ambos compartilhem o interesse pela memória coletiva e pela documentação de grupos organizados, apresentam diferenças fundamentais

em termos de autonomia, propósito, controle institucional e conceitualização da comunidade.

Essa discussão pode ser encontrada e sintetizada na Tabela 1, onde se comparam os quatro critérios discutidos anteriormente entre os arquivos comunitários e os arquivos comunais.

Quadro 1 – Comparativo entre os arquivos comunitários e os arquivos comunais

Critério	Arquivos comunitários	Arquivos comunais
Conceito de comunidade	Flexível e baseado na autoidentificação e coesão social do grupo. Pode incluir comunidades históricas, culturais ou de luta social.	Grupos de indivíduos associados geograficamente, histórica e socialmente a um território, sem discriminação.
Propósito	Preservar a memória de grupos marginalizados, dar visibilidade a narrativas alternativas.	Registrar a gestão das comunas e consolidar a narrativa estatal sobre a participação cidadã.
Autonomia	Independentes, geralmente geridos pela comunidade sem intervenção estatal.	Vinculados ao Estado e regulados dentro do marco do Poder Popular.
Financiamento	Geralmente autogerido.	Financiado e administrado pelo Estado.
Documentação	Diversificada e autodefinida pela comunidade: testemunhos, registros orais, documentos históricos, fotografias, material audiovisual, entre outros.	Majoritariamente administrativa, embora permita fontes não convencionais.
Controle e acesso	Definido pela comunidade; acesso flexível e orientado à participação.	Controlado por estruturas estatais; acesso regulado por normativas governamentais.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Deve-se dizer que apesar de os arquivos comunitários e comunais partilharem vocabulários, eles divergem em práticas e sentidos, tendo em conta que os arquivos comunitários surgem como uma resposta à necessidade de grupos historicamente marginalizados de gerir sua própria memória de forma autônoma, os

arquivos comunais, no contexto venezuelano, estão estreitamente vinculados às estruturas estatais e a um marco político-administrativo que define seu funcionamento. Essa distinção é essencial, pois determina não apenas a forma como esses arquivos são criados e mantidos, mas também as narrativas que preservam e os atores que participam de sua gestão.

A comparação proposta não pretende igualar os arquivos comunais aos arquivos comunitários, mas tensionar essas categorias para evidenciar como as condições políticas e institucionais moldam a própria noção de arquivo comunitário em contextos específicos como o venezuelano.

O estudo dessas diferenças convida a uma reflexão mais profunda sobre o papel dos arquivos na construção da memória social. Até que ponto os arquivos comunais garantem uma representação genuína das comunidades que documentam? Em que medida sua vinculação com o Estado afeta a autonomia dos grupos locais na gestão de sua própria história? Explorar essas questões é essencial para ampliar o debate sobre os arquivos comunais e sua relação com os arquivos comunitários. Em particular, permite abordar como os diferentes modelos arquivísticos podem contribuir ou limitar a diversidade de narrativas dentro da memória social.

Para concluir, os arquivos comunais não devem ser compreendidos apenas como arquivos administrativos locais, mas como dispositivos de poder e de identidade, capazes de legitimar estruturas de poder e, ao mesmo tempo, de exercer processos de aniquilação simbólica contra vozes que não estejam alinhadas às narrativas oficiais. Entretanto, a verdadeira finalidade dos arquivos comunitários reside em constituí-los como meios através dos quais múltiplos olhares, vozes e sentimentos possam encontrar um espaço de acolhimento e um ponto de convergência, contribuindo para a promoção da justiça social.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa e auxílios concedidos para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGN (Archivo General de la Nación). **Manual de organización de los archivos de los consejos comunales y de la guía general de fuentes para el estudio de la historia local**. Caracas: AGN, 2008.
- ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, s. 3, n. 19, p. 55–77, 2023.
- CASWELL, M. *et al.* Envisioning a Paid Community Archives Internship Program: Challenges and Opportunities. **Journal of Education for LIS**, v. 65, n. 4, p. 390–409, 2024.
- CASWELL, M.; MIGONI, A. A.; GERACI, N.; CIFOR, M. 'To Be Able to Imagine Otherwise': community archives and the importance of representation. **Archives and Records**, v. 38, n. 1, p. 5–26, 2017.
- CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. Critical Archival Studies: an Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, p. 1–8, 2017.
- COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, n. 2–3, p. 95–120, 2013.
- FCNH (FUNDACIÓN CENTRO NACIONAL DE HISTORIA). **El pueblo cuenta su historia**. Manual de herramientas metodológicas para la reconstrucción de la historia local. Caracas: FCNH, 2012.
- FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, n. 1–2, p. 71–86, 2009.

GIRALDO, M. L. Archivos comunitarios de sobrevivientes del conflicto armado en Colombia: remedios contra el olvido. /n: GRISALES, S. P. A. (ed.). **Memoria política en perspectiva latinoamericana**. Berlín: Peter Lang, 2018.

HOYLE, V. **The remaking of archival values**. 1st ed. New York: Routledge, 2023.

LÓPEZ-SALAZAR, J. J. R. **Concepciones epistemológicas de la Archivología en Venezuela**. Trabalho de promoção (Professor Titular) - Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2022.

MENEZES, C. S.; TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. /n: CURVO, I. S.; CURVO L. F. S.; SANTOS, M. L. L. (orgs.). **Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a perspectiva social em foco**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zume, 2021.

VENEZUELA. **Decreto con Rango, Valor y Fuerza de Ley Orgánica de la Administración Pública**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela: Caracas, ano CXLII, n. 6147 Extraordinario, p. 6-31, 17 de noviembre de 2014.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Comunas**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela: Caracas, ano CXXXVIII, n. 6011 Extraordinario, p. 11-17, 21 de diciembre 2010a.

VENEZUELA. **Ley Orgánica del Poder Popular**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela: Caracas, ano CXXXVIII, n. 6011 Extraordinario, p. 27-30, 21 de diciembre 2010b.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de los Consejos Comunales**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela: Caracas, ano CL n. 6759 Extraordinario, 22 de junio de 2023.

WELLAND, S.; COSSHAM, A. Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. **Global Knowledge, Memory and Communication**, v. 68, n. 8-9, p. 617-634, 2019.

SOBRE AS ORGANIZADORAS



Natália Bolfarini Tognoli

Professora adjunta no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Editora-chefe da Knowledge Organization Journal e editora científica da Revista Officina. Líder do Grupo de Pesquisa: Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq nível 2.

E-mail: nataliatognoli@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5668344562019395>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0609-498X>



Lucia Maria Velloso de Oliveira

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por cerca de 10 anos. Atualmente é professora adjunta, 40 h DE, da Universidade Federal Fluminense do Departamento da Ciência da Informação, habilitada e classificada em concurso público de provas e títulos, cedida desde março de 2024, para a Fundação Casa de Rui Barbosa, onde ocupa o cargo de diretora do Centro de Memória e Informação. É professora permanente credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Nomeada pelo presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, pró-reitora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA), desde abril de 2024.

E-mail: luciemarie@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4694576349618479>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0546-2602>

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriane Gomes Rodrigues Batata

Arquiteta e urbanista, doutora em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (NEPAM/Unicamp). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Propur/UFRGS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Em 2021, foi assistente de Difusão Comunitária do Wiki Loves Bahia, uma iniciativa da Wikimedia Brasil. Atua como professora no curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Ilhéus/Faculdade Madre Thais.

E-mail: adriane.batata@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5676313638742481>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5528-9001>

Ana Carolina dos Santos Garcia

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS) no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fiocruz (2020). Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (2014).

E-mail: carolgarcia88@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0033377304627058>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4552-613X>

Ana Carolina Miotti

Historiadora, arquivista e mestra em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Atua como servidora pública federal, exercendo o cargo de arquivista na Divisão de Arquivo Permanente (DAP) vinculada ao Arquivo Central, órgão principal do Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro – SIARQ/UFRJ. Membro representante da área de História na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD/UFRJ). Idealizadora da primeira exposição do Arquivo Central/SIARQ, intitulada "O Arquivo Central nos anos de chumbo: recortes documentais da UFRJ durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)".

E-mail: carolinamiotti@siarq.ufrj.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4406173572917774>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8217-7904>

Ana Carolina Reyes

Ana Carolina Reyes é graduada em Ciências Sociais (UFRJ) e em Direito (UERJ) e mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. É servidora do Arquivo Nacional desde 2006, com experiência na organização de arquivos permanentes e no atendimento a consultas ao acervo.

E-mail: ana.carolina@gestao.an.gov.br / reyesanacarol@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4711567182531526>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6774-2503>

Ana Cláudia Cruz Córdula

Doutora e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (DCI-UFPB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ-UEPB/UFPB). Líder do Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER-UFPB).

E-mail: acccordula@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9316211149718874>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6641-5557>

Ana Luce Girão Soares de Lima

Doutora em História das Ciências pelo PPGHCS/COC/Fiocruz, é pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz e docente do PPGPAT/COC/Fiocruz.

E-mail: ana.girao@fiocruz.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5822631397628424>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1243-4653>

Anderson Berbesi

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) (bolsista CAPES), mestre em Ciência da Informação pela mesma instituição e bacharel em Biblioteconomia pela Universidad Central de Venezuela. Integra o Grupo de Pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento (GPABOC) da UFF. Temas de interesse: arquivologia crítica, estudos arquivísticos críticos, epistemologia da arquivologia e análise de domínio.

Email: aberbesi@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614239456054038>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7695-5247>

André Vieira de Freitas Araújo

Doutor em Ciência da Informação pela ECA-USP, com período sanduíche na Università di Bologna (UNIBO). Mestre em História Social pela FFLCH-USP. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela FFC-UNESP. Professor do Departamento de Ciência e Gestão da Informação (DECIGI) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGGI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É um dos idealizadores e organizadores do seminário internacional e itinerante "A Arte da Bibliografia". Atua nas áreas da Bibliografia, Organização do Conhecimento, Patrimônio e Memória e Preservação Documental. Atualmente é coordenador da equipe de Gestão Documental do Projeto TED INCRA-UFPR.

E-mail: andre.freitas@ufpr.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7551780669212379>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3003-7424>

Andresa Paula Leal Antonio

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGI/UFF) (bolsista CNPq), bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é advogada e realiza pesquisas na área de desinformação, racismo religioso relacionando os temas com as atuações de bibliotecas comunitárias afrocentradas.

E-mail: andresaleal@id.uff.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9759478941065129>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8868-0734>

Angélica Alves da Cunha Marques

Professora de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), desde 2009. Docente-pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia (FHETA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq nível 2.

E-mail: angelicacunha@unb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2413567691663920>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4642-5912>

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB e do Programa da Ciência da Informação da UFPE. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP).

E-mail: bernardina.oliveira@academico.ufpb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0252677389291551>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6836-3102>

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Arquivista, chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial pela COPPE/ UFRJ. Servidora pública federal, exercendo o cargo de tecnologista (perfil Arquivo), da carreira de Desenvolvimento Tecnológico, na Fundação Casa de Rui Barbosa FCRB. No campo da arquivologia, atua principalmente nos seguintes eixos temáticos: ética profissional do arquivista, tipologia documental, preservação digital e gestão de documentos (normas disciplinares, guarda, conservação e outros serviços correlatos).

E-mail: biancapanisset@rb.gov.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3747903021737250>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5568-5225>

Camilla Campoi de Sobral

Doutora e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi arquivista da Força Aérea Brasileira (FAB) e professora do curso técnico em Arquivo da Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etec/SP). Atualmente, é curadora do Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, além de docente na pós-graduação Museologia: Preservação, Gestão e Difusão, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

E-mail: camilla.campoi@fundacaofhc.org.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0228642932513933>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6725-2929>

Carla Maria de Almeida

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER).

E-mail: carlaa_almeida@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3022112067905433>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7663-3224>

Cintia da Silva Ribeiro

Arquivista na Fundação Getúlio Vargas (FGV), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGI/UFF) e pós-graduanda em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

E-mail: ribeirocintia@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0231092016805111>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8709-4228>

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Professora associada no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Vice-líder do Honório – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Arquivísticas.

E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9398149996443387>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1555-4594>

Daine Fudal Ribeiro

Graduada em licenciatura em História pela Universidade Tuiuti do Paraná e pós-graduação em Engenharia Ágil de Projetos pela Universidade Federal do Paraná, bem como em Gestão e Negócios pelo Instituto Federal do Paraná. Atualmente, é mestranda em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná e graduanda em Administração pela Universidade Unicesumar. Desde 2022, vem atuando nas áreas de gestão documental e secretaria executiva da gestão de 8 projetos, no Programa de Regularização Fundiária das Ocupações Incidentes em Áreas Rurais da União e do INCRA, desenvolvido por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED), fruto de parceria entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

E-mail: dainefudal@ufpr.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6952228784871296>

Diovani Favoreto

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (2024). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em Histórica, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC-FGV (2023). Graduada em Arquivologia (2019) e Ciências Sociais (2003) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Desenvolve projetos de preservação na área de patrimônio histórico-cultural, com ênfase em acervos arquivísticos.

E-mail: diovanifavoreto@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6302784542804414>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1178-9639>

Eliete Correia dos Santos

Pós-doutorado em Educação Contemporânea pela UFPE – PNPd-CAPES. Doutora em Linguística pelo PROLING/UFPE. Concluiu o doutorado sanduíche (Estágio Avançado de Doutoramento), na Universidade do Porto – PT, na interface com o curso de Ciência da Informação e Linguística. Mestre em Linguagem e Ensino pela UFCG. Possui graduação em Letras e Arquivologia. Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba – do curso de Arquivologia, coordenadora e professora permanente do PPGDARQ-UEPB/UFPE. Prof.^a permanente do PPGLE-UFCG. Experiência na área de Linguística, Tecnologias Educacionais e Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ações educativo-culturais em arquivos, linguagem e arquivologia, tecnologias educacionais, difusão em arquivos, inteligência artificial, gêneros acadêmicos, linguagem e ensino, estudos bakhtinianos. No momento, seu objeto de dedicação e estudo é a produção escrita dos gêneros acadêmicos com ênfase nos estudos bakhtinianos, ações educativo-culturais e metodologias decoloniais em arquivos, pesquisas que envolvem inteligência artificial e governança arquivística. O realce de pesquisa e extensão está no campo da arquivologia e linguística, no desenvolvimento do Projeto SESA (Seminários de Saberes Arquivísticos), cujo trabalho é realizado em cooperação acadêmica internacional com a Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico do Porto. Líder do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS cuja linha de pesquisa é arquivologia e suas dimensões interdisciplinares. Também é membro do Grupo de Pesquisas em Linguística Enunciativa e Sócio-Interacional - GPLEI, atuando na linha linguagem, ensino e tecnologia.

E-mail: eliete.santos@servidor.uepb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3267723385743006>

Gabriel Andrade Magalhães do Vabo

Mestre em Memória e Acervos pela Fundação Casa de Rui Barbosa (2022), graduado em Arquivologia pela UNIRIO (2021) e em História pela UFF (2014). Atua como arquivista e historiador no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, na gerência de Acervo e Pesquisa. Desenvolveu a pesquisa de mestrado "E os Negros dessa Terra", baseada em metodologia de história oral, investigando a trajetória da população negra de Nova Friburgo. No Convênio Memória Itaipu, integra a implementação do Programa de História Oral da Itaipu Binacional e o projeto 50 anos da Itaipu Binacional: suas histórias e depoimentos. Atualmente, também é pesquisador do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da Fundação Casa de Rui Barbosa, no projeto "Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular".

E-mail: gabrielvabohistoria@outlook.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1279388377322549>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6248-6450>

Gabriela Garcia Londres

Arquivista formada pela Universidade de Brasília (UnB) e analista judiciária da Justiça Eleitoral desde 2009. Possui especializações em Direito Previdenciário, Gestão Ambiental e Economia Austríaca. Atualmente, cursa o Mestrado Profissional em Governança Arquivística (UEPB/UFPB). Na área de gestão documental, coordenou a elaboração do Plano de Classificação de Dados, Informações e Documentos do TRE-PB (2021), reconhecido como Boa Prática pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Atualmente, coordena o projeto Origens do TRE-PB, iniciativa premiada no I Prêmio de Inovação Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2024. O projeto resultou na edição e publicação dos Livros de Actas 1932–1935 e na criação do Museu Eleitoral da Paraíba (em implantação no Casarão dos Azulejos). Na docência, atuou na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

E-mail: memoria.gabriela@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2550511919256098>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6457-464X>

Geoffrey Yeo

Geoffrey Yeo é senior research fellow honorário nas áreas de arquivos e gestão de documentos no Department of Information Studies da University College London (Reino Unido), além de integrar os conselhos editoriais das revistas Tabula (Espanha) e Arhivski Vjesnik / Bulletin d'Archives (Croácia). Lecionou Arquivística e Gestão de Documentos para estudantes de pós-graduação na University College London entre 1995 e 1997 e de 2000 a 2014. Entre 2002 e 2005, atuou como diretor de programa dos cursos de MA/Diploma/Certificate in Archives and Records Management e MA/Diploma/Certificate in Records and Archives Management (International).

E-mail: g.yeo@ucl.ac.uk

Jairo Jacques dos Passos Júnior

Bibliotecário, doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre na mesma área pela mesma instituição. Possui formação em Processos Gerenciais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pesquisa ditadura militar, arquivos, direitos humanos e políticas públicas de memória, tendo obtido o 3º lugar no Prêmio Memórias Reveladas 2025.

Email: jairopassos1@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2538959945631959>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9572-8501>

Jefferson Higino da Silva

Professor no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFGA) e coordenador do curso de Arquivologia da UFCA. Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

E-mail: jefferson.higino@ufca.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8681305629452809>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0406-280X>

José Antonio da Silva

Possui estágio pós-doutoral na Universidade Estadual Paulista (PPGCI-UNESP, 2022-2023) na área de Ciência da Informação – Subárea: Teoria da Informação. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2017-2020), tendo sua pesquisa reconhecida com o 1º lugar do Prêmio CAPES de Tese (EDIÇÃO 2021), na área de avaliação de Comunicação e Informação, com o tema "Transparência Pública". Mestre em Administração (UFF, 2013-2014). Especialista em Gestão Pública, com aperfeiçoamento pedagógico, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM, 2010-2011). Bacharel em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2005-2009). Analista em Ciência e Tecnologia (perfil administrador), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB, 2014-atual), cargo vinculado à Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, para o qual foi aprovado em 1º lugar. É diretor do Centro de Gestão (FCRB, 2023-atual), bem como professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2022-atual) e professor substituto do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ, 2025-atual). Possui, dentre suas publicações acadêmicas, a obra "Transparência Pública: Sob o Prisma Legal, Tecnológico e Arquivístico" (Pimenta Cultural, 2023).

E-mail: jose_antonio@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3415354158735871>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7309-2319>

José Jesús Rafael López-Salazar

Professor titular da Escuela de Bibliotecología y Archivología da Universidad Central de Venezuela (UCV). Doutor em Gestión de Investigación y Desarrollo pela UCV, mestre em Bibliotecología y Ciencias de la Información pela Universidade de Havana, bacharel em Bibliotecología pela UCV. Atualmente é director de Documentación e Información da Biblioteca Central da UCV.

E-mail: jjlopezs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6875-3322>

Juliana Cunha Oliveira

Escritora, historiadora da arte, curadora independente e produtora cultural. É mestre em Artes pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduada em Gestão e Produção Cultural pela Unicarioca e bacharel em História da Arte pela UERJ. Curou a exposição Lasar Segall: olhares para o feminino. Foi assistente de curadoria (2021-2022) e produtora cultural (2022-2023) da Casa Museu Eva Klabin. Atualmente é assistente de projetos da Wikimedia Brasil (WMB).

E-mail: julianacunha.oliv@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1278482274828959>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4454-5313>

Juliane de Jesus Evangelista da Silva

Museóloga (COREM 1R 0420-I) e educadora patrimonial. Bacharel em Museologia (UFRB) e pós-graduada em Museografia.

Kíssila da Silva Rangel

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Arquivologia, possui mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos. Sua atuação e pesquisa exploram as intersecções entre informação e racialidades, com foco no exame da implementação da Lei de Cotas em universidades federais. Dedicar-se, também, ao estudo da teoria arquivística e dos arquivos comunitários como espaços de construção de narrativas contra-hegemônicas.

E-mail: rangel.kissila@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1690124129696648>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2956-7057>

Laura Juliani Mollo

Mestre em Filosofia pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Possui bacharelado e licenciatura em História e Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Com 15 anos de experiência na área de arquivos, atuou na organização de acervos históricos, tendo trabalhado tanto em centros de memória quanto em arquivos pessoais de artistas. Desde 2017, é documentalista na Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), onde exerce atividades relacionadas à documentação textual e autoral de FHC e da antropóloga e ex-primeira-dama, Ruth Cardoso.

E-mail: laura.juliani.mollo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3029995067574549>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9538-1148>

Lucas Ribeiro Aal Sant Ana

Bacharel em História – Memória e Imagem pela Universidade Federal do Paraná, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição e graduando em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Atualmente é bolsista técnico no Projeto TED INCRA-UFPR, onde atua na área de gestão documental e digitalização de documentos fundiários.

E-mail: lucasribeiro@ufpr.br

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por cerca de 10 anos. Atualmente é professora adjunta, 40 h DE, da Universidade Federal Fluminense do Departamento da Ciência da Informação, habilitada e classificada em concurso público de provas e títulos, cedida desde março de 2024, para a Fundação Casa de Rui Barbosa, onde ocupa o cargo de diretora do Centro de Memória e Informação. É professora permanente credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Nomeada pelo presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, pró-reitora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA), desde abril de 2024.

Luciana Heymann

Pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC/Fiocruz), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC/Fiocruz) e assessora da vice-direção de Pesquisa e Educação da Casa de Oswaldo Cruz.

E-mail: luciana.heyman@fiocruz.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7697379577056048>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5715-8824>

Luciane Paula Vital

Professora associada no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Editora da Revista Ágora: Arquivologia em debate. Líder do Grupo de Pesquisa: Representação e Organização do Conhecimento (ROC).

E-mail: luciane.vital@ufsc.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3186874576738250>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2526-227X>

Maíra Fernandes Alencar

Professora no Departamento de Ciência e Gestão da Informação no curso de graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (DEGICI/UFPR). Realizou o estágio de pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Bacharela em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Estudos informacionais na cultura digital sob a perspectiva crítica/decolonial: Mapeando comunidades discursivas, terminologias, biografias e projetos para inovação e diversidade da pesquisa, ensino e extensão da Gestão da Informação", e do Projeto de Extensão "Íraú de saberes na cultura digital: A educação arquivística crítica e os arquivos comunitários" ambos no âmbito do DECIGI-UFPR. Seus temas de pesquisas são: arquivos comunitários; arquivística decolonial; estudos arquivísticos críticos; terminologia e organização do conhecimento.

E-mail: alencar.maira@ufpr.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5199485926878403>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5221-1980>

Maria Meriane Vieira Rocha

Professora associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Produção Arquivística Brasileira (GEPA - BR). Doutora e mestra em Ciência da Informação, graduada em Biblioteconomia e Arquivologia.

E-mail: meriane.vieira@academico.ufpb.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1894263401266798>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9093-969-X>

Mateus Sonegheti do Nascimento

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF). Graduado em Arquivologia pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador externo do Laboratório de Etnomusicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LABETNO-UFRJ) e do Grupo Musicultura (UFRJ).

E-mail: mateussonegheti@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4755628461036522>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4878-8290>

Mônica Tenaglia

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), professora de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), atuou como docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e como arquivista da Comissão Nacional da Verdade. Suas pesquisas concentram-se em arquivos, memória e ditadura militar no Brasil, sendo autora de obra premiada com o 1º lugar no Prêmio Jabuti Acadêmico 2024.

E-mail: monica_tengalia@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2126481201660872>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5537-0143>

Natália Bolfarini Tognoli

Professora adjunta no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Editora-chefe da Knowledge Organization Journal e editora científica da Revista Officina. Líder do Grupo de Pesquisa: Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq nível 2.

E-mail: nataliatognoli@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5668344562019395>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0609-498X>

Nelson Alfredo Salomão Neto

Arquivista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, no IBICT/UFRI, onde pesquisa sobre abordagens descoloniais nos arquivos. Arquivista e mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

E-mail: nelsonhist@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4402264275799393>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2637-0954>

Renato Pinto Venâncio

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica – RJ (1982), mestrado pela Universidade de São Paulo (1988), doutorado pela Universidade de Paris IV – Sorbonne (1993) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2005). É professor titular na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Entre 1998 e 2021 foi pesquisador do CNPq. Entre 2004-2008 foi consultor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Entre 2005 e 2008 dirigiu o Arquivo Público Mineiro, também atuando como editor da Revista do Arquivo Público Mineiro. Entre 2007-2008 foi consultor científico da UNESCO, no Comitê Nacional Memória do Mundo. Entre 2006-2008 foi membro da Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO-Conarq/Arquivo Nacional. Colaborou na implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais (Diarq) da UFMG, tendo sido diretor dela entre 2015-2019.

E-mail: rvenancio@eci.ufmg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5140588181933697>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0819-3671>

Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita

Professor do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Doutor em Ciência da Informação, mestre em Ciência das Religiões, graduado em História, Arquivologia e Gestão Pública.

E-mail: valdir@ccsa.ufpb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6827885737819412>

Vitor Hugo Teixeira

Doutorando e mestre em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Arquivista pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Presidente da Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB) e coordenador de Comunicação do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas) e do Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq). Tem interesse em pesquisas na área de ciência da informação e arquivologia, com ênfase em políticas arquivísticas e suas relações com: mediação; difusão; apropriação; protagonismo social; decolonialidade; interseccionalidade; associativismo profissional; competência/letramento; memória e patrimônio.

E-mail: vitorhugot88@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4791736212995379>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6458-7295>

Vitor Serejo Ferreira Batista

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), mesma instituição em que obteve seu mestrado na área. Possui graduação em Arquivologia e Administração de empresas. Tem como temas de pesquisa os arquivos pessoais, questões ligadas à ética e sociedade, e teorias literárias que envolvem escritores e arquivos.

E-mail: vitorserejo@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0302917862606477>

Vitória Bispo Carvalho

Museóloga (COREM 1R 0454-I) pela Universidade Federal de Sergipe e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Preservação do Patrimônio Cultural, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

E-mail: vitoriabispo.carvalho@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1616539360404606>

Wagner Ramos Ridolphi

Arquivista da Divisão de Arquivos Permanentes do Arquivo Central/Sistema de Arquivos (DAP/SIARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editor executivo da revista Informação Arquivística.

E-mail: wagnerramos@siarq.ufrj.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8647855399888255>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0486-7296>

ÍNDICE REMISSIVO

A

acervo privado 411, 413, 414, 415, 418, 427
 acervos documentais 322, 393, 415, 416, 429
 acesso à informação 91, 94, 148, 155, 177, 189, 193, 199, 302, 308
 agricultores 47, 49, 50, 196, 208
 alfabetização 56
 appraisal 34, 35
 arquivística crítica 225, 232, 460
 Arquivo 92, 93, 94, 100, 106, 116, 122, 123, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 155, 161, 167, 168, 169, 171, 174, 177, 179, 183, 184, 190, 197, 201, 262, 263, 265, 266, 270, 276, 313, 314, 329, 338, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 450, 451, 453, 454, 460, 462, 463
 arquivo colonial 63
 arquivo comunitário 435
 arquivo digital 204, 300
 arquivologia 60, 62, 87, 90, 94, 95, 101, 102, 125, 126, 173, 189, 190, 200, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 222, 242, 244, 245, 247, 251, 252, 303, 306, 312, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 349, 350, 354, 357, 364, 365, 370, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 384, 386, 387, 408, 417, 433, 435, 451, 453, 455, 463
 arquivo privado 318, 319, 324, 328, 331, 336, 416, 428
 arquivos coloniais 58, 62, 136, 362, 363, 367
 arquivos comunais 433, 435, 436, 437, 438, 441, 442, 443, 444, 445, 446
 arquivos comunitários 58, 76, 94, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 137, 138, 144, 151, 152, 204, 206, 207, 212, 220, 222, 223, 242, 245, 249, 250, 251, 252, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 367, 370, 433, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 444, 445, 446, 458, 460

Arquivos comunitários 100, 106, 128, 140, 445, 448
 arquivos de mulheres 390
 arquivos eleitorais 298
 arquivos pessoais 211, 220, 324, 329, 339, 390, 398, 408, 409, 430, 459, 463
 arquivos públicos 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 154, 183, 300, 418
 atividades econômicas 48
 autonomia 58, 69, 73, 75, 76, 107, 151, 171, 176, 212, 242, 252, 341, 348, 386, 387, 433, 436, 438, 441, 443, 444, 445, 446
 autoridade arquivística 80, 88, 95
 autoridades 50, 52, 193
 autorrepresentação 373, 374, 376, 377, 380, 386

B

bibliotecas 80, 82, 89, 163, 179, 248, 250, 251, 258, 262, 267, 279, 290, 292, 293, 307, 386, 452

C

Camponesas 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 221, 222, 323
 capoeira 225, 226, 235, 236
 cibermemória 256, 261, 276
 cidadania 80, 86, 92, 110, 174, 298, 300, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 321, 331, 332, 333, 335, 387
 classe trabalhadora 45, 215
 colônia 46, 54, 55, 368
 colonialidade 78, 130, 133, 135, 137, 139, 140, 148, 151, 152, 304, 305, 316, 356, 357, 359, 360, 361, 363, 366, 369, 372
 colonialismo 45, 52, 53, 58, 62, 63, 64, 132, 133, 134, 135, 234, 304, 315, 356, 358, 361, 362, 367
 colonização 46, 195, 282, 283, 284, 357, 361

colonizadores 51, 52, 55, 57, 367

comunidade 47, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 147, 164, 171, 178, 184, 194, 212, 216, 249, 251, 252, 265, 302, 332, 333, 345, 346, 347, 348, 349, 354, 377, 433, 437, 438, 439, 441, 442, 445, 456

comunidades marginalizadas 51, 194, 241, 242, 250, 252, 341, 346

contexto de produção 110, 392, 398, 408

corazonar 69, 70, 73, 74

cultura 57, 60, 77, 78, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 100, 106, 184, 211, 229, 278, 279, 282, 285, 287, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 313, 321, 323, 325, 333, 361, 383, 424, 460

custódia 80, 84, 90, 92, 98, 100, 111, 127, 147, 171, 184, 211, 212, 303, 316, 341, 349, 368, 382, 406, 456

D

decolonialidade 73, 78, 106, 130, 132, 228, 238, 298, 367, 372, 463

democracia 86, 91, 92, 149, 153, 155, 169, 311

democratização 107, 111, 147, 149, 152, 251, 256, 259, 264, 265, 267, 274, 275, 308, 309, 311, 378, 384, 390, 395, 408

demografia 157, 164, 166

descolonização 44, 45, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 315, 363, 366, 367, 370

descrição arquivística 135, 157, 160, 166, 167

desigualdades 45, 51, 52, 144, 149, 153, 192, 198, 321, 328

desinformação 63, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 452

diplomática 244, 399

disputas políticas 148, 204, 212

ditadura militar 106, 143, 144, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 155, 169, 419, 425, 428, 457, 461

diversidade 58, 80, 83, 91, 101, 125, 127, 192, 193, 220, 221, 234, 238, 260, 282, 288, 290, 291, 293, 294, 343, 346, 366, 398, 446, 460

documentação 56, 106, 115, 117, 135, 139, 146, 147, 153, 160, 171, 176, 177, 178, 180, 189, 198, 247, 249, 256, 259,

265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 303, 312, 319, 322, 323, 324, 328, 336, 337, 376, 380, 381, 384, 392, 393, 397, 400, 401, 408, 413, 416, 418, 419, 420, 423, 428, 433, 436, 437, 438, 441, 443, 444, 459

documento escrito 49, 244

documentos administrativos 161, 421

documentos históricos 267, 271, 303, 312, 443, 445

E

eclesiásticos 157, 161, 164, 167

empoderamento 122, 242, 346

epistemologias do Sul 142

escrita administrativa 47

Estado 49, 50, 51, 52, 55, 62, 80, 82, 84, 85, 87, 93, 130, 133, 136, 137, 139, 142, 159, 167, 197, 201, 223, 227, 244, 262, 281, 294, 298, 299, 300, 302, 305, 306, 309, 315, 416, 418, 427, 440, 442, 443, 445, 446, 449, 453, 454, 458, 459, 462

Estado colonial 51, 62

estruturas de poder 48, 133, 136, 346, 439, 446

estudos arquivísticos críticos 69, 72, 73, 74, 130, 232, 437, 451, 460

estudos decoloniais 69, 73, 130, 132, 134, 135

ética 83, 138, 194, 199, 224, 225, 228, 229, 232, 233, 235, 236, 315, 344, 453, 463

etnomusicológicos 374, 378, 382, 386, 387

experiência 44, 55, 56, 59, 71, 92, 155, 169, 171, 183, 238, 245, 248, 255, 256, 259, 271, 300, 302, 304, 308, 322, 332, 333, 336, 374, 379, 380, 382, 398, 451, 459

F

formação de acervos 228

formas de acesso 58

G

gestão de documentos 124, 152, 197, 453, 456

gestão documental 69, 72, 85, 101, 105, 303, 350, 378, 444, 454, 456, 459

golpe 154, 155, 169, 171, 174, 177, 185, 208, 209, 425

governança 298, 301, 302, 305, 455

H

herança colonial 362

história oral 108, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 339, 413, 421, 456

I

identidades culturais 374

igreja 157

INCRA 186, 187, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 452, 454, 459

infraestrutura 56, 94, 119

instituições arquivísticas 57, 59, 88, 130, 139, 276, 382, 416, 417, 418, 429, 439

instrumento de poder 48, 258

instrumentos de pesquisa 60, 110, 111, 118, 157, 163, 166, 167

inteligência artificial 298, 308, 455

interesse público 85, 94, 289, 374, 381, 427, 431

J

justiça social 98, 106, 127, 136, 144, 149, 152, 154, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 211, 212, 213, 223, 308, 341, 343, 344, 349, 350, 373, 374, 376, 378, 380, 386, 387, 390, 396, 443, 446

K

quipus 23, 25, 41, 42, 49, 50, 65, 66

L

literatura 51, 62, 69, 72, 73, 86, 98, 102, 103, 147, 200, 204, 223, 228, 229, 291, 341, 345, 353, 369, 370, 433, 436, 437, 438, 444

livros 161, 163, 164, 174, 176, 207, 267, 291, 331, 366, 393, 395, 399

lugar de memória 233

M

marginalização 52, 60, 122, 362, 368, 439

marginalizadas 51, 59, 105, 106, 126, 130, 132, 138, 146, 194, 241, 242, 250, 252, 279, 312, 321, 341, 346, 433, 435

memória coletiva 86, 87, 111, 147, 152, 166, 179, 207, 247, 250, 251, 256, 258, 276, 324, 329, 335, 338, 362, 394, 417, 433, 442, 444

memória cultural 80, 86, 154, 376, 377

memória institucional 54, 124, 184, 298, 301, 302, 303, 307, 309, 311, 312, 313

memória libertadora 69, 73, 75, 78

memória social 124, 139, 164, 258, 321, 322, 337, 376, 417, 418, 433, 446

milicância social 318, 319, 321, 336, 338

movimentos sociais 194, 195, 208, 246, 250, 319, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 331, 332, 336, 339, 392, 396, 414, 429, 436

museus 80, 82, 83, 85, 87, 89, 163, 179, 222, 228, 229, 230, 235, 239, 250, 251, 258, 261, 262, 264, 279, 290, 292, 293, 331, 386

N

narrativas históricas 149, 151, 303, 322

neutralidade 60, 130, 136, 137, 138, 193, 304, 349, 397, 417

O

objetos históricos 225

ordem original 109, 135, 140

P

papel social 78, 79, 80, 88, 111, 119, 374, 376, 380, 381, 386, 388, 392

patrimonialização 282, 289, 411, 414, 415, 416, 419, 423, 425, 426, 427, 429, 430

patrimônio arquivístico 302, 305, 311, 312

patrimônio cultural 80, 82, 85, 95, 96, 232, 240, 250, 253, 261, 289, 293, 303, 311, 313, 336, 416

patrimônio documental 102, 415, 417

Poder Popular 433, 442, 443, 444, 445, 448

políticas públicas 126, 153, 187, 189, 190, 195, 196, 198, 199, 200, 279, 281, 282, 287, 289, 291, 292, 294, 418, 436, 442, 457

povos dominados 47, 284, 285

povos indígenas 51, 54, 55, 62, 135, 164, 298, 349, 367

práticas arquivísticas 51, 54, 75, 106, 124, 137, 248, 347, 348, 378, 383, 390, 396, 417, 423

práticas de classificação 118

práticas documentais 60, 304

preservação de documentos 98, 106

produção documental 49, 80, 109, 136, 247, 337, 377, 408

protagonismo 119, 130, 137, 248, 298, 374, 463

proveniência 61, 109, 111, 130, 135, 136, 137, 140, 220, 341, 349, 377, 393

R

racismo 52, 64, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 295, 296, 332, 356, 452

racismo religioso 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 291, 292, 293, 296, 452

record-keeping 20, 21, 22, 23, 24, 31, 35

registros coloniais 249

relações de poder 123, 136, 149, 151, 417

representação documental 138, 406

repressão 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 174, 175, 176, 246, 283, 284, 361, 419

resistência 54, 58, 61, 102, 106, 124, 126, 128, 130, 137, 152, 208, 245, 246, 247, 250, 252, 258, 281, 292, 305, 309, 312, 313, 321, 322, 332, 333, 335, 336, 337, 341, 346, 382, 439, 440

S

sistemas de classificação 365

sociedade contemporânea 80, 82, 88, 193

T

tecnologias da informação 80, 105, 259, 260, 376

tecnologias digitais 298, 384

temporalidades 68, 69, 72, 74, 76, 77, 411, 414, 415, 423

teoria arquivística 61, 69, 72, 75, 98, 101, 104, 363, 458

teoria pós-colonial 134

tipologia 390, 398, 399, 400, 401, 453

trabalhadores rurais 195, 204, 209, 298

transformações sociais 80, 84, 246, 250

tratamento documental 152, 185

V

vozes marginalizadas 59, 106, 130, 132

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

DECOLONIZAÇÃO, OS ARQUIVOS E AS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

volume

2

ARQUIVO, CULTURA
E JUSTIÇA SOCIAL

